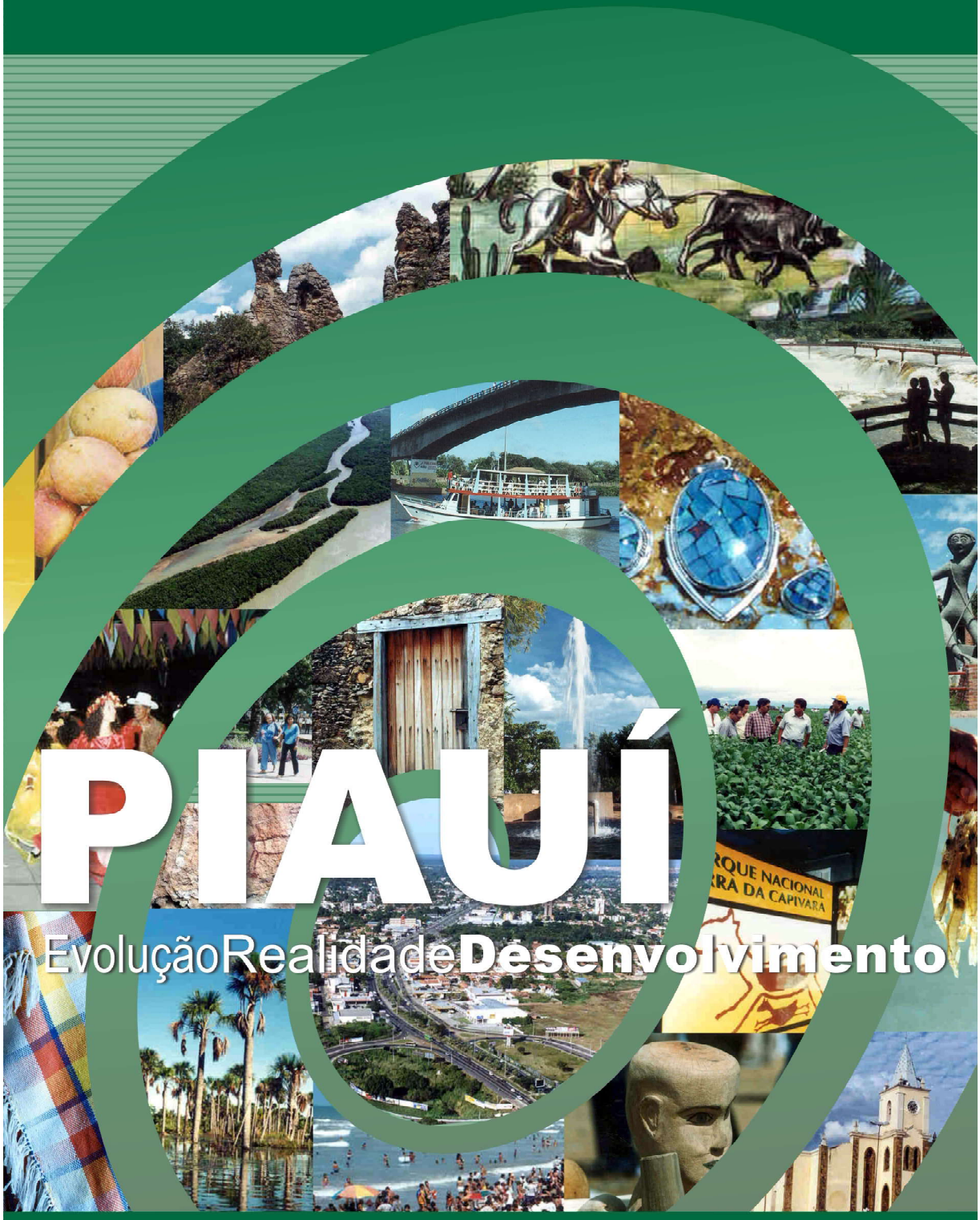
ISBN 85-88294-03-6



PIAUÍ

Evolução Realidade **Desenvolvimento**

3ª Edição Revista 2003

PIAUÍ

Evolução Realidade **Desenvolvimento**

ISBN 85-88294-03-6

2003 – 3ª EDIÇÃO
GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO
Merlong Solano Nogueira

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ – CEPRO
PRESIDENTE
Marcelino Fonteles

DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES
Almir Cassimiro Queiroga

COPIDESQUE E REVISÃO
Almir Cassimiro Queiroga • Luiz Augusto Fonseca Ferreira

CHECAGEM DA REVISÃO
Ilma Araújo Véras e Silva • Teresa Cristina M. Araújo Nunes • Sandra Maria P. N. do Rêgo • Maria das Graças N. Osternes

NORMALIZAÇÃO
Lucia Maria Gurjão Santos

DIGITAÇÃO E CORREÇÃO
Antônio Gilson Leopoldo Feitosa • Carlos Andreazza • Roberto Fonseca

PROGRAMAÇÃO VISUAL
Lis Andrade Melo

1979 – 1ª EDIÇÃO
GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
Djalma Martins Veloso

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO
Felipe Mendes de Oliveira

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ – CEPRO
PRESIDENTE
Felipe Mendes de Oliveira

SUPERINTENDENTE
Antonio Cezar Cruz Fortes

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS
Jonas Rocha

COORDENADORA DO NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES (Em exercício)
Thaís Maria Ferreira Castelo Branco

REVISÃO DOS ORIGINAIS E DATILOGRAFIA
Núcleo de Publicações

IMPRESSÃO
Setor de Mecanografia

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ

PIAUÍ

EvoluçãoRealidade**Desenvolvimento**

3ª Edição Revista

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Agenor de Sousa Martins ECONOMISTA
Almir Bittencourt da Silva ECONOMISTA
Antonio Cezar Cruz Fortes ECONOMISTA
Antônio José Castelo Branco Medeiros SOCIÓLOGO
Felipe Mendes de Oliveira ECONOMISTA
Jonas Rocha ECONOMISTA
José Fonseca Ferreira Neto ANTROPÓLOGO
Manuel Domingos Neto HISTORIADOR

Teresina – 2003

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca desta Fundação

Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. / Agenor de Sousa Martins ... [et. al.] 3. ed.,rev. – Teresina: Fundação CEPRO, 2003.
288 p. (Estudos Diversos, 33)
ISBN 85-88294-03-6

1. Situação sócio-econômica – Piauí. I. Martins, Agenor de Sousa. II. Fundação CEPRO. III. Título. IV. Série.

CDU 308 + 338(812.2)

© Copyright 1979
2002 – 2. Ed.
2003 – 3. Ed.

CORRESPONDÊNCIA
FUNDAÇÃO CEPRO
BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS
Av. Miguel Rosa, 3190/Sul – CEP 64001-490 – Teresina – PI
Telefone: 0 •• 86 221.5846 Fax: 0 •• 86 221.5846
www.seplan.pi.gov.br/cepro

É permitida a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que mencionada a fonte.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 013

PARTE I 016
PROCESSO EVOLUTIVO DO PIAUÍ

CAPÍTULO 1
O CARÁTER DA COLONIZAÇÃO DO PIAUÍ
1.1 – Introdução 017
1.2 – Condicionantes físicos do processo histórico 019
1.3 – Móveis de penetração e a fixação dos primeiros ocupantes 023
1.4 – Implantação da estrutura econômica 026
1.5 – Aspectos da organização político-social 038

CAPÍTULO 2
SUBSISTÊNCIA E EXPORTAÇÃO EM UMA ZONA DE PECUÁRIA EXTENSIVA
2.1 – Introdução 049
2.2 – A pecuária piauiense 051
2.3 – O extrativismo 058
2.4 – A agricultura de subsistência 073
2.5 – Comércio e indústria 078

CAPÍTULO 3
RELAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS
3.1 – Introdução 083
3.2 – A organização da sociedade 085
3.3 – O domínio oligárquico 092
3.4 – O Piauí e a integração nacional 097

PARTE II 103
ANÁLISE ESTRUTURAL DO PIAUÍ

CAPÍTULO 1
AGROPECUÁRIA
1.1 – Introdução 105
1.2 – Aspectos fundamentais da agropecuária estadual 108
1.2.1 – Análise da estrutura fundiária 108
1.2.2 – Uso da terra 115
1.2.3 – Padrão tecnológico da agricultura piauiense 120
1.2.4 – Comercialização 125
1.2.5 – Crédito rural 127

CAPÍTULO 2
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SETOR EXTERNO
2.1 – Introdução 131
2.2 – A situação do Estado desde a 2ª Guerra Mundial 133
2.2.1 – Antecedentes históricos 133
2.2.2 – A integração interestadual 136
2.3 – A década de 1960 e o aprofundamento da dependência 151
2.4 – Debilidade econômica e transferências federais 158

CAPÍTULO 3
ESTRUTURA SOCIAL
3.1 – Introdução 167
3.2 – Demografia, estrutura ocupacional e estrutura social 169
3.2.1 – Espaço e população 169
3.2.2 – O urbano e o rural 174
3.2.3 – Estrutura produtiva e estrutura ocupacional 176
3.2.4 – Estrutura ocupacional e estrutura social 184
3.3 – Estrutura Social 191
3.3.1 – Estrutura social rural 191
3.3.2 – Estrutura social urbana 194
3.3.3 – Crise e transformação social 204

PARTE III 207
ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO ESTADUAL E ANÁLISE DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

INTRODUÇÃO 209

CAPÍTULO 1
IMPLICAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO NA ECONOMIA PERIFÉRICA PIAUIENSE 213

CAPÍTULO 2
PROGRAMAS E POLÍTICAS AGRÍCOLAS 221

CAPÍTULO 3
AS POLÍTICAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO 249

CAPÍTULO 4
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA 261

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 281

APRESENTAÇÃO À TERCEIRA EDIÇÃO

A presente obra, editada pela primeira vez em 1979, foi reeditada em dezembro de 2002. Tal como no seu lançamento, a sua reedição teve uma procura intensa, principalmente no seio das comunidades docentes e discentes universitárias, resultando no seu rápido esgotamento.

Daí por que, fundamentando-se não somente na importância dessa obra – mensurável pela intensa demanda – mas, também, no seu significado intrínseco que é o de relatar, com a maior fidelidade, a formação social, econômica e política do Piauí, a direção da Fundação CEPRO decidiu reeditá-la pela terceira vez, visando, agora, a esgotar-se não a obra, porém a demanda insatisfeita pela mesma, que ainda subsiste nos meios intelectuais do Estado.

Há, entretanto, ainda uma outra motivação para insistir na contínua e persistente reprodução desta e de outras obras consideradas clássicas e de grande relevância na literatura piauiense – seja literatura científica, técnica ou acadêmica – é o processo de globalização, que ora se opera com desenvoltura no cenário mundial e pode induzir, segundo especialistas, a um pernicioso processo de padronização da cultura e da progressiva perda das referências regionais e nacionais. Contra isso devemos nos opor, e uma forma que antevemos de minimizar tal processo, senão neutralizá-lo, é mantermos vivas as nossas memórias, a nossa história, nossas raízes e expressões culturais e populares.

Quanto ao conteúdo e à relevância desta obra, ela fala por si mesma. Ressaltamos que não foi possível preencher a lacuna existente nos estudos dos últimos 25 anos sobre o Piauí, uma vez que muitos de seus autores encontram-se pelos mais diversos recantos do Brasil.

Neste sentido, a reedição da publicação **Piauí – Evolução, Realidade e Desenvolvimento**, enquadra-se perfeitamente dentro do rol de medidas e precauções que devemos tomar para não perdermos, jamais, nossa identidade.

Teresina, outubro de 2003.

MARCELINO FONTELES
Presidente da Fundação CEPRO

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO

Em conversa recente, na Universidade Federal do Piauí, com os Professores Fonseca Neto, Diretor do CCHL, e Luís Carlos Cruz (Puscas), Coordenador do Curso de Economia, ouvi deles a sugestão de que o governo do Estado reeditasse o trabalho *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*, publicado em 1979 e logo esgotado, mas sempre procurado pelos estudantes de vários cursos, especialmente Economia, História e Ciências Sociais.

Pouco mais de vinte anos se passaram e quase tudo o que foi analisado permanece atual. O Piauí continua procurando os caminhos do desenvolvimento e, mesmo com evidentes progressos na infra-estrutura econômica e social, ainda se debate com os antigos problemas estruturais.

A idéia de elaborar o trabalho surgiu da necessidade de se realizar uma avaliação crítica da situação do Piauí, em 1978, às vésperas da mudança de governo. Naquele tempo, a Secretaria do Planejamento, em conjunto com a Fundação CEPRO, elaborava diversos estudos importantes, dentre os quais o Projeto de Desenvolvimento Rural do Vale do Parnaíba, em cooperação com o Banco Mundial, e um dos setores que mais nos preocupavam era a questão agrária, um dos principais problemas do Piauí, mas não considerada até então nos programas de governo voltados para o desenvolvimento rural.

Reuni a equipe técnica da Secretaria e da Fundação CEPRO e expressei o desejo de que elaborássemos um estudo completo sobre o Piauí, a que chamei, na oportunidade, de Piauí: ontem, hoje e amanhã. O "amanhã" seria um capítulo com projeções e análises de tendências que poderiam ocorrer se determinadas variáveis permanecessem inalteradas, ou o que aconteceria se tais variáveis pudessem ser alteradas por vontade do governo, tais como investimentos ou ações em setores prioritários.

Como se viu, não foi possível escrever sobre o futuro, mas o resultado da análise do passado e de alguns aspectos da atualidade tornou o trabalho uma obra-prima da bibliografia piauiense.

Passados esses anos todos, fica um registro saudoso de não mais se poder reunir, em um órgão do governo, uma equipe tão competente, com os mais variados matizes políticos e ideológicos e com liberdade de ação até para criticar o próprio governo.

Teresina, novembro de 2002.

FELIPE MENDES
Vice-Governador

PIAUÍ: DEDICAÇÃO, INTELIGÊNCIA, ENVOLVIMENTO

Anos 1970. Final da década. A euforia já não é dos deslumbrados com o regime e seu "milagre", que definham, mas de setores do povo brasileiro que parecem viver um renascimento de esperanças nos tempos que já serão abertos. Estudantes, operários, donas de casa, padres, lavradores; a universidade, o sindicato, a rua, a fábrica, a roça; tudo é movimento apagando a mancha horrenda da Ditadura, em todo lugar uma ação de esperança conquistando a volta dos irmãos forçadamente exilados, tornando irrestrita a anistia que não deveria ser apenas ampla.

Aqueles anos 70 aqui no Piauí foram assim como o foram Brasil afora. Claro, com suas singularidades. Os governos estaduais do tempo, erguidos aos sopapos da Ditadura, criaram e deram sustentação à Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro), tida e havida, e com todos os méritos, tal a mais exitosa experiência e o mais significativo esforço empreendido no Piauí com vistas a pensar o processo de sua criação e desenvolvimento em exatos três séculos, desde as agressões colonizadoras fundantes, localizadas do Seiscentos ao Setecentos.

1978 e 1979: a Cepro é uma estrela a mais na bandeira do Piauí; cintila pensamento; é uma cepalinha piauizeira; vira ícone de uma geração que está ressignificando a universidade federal piauiense. Pouca coisa ou nada de sério se faz, pode-se dizer, pela inteligência do Piauí que não passe pela Cepro: aqui está o núcleo do Departamento de Ciências Sociais da Ufpi; da Cepro é o núcleo criador do Curso de Economia, aquele que dará a feição e charme tão perceptíveis da primeira década dessa graduação. Agenor Martins, Almir Bittencourt, Cezar Fortes, Antônio José Medeiros, Felipe Mendes, Jonas Rocha, José Fonseca Neto e Manuel Domingos: nove personagens marcantes da vida intelectual-acadêmica daquele e deste tempo, empreendedores, juntos, da aventura de realizar este alentado texto, metodologicamente construído ao modo de ensaio. Equipe de animais pensantes de variada cepa realizou a mais consistente análise sobre a formação social piauiense, nos seus aspectos mais estruturais, porque estruturantes, do processo de ocupação da grande banda oriental da bacia do rio Parnaíba. E tudo elaborado, com efeito, operando perspectivas conceituais e existenciais multi e transdisciplinares, num exemplo de entrosamento bem-sucedido e pouco visto por estas bandas.

PIAUÍ: EVOLUÇÃO, REALIDADE E DESENVOLVIMENTO – uma viagem sistematicamente percorrida com a explícita intenção de *passar o Piauí a limpo*; uma geração fixando competentemente um marco interpretativo sobre a história do Piauí, sua realidade, os caminhos e possibilidades de seu desenvolvimento. E o fazendo na inspiração das mais fecundas inclinações paradigmáticas que vincavam o *pensar* o mundo, a história do mundo, as sociedades afluentes, a geografia emotiva parteira da utopia, a economia – esta mitológica ênfase norteadora de expressiva parcela da atividade pensante daquele tempo.

Fevereiro de 1979. Havia transcorrido apenas um mês da revogação do

tenebroso AI-5. Este ensaio da Cepro surge como que um bálsamo, um sinal da virada de página daqueles dias; os estudantes universitários ficam ouriçados, buscam avidamente os membros da equipe a fazerem palestras, cursos de extensão, a exemplo dos seminários sobre Desenvolvimento Econômico Piauiense encaminhados pelo Grupo de Estudos Gerais, o emblemático GEG, em que pontuaram praticamente todos os colaboradores do volume, e outros mais, parte deles se transmutando em referências intelectuais e de militância social-cultural-partidária daquela geração, como já referido pouco atrás.

Consta que foram 100 os exemplares mimeografados da edição primeira e única. *Mimeografados*: até por isto uma geração inteira de lavradores das letras levou essa pecha. Mas, como texto editado primariamente pelo poder público, além de escrito por homens públicos por excelência, foi logo cumprindo seu destino de ser avidamente xerocopiado às centenas, para tornar-se, ao cabo de 23 anos, a obra mais referenciada, direta quanto indiretamente, pelos que pesquisam sobre o Piauí, na sua multiface, especialmente as faces invisibilizadas da trama que enreda o atraso dessa gleba do Brasil do Maranhão convertida.

Diz a equipe, à guisa de *apresentação*, do seu propósito, neste estudo, de deslocar a interpretação simplificadora de considerar-se o atraso do hoje chamado *nordeste* uma mera decorrência do deslocamento do eixo econômico mercantil-exportador desta região para o centro-sul, e colar-se nesse entendimento a explicação para o quadro de *extrema pobreza* do Piauí, "pois as características estaduais se definiram dentro de um quadro histórico estrutural específico de pouca ou nenhuma articulação com aquela base dinâmica de referência regional". O estudo foca o Piauí com rara intensidade de luz perquiridora, aquela que permite enxergar por entre brumas a tessitura da formação social piauiense em pleno processo de sua constituição num quadro de tensões com enleios profundos, que uma maioria expressiva dos historiadores de mentes e corações litorâneos ignora, por cálculo, preconceito e/ou tudo isto junto.

Mas não se pense que se está buscando um olhar verticalizado sobre o Piauí ao ponto de se não deixar brechas para as percepções do Brasil e do mundo circundantes. Ao contrário, o ensaio toma e compreende como referência de partida a análise do "conjunto de fatores que determinaram a evolução do estado do Piauí, como área periférica ao centro nacional", e suas interações e interfaces com o contexto do processo mais abrangente da colonização nesta parte da América portuguesa.

Uma das características que tornam o texto delicioso, apesar da sua aparência de texto pesado, de acentuado economês e academês, é a sensação de se estar lendo algo sobre o que já se conhecia ou sobre a realidade emergente que ensinara intuir uma explicação sobre a realidade em volta. Noutras palavras: como bom e bem fundamentado texto que é, ele acaba sendo aquele texto que qualquer um gostaria de ter escrito para dizer as mesmas coisas que os pesquisadores aplicados dizem melhor que os empíricos, pela utilização do método que incensa o saber-ciência.

Quem se inclina a um entendimento mais percuciente sobre as origens do Piauí contemporâneo, por exemplo, não há dúvida vai deliciar-se com a sistematização interpretativa empreendida pela equipe a partir das pistas pioneiramente consistentes fixadas pelo insigne historiador Odilon Nunes, com o benefício adicional de desenvolvimentos texto-analíticos dialetizados na contribuição de Celso Furtado, Monteiro de Santana, Paul Singer, Barbosa Lima Sobrinho e vários outros, além das fontes primárias utilizadas, do manancial dos arquivos locais, até então somente conhecidos pelos intimoratos e diletantes das primeiras aventuras em pesquisa que o Piauí conheceu. A edição deste estudo em forma de livro é um prêmio que a inteligência piauiense concede ao Brasil pensante. Preenche uma lacuna e mitiga a angústia dos que sempre perceberam sua importância como lugar de consulta elaborada e reclamavam esta e quantas edições forem possíveis, pois inegável é um texto simples, mas pista e suporte indispensáveis para se empreender a aventura de entender o Brasil entendendo-se o *funcionamento* do Piauí.

A obra é coletiva, já se disse, como é já sabido que foi elaborada por um grupo de jovens irmanados num raro espaço de decantação intelectual do serviço público, a Fundação Cepro do final dos 70. Há, todavia, em tudo, uma ação que, se não é solitária, explica como algumas acontecências piauienses resultam muitas vezes da disposição pessoal de certos personagens que estão no lugar certo e no tempo idem. Isto é dito para realçar, em tudo, e sem favor, o papel do professor e economista Felipe Mendes de Oliveira, co-elaborador do texto ora publicado. Encarregado das Finanças estaduais aos vinte e poucos anos de idade, na qualidade de Secretário da Fazenda mais jovem a passar pelo cargo, que dignificou, e por isso mesmo dele saiu de bolsos vazios, mas com a cabeça cheia de compreensão sobre o drama piauiense, Felipe assumiria logo a seguir a Superintendência da Cepro, e foi nesse outro papel institucional que participou deste PIAUÍ...

Hoje, decorridas mais de duas décadas, quando até se fala da crise dos paradigmas sessenta/setentões dos jovens ceprolinos, vice-governador do estado do Piauí, eis Felipe resgatando uma dívida com a inteligência piauiense, quando, sob os auspícios do seu esforço de mandatário público, cumprindo genuinamente seu múnus de aspergir sabedoria coletivamente criada, mobilizou esforços que tornaram possível à presente geração partilhar esta porção de puro elixir da auto-estima dos piauienses que dignificam o Brasil.

Um tributo, claro, a William Jorge Bandeira, um colaborador do feito lá nos 70, e já agora mudado para outra territorialidade, daquelas onde, quem sabe, o drama do latifundismo atroz não seja marca e tampouco empecilho emergente da realização da vida em justiça.

Teresina, novembro de 2002.

FONSECA NETO
Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras – UFPI

APRESENTAÇÃO – 1ª Edição

A maioria dos estudos sobre o problema das desigualdades regionais do Brasil, e principalmente aqueles que dão ênfase ao caso nordestino, costuma associar as origens históricas do atraso do Nordeste, em relação ao centro hegemônico nacional, ao fenômeno econômico da transferência do pólo exportador da região para o Centro-Sul. Acontece, porém, que esta é uma visão bastante abrangente e que certas peculiaridades de extensas áreas envolvidas na macrorregião nordestina sistematicamente deixam de ser levadas em consideração, e mais, esta tendência à generalização da pesquisa regional, englobando macrorregiões, dificulta a compreensão de casos particulares de economias e sociedades que desenvolveram *modus vivendi* próprios ao longo do processo histórico de formação. Quando se examina o caso particular do Piauí, por exemplo, as causas que deram origem à sua realidade de extrema pobreza e marginalidade não podem ser creditadas somente ao simples fenômeno de transladação do pólo dinâmico exportador do Nordeste para outra região brasileira, pois as características estaduais se definiram dentro de um quadro histórico estrutural específico de pouca ou nenhuma articulação com aquela base dinâmica de referência regional, pelo menos nas épocas em que esta região monopolizava as exportações nacionais.

O objetivo deste trabalho é justamente tentar explicar esse fenômeno, ou seja, verificar as transformações e contradições de natureza endógena que se processam na área de pecuária extensiva do Nordeste brasileiro, partindo do suposto de que o conjunto de fatores que determinaram a evolução de estado do Piauí, como área periférica ao centro nacional dominante, está intimamente relacionado com o processo histórico de colonização desta região e, em particular, com o processo de estruturação de sua base econômica e com as relações sociais e políticas que o acompanham. Para não se tornar um trabalho incompleto, o estudo aqui empreendido realiza também um esforço para situar a economia piauiense na divisão regional do trabalho, o qual se processa no Brasil sobretudo a partir do momento em que o Piauí se integra na economia mundial como fornecedor de produtos primários (algodão e produtos extrativos vegetais), coincidindo com o avanço de comércio inter-regional e a formação do complexo industrial, comercial e financeiro na região Sudeste, isto é, quando se inicia o processo de expansão capitalista no Brasil, comandado por empresas privadas, nacionais e estrangeiras, com a participação do aparelho do Estado, que propicia a centralização industrial e a acumulação mais rápida na região Sudeste. Enfim, este trabalho tenta fornecer uma visão global dos processos econômicos, políticos e sociais que se efetuam no Piauí e analisa, em particular, o papel da intervenção governamental neste Estado e seus resultados em termos de transformações estruturais.

O presente estudo resulta de ampla pesquisa em documentos e bibliografia existente sobre o Piauí, tendo-se recorrido, algumas vezes, ao levantamento de dados primários. Cumpre assinalar que todo o esforço empreendido tem o caráter de ensaio devido, em grande parte, à escassez e precariedade das informações

necessárias para que o estudo pudesse alcançar maior aprofundamento e objetividade. Outro fator importante que influenciou esta opção de orientação de análise foi o próprio assunto, de difícil enquadramento metodológico, uma vez que se tenta abordar fatores e variáveis das mais diversas naturezas. E é em razão disto que as diversas partes e vários capítulos aqui apresentados vêm precedidos de ligeiras explicações introdutórias, melhor situando os temas no trabalho como um todo.

Em linhas gerais, o ensino está dividido em três partes. A primeira, denominada "O Processo Evolutivo do Piauí", tenta analisar os mecanismos geradores da situação de marginalidade do estado do Piauí no contexto brasileiro, no decorrer do processo histórico. Por sua vez, esta foi subdividida em três capítulos. O primeiro, intitulado "O Caráter da Colonização do Piauí", procura estudar os condicionamentos físicos da colonização, a implantação da estrutura de produção e a embrionária formação sócio-político-administrativa do Estado, sendo todos estes assuntos tratados num corte cronológico prefixado que começa em 1660 e se estende até a década que se inicia em 1780. O segundo capítulo tem como objetivo o conhecimento dos desdobramentos da economia colonial no decorrer do século XIX e primeira metade do século XX, abordando os diversos subsetores da atividade econômica do Piauí: a pecuária extensiva, a agricultura de subsistência, o extrativismo, o comércio e a rudimentar indústria de transformação; são também analisadas as transformações estruturais ocorridas com a abertura do mercado internacional e seus reflexos na formação da unidade nacional. O terceiro capítulo, denominado "Relações Sociais e Políticas", se incumbe de analisar as características da sociedade piauiense, o comportamento das classes sociais, suas contradições após a implantação de estrutura de produção, a consolidação do poder oligárquico, bem como detectar a lógica do relacionamento entre esta unidade regional e a Nação, dando uma atenção especial ao problema das intervenções do Estado Nacional e de suas articulações com o poder político local. A segunda parte, "Análise Estrutural do Piauí", volta-se ao exame da atual situação sócio-econômica do Estado, vista como resultado de processo de desenvolvimento histórico. A análise concentra-se, sobretudo, nas características das estruturas setoriais, a partir da década de cinqüenta até os dias de hoje. O comércio e a indústria, as estruturas agrária e social, o aprofundamento das relações de dependência econômica do Estado e o papel das transferências federais assumem aqui particular importância no processo de conhecimento da problemática piauiense como unidade periférica no cenário nacional. A terceira e última parte, "Aspectos do Desenvolvimento Estadual e Análise das Ações Governamentais", analisa as implicações do desenvolvimento capitalista brasileiro na economia estadual e o processo de distribuição da renda interna, dando ênfase às condições de vida da população resultante da má distribuição. Enfoca a atuação do aparelho do Estado, as propostas de desenvolvimento por ele conduzidas e tenta empreender uma avaliação crítica destas propostas, tendo em vista suas posições frente aos mecanismos geradores da marginalização e da realidade que estas propostas visaram transformar.

Como já foi evidenciado, o propósito deste trabalho não é oferecer fórmulas de interpretação perfeitas e acabadas sobre os inúmeros problemas existentes no

Piauí. A intenção é simplesmente estimular o debate e a reflexão em torno deles, para que as opções e as medidas voltadas para a transformação da situação existente possam ser fundamentadas em argumentos mais sólidos e objetivos.

Muitos foram os que colaboraram com este trabalho. Injusto, no entanto, seria não agradecer especialmente a ELISABETH SILVESTRE, GERALDO ALMEIDA BORGES, WILIAM JORGE BANDEIRA, MARIZE TARCILA NUNES GUIMARÃES, GLÓRIA SANDES FREITAS, ROSE MARY F. BATISTA PASSOS, JOANA LÚCIA MARTINS NOGUEIRA, LÚCIA MARIA SOUSA GURJÃO E JOSÉ AYRTON GONÇALVES GOMES, que contribuíram quanto a críticas sobre o projeto, revisões ao texto e preparação dos originais nesta edição.

Também à SAREM e SUDENE nossos agradecimentos pelo apoio financeiro que viabilizou esta publicação.

Teresina, fevereiro de 1979.

A EQUIPE

PARTE I

O Processo Evolutivo do **Piauí**

CAPÍTULO 1
O CARÁTER DA COLONIZAÇÃO DO PIAUÍ

1.1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a lenta transformação da estrutura econômico-social do Piauí, desde a ocupação de suas terras, o estudo da maneira pela qual se processou a colonização do território piauiense assume grande importância. A estrutura de produção implantada a partir de então não sofreu, fundamentalmente, alterações de vulto durante, no mínimo, três séculos. Dessa estrutura colonial, emergiram e se consolidaram traços que marcaram toda a evolução da economia e sociedade do Piauí.

A análise do caráter da colonização do Piauí, por outro lado, se torna tanto mais necessária tendo em vista a arraigada tendência à generalização nos estudos da fase colonial brasileira, quando, via de regra, os contextos históricos relativos a enormes espaços do território brasileiro não são considerados em suas particularidades e, por isso, o sentido de sua evolução resta incompreendido. É notório o desconhecimento da realidade configurada pelo Nordeste pecuário. As interpretações da realidade nordestina ainda hoje pouco tomam em conta a imensa e profunda faixa contígua ao litoral açucareiro. As raras exceções de trabalhos que procuram identificar "O Outro Nordeste", apesar da colaboração que prestaram ao conhecimento da Região, estão em grande parte calcadas em informações que os mais elementares estudos históricos bastam por desfazê-las[1].

Diversas vezes já se mencionou a "ausência" do estado do Piauí nos estudos e diagnósticos que fundamentam projetos na área do

[1] Faz-se aqui alusão ao trabalho de MENEZES, Djacir. O outro Nordeste. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1937. Um livro recente, de OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pode simbolizar o tipo de trabalho que, se inquietando em ver as especificidades da economia pecuária nordestina, se defronta com o problema de precariedade das informações históricas. Neste último exemplo, a noção tomada pelo autor no que concerne à ausência de escravismo na Região (p. 39) e a importância conferida à propriedade da terra (p. 40) são os aspectos mais flagrantes de desinformações.

desenvolvimento, para não falar da precária atenção com que esses mesmos projetos contemplam o Estado. Um fator, naturalmente não o principal, que pode ser incluído na explicação disso é o desconhecimento da economia pecuária implantada no sertão nordestino.

Assim, um segundo propósito desse capítulo, estudando o caráter de colonização do Piauí, é salientar a especificidade apresentada por esta região da pecuária nordestina no contexto de formação da estrutura sócio-econômica brasileira.

Delimita-se o corte cronológico década de 1660 – década de 1780 para efeito de análise do caráter de colonização do Piauí, atendendo não somente ao aspecto de divisão prática do estudo[2], mas, sobretudo, por acreditar-se que esse período se diferencia da etapa posterior pelos seguintes fatos:

– foi o período conhecido como do "devassamento" ou ocupação das terras do Piauí;

– foi um período caracterizado pela guerra de conquista (caça e extermínio do gentio);

– foi o período das grandes disputas entre posseiros e sesmeiros (o ano de 1701 marca a intervenção real nesta luta: o Piauí, anteriormente sob jurisdição pernambucana, passa para a jurisdição do Maranhão, significando grande vitória para os posseiros);

– por fim, e principalmente, foi o período de implantação de uma estrutura econômico-social na bacia do Parnaíba. A partir do final do século XVIII, pode-se dar como implantada essa estrutura econômico-social relativamente definida.

A justificativa para o fato de haver-se tomado estes pontos como definidores de uma etapa histórica será feita na própria dissertação que se segue.

Na apreciação do caráter da colonização do Piauí, mereceram toda atenção: os condicionantes geográficos (a literatura local sobre a

[2] O fato de o Brasil ter continuado a ser Colônia após 1780 pouco pode determinar o prolongamento do corte cronológico proposto, visto que a Independência não pode ser tomada como marco da evolução econômico-social piauiense. No 3º capítulo, ver-se-á o que a Independência significou para o Piauí.

colonização confere peso fundamental aos fatores físicos no processo de colonização do Piauí. Sem ater-se a essa perspectiva de análise, este Ensaio tentou não subestimar esses condicionadores físicos, sobretudo porque eles são bem distintos daqueles relativos ao Nordeste Oriental); o relacionamento entre a implantação de uma estrutura produtiva do Piauí e a economia açucareira (a tese até agora prevalecente reza que a expansão da pecuária nordestina decorreu da expansão do negócio do açúcar); o papel da guerra do índio (singularmente menosprezado pelos estudiosos e privilegiados pelos cronistas. Pretende-se anexar a caça ao índio entre os móveis do processo de implantação da colonização do Piauí); e, finalmente, a importância da escravidão negra (geralmente tida como pouco relevante ou inexistente pelos analistas, que insistentemente não levam em conta informações historiográficas já disponíveis). Apesar de estar-se atento a estas questões, o estudo não se deteve apenas nelas. Assim, assumiram particular importância o papel da Igreja, as formas de organização sócio-político-administrativa e as ligações com o poder colonial e metropolitano.

1.2 CONDICIONANTES FÍSICOS DO PROCESSO HISTÓRICO

A região que começa a ser rapidamente ocupada na segunda metade do século XVII e que vem configurar posteriormente a Capitania, Província e Estado do Piauí permaneceu durante séculos indefinida em seus contornos: os próprios ocupantes da área tinham apenas vaga noção da vasta zona que ocupavam. Freqüentemente, os vales do São Francisco e do Parnaíba eram tidos como uma mesma unidade geográfica. Quanto aos que viviam fora desta região, inclusive a própria Coroa e seus representantes na colônia, tinham da área noção ainda mais vaga.

Portanto, apenas com muitas reservas pode-se traçar os limites do "Piauí" em seu primeiro século de existência. Para isso, o mais válido documento conhecido (e já muitas vezes utilizado) é um "recenseamento" feito pelo Padre Miguel do Couto[3]. O "Piauí" considerado no final do século XVII, quando já existia ocupação de fato do território, consistia em extensa parte da bacia do Parnaíba: Alto Gurguéia, praticamente toda extensão do rio Piauí e Canindé, boa parte do Poti ou "Itaim-Assu" e, finalmente, as cabeceiras do Longá. Já nesta época missões jesuíticas se localizavam na Ibiapaba. Pode-se considerar que no início do século XVII cerca de dois terços do que atualmente é território piauiense já estavam ocupados, naturalmente com uma baixíssima densidade demográfica.

Esta parte da Bacia do Parnaíba enquadra-se perfeitamente dentro da região conceituada como sendo "pré-amazônica", guarda as características marcantes da transição entre o Nordeste Oriental e a Amazônia. Entre os traços físicos mais notáveis dessa região, assinala-se:

– a existência de densos recursos hidrográficos, com grandes rios perenes e importantes lagoas, coexistindo com áreas tocadas pela seca;

– a graduação climática, situada a semi-aridez quente do Nordeste Oriental e a umidade quente da Amazônia;

– uma associação de vegetais que correspondem à zona de transição

[3] Ver, neste sentido, LIMA SOBRINHO, Barbosa. Devassamento do Piauí; NUNES,Odilon. Economia e finanças do Piauí colonial; Devassamento e conquista do Piauí e sobretudo, Os primeiros currais. O autor desse documento é também conhecido como Miguel de Carvalho.

definida: extensos pastos naturais, importantes cocais e numerosas várzeas, algumas delas de grande fertilidade, situados entre caatingas arbóreas e arbustivas, cerrados e chapadões[4].

Tais características derivam principalmente da conformação geológica da região, quase inteiramente incluída dentro de um pacote sedimentar onde as rochas areníticas são predominantes. Ocorre, a partir disso, por um lado, a abundância de reservas hídricas e, por outro, um teor de fertilidade do solo relativamente baixo para grandes porções do território. Entretanto, as condições físicas apresentadas pela região aos seus primeiros ocupantes, tendo em vista seus objetivos, como se poderá ver adiante, foram excelentes, sendo uma razão importante do rápido processo de expansão das fazendas. Há de se notar, que, nesta base geográfica, não existia nenhum produto que na época se oferecesse à extração e eram mínimas as possibilidades de exploração do único produto objeto de real interesse na Colônia, o açúcar. De fato, essa área, não era, em geral, favorável ao plantio da cana-de-açúcar. Mesmo se o fosse, esta não teria boas condições de aí desenvolver devido, inclusive, ao fato da rentabilidade do negócio do açúcar exigir um escoamento fácil para o exterior, o que a área do "Piauí", dessa época, não tinha possibilidades de oferecer. As características físicas pré-amazônicas, por outro lado, não foram suficientemente expressivas para que se gerasse, no Piauí, uma estrutura econômico-social como a que se desenvolveu na Amazônia propriamente dita. A única alternativa que esta região oferecia ao colonizador era a coleta de "drogas", feita através dos índios devidamente manobrados pelos missionários católicos.

A excelência das condições físicas do "Piauí" para os seus primeiros ocupantes residia, em primeiro lugar, nas enormes possibilidades de criação de gado (abundância de pastos naturais onde proliferavam gramíneas e

[4] Para conhecimento do quadro geográfico do Estado e por dedução, do "Piauí" em seu primeiro século de existência, tem-se relativamente poucas obras. Assinala-se, entre as mais importantes, DODTH, Gustavo. Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi. São Paulo: Nacional, [19 – –]; SAMPAIO, Antônio José. Descrição geral do estado do Piauí. Teresina: Imprensa Oficial, 1963; BATISTA, João Gabriel. Geografia física do Piauí. Teresina: COMEPI, 1975; MIRANDA, Agenor Augusto de. Estudos piauienses. São Paulo: Nacional, 1938. Um quadro rápido das condições fisiográficas do Estado, de consulta fácil, é oferecida por RAPOSO, Maria Florice. Piauí: visão sumária. Teresina: Fundação CEPRO, 1977. Para conhecimento do quadro físico pode-se ainda utilizar um certo número de "diagnósticos" constantes de nossa lista bibliográfica. O mais completo levantamento das condições geológicas, morfológicas, dos solos e vegetação do Piauí é o oferecido pelo projeto RADAM que, entretanto, contém páginas cujas correções ainda não foram efetuadas.

leguminosas, fartos recursos hídricos e salubridade do clima) e, em segundo, a relativamente boa oferta de produtos coletáveis e animais de caça que tanto facilitaram a sobrevivência da população. O grande número de tribos indígenas existentes na região atestava sobejamente essa oferta[5].

Essas características diferem substancialmente das apresentadas por outras áreas da zona pecuária sertaneja. Cabe, em particular, assinalar as condições do "Piauí" frente ao fenômeno das secas: apesar da área ser parcialmente atingida pela estiagem prolongada, a capacidade que detinha de enfrentar a calamidade era bem distinta da do Nordeste Oriental. Não por outro motivo, as regiões assoladas pela seca, vendo seus rebanhos devastados, procuravam o gado piauiense para a reconstrução de seus criatórios. Isso ocorreu em particular com o Ceará, Pernambuco e Bahia[6]. Vendo a questão no devido contexto da colonização, isto é, considerando os móveis, a que os primeiros ocupantes estavam vinculados, e seu aspecto numérico, as férteis e relativamente abundantes várzeas existentes representavam um potencial bem acima da capacidade de exploração do elemento humano "piauiense" no seu primeiro século de existência. Portanto, se na parte da Bacia do Parnaíba, ocupada até 1780, não se desenvolveu de maneira marcante uma agricultura, as razões disso devem ser procuradas em fatores outros que não as condições físicas do vale.

Por fim, mais um traço do meio físico do "Piauí" oferecido ao elemento colonizador consistiu na facilidade de penetração linear no território. Isso não significa facilidade de comunicação,mas sim, e como na região amazônica, possibilidade de utilização de uma importante rede hidrográfica para o rápido conhecimento e ocupação de uma extensa área. Do ponto de vista da comunicação, a situação seria diferente: no espaço existente entre o "Piauí" e as regiões em contato direto com a Metrópole (Maranhão e região do açúcar) as distâncias eram enormes, o transporte perigoso, lento e oneroso.

---

[5] Ver, neste particular, a tese já citada de Antônio Sampaio. O autor realiza interessante estudo comparativo, entre as condições físicas do Piauí, Argentina e Austrália, para a criação de gado. É interessante notar as referências que faz à região do Canindé, justamente uma das primeiras a serem ocupadas.

[6] Conforme a tese bastante coerente de MIRANDA, Agenor de. "Estudos Piauienses", a área atual do Piauí atingida pela seca é bem mais extensa do que a dos primeiros tempos de colonização. Vê-se que as áreas atingidas atualmente são as mesmas que, na época, foram capazes de fornecer gado para a recuperação dos rebanhos dizimados pela seca na Bahia, Ceará e Pernambuco. Como se sabe, o perímetro da seca evolui no sentido oriente-ocidente, devido a diversas causas, entre elas a própria ação predatória do tipo de exploração econômica da região.

1.3 MÓVEIS DE PENETRAÇÃO E A FIXAÇÃO DOS PRIMEIROS OCUPANTES

Antes da instalação dos primeiros povoadores das terras piauienses, estas já eram conhecidas. Não se justifica tratar esses ocupantes como "descobridores" (diversas vezes a expressão foi utilizada com relação a dois grandes vultos dos primórdios da história do Piauí: Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Sertão ou "Mafrense") das terras piauienses. Desde o século XVI diversas expedições se sucederam percorrendo o território piauiense e, através delas, pouco a pouco divulgavam-se informações sobre a Bacia do Parnaíba e a Serra da Ibiapaba[7]. Porém, eram estas expedições passageiras. Nada de preciso objetivavam no território, visto que as vagas esperanças de encontrar ouro logo se esvaeceram. Em geral, estavam de passagem do Maranhão para Pernambuco ou vice-versa. Nada as detinha no Piauí. É por volta de 1660–1670 que a região torna-se objeto de penetração mais intensa: bandeirantes paulistas, predadores de índios visitam-na por diversas vezes, e fazendeiros baianos, fazendo guerra aos índios, começam a marcar igualmente suas presenças[8]. A primeira atração oferecida pelo Piauí é, pois, o índio, objeto de caça, que se prestava não somente a servir como mão-de-obra escrava, mas que era peça fundamental como elemento militar[9].

---

[7] Para citar apenas algumas dessas expedições: Francisco Pinto e Luís Figueira, 1607; Baltazar Álvares Pestana, 1616; André Vidal de Negreiros, 1656; Padre Antônio Vieira, 1660. A exploração da costa foi feita diversas vezes, sempre com muitas dificuldades, por desafortunadas expedições que seguiam rumo ao Maranhão. Um bom relato dos primeiros contatos com as terras piauienses está no já citado livro de Barbosa Lima Sobrinho. Esse autor, junto com Odilon Nunes (obras também já citadas), Carlos Eugênio Pôrto (Roteiro do Piauí) e F. A. Pereira da Costa (Cronologia histórica do estado do Piauí), forneceu boa parte das informações utilizadas nesta subunidade.

[8] Entre as bandeiras paulistas que vasculharam o Piauí, os cronistas destacam os nomes de Domingos Jorge Velho (chegado ao Piauí ao que indica entre 1662 e 1663); Sebastião Paes de Barros (sempre na caça ao Índio, veio de São Paulo ao Tocantins, passando no Piauí em 1667); Vital Maciel Parente (famoso por seus massacres aos tapuias, no Baixo Parnaíba, em 1679); Francisco Dias de Siqueira e João Pires de Brito (fins do século XVII).

[9] Como já foi ressaltado, anteriormente, era grande a quantidade de índios que habitavam o Piauí: os "Tremembés" sediavam-se no Baixo Parnaíba e seu delta; os "Aroaquises" e "Corapotangas" na chapada das Mangabeiras; mais abaixo, os "Aroquanguiras", "Copequacas", "Cupicheres", "Aranhezes", "Aitetus" e "Corerás"; no Médio Parnaíba, os "Abetiras", os "Beirtas", "Coarás" e "Nongazes", "Rodoleiros" e os "Beiçudos", nas cabeceiras do Gurguéia; os "Bocoreimas", os "Corsiás" e os "Lanceiros", na extensão do mesmo rio; os "Anaissus" e os "Alongares", na Serra da Ibiapaba; os "Aroases", no riacho

Devido ao próprio caráter da empresa preadora paulista, nenhuma dessas bandeiras chegou a fixar-se nas terras piauienses. A única exceção, aliás ainda hoje objeto de polêmica entre eruditos, foi a bandeira de Domingos Jorge Velho. É certo, porém, que, se esse bandeirante chegou a se fixar no Piauí, foi apenas provisoriamente, pois daí se retirou para participar ativamente da prolongada Guerra do Açu, no Rio Grande do Norte, na última década do século XVII, pelejando depois, durante muitos anos, no massacre aos negros de Palmares[10].

Foi igualmente em razão do combate ao índio que os primeiros fazendeiros vindos da Bahia penetraram nas terras piauienses. A poderosa Casa da Torre organiza, em 1674, importante expedição contra os "Gueguês" ou "Gurguéias" revoltados no São Francisco, nas proximidades do sul do Piauí.

Os principais comandantes dessa expedição eram Francisco Dias de Ávila, Domingos Rodrigues de Carvalho e Domingos Afonso Sertão. Os "Gurguéias" foram derrotados em 1676, sendo todos os prisioneiros assassinados e suas mulheres e filhas escravizadas.

Dos comandantes da expedição, apenas Domingos Afonso Sertão e seu irmão Julião Afonso Serra ficaram nas paragens a que os combates os haviam levado – o Vale do Gurguéia. No mesmo ano, 1676, recebem, de sociedade com a Casa da Torre, vinte e quatro léguas "em quadra", nas margens do rio. Em 1681, são beneficiados com mais dez léguas cada um, ao longo do rio Parnaíba, e, em 1684, recebem outras sesmarias junto aos rios Paraim e Tranqueira. A partir de então, sucedem-se as concessões de sesmarias nos mais diversos pontos da Bacia do Parnaíba. Pela carta do Padre Miguel do Couto, já citada, tem-se uma idéia da extensão das terras ocupadas em menos de vinte anos.

Sambito; os "Ubatês", "Moatans", "Junduins", "Icós" e "Urires", na Serra do Araripe; os "fraiés" e "Acumês" nas cabeceiras do rio Piauí; os "Coaretizes" e os "Jaicós", no Vale do Gurguéia, os "Cupinharós", no Canindé; os "Prebetizes", no Uruçuí; os "Putis", na foz do rio Poti; os "Aranhis"e "Crateús", nas suas cabeceiras; os "Pimenteiras", nos limites com Pernambuco; os "Gueguês" na região central do Estado; os "Gamelas", os "Genipapo" e "Guaranis" vagaram pela margem do rio Parnaíba por algum tempo e retiraram-se para o Maranhão. (Ver maiores informações em CHAVES, Joaquim (Mons.). O índio no solo piauiense, p. 7-8)

9) Como assinalou PÔRTO, Eugênio, op. cit., p.35: "Ninguém, em verdade, pode negar o valor a essas primeiras entradas, força é reconhecer que foram infecundas. O homem buscava o conhecimento da terra através da miragem do ouro, ou assalariado para a exterminação dos índios. Sem vinculação no solo porque não estacionavam, afirmaram-se esses pioneiros como valentes, mas perderam-se como colonizadores".

Entre os caçadores de índios paulistas e baianos, chegados mais ou menos na mesma época à região, havia pois uma diferença qualitativa. Se o caráter de nomadismo dos preadores paulistas não os levou a se fixarem nas terras conquistadas ao gentio, o mesmo não ocorreu com os baianos. Deixar-se-á para tratar das atividades desses últimos, enquanto preadores, na próxima seção. No momento, convém fixar as razões pelas quais esses criadores-preadores tornam-se os primeiros agentes do povoamento das terras piauienses.

Não foi simplesmente devido ao fato de terem vindo ao Piauí no combate aos índios e, em vista de belos pastos naturais, que os criadores baianos decidiram-se pela sua instalação na área. Na verdade, isso ocorreu devido sobretudo às possibilidades de, no Piauí, poderem encontrar terras em abundância, numa época em que a criação extensiva do gado já havia ocupado largos espaços do interior nordestino. A região do São Francisco, que com a ocupação holandesa havia assumido importância estratégica, tornara-se exígua para a fabulosa capacidade de expansão linear da criação extensiva. As terras piauienses apresentavam, então, alguns elementos desta região pecuária e mais alguma mão-de-obra disponível da zona açucareira em crise, possibilidade de:

a) realizar negócios com o apresamento de índios;

b) constituir direitos com os quais reivindicaria sesmarias em terras ainda sem dono.

As facilidades oferecidas pelas terras piauienses para a sobrevivência, com a fartura de alimentos facilmente coletáveis e as boas condições apresentadas pelo meio físico, seguramente colaboraram, incentivando o impulso desses povoadores pioneiros do Piauí.

1.4 IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA ECONÔMICA

a) Caça ao índio, coleta e pecuária extensiva

É tradicionalmente aceita a idéia de que a expansão da pecuária no sertão nordestino esteve diariamente relacionada com o crescimento do negócio açucareiro, implantado na faixa litorânea da Região. Em outras palavras, a pecuária teria sido resultado da especialização que a alta rentabilidade do negócio do açúcar havia gerado. Assim, a produção do açúcar, necessitando do gado, seja como força de tração, seja como fornecimento de matéria prima para alguns utensílios, seja ainda como fonte alimentícia, em um primeiro momento teria conciliado a criação do boi com a plantação da cana-de-açúcar. Quando posteriormente essa conciliação se torna impossível, devido à necessidade de expansão dos canaviais em terras ocupadas pela criação e, também, devido à própria expansão natural da criação, a fazenda de gado torna-se uma unidade produtiva distinta do engenho, porém sempre estreitamente vinculada e dependente do mesmo.

Uma terceira fase é delineada quando a criação se separa completamente do engenho. O proprietário desse não é mais o proprietário do gado; a pecuária ocupa enormes extensões do sertão, com os rebanhos bastante desenvolvidos. Seu crescimento torna-se um processo endógeno, não mais diretamente ligado às solicitações do mercado consumidor (apesar das eventuais aberturas de mercado, como o da zona da mineração) durante o século XVIII[11].

A implantação de uma estrutura de produção na Bacia do Parnaíba ocorreu nessa terceira etapa, ou seja, quando a pecuária vivia um processo de crescimento endógeno. Se ajuntar-se a esse fato, a crise que atingiu a economia açucareira na segunda metade do século XVII, ver-se-á que os laços existentes entre essa economia, enquanto mercado consumidor de gado bovino, e a implantação de uma estrutura de produção em parte da Bacia do Parnaíba, são por demais débeis. Com efeito, não foi a necessidade de gado para a zona açucareira que motivou a expansão

[11] FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil, quem analisa deste modo a economia pecuária. Sobre as etapas vividas na evolução do subsetor, pode-se encontrar uma sistematização em SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil.

da criação no território piauiense. Pode-se mesmo considerar que a decadência da zona do açúcar esteve mais diretamente ligada aos eventos nas terras piauienses, na medida em que liberou certa mão-de-obra, que a sua expansão propriamente dita.

É importante lembrar, para efeito de embasamento dessa análise sobre o caráter da colonização do Piauí, alguns traços gerais da expansão da pecuária nessa ocasião. Infelizmente, como já se salientou, esta atividade econômica do sertão nordestino carece de estudos mais aprofundados. Salientando, resumidamente, alguns aspectos dessa economia, mesmo que sem a necessária profundidade, objetiva-se a formação de um quadro geral dentro do qual se possa analisar as especificidades do sistema criatório implantado no Piauí.

Uma outra característica de grande importância era a situação especial em que a pecuária se encontrava dentro do esquema geral da produção econômica colonial. Com efeito, ao invés de se orientar para o mercado externo, objetivo principal de uma economia colonial, os rebanhos supriam um mercado interno limitado e inconstante. Ressalte-se que essa análise corresponde ao corte cronológico 1670–1780, época considerada como a da implantação de uma estrutura econômico-social no Piauí. Durante esse período, ocorreu não só o colapso da economia açucareira como também o auge e início da decadência da mineração, dois setores que configuraram, no devido tempo, os maiores mercados para os rebanhos. Daí a razão pela qual a economia pecuária, para seu desenvolvimento, tinha de ser, até certo ponto, obrigatoriamente infensa às crises do mercado consumidor, o que aliás ocorreu. A pecuária estava obrigada a criar um esquema de auto-subsistência, o que a afastava da condição básica do desenvolvimento no quadro da economia colonial que era a produção para a exportação. Daí sua posição secundária na economia colonial, que já foi suficientemente enfatizada por diversos autores[12].

[12] Para citar um deles: "A renda monetária gerada pela pecuária, em todo o Nordeste, no começo do século XVIII, segundo o resumo de tudo quanto ia ordinariamente cada ano do Brasil para Portugal, representava cerca de 5,6% dos valores do açúcar, do tabaco, do ouro e do pau-brasil. Computados os demais valores, essa participação reduzir-se-ia" – SANTANA, Raimundo Nonato M. Evolução histórica da economia piauiense. p. 26, apoiado em COUTO, Domingos do Loreto. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco, e ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil, e baseando-se nas análises feitas por SODRÉ, Nelson Wernek, op. cit. e FURTADO, Celso, op. cit. Apesar do autor referir-se ao início do século XVIII não há razões para supor que o quadro sofresse substanciais transformações ainda no decorrer do século. Se houve modificação desse percentual foi em desfazer da pecuária, com o auge das exportações do ouro de Minas Gerais.

Outro aspecto a ser lembrado é o caráter de "quase extrativismo" dessa economia, devido a quase nenhuma interferência do trabalho humano na reprodução do gado. Este, crescendo vegetativamente, circulava solto entre os pastos naturais e completamente entregue à favorabilidade ou não da natureza. O homem mantinha contato com o boi apenas na hora de contabilizá-lo e negociá-lo. A força de trabalho exigida era mínima, o que explica a grande inferioridade demográfica do sertão nordestino com relação ao litoral.

Decorrente desse caráter "quase extrativista", vinha a exigência, para o aumento dos rebanhos, de porções cada vez mais extensas de terras. O latifúndio era, pois, um pressuposto da pecuária extensiva; a expansão desta era condicionada pela existência de terras virgens. E isso não só devido ao crescimento dos rebanhos, pois a incorporação de novas terras não crescia proporcionalmente ao volume dos mesmos, mas também ao empobrecimento dos pastos.

Como a incorporação de novas terras exigia sua "conquista" aos índios, feita através de "guerras justas", e tais empreitadas exigiam poderosos recursos, além de aptidões militares, apenas os grandes chefes ou fazendeiros importantes tinham condições de realizá-las. Também para as concessões de sesmarias, apenas os que mantinham ligações com a burocracia representante do poder real, ou seja, os grandes fazendeiros, podiam obtê-las. Pode-se ver, ainda aqui, o quanto a concentração da propriedade da terra era inerente à expansão dessa economia pecuária.

O desenvolvimento da economia pecuária se faria a par com outra atividade, o apresamento de índios, que em algumas regiões subsistiu até o fim do século XVIII. As lutas contra as tribos não se deram apenas para efeito de "limpeza de área" (tomada de terras aos índios ou proteção dos rebanhos em caso de atos de rebeldia dos indígenas). Houve a comercialização de índios escravizados, que, se jamais chegou a um nível equiparável ao da escravidão negra, para essa zona de produção econômico-vegetativa e de quase nenhuma circulação monetária, assumiu a importância a qual não pode ser desconsiderada. Deve-se levar em conta que além do seu papel nas unidades produtoras, limitado, sem dúvida, foram os índios que forneceram os grandes contingentes militares necessários não só à proteção dos rebanhos como às expedições responsáveis pela anexação de novas áreas à zona de criação e mesmo ao combate aos quilombos. O elemento feminino era fundamentalmente

indígena, nos primeiros tempos da pecuária, e esse elemento era parte integrante do sistema de produção. O índio, pois, figurou como elemento indispensável ao desenvolvimento da economia pecuária em seus primeiros séculos.

Naturalmente que as atividades dos criadores enquanto preadores de índios variavam segundo as diversas áreas da zona pecuária, dependendo da maior ou menor incidência de tribos, e não tiveram continuidade depois do século XVIII, visto a precoce dizimação das tribos e a consolidação do tráfico de negros que por diversos motivos, já bem conhecidos, apresentaram-se como mão-de-obra mais vantajosa que os nativos. A legislação real, com os grandes incentivos que dava à captura de índios para escravização, mostra bem o interesse pelo negócio: em 1706 se mandava distribuir armas aos colonos para a luta contra os índios, e uma carta real de 1708 rezava que se fizesse uma "guerra geral a todos os índios que resistirem, que hão de ser cativos os que se renderem, os quais se venderão em praça pública a quem mais der por eles, e que da importância que deles resultar se pague à Fazenda Real a despesa que nesta guerra fizer; e que dos quintos que lhe tocam sobrando alguma coisa se dê jóia ao Governador de Pernambuco e o mais se reparta pelos cabos, oficiais e soldados, como dispõe o regimento das Fronteiras"[13].

O apresamento beneficiava todo um conjunto de elementos intermediários entre os capitães-do-mato e a Coroa, "profiteurs" que se ofereciam para obter junto aos governos as licenças ou declarações de guerra justa, fundamento do direito de presa[14].

Por fim, ajunte-se ao quadro dessa economia pecuária um aspecto sobejamente enfatizado pelos cronistas: a importância da atividade de coleta de produtos da natureza para a manutenção do contingente de trabalho dedicado à criação. Neste aspecto, assimilavam-se os colonos ao nível de vida das populações indígenas, sendo ínfimas no conjunto da zona pecuária, as atividades propriamente agrícolas. O sentido extremamente predatório das atividades de coleta certamente foi um fator que colaborou no empobrecimento das condições ecológicas em nível bem superior à coleta realizada pelos antigos moradores, os índios, visto o caráter sedentário da fazenda de criação e a impossibilidade de renovação natural do acervo ecológico em tais circunstâncias.

---

[13] Extraído de LIMA SOBRINHO, Barbosa, op. cit., p. 116.
[14] _____, op. cit., p. 116.

Assim, caracterizada, grosso modo, a economia pecuária do sertão nordestino entre a segunda metade do século XVII e fins do século XVIII, pode-se considerar alguns traços gerais de sua implantação no Piauí. A falta de um estudo mais aprofundado sobre as condições da pecuária nordestina não permite determinar até que ponto estes traços guardam sua originalidade. Apesar disso, o que se pode fixar para o Piauí, sem dúvida, permite distinguir algum nível de singularidade.

b) Traços característicos da pecuária nordestina

A pecuária piauiense criou, para sobreviver e se consolidar, uma capacidade de infensibilidade às crises do mercado consumidor superior à capacidade das outras áreas da pecuária nordestina. Surgiu numa época em que a zona açucareira se debatia com a expulsão dos holandeses e com a crise gerada a partir daí. Representou, pois, não um resultado direto do consumo da zona açucareira, mas sim, a expansão linear da pecuária nordestina, que implicou na anexação, em apenas algumas dezenas de anos, de uma vasta área[15]. Isso significou um maior distanciamento dos centros consumidores ou piores condições de comercialização. Mas o que é fundamental, é que essa infensibilidade às crises gerou a necessidade de se recorrer às formas de produção econômica ainda mais primitivas que a de outras zonas do Nordeste pecuário[16].

[15] Na época da ocupação das terras piauienses (final do século XVII) a criação já ocupava grandes extensões do interior de Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe. A ocupação das terras do Ceará e do Rio Grande do Norte ocorreu um pouco depois das do Piauí. A rigor pode-se considerar que essa diferença cronológica nem mesmo existiu, visto que o confronto das datas das diversas etapas da penetração no interior desses estados apenas indica uma maior rapidez em sua evolução para a Bacia do Parnaíba. Não procedem as afirmações por vezes encontradas na literatura piauiense dando conta de que o Piauí foi o "último estado Nordestino a ser povoado". Na verdade, foi o litoral piauiense o último a ser povoado, mas para essa época não se podia nem mesmo falar em "litoral piauiense".

[16] Um analista observa desse modo a implantação das fazendas de gado no Piauí: "Não havia o horroroso trabalho de deitar grossas matas abaixo e romper as terras à força de braço, como sucede nos engenhos do Brasil". Pouco se mudava na superfície da terra conservando-se quase tudo no seu primeiro estado. "Levantada uma casa, coberta pela maior parte de palha, feito uns currais, e introduzidos os gados, estão povoados três léguas de terras e estabelecida uma fazenda". Os grosseiros e primitivos estabelecimentos da economia pastoril demandavam poucos gastos. "esta diferença mostra bem que em menos tempo, com quanto despesa, e menos indivíduos se pode adiantar a povoação e cultura do referido País". SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. Evolução histórica da economia piauiense. p. 24, baseado no Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí (Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, T. 62, 1900).

A quase nenhuma interferência do trabalho humano na reprodução do gado é demonstrada claramente por um dado elementar: a baixíssima densidade demográfica. A ocupação do enorme espaço representado pelas terras que margeiam os rios Gurguéia, Itaueira, Poti, Longá e Canindé, ou seja, o "Piauí" do final do século XVII, deu-se com a reduzidíssima população. Os dados disponíveis concernentes a esta época indicam a existência de 438 habitantes distribuídos em 129 fazendas, ou seja, uma média de 3,4 pessoas por fazenda. Cerca de 80 anos depois, com o crescimento do rebanho e a incorporação de novas áreas (a expansão das fazendas ocorreu nas terras dos atuais municípios de Campo Maior, Parnaíba, Jerumenha, Parnaguá e Valença) vai-se encontrar uma população de 14.342 habitantes distribuídos entre 536 fazendas, o que significa a quase inalteração da densidade demográfica e a mesma reduzida interferência do trabalho humano na criação do gado. A média de pessoas por fazenda, pelos dados disponíveis, chega a diminuir, conforme quadros 1 e 2, no final do capítulo.

A elementaridade da economia pecuária do Piauí é demonstrada, ainda, pelo baixo nível de investimento exigido. O capital era representado fundamentalmente pela mão-de-obra servil (cuja importância tratar-se-á logo adiante) e pelas poucas cabeças de gado trazidas do sertão baiano ou pernambucano. Praticamente não havia circulação monetária, e o vínculo comercial mantido com as regiões litorâneas era ainda mais restrito que o de outras áreas da zona de criação. O sal, para estas outras áreas, era o produto básico dessas ligações comerciais. Porém, a existência de barreiras salinas com certa fartura, nos pastos piauienses, onde o gado extraía o sal de que necessitava, junto com a pequena necessidade de uma parca população, não imprimia tanto valor ao produto. O comércio era, de fato, de pequeníssimas proporções e, inicialmente, feito através das feiras do sertão baiano. Posteriormente, o Ceará forneceu sal para o Piauí, até o início da produção em Amarração, na foz do Parnaíba.

A pecuária piauiense se estabeleceu com um caráter nitidamente escravista, apresentando, no contexto do escravismo brasileiro, traços bastantes originais. A população escrava, no final do século XVII, pelo que se pode inferir dos únicos dados disponíveis (vide o quadro 1), representava, no mínimo, 70% da população total. A população negra era bem superior à população branca, e os índios chegavam a representar mais de 15% da mão-de-obra ocupada nas fazendas.

Como já foi salientado, os escravos representavam, junto ao gado, todo o capital investido na empresa de criação, e cada unidade de produção

detinha uma média não superior a 2 escravos. Fica claro que, nessas condições, a força de trabalho escrava não poderia ter o mesmo caráter das grandes empresas do café e do açúcar: nelas a especialização do trabalho era bem maior, enquanto que, no sistema de criação piauiense, vão-se encontrar escravos ocupando-se de todas as tarefas, desde a de encarregado geral da fazenda até as funções de segurança e de vaqueiro, conciliando tudo isso, eventualmente, com o trabalho agrícola. O relacionamento entre senhor e escravo era direto, não existindo, via de regra, a figura do feitor ou capataz. O escravo, obrigatoriamente, era uma pessoa de confiança do proprietário da terra. Assim, não era submetido a tratamentos brutais, pelo menos no mesmo nível das áreas voltadas para exportação. Diante disso, é de se concluir que outras formas de controle da mão-de-obra existiram obrigatoriamente no Piauí, formas estas que escapam aos esquemas tradicionalmente utilizados para enquadramento das relações de trabalho no Brasil, durante o período colonial.

Uma tentativa de abordagem desta questão passa pela apreciação geral de outros aspectos inerentes à pecuária piauiense, que ver-se-ão logo a seguir. No momento cabe interpretar, sempre em nível de hipótese, as modificações sofridas na composição percentual da população no decorrer de um século de história da colonização do Piauí.

Ao final do século XVIII, de acordo com os dados coletados e organizados pelo presidente da Província Adelino Antônio de Luna Freire[17], em 1867, a população livre do Piauí já era bastante superior à população escrava. Para um total de 28.519 pessoas livres haveria 13.823 escravos. Porém, desta população livre, o número de brancos representa menos de 1/3, enquanto o grosso era formado por negros e mulatos (mamelucos e cafuzos, que deviam existir em consideráveis proporções, podendo estar incluídos na designação “mulatos”). Isso poderia significar que:

a) teria ocorrido grande afluência de brancos ou mulatos livres provindos de regiões vizinhas. Se se confrontar os dados citados com os disponíveis para o ano de 1762 (consultar quadro 2) –, quando não só o total da população livre é bem menor, como também a população livre correspondente a 7 freguesias, ou seja, quase a população total do Piauí é relativamente pouco superior à população escrava (para 7.349 pessoas livres havia 4.664 escravos) –, ver-se-á que esta hipótese é bastante coerente. O afluxo de

[17] FREIRE, Adelino Antônio de Luna. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauhy, em 09.09.1867.

população livre de regiões vizinhas teria acontecido, assim, nas últimas décadas do século XVIII.

b) teria ocorrido, na dinâmica das relações de trabalho, uma mudança da condição de escravos para a de agregados, rendeiros, enfim, "moradores" livres dos latifúndios. O processo de reprodução populacional, em que o elemento feminino era constituído fundamentalmente por índias, secundariamente negras e muito eventualmente brancas, engendraria uma multiplicação do número de "mulatos livres" que, pela condição de parentesco, estimularia essa reestruturação das relações sociais.

c) teria ocorrido, no decorrer do século XVIII, exportações de escravos para a zona de mineração, repetindo-se, no Piauí, um fato observado em outras regiões da Colônia.

Naturalmente, essas três hipóteses podem ter-se verificado simultaneamente, uma ou outra incidindo com mais vigor no processo evolutivo da região. Porém, como já foi dito, para ensaiar uma caracterização da sociedade piauiense, no período em análise, cabe considerar outros aspectos da base econômica em implantação.

O estabelecimento da pecuária no Piauí ocorreu em um contexto de acirrada luta pela escravização e extermínio dos indígenas. Os indígenas que trabalhavam nas fazendas, representando 15% da mão-de-obra empregada, somados aos grandes contingentes recrutados à força para combater em outras regiões, como o Rio Grande do Norte (Guerra do Açu) e Alagoas (Guerra dos Palmares), além das levas de cativos vendidos nas feiras baianas, podem dar uma idéia da importância das atividades de apresamento no Piauí. A "guerra ao índio" foi ainda motivada para efeito de segurança das fazendas, visto que as tribos, dispondo, cada vez, de menos terras livres, eram obrigadas a desesperadas tentativas de resistência à expansão das fazendas.

A posição do índio no esquema geral de produção diferia bastante da do negro: menos adaptável que este às tarefas que exigiam certa disciplina, eram empregados sobretudo nas indispensáveis funções de "guarda-costas" dos brancos, nas funções de vigilantes dos negros, rastreadores de fugitivos e na defesa contra eventuais ataques aos rebanhos. As mulheres indígenas cativas asseguravam a presença do elemento feminino e se ocupavam das atividades domésticas. O índio era, pois, figura indispensável na estrutura de produção em implantação, o que determinava sua importância como objeto de transações comerciais.

Seu valor, porém, era bem menor que o do negro. Daí o fato de ser constantemente submetido a castigos que comprometiam sua própria existência[18].

Apesar de não se dispor de pesquisas exaustivas quanto ao apresamento, não seria incoerente supor que em alguns momentos este tivesse superado em importância a própria criação de gado nas transações com outras áreas na segunda metade do século XVII.

A figura do fazendeiro esteve, até um século depois, intimamente associada à do preador de índios. A fase de caça ao índio durou com intensidade entre 1660 e 1780, sendo que até o primeiro quartel do século XIX ainda se verificaram batalhas contra os índios. Grandes figuras, fundadoras de importantes dinastias de fazendeiros, que a historiografia local lembra freqüentemente através de rótulos "gigantes", "bravos guerreiros", etc., tiveram o apresamento como atividade principal. É o caso, por exemplo, da família Rêgo Castelo Branco, que teve diversas gerações dedicadas à caça ao índio[19].

É interessante assinalar que no decorrer do século XVIII os índios começam a desaparecer dos dados estatísticos sobre a população do Piauí, enquanto se registrava um aumento considerável do número de "mestiços" (quase nunca se utilizou a expressão mameluco ou cafuzo). Seguramente ocorreu uma assimilação dos sobreviventes dessa população indígena, sendo estes apresentados nos registros estatísticos como "mestiços".

O estabelecimento da pecuária no Piauí ocorreu sob o signo da luta armada pela posse da terra. Os grandes potentados da pecuária do sertão nordestino, que iniciaram de fato a ocupação das terras piauienses e tinham condições de se beneficiar com as concessões de sesmarias, tiveram que enfrentar seus próprios vaqueiros e rendeiros, além dos

[18] Ver PÔRTO, Eugênio. Roteiro do Piauí, p. 27. SPIX; MARTIUS testemunharam as péssimas condições de vida dos índios que trabalhavam nas fazendas Viagem pelo Brasil, 1938, v. 2, p. 448.

[19] O mestre-de-campo, que era um profissional da caça ao índio, figura de grande importância pelo poderio militar que detinha, por vezes, era também "fazendeiro" (como no caso do célebre Antônio da Cunha Souto Maior, na primeira metade do século XVIII). Salienta-se o nome de João do Rêgo Castelo Branco, provavelmente o maior caçador de índios do Piauí na segunda metade do século XVIII. Este representa o caso marcante de "criador" que era antes de tudo preador de índios. (Ver, a respeito, CHAVES, Joaquim (Mons.). O índio no solo piauiense, p. 31-41 e PINHEIRO FILHO, Celso. Soldados de Tiradentes, p. 18).

inúmeros posseiros que foram se instalando na região, No decorrer de, aproximadamente, um século de lutas contínuas, o monopólio das terras pelos sesmeiros baianos não resistiu, passando estes sua posse para as mãos dos "piauienses" de fato.

Barbosa Lima Sobrinho, um dos maiores pesquisadores sobre a colonização do Piauí, conclui a respeito da questão territorial: "quando se fizer a história territorial do País, sobretudo na região nordestina, há de se verificar: 1) que os domínios reivindicados pelos potentados são muito mais extensos que as concessões dadas; 2) que foi insignificante a proporção de sesmarias dadas aos povoadores efetivos da terra. Na história do devassamento do Piauí, esses fatos se patentearam de maneira mais precisa do que em qualquer outro episódio da conquista de nosso território. A concessão das sesmarias beneficiava a potentados baianos, nenhum dos quais pensaria em transferir as suas residências para essas paragens quase bravias. Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias d'Ávila, Bernardo Pereira Galo, Arcediago Domingos de Oliveira Lima, Catarina Fogaça, Pedro Vieira de Lima e Manuel Ferreira e Manuel de Oliveira Porto não teriam, por certo, nenhuma idéia de morar ou trabalhar nos descobertos do Piauí, como não a teria aquele Garcia d'Ávila Pereira, que em 1684, com quatro ou cinco anos de idade, já se inscrevia como titular de sesmarias, nas margens do Gurguéia e do Parnaíba".

As lutas de arrendatários e posseiros contra os sesmeiros foi a expressão máxima do valor da terra no quadro da incipiente economia implantada no Piauí, onde a posse dos instrumentos de produção e do capital decidiam menos que a coragem pessoal e o valor militar, elementos fundamentais da manutenção da propriedade.

"Irrompiam violências, perpetrando crimes assestados contra a grei, que dispunha de amizades nas esferas da "administração", comentou um erudito caracterizando essa época de intensas lutas"[20].

Entre as peças documentárias dando conta do clima de violência, uma das mais interessantes é uma carta do bispo de Pernambuco, que exercia jurisdição eclesiástica sobre as terras piauienses: (os moradores do Piauí) vivem sem lembrança de outra vida, com tal soltura, como se não houvesse justiça, porque a de Deus não a temem e a da terra não lhes chega (...). Do rol dos mortos do decurso do ano passado (1696),

[20] A citação é de GAYOSO e ALMENDRA, Manoel (Gal.). O feudo da casa da torre no Piauí – povoamento – luta pela propriedade. p. 17.

que o cura me remeteu, por lho mandar pedir, consta que faleceram 15 pessoas das quais uma só morreu de enfermidade, que tão benigno como isto é o clima, porém quanto este tem de bom, tanto tem de mal os habitantes, porque os 15 foram mortos à espingarda; com esse estilo de vida se tratam e com este risco se vivem entre eles;e ainda se haveriam pior se não confinassem com o gentio brabo, cujo temor os conserva de algum modo para que na ocasião dos assaltos que costuma dar se vejam uns aos outros socorridos"[21].

A continuação das lutas durante o século XVIII iria demonstrar à Coroa a impossibilidade de não se respeitarem os interesses em consolidação no Piauí. Sucediam-se os relatórios de administradores dando conta da situação, e, quando emanavam de autoridades vinculadas à administração maranhense, tomavam nítida posição contra os baianos. Foi o caso, por exemplo, do Capitão-Geral do Maranhão, João Maia da Gama, com este expressivo depoimento: "Nos sertões do Piauí a Casa da Torre quer tomar e senhoriar as terras da freguesia dos Longazes e de Piracuruca, que ficam para a barra do Parnaíba e ir senhoriando todas as terras pelo Parnaíba acima e Piauí e pelas freguesias do Gurguéia e Parnaguá e passar a senhoriar as do Rio Grande, dos sertões do São Francisco, por mais de duzentas ou trezentas léguas, desde a dita Piracuruca e Longazes até o dito Rio Grande e ainda entrar para a do mar pelo rio Itapicuru Baixo e estando todas estas terras povoadas de gentio e não penetradas nem povoadas e indo vários descobridores, com despesas de suas fazendas e com evidente perigo de vida morrendo muito e matando-lhe o gentio e outros parentes e escravos, descobriram sítios e povoaram-nas e defenderam-nas do gentio com perigo e morte de muitos, e depois de estabelecidos vinham os procuradores da Casa da Torre e por forma ou as faziam despejos ou os faziam passar escritos de arrendamento para o que fizerem procuradores os mais poderosos, mais facinorosos e mais temidos que sempre até hoje em dia usaram e usam destas violências com maior vexação, força, violência e injustiça feita aos vassalos de Vossa Majestade, que pode considerar e me constou juridicamente por muitas informações tiradas por testemunhas..."[22].

A vitória dos interesses locais foi consolidada na segunda metade do século XVIII. A legislação real a respeito, representada pelos decretos que transferiram a jurisdição sobre o Piauí de Pernambuco para o

[21] FREITAS, Esmaragdo. Justiça piauiense. In: TITO FILHO, A. Homens e episódios. Rio de Janeiro: Artenova, 1973. p. 103.
[22] GAYOSO e ALMENDRA, Manoel (Gal.), op. cit., p.16.

Maranhão e que finalmente criaram a Capitania do Piauí, apenas reconheceu uma situação de fato, imposta pela força das armas nas incontáveis refregas que se arrastaram durante cerca de 100 anos.

Porém, essa vitória não modificou a estrutura sócio-econômica no que concerne ao regime de alta concentração da propriedade da terra, inerente à atividade de criação extensiva do gado. Houve, no entanto, mudanças nas relações de propriedade: os velhos rendeiros e posseiros, que na luta demonstraram melhor performance, passaram ao controle de latifúndio. No caso dos primeiros, não mais precisariam pagar a renda da terra, e os posseiros, por seu turno, tiveram garantias de permanência na terra, inclusive passando a obter sesmarias. Iniciou-se, então, gerações de oligarquias proprietárias verdadeiramente piauienses. No 3º capítulo deter-se-á a respeito do seu comportamento.

O importante, neste ponto da presente dissertação, é remarcar a associação simbiótica ocorrida no primeiro século de colonização entre a criação do gado e as atividades de apresamento e comércio de índios escravizados, associação essa ocorrida sob o signo de uma luta armada prolongada. A definição deste contexto é fundamental para apreciar as relações sociais e política que se estruturaram neste período e que haveriam de ter um grande peso nos períodos subseqüentes da história piauiense.

1.5 ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL

A falta de maiores conhecimentos sobre o sistema econômico representado pela pecuária nordestina gerou, necessariamente, idéias sem muito embasamento sobre o tipo de sociedade aí estabelecida, principalmente no que concerne à pecuária do Nordeste Ocidental, onde o Piauí se encontra. A mais importante dessas idéias, freqüentemente repetida, diz que a pecuária extensiva teria gerado um tipo de sociedade que, em contraposição ao sentido aristocrático da sociedade escravista do litoral e diante da ausência de uma mais sólida especialização na produção, seria uma sociedade com "frouxas" relações sociais, ou seja, onde as distinções de classes seriam mínimas. O estilo de vida rude e simples dos donos das terras e do gado, não se diferenciando do estilo de vida dos demais elementos que participavam da produção, é sempre alegado como demonstração desta ausência de diferenciação social.

Essa noção da estrutura social do sertão nordestino peca pela simploriedade. Não é objetivo deste trabalho mostrar, em nível nordestino, a configuração dessa estrutura social e de seus aspectos correlatos, nos âmbitos político-administrativo e ideológico. Contudo, a partir do estabelecimento de algumas particularidades da estrutura social, política e administrativa do Piauí, pensou-se que pode ficar pelo menos parcialmente evidenciada a superficialidade do tratamento dado ao assunto no contexto do sertão nordestino.

Os traços mais contundentes da organização social piauiense em formação, durante o primeiro século da colonização, derivam logicamente do original sistema de produção que, em linhas gerais, tentou-se esboçar nas páginas anteriores. Em termos de estrutura social, a complexidade do sistema de produção e a dinâmica de sua evolução são literalmente reproduzidas. Vê-se em cena, correspondendo à simbiose das atividades econômicas, desde a Coroa Portuguesa, com todo o seu envolvente e parasitário séqüito, a administração colonial, ligada aos grandes sesmeiros que acumulavam as funções de autênticos chefes militares, e aqueles que lhes arrendavam as terras, até a figura do agregado, que tinha também, e, necessariamente, funções militares, e os contingentes escravos e índios, aqueles mais ligados às atividades de conservação das fazendas, estes mais às atividades guerreiras, ambos porém sempre conciliando os dois tipos de ocupação. Os missionários jesuítas entram igualmente,

e de maneira decisiva, na trama histórica da configuração político-social-administrativa do Piauí colonial: exercem a importante função da domesticação de indígenas, da preparação daqueles que formariam o grosso dos contingentes de combate. Identificam-se plenamente com o ordenamento político-econômico, assumindo não apenas as funções administrativas, mas, também, a própria posição de fazendeiros, controlando as extensas propriedades herdadas de Mafrense.

As relações sociais mantidas no Piauí, em seu primeiro século de colonização, não poderiam derivar simplesmente das condições em que eram exercidas a propriedade da terra e do capital. O processo dinâmico das lutas armadas que se verificaram e a realidade da guerra permanente vivida pela região devem, obrigatoriamente, ser levados em consideração, sob pena de ser gerada uma idéia incorreta dessas relações.

Como já foi visto anteriormente, os detentores dos meios de produção não poderiam se manter enquanto tal, caso não detivessem igualmente meios e capacidade de comando militar. Um aspecto que de certo modo evidencia o caráter guerreiro desse início de estruturação social é o fato do grande número de patentes militares distribuídas pela Coroa. Através da "Descrição do Sertão do Piauí", do padre Miguel de Carvalho, tem-se uma idéia do quanto eram numerosas as patentes distribuídas entre a parca população branca do Piauí, no fim do século XVII[23].

A maneira de obtenção dessas patentes era fundamentalmente a mesma utilizada para obtenção das cartas de sesmarias: conseguiam-nas aqueles que mantinham bom relacionamento com a burocracia instalada na Colônia pela Coroa ou, o que era bem mais difícil, relacionamento com a própria Corte, porém, não bastava isso para que alguém se alçasse ao comando militar de fato: o poder militar não era decidido formalmente e sim, na prática. O fato de alguns dos chefes de bandos poderosos não terem patentes mostra muito bem isso[24]. A patente, no máximo, viria dar a conotação legal ao direito obtido através da luta.

Quando se leva em conta o contexto de guerra permanente, na apreciação da estrutura sócio-política em implantação no Piauí nos séculos XVII e XVIII, é por compreender que nele residem elementos de fundamental importância para o entendimento de toda a organização da sociedade na

[23] Ver também neste particular a relação oferecida por LIMA SOBRINHO, Barbosa, op. cit., p. 141.
[24] Ver igualmente o comentário de LIMA SOBRINHO, Barbosa, op. cit., p. 141-142.

parte oriental da Bacia do Parnaíba. Naturalmente o estudo do assunto mereceria uma atenção que escapa às limitações deste Ensaio, o qual pretende, portanto, limitar-se ao fato de chamar a atenção para alguns traços marcantes dessa realidade de guerra contínua, que viriam impregnar o lado superestrutural das relações sociais desenvolvidas nos séculos XIX e XX.

Emanam, desta realidade de guerra contínua, os princípios de hierarquia e subordinação inerentes a um contexto militar. Estes princípios, pressupostos básicos para a atuação dos contingentes organizados para o combate, deveriam ser necessariamente observados de maneira extremamente rigorosa. A violência e o arbítrio eram as formas pelas quais se impunham. Autoridade e comando existiam em função do maior ou menor grau de violência e coação arbitrária. As crônicas e a documentação da época, que registram o comportamento do provavelmente mais célebre chefe militar em atuação no Nordeste no século XVII e começo do século XVIII,Domingos Jorge Velho, que apesar de ser "paulista" atuou não menos de vinte anos em terras nordestinas, participando de acontecimentos como as batalhas contra os índios da bacia do Parnaíba, a Guerra do Açu no Rio Grande do Norte e a luta dos Palmares em Alagoas, dão uma idéia disso. Infelizmente são menos conhecidos os comportamentos dos chefes militares que estiveram definitivamente instalados no Piauí e que se ligaram mais definitivamente à criação. Uma idéia do nível de violência e brutalidade dos fazendeiros é, entretanto, fornecida através da maneira pela qual se processava o assassinato dos sobreviventes dos massacres das tribos (as crianças índias chegaram a ser assassinadas com o esmagamento de suas cabeças com pedras e troncos de árvores). Porém, os dados mais eloqüentes foram a rapidez com a qual umas poucas centenas de homens dizimaram dezenas de tribos, "limparam" uma das áreas mais densamente povoadas de índios do Brasil, e, por outro lado, a alta taxa de mortalidade; o que influiu seguramente no lento crescimento da população, mesmo com as boas condições de salubridade existentes e a facilidade de sobrevivência.

Nas primitivas condições de combate irregular, em que a luta armada confundia-se com as tarefas da produção, a noção de disciplina e hierarquia militares não era certamente a mesma que caracteriza as formações militares regulares. Nestas, os princípios de autoridade e comando são estabelecidos fora do limitado contexto em que se processam os combates. A sociedade-nação, da qual o grupamento militar representa uma fração, é que determina, ou melhor, prestabelece estas regras. No caso que se analisa, a sociedade inteira estava em combate e os mecanismos

reguladores da autoridade e do comando eram forjados no próprio processo da luta. Tratava-se de uma "sociedade de combatentes", vivendo na prática do dia-a-dia isolados de qualquer autoridade colonial ou metropolitana. Entregues à sua própria sorte, determinavam suas próprias leis. A estrutura hierárquica era definida pelo valor pessoal, pela coragem, pelo espírito de liderança, enfim, pelo respeito adquirido nas refregas.

Os sentimentos "corporativos", característicos das modernas instituições militares, não poderiam vigorar nem mesmo na organização tão primária dos "terços de infantaria", que mais se assemelhavam a bandos de caçadores irregulares. A complementaridade das atividades de criação e de guerra definia, também, a existência de laços de "fidelidade" de coloração feudal; os elementos ligados à criação extensiva, escravos, agregados, deviam "fidelidade" ao proprietário da terra e do gado, entre outras coisas pela própria necessidade de enfrentar para a sua sobrevivência as numerosas e ameaçadoras tribos indígenas. Sem a luta armada era impossível, não só a tomada de terra aos índios, mas a própria existência das fazendas.

As condições da guerra, junto com a singularidade das atividades econômicas, imprimiam certa fluidez na estruturação social. Aqueles bem sucedidos nas atividades guerreiras, pela defesa dos direitos de posse frente aos sesmeiros, encontrariam melhores possibilidades de ascensão social. A fluidez, portanto, ocorria sob o signo da resistência social em seu grau mais elevado, que era a luta armada. Não cabe, pois, considerar a sociedade em implantação no Piauí no século XVIII como uma sociedade mais aberta, de relações sociais mais "frouxas" do que a sociedade escravista do litoral. Se ocorria maior fluidez era precisamente devido às condições especiais da dinâmica da luta armada e, nestas condições, qualquer sociedade, em maior ou menor grau, tende a permiti-la.

O papel da igreja, mais precisamente dos missionários católicos, na colonização do Piauí é outro assunto a merecer grande atenção. Sabe-se da importância que tiveram como domesticadores de índios que comporiam os contingentes militares; como elementos de uma embrionária organização administrativa; como grandes proprietários e arrendadores de terras; e, por fim, como os únicos responsáveis pelo mínimo de formação intelectual dos habitantes da área[25].

[25] Não existe nenhum trabalho que trate especificamente da Igreja do Piauí. As idéias que se tenta de maneira bastante elementar, formular a esse respeito são baseadas nas referências esparsas nas obras dos já citados autores Odilon Nunes, Monsenhor Joaquim Chaves, Barbosa Lima Sobrinho, Gayoso e Almendra et al.

Ao que tudo indica, as tentativas dos missionários de consolidar no Piauí um poder secular a partir da exploração da mão-de-obra indígena foram inicialmente reduzidas a proporções mínimas pela violenta oposição dos grandes sesmeiros baianos: Garcia d'Ávila e Domingos Afonso Sertão enfrentaram de maneira usual essas tentativas,destruindo, ainda no século XVII, templos e casas construídas em volta dos mesmos. Os missionários, pois, tiveram que se dedicar mais a tarefas de apoio àqueles que de fato comandaram o processo de colonização. Isso fica bem demonstrado na própria fundação da primeira freguesia do Piauí, a de Nossa Senhora da Vitória (posteriormente, cidade de Oeiras), em 1696, quando se colocaram como organizadores de assembléias de vaqueiros que determinaram a fundação e localização da Vila da Mocha.

Os jesuítas, quando em 1771 obtêm do moribundo sesmeiro Domingos Afonso Mafrense a herança de suas terras no Piauí, retomam a iniciativa em grande escala em nível de produção. Deixam de ser simplesmente os prestadores de serviços administrativos e recebedores de "obrigações" da população para tornarem-se, provavelmente, os maiores latifundiários do Piauí. As terras herdadas acrescentam outras, perfazendo um grande domínio com o emprego de importante contingente escravo e indígena (somavam 700 escravos na ocasião do seqüestro de seus bens e de sua prisão, em 1760).

Durante todo o decorrer do período objeto de análise dessa unidade, a Igreja do Piauí não parou de assumir o papel de principal elemento da organização administrativa em formação. A criação de uma freguesia representava a consolidação de pequeno povoado,que se tornava o centro, para efeito administrativo e de serviço (cobrança de impostos, relações com a burocracia colonial, local de pequenas trocas comerciais) de extensa área geográfica.

Até o final do século XVIII, estes centros eram pouco mais que um aglomerado de algumas poucas construções de alvenaria rodeadas por algumas dezenas de palhoças, não chegando a uma média de 150 habitantes por povoado. Oeiras, sede da Capitania, tinha, na época, pouco mais de 1.000 habitantes. Ao todo, existiam 8 centros "urbanos" dispersos pelo imenso território: Oeiras, Campo Maior, Jerumenha, Marvão, Parnaíba, Piracuruca, Paranaguá e Valença. A pouca expressão destes centros do ponto de vista político e administrativo continuaria ainda, com a exceção que será vista no próximo capítulo, por todo decorrer do século XIX, retratando as parcas exigências, em termos de serviços, de uma economia de subsistência. As unidades produtivas, bastando-se a si mesmas, pouco recorriam a esses aglomerados.

QUADRO 1
FAZENDAS E POPULAÇÃO DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XVII

LOCALIZAÇÃO DAS FAZENDAS (nomes dos rios)	NÚMERO DE FAZENDAS	HABITANTES BRANCOS	HABITANTES NEGROS	HABITANTES ÍNDIOS	HABITANTES MESTIÇOS	HABITANTES FEMININOS	TOTAL HABITANTES
Canindé	68	84	115	36	8	28	243
Itaim-Açu (Poti)	36	45	63	25	–	10	133
Itaueira	9	10	14	2	–	–	26
Maratauã (Longá)	9	8	12	1	–	–	21
Gurguéia	7	9	7	–	–	–	15
TOTAL	**129**	**155**	**211**	**64**	**8**	**38**	**438**

FONTE: Extraído de NUNES, Odilon. Os primeiros currais, p. 11. Este autor montou o quadro a partir das informações de CARVALHO, Miguel (Pe.). Descrição do sertão do Piauí.

QUADRO 2
PIAUÍ – POPULAÇÃO "URBANA" E "RURAL"[1] E NÚMERO DE FAZENDAS
1762

FREGUESIAS	POPULAÇÃO "URBANA"		POPULAÇÃO "RURAL"		TOTAL DE FAZENDAS	
	LIVRES	ESCRAVOS	LIVRES	ESCRAVOS	POPULAÇÃO	NÚMERO
Oeiras	655	465	1.411	1.084	3.615	169
Valença	121	35	751	578	1.485	52
Marvão	56	9	715	279	1.059	39
Campo Maior	128	34	1.120	585	1.867	86
Parnaíba	8	11	1.747	602	2.368	–
Jerumenha	71	28	300	298	697	51
Parnaguá	37	60	229	576	902	55
TOTAL GERAL	**1.076**	**642**	**6.273**	**4.002**	**11.993[2]**	**452[3]**

População livre para as sete freguesias: 7.349.
População escrava para as sete freguesias: 4.644.
[1] Por população "urbana" e "rural" deve-se entender o conjunto dos moradores dos povoados e das fazendas, respectivamente.
[2] Nessa população total de 11.993 habitantes, deve-se incluir a população de Piracuruca, 2.349 habitantes, perfazendo um total de 14.342.
[3] O número total de fazendas passa a ser, acrescentando-se as de Piracuruca, 536.
FONTE: NUNES, Odilon. Economia e finanças. Piauí Colonial. p. 28, baseado em COSTA, F.A. Pereira da. Cronologia histórica do Piauí.

QUADRO 3
POPULAÇÃO DO PIAUÍ – 1797
BRANCOS, PRETOS (LIVRES E ESCRAVOS) E MULATOS (LIVRES E ESCRAVOS)

FREGUESIAS	BRANCOS	PRETOS LIVRES	PRETOS ESCRAVOS	MULATOS LIVRES	MULATOS ESCRAVOS	TOTAL
Campo Maior	1.957	735	1.531	2.948	1.131	8.302
Jerumenha	526	527	614	585	509	2.761
Marvão	–	–	–	–	–	3.911
Oeiras	2.231	1.253	3.344	4.466	549	11.843
Parnaíba	1.579	564	2.354	2.984	187	7.668
Piracuruca	1.470	307	2.441	3.397	–	7.615
Parnaguá	–	–	–	–	–	5.000
Valença	667	210	971	2.123	192	4.163
TOTAL GERAL	**8.430**	**3.596**	**11.255**	**16.503**	**2.568**	**51.263**

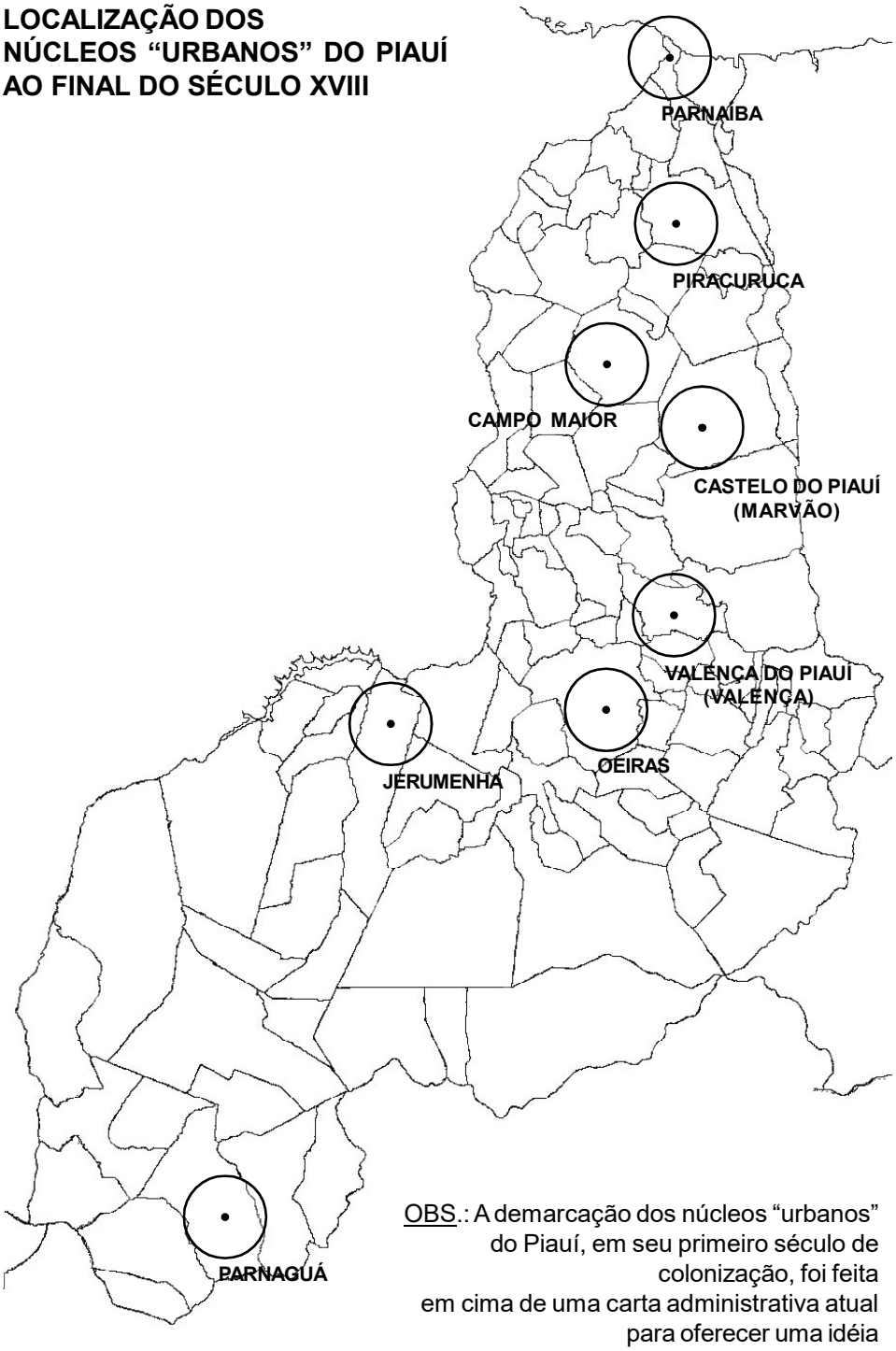
População livre: 28.529.
População escrava: 13.823.
População total: 51.263.
Naturalmente que os totais das populações livre e escrava dão apenas uma idéia grosseira, já que faltam os números correspondentes a Marvão e Parnaguá.
FONTE: FREIRE, Adelino Antônio de Luna. Relatório do Presidente da Província do Piauí – 1867. p. 41.

QUADRO 4
POPULAÇÃO PIAUIENSE POR MUNICÍPIO
1867

MUNICÍPIOS	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
Parnaíba	13.240	1.107	14.347
Batalha	2.976	313	3.289
Piracuruca	3.870	441	4.311
Pedro II	4.321	264	4.585
Barras	8.145	1.558	9.703
Campo Maior	5.783	407	6.190
União	4.376	971	5.347
Teresina	13.733	1.668	15.401
Marvão	6.520	602	7.122
Príncipe Imperial	6.931	448	7.379
TOTAL GERAL	**69.895**	**7.779**	**77.674**

FONTE: FREIRE, Adelino Antônio de Luna. Relatório do Presidente da Província do Piauí – 1867. p. 45.

LOCALIZAÇÃO DOS NÚCLEOS "URBANOS" DO PIAUÍ AO FINAL DO SÉCULO XVIII



OBS.: A demarcação dos núcleos "urbanos" do Piauí, em seu primeiro século de colonização, foi feita em cima de uma carta administrativa atual para oferecer uma idéia mais fácil de sua localização.

CAPÍTULO 2
SUBSISTÊNCIA E EXPORTAÇÃO EM UMA ZONA DE PECUÁRIA EXTENSIVA

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo procede-se a uma tentativa de análise dos desdobramentos da economia colonial piauiense no decorrer do século XIX e primeira metade do século XX, situando-se no processo evolutivo da economia brasileira, no sentido de oferecer uma visão global capaz de fundamentar a análise da conjuntura atual desenvolvida nas partes II e III do Ensaio.

No período em foco, o caráter de subsistência da economia piauiense foi marcante, apesar da ocorrência de situações em que esteve bastante voltada para o exterior, como foi o caso dos períodos mais intensos da exportação algodoeira e dos produtos do extrativismo vegetal. Porém, estas situações foram episódicas, circunstanciais, especialmente limitadas e, estruturalmente, foram atividades acopladas à base da economia, que era a pecuária extensiva. Apesar de seus efeitos conjunturais retumbantes, as exportações não impuseram transformações estruturais na economia em seu conjunto e particularmente na pecuária. Objetivamente não definiram um período histórico novo.

Diante das lentas transformações sofridas em tal economia, é evidente a dificuldade em se estabelecer uma periodização. Nas páginas que se seguem, abordam-se os diversos setores da atividade econômica do Piauí dentro de um corte cronológico de quase dois séculos: a pecuária extensiva, a agricultura de subsistência, o extrativismo, o comércio e a rudimentar indústria de transformação. Isso implica numa omissão quanto aos detalhes do processo evolutivo, mas, por outro lado, permite a consecução do objetivo deste trabalho, que é oferecer uma visão global do referido processo.

Os propósitos extremamente abrangentes deste capítulo, ao lado das dificuldades de coleta e organização das informações, não poderiam deixar de repercutir em seus resultados. Tal fato é particularmente notado no esforço que se realiza para situar a economia piauiense na divisão regional de trabalho no Brasil. Cabe, pois, reafirmar o caráter de Ensaio deste trabalho: muitas das idéias e conclusões nele contidas carecem de melhores pesquisas e análise mais aprofundadas.

2.2 A PECUÁRIA PIAUIENSE

Com a dizimação das tribos indígenas e a consolidação da vitória dos arrendatários, ao final de um século de colonização, o clima de guerra arrefeceu. A pecuária extensiva firmou-se como a atividade econômica básica do Piauí, situação que perduraria até a segunda metade do século XX. Conforme a observação mordaz de um presidente de Província: "Ao caçador (...) sucedeu o pastor com pouca vantagem para a civilização do Piauí"[1].

Odilon Nunes, descrevendo a situação econômica dos primeiros anos do Piauí provincial observou: "Não havia riqueza natural explorada, não havia agricultura, comércio e as rendas públicas eram pequenas como conseqüência. Apenas a pecuária, e isto mesmo já com forte competição, a perder seus mercados e sem mercado interno, isto é, o mercado provincial que era constituído de esparsa população paupérrima e ainda sem recursos para o transporte dos subprodutos provindos dos criatórios"[2]. Ou seja, a base da economia piauiense, a criação de gado bovino, ao fim do primeiro século de colonização, estava em crise, sem mercado consumidor e assim permaneceria durante muito tempo.

Os documentos que informam sobre o tipo de pecuária piauiense, do final do século XVIII até quase os dias atuais, dão conta, no decorrer de todo esse tempo, de uma absoluta ausência de inovações no sistema de criar o gado. A exposição do agrônomo R. Fernandes e Silva, sobre a pecuária no III Congresso Nacional de Agricultura em 1922, resume exemplarmente os comentários de cronistas, autoridades governamentais e estudiosos sobre a "estagnação" (termo habitualmente empregado para designar a crise) da pecuária extensiva piauiense:

"A criação de gado bovino, no Piauí, vem sendo feita hoje pelos mesmos processos adotados nos tempos coloniais. Os fazendeiros, em sua maioria, são homens de posição social que vivem nas cidades mais importantes do interior ou na capital do Estado. Quando visitam suas propriedades o fazem raramente, uma vez por ano, aí demoram poucos dias e, quase sempre, não procuram conhecer a situação em que elas se encontram. Somente os pequenos criadores residem definitivamente em suas fazendas.

---

[1] FREIRE, Adelino Antônio de Luna. Relatório à Assembléia Legislativa, 09.09.1867. p. 69.
[2] NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. v. 4, p. 27-28.

"Em geral, as fazendas de criação do Piauí, com todos os seus haveres, acham-se entregues e sob a guarda e fiscalização de vaqueiros, que, embora bons companheiros e em grande maioria honestos, são entretanto homens ignorantes, indolentes e rotineiros por índole e educação. As fazendas quase sempre apresentam um aspecto desagradável. Todas as suas benfeitorias limitam-se à casa de residência do vaqueiro, onde se hospeda o proprietário quando aí, raramente, aparece, às misérrimas choupanas onde moram os agregados, a um ou dois cercados, currais, etc. São poucas as que dispõem de galpões ou de paióis para a guarda de forragens.

"Os rebanhos multiplicam-se, crescem à lei da natureza, de mistura com os dos vizinhos proprietários, na mais condenável promiscuidade e, às vezes, só reconhecidos pela marca de ferro que trazem no quarto. A principal função do vaqueiro é correr campo, o que faz diariamente durante o inverno, para ver o estado das vacas amojadas, recolher (quando não as curam pelo rastro), marcar e carimbar a bezerrama nova, tirar o leite das vacas paridas, etc. Alguns fazem pequenas roças, com cuja produção se alimentam durante o ano. Uma ou duas vezes por ano têm lugar as vaquejadas, quase sempre nos meses de janeiro e julho. É este o tempo mais feliz da fazenda e o mais divertido para o vaqueiro e todos mais que aí vivem na labuta do gado. Nestes meses, mais ou menos, fazem também a vaquejada do gado grande, a fim de retirar os que se destinam à feira ou à venda.

"Os vaqueiros não se preocupam com a conservação dos melhores espécimes que devem ficar para a reprodução, pelo contrário, os animais maiores, mais bem formados, castram-se e se destinam a boi para carro. Não é raro encontrarem-se, em uma mesma malhada de gado, dois, três, e, às vezes, mais reprodutores, cada qual mais raquítico e defeituoso.

"O criador, com um fatalismo muçulmano tudo espera da natureza... O sistema extensivo de criação, à lei da natureza, que se tem adotado desde os tempos coloniais, contribui poderosamente para retardar a resolução do magno problema do melhoramento da pecuária piauiense"[3].

A criação de gado no Piauí, vista enquanto atividade econômica exercida no quadro de uma economia colonial e semicolonial, ou seja, na completa dependência de mercados consumidores externos (localizados

[3] FERNANDES e SILVA, R. A indústria pecuária piauiense. Teresina: [s. n.], 1924, p. 22-27.

fora das fronteias piauienses) esteve necessariamente sujeita às crises ocorridas nestes mercados.

Como já foi mencionado, a crise da economia açucareira nordestina e, particularmente, o estancamento da mineração repercutiram vigorosamente na falta de mercados para o gado piauiense. O eixo dinâmico da economia brasileira, consolidando-se no Centro-Sul, com o surgimento do setor cafeeiro e da industrialização, distanciou ainda mais o rebanho piauiense do único mercado verdadeiramente importante do País. Outras regiões criadoras, cujos produtos foram mais competitivos devido não só às melhores condições naturais, mas também à proximidade dos centros consumidores e às facilidades de exportação para o exterior, retiraram as possibilidades de negócio para o gado piauiense na zona de mineração, chegando a vender charque mesmo para o Nordeste açucareiro, além de exportar para países da Europa.

As fazendas do Piauí passam a produzir, desde o final do século XVIII, para mercados bastante limitados. Conforme as pesquisas do professor Odilon Nunes, estes se resumiam fundamentalmente, na primeira metade do século XIX, a algumas cidades do Maranhão, Ceará, Pará, Bahia e a longínqua Guiana Francesa. Tal situação se estenderia, com pouca variação, por todo o século.

Porém, não somente a situação dos mercados externos, as condições naturais e o acaso geográfico (distância dos centros consumidores) determinaram a pouca competitividade do gado piauiense. A própria forma de produção extremamente primitiva que se estabeleceu desde o período colonial, acompanhada que foi pela contínua degeneração da estrutura produtiva, contribuiu grandemente.

Como se viu anteriormente, a estrutura econômica implantada na colonização armou-se de condições que lhe permitiriam uma continuidade mesmo em situação de quase completo isolamento: capacidade de auto-abastecimento de grande parte das próprias necessidades, pouca inversão de capital e baixa remuneração do fator trabalho. Além disso, o pouco vigor na comercialização da produção levou-a ao consórcio com as atividades de apresamento, atividades estas que impulsionaram a ocupação inicial da área.

Findo o período colonial, e sempre diante do pouco dinamismo na comercialização do gado, ocorreu a substituição do antigo consórcio pelo incremento da agricultura de subsistência, situação que perdurou até os

dias atuais. Firmou-se, assim, um quadro no qual não surgiria nem um mercado interno de maior significação e nem a abertura de novos setores de atividade econômica. Debatendo-se com a incapacidade de auto-dinamização, a pecuária enveredaria por um contínuo e prolongado processo de degeneração, cujos traços marcantes foram uma constante descapitalização das unidades produtoras e um permanente empobrecimento das condições naturais.

O regime de intensa concentração da propriedade da terra, vigente no período da colonização e pressuposto básico da criação extensiva, continuou vigorando, imutável no tempo. O absenteísmo dos antigos sesmeiros foi substituído pelo dos posseiros e arrendatários vitoriosos que se constituíram em oligarquias legitimamente piauienses. Estas, representadas por pouca famílias que se interligavam por laços de consangüinidade, encontraram sempre as formas de manterem os fáceis e exíguos benefícios gerados pelo monopólio da posse das terras, através da pecuária extensiva. Vivendo nas acanhadas cidades interioranas ou na modesta Capital, com um nível de vida limitado, as oligarquias proprietárias, culturalmente, em quase nada se distanciavam dos padrões dos pioneiros da colonização. No capítulo seguinte será estudado o comportamento dessas oligarquias. O que cabe assinalar no momento é a absoluta incapacidade que demonstraram quanto a qualquer iniciativa que representasse introdução de melhorias técnicas ou diversificação de suas atividades. Quando o mercado internacional de produtos tropicais ofereceu para alguns deles oportunidades de negócios (com a extração da borracha, da carnaúba e de matérias-primas para óleos vegetais) exploraram os produtos de seus latifundiários da maneira mais rudimentar possível, utilizando uma técnica primitiva, acentuadamente predatória e sempre combinando o extrativismo com atividades de subsistência. Do capital obtido, aliás, dos poucos dividendos que retornaram ao Piauí, nada foi investido nas fazendas.

As vendas maciças de escravos, registradas depois de 1850, representaram um importante aspecto da descapitalização da pecuária piauiense. As exportações para a zona cafeeira (por vezes realizadas através das feiras nordestinas, na maior parte efetuadas por traficantes que conduziam os escravos até o mercado consumidor), tomaram tal vulto, inquietando os governos provinciais com a perspectiva da falta de mão-de-obra, que estes adotaram diversas medidas restritivas ao tráfico, elevando os impostos.

Contudo, a falta de braços não afetaria a pecuária extensiva. Em primeiro lugar porque, por seu próprio caráter, ocupava uma mão-de-obra

mínima. Em segundo, porque, à medida em que foi se consolidando, consagrava o antigo sistema do "agregado", utilizando o trabalho livre com a forma de remuneração de "sorte", em que o vaqueiro percebia a "quarta", ou seja, de cada quatro novas cabeças de gado contabilizadas detinha uma para si. Nessa época, a população escrava empregada na produção agrícola já era muitas vezes superior à empregada na criação (ver quadro 1 deste capítulo).

Apesar de pouco expressiva, a comercialização do gado também não deixou de provocar sérios efeitos negativos na qualidade do rebanho, porque, justamente as melhores cabeças eram escolhidas para as transações. Isto era de interesse do comprador, sobretudo quando o gado se destinava à reconstrução de rebanhos dizimados pelas secas em áreas do Ceará, Pernambuco, Bahia, etc., embora interessasse igualmente ao proprietário, que assim tinha a oportunidade de desempatar maior soma de capital. Com efeito, a comercialização representava também uma forma de descapitalização; vendendo as melhores cabeças, desqualificando seu rebanho, o criador estava vendendo um pouco de sua própria fazenda.

QUADRO 1*
OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA NO PIAUÍ
1865[1]

MUNICÍPIOS	AGRICULTURA	CRIAÇÃO	ARTES	SEM OFÍCIO	TOTAL
Parnaíba	297	80	41	689	1.107
Batalha	115	8	15	175	313
Piracuruca	245	12	16	168	441
Pedro II	106	15	9	134	264
Barras	843	69	154	492	1.558
Campo Maior	–	–	–	–	407
União	757	–	24	190	971
Teresina	–	–	–	–	1.668
Marvão[2]	290	80	30	202	602
Príncipe Imperial	35	42	2	369	448
Independência	75	22	49	664	810
Valença	331	106	20	1.194	1.651
Oeiras	340	52	29	1.176	1.597
São Gonçalo	696	42	51	539	1.328
Manga	530	59	38	131	758
Jerumenha	–	–	–	–	–
Bom Jesus	120	16	8	117	261
Santa Filomena	722	35	23	64	844
Parnaguá	–	–	–	–	–
São Raimundo Nonato	311	166	17	999	1.493
Jaicós	1.021	416	62	685	2.184
Picos	199	52	35	213	499
TOTAL[3]	**7.033[4] + ?**	**1.272 + ?**	**623 + ?**	**8.201 + ?**	**19.204**

* Quadro elaborado a partir do mapa nº 9, constante do relatório com que o Presidente Augusto Olympio Gomes de Castro passou a administração da província do Piauí ao 1º Vice-Presidente Simplício de Sousa Mendes em 3 de abril de 1869.
[1] Os municípios de Pedro II, Jerumenha e Príncipe Imperial foram arrolados em 1864; Oeiras, Valença, São Gonçalo e Teresina em 1866 e os demais 13 municípios em 1865.
[2] Segundo o relatório parece que houve erro quanto à população deste município que deverá ser bem maior. Em 1853, havia no município 916 escravos.
[3] Para o mesmo relatório, a população deve estar subestimada em cerca de 20%, visto as imperfeições estatísticas.
[4] Os totais da população escrava por ofício aparecem subestimados porque, para Campo Maior e Teresina, só se conhece o total do contingente.

O empobrecimento das condições ecológicas resultantes das queimadas contínuas[4], o agravamento dos efeitos da seca[5] junto com o alastramento e a ação constante das epizootias agiram no sentido da dizimação dos rebanhos. As queimadas praticadas desordenadamente empobreceram os pastos, nenhum processo de armazenamento de forragens para amenizar os efeitos da seca era praticado; as epizootias, regra geral, eram tratadas com benzeduras e meizinhas. O sistema de criação do gado, impermeável às soluções técnicas mais elementares, agiam no sentido de sua própria autodestruição.

Seria difícil conceber sua manutenção, caso não houvessem sido registrados providenciais efeitos contemporizadores. Estes foram exatamente o consórcio ocorrido entre a criação, a cultura algodoeira e o extrativismo vegetal. Além disso, a política assistencialista do poder nacional, posta em prática desde a segunda metade do século passado, também agiu no mesmo sentido. Por outro lado, a relativa estabilidade sócio-política, diante deste quadro de crise estrutural, foi garantida pelos mandatários do ordenamento sócio-econômico, que, desde as lutas do período colonial, haviam estabelecido sólidos instrumentos de controle da sociedade. Estes aspectos, porém, serão objeto de atenção nas páginas seguintes.

---

[4] O depoimento de Evandro Rocha, Inspetor Agrícola, em seu Relatório Anual ao Diretor do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola. T, (p. 13) em 1913, é contundente neste sentido: "O Piauí é um estado criador, e com a devastação das matas sua criação não pode deixar de sentir enormemente. A prova disso é que o Estado, em algum tempo, possuía muitas fazendas de gado que davam de 200 até 500 bezerros por ano; hoje, porém, muito raramente se encontra uma fazenda de 100 ou 150 bezerros. Querem os criadores que essa decaída seja motivada pelos excessos de impostos sobre a criação;não há dúvida de que isso possa contribuir também, mas o que é certo é que quando não se tem bem o que comer vive-se mal ou deixa-se de viver quando de todo falta. Ora, com a destruição das matas, arrasam a pastagem natural, único recurso de que dispõe a criação piauiense, ficando esta em situação precária e predisposta a receber qualquer epizootia".
[5] Ver, a respeito, o já citado trabalho de FERNANDES e SILVA, R. p. 16-18.

2.3 O EXTRATIVISMO

a) O impacto do extrativismo na economia piauiense

As atividades extrativas no Piauí tiveram início no começo do século atual. O extrativismo piauiense explorou quase que exclusivamente produtos vegetais: borracha (da maniçoba), cera de carnaúba e amêndoa de babaçu foram os produtos principais. Secundariamente, houve a exploração da oiticica, do tucum, do caroá e da malva. Quanto à extração mineral praticamente não teve expressão, limitando-se, durante a primeira metade de nosso século, ao gesso e ao sal.

A primeira grande atividade extrativa comercial no Piauí foi a extração do látex da maniçoba, cuja produção, iniciada por volta de 1900, em pouco tempo alcançaria cifras bastantes expressivas. Em 1903, a receita estadual proveniente da exportação da borracha já representava 51,54% do montante das receitas de exportação e 23,28% da receita total. Em pouco tempo, os valores da exportação da borracha na formação da receita do Estado superaram os valores advindos da exportação do gado e da cobrança do dízimo, que aliás apresentavam queda constante[6].

A borracha durante cerca de 15 anos permaneceu, de longe, como o principal gênero de exportação piauiense. Em 1910, ela representava aproximadamente 62% do valor total das exportações. O quadro 6, embora com uma série de apenas quatro anos (1907–1910), pode dar uma idéia da importância que a borracha assumiu no conjunto das exportações do Estado, a frente do gado e seus subprodutos e também do algodão.

A partir de 1911, com a queda dos preços,começa a diminuir a produção da borracha. Tal queda deveu-se à concorrência de outros centros produtores e à descoberta de sucedâneos sintéticos. Enquanto em 1912 a borracha contribuía com 300.112$325 para os cofres estaduais, no ano seguinte sua contribuição baixaria para 147.993$000[7], apresentando queda contínua a partir de então.

---

[6] A arrecadação do imposto sobre a exportação do gado que em 1895 foi de 104.000$00, em 1905, foi estimada em 60.000$00; enquanto o dízimo do gado que anos antes chegava ao montante de 300.000$00, em 1905 caiu para 126.000$590 (MENDES, Álvaro de Assis Osório. Mensagem à Assembléia Legislativa, 1905 e 1906). Alguns dados sobre a história comercial da borracha estão em SANTANA, R. N. Monteiro de. op. cit., p. 76-83.

[7] ROSA, Miguel de Paiva. Mensagem à Assembléia Legislativa, 1914.

A exploração da borracha, durante o curto período em que floresceu, esteve ainda sujeita a oscilações de preços decorrentes da conjuntura internacional, como foi o caso de 1908, ocasião em que não apenas a borracha, mas outros produtos de exportação sofreram baixa de cotação (ver quadro 2).

A cera de carnaúba passou a ter valor enquanto produto de exportação com a descoberta de sua utilização no fabrico de graxas para sapato, ceras para assoalho, discos, etc. Antes, a cera era utilizada sobretudo na fabricação doméstica de velas de iluminação. Por volta de 1907 ocorrem as primeiras vendas de cera ao exterior. Porém, elas só tomarão impulso após 1910, e a Alemanha será o principal mercado. Com a aplicação industrial da cera ganhando importância, esta passa a ocupar lugar de destaque entre os produtos de exportação piauiense. Durante a Primeira Guerra Mundial os preços sobem vertiginosamente: anteriormente oscilavam entre 12$000 e 25$000 e em 1918 atingem 60$000, como relata R. N. Monteiro de Santana[8].

Com o término da Guerra a cotação da cera baixou muito, chegando em 1921 a apenas 15$000 a arroba. No Piauí, muitos comerciantes dedicados ao negócio da cera faliram. Em 1927 os preços seriam os mesmos do fim da Guerra, mas entre 1930 e 1934 haveria novas baixas, e os preços chegariam a 30$000 como reflexo da grande crise de 1929–1930. A esse tempo, já os Estados Unidos eram o principal comprador.

A partir de 1935, o preço da cera começa novamente a subir. Durante a Segunda Guerra Mundial teria chegado a níveis altíssimos, como relata Santana, caso não fossem os chamados “Acordos de Washington, que fixaram, como medida de cooperação, os preços máximos da cera e do dólar. Com o término da Guerra, liberado o preço, por causa das dificuldades de embarque, a corrida foi grande, de modo que, em agosto de 1946, a cera parda despachada dava Cr$ 1,000,00. Mas começaram as pressões baixistas, e os preços caíram em níveis inferiores à metade dos vigentes naquele ano”[9]. A partir de então estavam findos os grandes surtos de produção da cera de carnaúba. Os preços registrariam, ainda, depois de sensível baixa, uma certa estabilização durante os anos 50.

[8] SANTANA, R. N. Monteiro de, op. cit., p. 83-84.
[9] _____, op. cit., p. 85.

QUADRO 2*
EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES DO PIAUÍ
1907–1910

PRODUTOS		1907	1908	1909	1910
Borracha	Quilos	957.561	262.685	1.909.000	1.640.000
	Valor Oficial	2.393:902$500	1.253:390$000	2.024:312$000	6.559:792$000
Algodão	Quilos	2.348.488	546.556	1.391.000	398.000
	Valor Oficial	939:395$200	232:780$000	556:545$600	198:884$500
Cera de Carnaúba	Quilos	658.392	354.937	1.155.222	1.546.000
	Valor Oficial	658:392$000	283:049$000	693:138$200	1.546:575$000
Couros de gado vacum	Quilos	51.869	62.586	597.074	899.377
	Valor Oficial	259:345$000	375:516$000	597:077$000	889:377$000
Peles de Cabra	Quilos	310.288	463.824	344.681	317.754
	Valor Oficial	155:144$500	442:959$000	344:681$000	317:754$000
Gado de pé	Cabeças**	7.417	12.480	9.299	17.225
	Valor Oficial	187:217$000	483:480$000	327:048$000	–

* Quadro elaborado a partir de Mensagens apresentadas à Câmara dos Deputados pelo Governador Antonino Freire da Silva em 01.06.1910 e 01.06.1911.
** As exportações de gado de corte aparecem bastante subestimadas, pois grande era o número que saía sem qualquer controle. Antonino Freire, em Mensagem de 1910, diz que cerca de 20.000 cabeças saíam anualmente do Piauí, sem constarem nos registros estatísticos.

Apesar da precariedade dos registros estatísticos, agravada com o fato de portos de estados vizinhos serem utilizados para escoamento da produção piauiense, pode-se ter uma idéia da produção da cera de carnaúba durante cerca de vinte anos, pelos quadros 3 e 4.

As exportações de babaçu, produto cujo primeiro grande comprador foi a Alemanha, tiveram início em 1911. Porém, ao contrário da cera de carnaúba que registrou aumento das exportações durante a Primeira Guerra, é precisamente depois do conflito que as oleaginosas vão firmar sua cotação no mercado internacional[10]. Os compradores se multiplicam, e o segundo produtor brasileiro de babaçu, que era o Piauí, passa a fornecer para a Holanda, Portugal, Dinamarca, França e Estados Unidos.

Em novembro de 1935, um acordo entre Brasil e E.U.A. isenta o babaçu exportado para este País à taxa de 0,3 cents por libra peso. Os E.U.A. tornam-se os principais compradores, e novo acordo firmado em 1942 estipula que 75% da produção brasileira seriam destinados a este País, ficando os 25% restantes para o consumo nacional. Os preços, tal como no caso da carnaúba, foram fixados. A razão de tais acordos era o receio norte-americano de se virem desprovidos de outros mercados fornecedores durante a Guerra. Garantiam, assim, para si, a produção brasileira.

Somente depois da Guerra, com a extinção da validade de tais acordos, é que o preço do babaçu atingiu altos níveis. Porém por pouco tempo, pois em 1951 o babaçu não mais participava da pauta de exportações brasileiras. Em 1947, ano em que findou o acordo entre Brasil e E.U.A., o preço do babaçu atingiu seu auge. O quadro 5 dá uma idéia da evolução da produção no Piauí, entre 1937 e 1956.

b) Características do extrativismo piauiense

Como se pode facilmente inferir das páginas anteriores, o extrativismo apresentou um acentuado caráter episódico. As oportunidades de exportação surgiam bruscamente e quase sempre da mesma maneira se extinguiam.

[10] Para informações sobre o extrativismo no Piauí e particularmente sobre o babaçu, a obra de PÔRTO, Carlos Eugênio. Roteiro do Piauí, é das mais importantes. Delas retiraram-se muitas informações constantes neste trabalho.

QUADRO 3
PRODUÇÃO DE CERA DE CARNAÚBA
1937–1956

ANOS	QUANTIDADE (t)	% SOBRE O TOTAL NACIONAL	VALOR (Cr$1.000,00)	VALOR MÉDIO (Cr$/t)
1937	4.452	42,1	40.068	9.000
1938	3.921	39,4	42.542	10.850
1939	4.501	39,4	61.345	13.629
1940	4.091	41,4	61.369	15.001
1941	5.190	45,8	75.771	14.599
1942	4.865	55,0	87.283	17.941
1943	4.525	47,6	100.899	22.298
1944	4.772	44,6	92.709	19.428
1945	6.049	48,1	117.312	19.394
1946	6.102	52,5	271.475	44.490
1947	5.408	59,5	230.666	42.653
1948	5.756	50,6	101.797	17.685
1949	3.869	39,7	86.792	22.433
1950	3.684	34,7	109.269	29.660
1951	2.992	26,4	96.784	32.348
1952	3.456	32,9	14.688	33.185
1953	2.244	29,2	76.226	33.969
1954	1.734	27,6	56.087	32.345
1955	1.380	24,6	49.940	36.188
1956	2.600	33,3	128.651	49.481

FONTE: FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil.

QUADRO 4*
PRODUÇÃO DE CERA DE CARNAÚBA
1950–1956

ANOS	PESO LÍQUIDO (t)
1950	5.068
1951	3.525
1952	5.119
1953	5.092
1954	4.386
1955	5.193
1956	5.639

FONTE: Serviço de Economia Rural – Agência Piauí.
* Quadro retirado do trabalho da CAPES. Estudos de desenvolvimento regional. v. 9, p. 93.

QUADRO 5
PRODUÇÃO DE BABAÇU
1937–1956

ANOS	QUANTIDADE (t)	% SOBRE O TOTAL NACIONAL	VALOR (Cr$1.000,00)	VALOR MÉDIO (Cr$/t)
1937	6.600	22,3	5.501	834
1938	10.569	23,1	15.161	1.434
1939	11.380	18,4	10.572	929
1940	19.805	29,1	15.844	800
1941	28.051	38,9	25.246	900
1942	20.641	36,3	33.232	1.610
1943	16.478	32,8	28.012	1.700
1944	8.343	19,7	15.185	1.820
1945	21.952	30,6	39.514	1.800
1946	13.745	26,7	23.019	1.675
1947	16.308	25,3	58.013	3.557
1948	17.031	20,6	47.687	2.800
1949	12.204	17,2	35.706	2.926
1950	15.224	20,4	47.069	3.092
1951	18.740	22,6	58.165	3.104
1952	13.197	18,7	48.398	3.667
1953	10.638	16,0	63.817	5.999
1954	10.339	14,0	60.673	5.868
1955	6.046	7,8	43.024	7.116
1956	9.756	12,1	95.183	9.756

FONTE: FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil.

O caso da borracha, neste sentido, foi o mais evidente. Logo que surgiu oportunidade de exportação, a produção, anteriormente nula, cresceu de maneira vertiginosa para alguns anos depois cair violentamente. A euforia durou pouco mais de 10 anos, tal como a descoberta de um filão de ouro, provocou uma corrida precipitada, gerou imensas expectativas, para depois se extinguir de maneira inapelável.

As exportações de cera de carnaúba sobreviveram durante um espaço de tempo mais amplo. Porém, segundo o maior ou menor vigor da procura, que condicionava os preços, a produção registrou ascensos e quedas brutais, como foi o caso por ocasião das conflagrações mundiais. As altas eventuais nos preços tiveram curta duração. A partir de 1947, o decréscimo do volume das exportações foi constante; os momentos de euforia haviam ficado para trás, como episódios da história econômica do Piauí.

Entre os principais produtos do extrativismo piauiense foi a amêndoa de babaçu que encontrou mercado mais estável. Isto porque, cessada a procura pelo mercado internacional, o que ocorreu por volta de 1950, o consumo do Centro-Sul permitiu a continuidade das exportações. Por outro lado, a existência de uma mão-de-obra infimamente remunerada garantia a rentabilidade da exploração. Sem esta mão-de-obra, o babaçu piauiense não teria condições de competir com outras oleaginosas similares[11].

O único momento de alta vertiginosa no preço do babaçu foi entre 1947 e 1949.

O fato é que, no final da primeira metade do século atual, o extrativismo piauiense, em acentuado declínio, havia perdido sua condição de alento para a crise econômica estrutural piauiense. As atividades extrativistas continuaram, porém, seus grandes impactos sobre a economia piauiense, deverão ser consideradas como acontecimentos do passado. Seus efeitos e conseqüências, contudo, restariam atuando significativamente, como se verá adiante.

O caráter episódico do extrativismo derivou de sua característica fundamental, que foi sua dependência total às necessidades do desenvolvimento capitalista dos países industrializados. Em um determinado momento, esse desenvolvimento necessitou dos produtos da natureza piauiense. Com facilidade os obteve, de uma economia baseada em estruturas coloniais e vivendo crise secular.

Logo, porém, esse desenvolvimento capitalista prescindiria dos produtos do extrativismo piauiense, encontrando sucedâneos sintéticos ou indo buscar, com melhores condições, similares de outras regiões. O extrativismo no Piauí configurou, com evidências elementares, um caso típico de relações econômicas semicoloniais.

A exploração da borracha, da cera de carnaúba e do babaçu combinou pacificamente com a estrutura agrária piauiense. Significou uma atividade complementar à criação extensiva do gado e à agricultura de subsistência, sem modificar o caráter destas. Aqui reside uma característica do extrativismo piauiense cuja complexidade exige, para sua

[11] Foi a conclusão a que se chegou um trabalho da CAPES. Estudos de desenvolvimento regional. v. 9, p. 100-103.

compreensão, trabalhos empíricos que fogem às possibilidades e pretensões deste Ensaio. Apenas alguns aspectos mais evidentes, demonstrativos da combinação operada, podem ser considerados. Não se tem aqui pretensões de deslindar cabalmente as conexões existentes entre os mesmos. Feitas as ressalvas, passa-se a considerá-los, distingui-los em três, para efeito de exposição. O extrativismo no Piauí utilizou uma técnica de exploração bastante primitiva e não exigiu inversões de capital[12]. Estava, portanto, de acordo com as condições apresentadas pela estrutura sócio-econômica do Piauí, onde, por um lado, vigorava um padrão técnico de nível extremamente rudimentar e, por outro, não havia em absoluto disponibilidade de capital. A adoção de equipamentos mais complexos e a organização racional do trabalho estariam em conflito com a realidade sócio-econômica piauiense. A leitura dos relatórios dos governos estaduais revela que, no interesse de incentivar a produção para melhor aproveitamento das oportunidades de exportação, diversas tentativas de orientação técnica foram efetuadas. Isso ocorreu particularmente com a exploração da borracha[13], quando um "campo experimental", com um certo número de especialistas, foi organizado em Teresina. Por outro lado, sabe-se que as diversas medidas, regidas por lei, de organização da exploração de carnaúba, visando à proteção das palmeiras, foram constantes e acintosamente ignoradas. O fato de tais tentativas não surtirem efeito (na verdade, acredita-se que ocorreram mais proposições do que tentativas propriamente ditas) é revelador da barreira que a estrutura sócio-econômica apresentava.

O extrativismo baseou-se na unidade de produção característica da economia piauiense, a grande propriedade dedicada à criação de gado consorciada com a agricultura de subsistência. Não houve formação de empresas para a extração dos produtos vegetais do Piauí, a unidade de

[12] Para o conhecimento do modo de exploração dos produtos do extrativismo no Piauí dispõe-se de uma bibliografia relativamente ampla. O excelente trabalho de PÔRTO, Carlos Eugênio. Roteiro do Piauí, pode ser consultado com bom proveito.

[13] R. N. Monteiro de Santana assegura que um "grande número de fazendas se dedicou à cultura da maniçoba" (op. cit., p. 82). Entretanto, ilustra sua afirmação de maneira pouco convincente, afirmando apenas que uma fazenda, chamada "Paraíso", em Bertolínia, havia cultivado "cerca de 2.000 árvores" que estavam em plena produtividade em 1912 e que nos arredores de Teresina existiam "algumas áreas cultivadas". Se a afirmação é verdadeira, do que se duvida pelo fato de não se ter encontrado sólidas referências neste sentido (declarações ufanistas dos Governadores do Estado em seus relatórios têm limitado valor documental), por outro lado, é certo que quando os maniçobais cultivados iniciaram sua produção, a procura já estava em retração, a exemplo da fazenda "Paraíso", "em plena produtividade em 1912". Na verdade, o grosso da extração da borracha de maniçoba foi realizado na vegetação natural.

produção básica da economia não mudou o seu caráter nem houve alterações na propriedade da terra. Ao mesmo grande proprietário absenteísta coube o comando das atividades extrativas, papel que exercia do mesmo modo que quando encarnava a figura do "fazendeiro". Tal como o gado, os produtos vegetais eram, escolhidos pelos moradores e comercializados em estado bruto, ou, no máximo, como era o caso da carnaúba, com um beneficiamento elementar. Boa parte dos proprietários não se empenhava na produção, percebendo apenas as rendas do aluguel de seus palmeirais. Não se sabe se o fato ocorreu de maneira significativa com os maniçobais, como também não se tem elementos para afirmar que na incorporação de terras virgens, no auge da exploração da borracha no Piauí, camponeses tiveram acesso à posse da terra. No caso disso ter acontecido, o que se considera improvável, os elementos novos na estrutura fundiária piauiense não foram suficientemente fortes para configurar uma mudança no caráter da mesma.

O extrativismo utilizou fundamentalmente a mão-de-obra disponível na região e provocou apenas leves alterações nas relações sociais. Os catadores de coco e cortadores de carnaúba eram os mesmos que constituíam os contingentes de "moradores"dos latifúndios ou dos que habitavam nos interstícios destes. Durante alguns anos a extração do látex nos maniçobais chegou a atrair trabalhadores de outras regiões, mas, no geral, não se registrou nenhum grande fluxo migratório em direção ao Piauí. Nas épocas de maior euforia dos preços, eram constantes as reclamações com relação à carência de mão-de-obra, mas além destes momentos serem efêmeros a estrutura econômica do Estado não comportaria nenhum crescimento súbito de população. A mão-de-obra do extrativismo era constituída de autênticos párias, sobrevivendo basicamente às custas da colheita, da caça, da pesca e de uma agricultura praticada rudimentarmente. Uma relativa intensificação dessa agricultura de subsistência foi necessária para a retenção da mão-de-obra nos latifúndios: os proprietários permitiam a plantação de pequenas roças, conseguindo, assim, a mão-de-obra de reserva para os períodos de trabalho de extração. Nestas ocasiões, dependendo do produto explorado, a força de trabalho era remunerada com salários, geralmente ínfimos e pagos com "vales" ou mercadorias de "fornecimento" da propriedade.

c) Os efeitos do extrativismo

Como foi salientado, acredita-se que o advento do extrativismo representou um desafogo para a economia piauiense, assentada em uma

pecuária em crise. A produção extrativa, tendo sido circunstancial e curtos seus bons momentos, não chegou a se firmar enquanto alternativa econômica viável para o Piauí. Sua principal conseqüência, em termos de realidade local, foi permitir a continuidade da velha estrutura econômica piauiense, pois engendrou elementos novos que atuaram temporariamente como amenizadores dos efeitos de sua crise.

Estes elementos surgiram de forma a não alterar substancialmente o quadro básico das relações sociais de produção e da estrutura de propriedade da terra. Em termos de mercado interno, seu crescimento pouco expressivo não levou à abertura/consolidação de novos setores econômicos. Tratou-se de um crescimento profundamente orientado para as necessidades das oligarquias agrárias e para os grandes exportadores[14].

O relativo dinamismo do comércio, elemento novo na conjuntura econômica, baseou-se na exportação dos produtos extrativos e na importação de manufaturados do Centro-Sul do País. Geograficamente, localizou-se no único escoadouro litorâneo, a cidade de Parnaíba, e nos pequenos empórios às margens do rio do mesmo nome. Atualmente, tanto a grande cidade mercantil do Piauí quanto os centros ribeirinhos, à semelhança das "cidades mortas" das primeiras vagas cafeeiras retratadas por Monteiro Lobato, guardam nostálgicos vestígios dos tempos de "bom preço" da borracha, da carnaúba e do babaçu.

O extrativismo conseguiu dar um "centro" para a economia piauiense, localizado às margens do Médio e Baixo Parnaíba, o que a criação do gado, com a incrível dispersão característica do sistema extensivo não havia logrado, apesar de inerentes esforços de administradores na construção da Capital em local estrategicamente escolhido para tal fim.

Com o reforço das finanças estaduais, pela ação das exportações, foi empreendida uma série de melhoramentos urbanos. A instalação de luz elétrica e abastecimento d'água na Capital foi feita com a receita da borracha. A construção de prédios públicos, como o Palácio de Karnak, ainda hoje sede do Governo, a abertura de ruas e praças, tanto na Capital como nas cidades interioranas, foram possíveis graças aos benefícios

[14] Neste sentido tem-se a observação de um trabalho da CAPES. Estudos de desenvolvimento regional. v. 9: "Com efeito, o desafogo ocasionado pela alta da carnaúba não chegou a repercutir sobre o padrão de vida da população, e tampouco se traduziu em inversões de maior peso em atividades que dessem à economia estadual bases mais seguras e estáveis".

gerados pelo extrativismo. Tais empreendimentos, tidos como sintomas de progresso pelos políticos profissionais e classes urbanas, apesar de relativamente modestos, não espelhavam contudo o atraso em que permaneciam as estruturas econômicas do Estado.

O exagerado crescimento relativo do setor de serviços, que já havia sido incrementado com a política assistencialista do poder central e as exportações de algodão no século passado, passou a sofrer uma expansão ainda mais acelerada com as exportações dos produtos do extrativismo. A grande importância deste setor na atualidade não é, senão, uma antiga tendência progressivamente acentuada.

Um dos mais sérios efeitos do extrativismo foi a depredação ecológica. A ânsia dos proprietários e arrendatários em extrair o máximo das possibilidades de seus latifúndios nas épocas de "bom preço" fazia com que fossem ignoradas as recomendações oficiais para a preservação da flora. A depredação ecológica intensa esteve, em parte, ligada ao fato de que, por ocasião do extrativismo e em combinação com este, houve um alastramento da agricultura de subsistência, como se fez referência. O efeito predatório do extrativismo influiria forçosamente nas condições da criação extensiva, completamente dependente do meio natural.

Talvez a conseqüência mais importante do extrativismo não tenha se localizado no interior do Estado, mas sim, no Centro-Sul do País. Isto porque os dividendos gerados pelas exportações, não retornando diretamente ao Estado, iriam favorecer a industrialização do Centro-Sul, feita, como se sabe, na dependência de capitais e de tecnologia estrangeiros. Apesar de esse fato já ter sido lembrado, em diversas ocasiões[15], resta, contudo, bastante desconhecido em sua intensidade e nos detalhes de seus mecanismos. Poder-se-á constatá-lo a partir de rápido exame de alguns dados estatísticos referentes ao movimento comercial de Parnaíba. Naturalmente que estes dados, na medida em que não tomam em conta o comércio realizado por vias internas, mas apenas por via marítima, oferecem uma idéia bastante limitada do sentido dos fluxos de capitais.

Para o período 1911–1918, quando se registraram importantes vendas de borracha e cera de carnaúba para o exterior através de Tutóia, o Piauí chegou a utilizar em compras cerca de apenas 1/6 das divisas obtidas, resultando disso um considerável saldo. No entanto, para o mesmo

[15] Ver, por exemplo, o estudo da CAPES, op. cit., p. 108.

período, registrou um *déficit* nas transações comerciais com os outros estados bastante avultado: o valor das mercadorias piauienses, saídas de Parnaíba para outras praças brasileiras, representava apenas cerca de 1/8 do valor das mercadorias (bens alimentares e manufaturados) provindas de outras regiões, como se pode inferir do quadro 6. O confronto dos saldos do comércio parnaibano, que na época referida centralizava as transações do Estado, demonstra serem estes sempre negativos quando se tratava de relações interregionais e positivo nas relações com o estrangeiro (quadro 7).

Para a década 1940–1950, período que se caracterizou igualmente por um intenso movimento de exportação dos produtos do extrativismo, os saldos do comércio interregional foram sempre negativos para o Piauí (quadro 8). Os números relativos ao comércio por vias internas, aliás, na época, em ascensão, confirmam a mesma tendência (quadro 9). A queda em termos absolutos destes valores negativos, a partir de 1952, quando se estancam as exportações internacionais, demonstra a relação direta entre as vendas para o exterior e as compras efetuadas em outros estados do Brasil.

Porém, não seriam apenas os números referentes às relações comerciais que demonstrariam a contribuição das exportações piauienses ao processo de substituição de importações, localizado geograficamente no Centro-Sul: a própria política econômica brasileira, estabelecida sempre em consonância com os interesses das grandes potências atuavam no mesmo sentido. A inflação e a política cambial desfavoreciam as exportações piauienses; os acordos internacionais, tais como o estabelecido com os E.U.A. durante a Segunda Guerra com relação ao babaçu, quando o Nordeste tornou-se produtor cativo deste País, com cota de exportação pré-fixada e com os preços máximos estabelecidos, contribuíram, também, e poderosamente, para a depreciação dos produtos da natureza piauiense.

QUADRO 6*
COMÉRCIO DE PARNAÍBA – EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO
1911–1918

ANOS	AMARRAÇÃO (CABOTAGEM)[1]				TUTÓIA (ESTRANGEIRO)[2]			
	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO	
	QUANT.	VALOR OFICIAL	QUANT.	VALOR OFICIAL	QUANT.	VALOR OFICIAL	QUANT.	VALOR OFICIAL
1911	3.271.885	705:761$030	–	–	2.932.314	2.651:241$950	–	1.684:263$000
1912	4.011.668	732:907$440	–	5.676:237$170	3.934.551	3.838:162$440	3.459.239	1.570:100$000
1913	2.698.608	296:872$800	–	5.382:596$410	5.536.480	5.032:430$980	2.160.485	1.645:864$000
1914	3.415.362	338:380$168	–	3.213:223$160	4.748.788	3.690:774$476	1.571.530	732:370$000
1915	1.811.235	644:371$810	–	6.177:392$440	8.221.437	6.915:070$045	1.345.199	401:602$000
1916	1.405.407	1.200:687$014	2.974.800	4.720:123$795	6.430.675	8.182:623$722	1.908.876	418:062$842
1917	2.443.007	5.295:592$013	3.166.000	5.269:143$822	10.679.000	4.182:712$160	863.024	493:582$221
1918	5.397.544	10.269:858$000	–	–	10.965.500	8.079:492$770	551.000	–

* Extraído de ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PARNAÍBA. Amarração ou Tutóya. 1920, p. 138.

[1] Transações inter-regionais.

[2] Transações com o exterior.

QUADRO 7*
SALDOS DO COMÉRCIO DE PARNAÍBA COM OUTROS ESTADOS E COM O EXTERIOR
1911–1918

ANOS	SALDOS DO COMÉRCIO INTER-REGIONAL	SALDOS DO COMÉRCIO COM O EXTERIOR	DIFERENÇA
1911	–	966:978$950	–
1912	- 4.943:329$730	2.268:062$440	- 2.675:267$290
1913	- 5.085:723$610	3.386:566$980	- 1.699:156$630
1914	- 2.874:842$992	2.958:404$476	+ 83:561$484
1915	- 5.533:020$630	6.513:468$045	+ 980:447$415
1916	- 3.519:436$781	7.764:560$880	+ 4.245:124$099
1917	26:448$191	3.689:129$939	+ 3.711:578$130
1918	–	–	–

* Quadro elaborado a partir dos dados constantes do quadro 6.

QUADRO 8*
COMÉRCIO DE CABOTAGEM
1940–1955

ANOS	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO (Cr$1.000)
	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr$1.000)	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr$1.000)	
1940	3.364	7.030	21.053	67.874	- 60.844
1941	3.783	11.283	30.847	104.381	- 93.098
1942	2.126	9.956	24.258	81.519	- 71.563
1943	4.336	17.171	12.220	45.191	- 28.020
1944	11.120	32.636	15.208	76.722	- 44.086
1945	6.463	18.146	17.928	161.455	- 143.299
1946	11.144	44.669	19.994	136.956	- 92.287
1947	12.751	63.008	14.622	108.188	- 45.180
1948	10.663	62.053	15.329	126.630	- 64.577
1949	13.568	62.006	15.939	145.584	- 83.578
1950	16.623	85.452	20.038	157.014	- 71.562
1951	16.530	118.256	24.898	216.784	- 98.528
1952	20.040	121.957	18.368	133.404	- 11.447
1953	15.502	159.772	18.905	173.551	- 13.779
1954	14.940	207.029	21.545	220.977	- 13.948
1955	14.807	189.937	16.631	208.248	- 18.311

* Quadro retirado do trabalho da CAPES. Estudos de desenvolvimento regional. v. 9, p. 109.

QUADRO 9*
COMÉRCIO POR VIAS INTERNAS
1942–1950

ANOS	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO (Cr$1.000)
	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr$1.000)	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr$1.000)	
1942	2.267	12.060	33.951	60.043	- 47.983
1943	3.727	19.162	32.856	107.806	- 88.644
1944	4.696	23.260	31.909	141.670	- 118.410
1946	4.695	17.643	36.844	210.883	- 193.240
1947	3.075	14.598	28.635	179.428	- 164.830
1948	2.569	11.715	38.206	258.015	- 264.300
1949	4.350	14.005	43.798	280.477	- 266.472
1950	3.024	11.197	46.660	329.671	- 318.474

FONTE: FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil.

* Quadro retirado do trabalho da CAPES. Estudos de desenvolvimento regional v. 9, p. 109.

2.4 A AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA

A produção agrícola do Piauí salienta-se dentro do próprio contexto nordestino pela sua pouca expressividade. Historicamente, o Estado dependeu de seus vizinhos e mesmo do centro-sul para seu suprimento em produtos agrícolas. Como foi visto, no período colonial a produção agrícola era praticamente inexistente; os pioneiros, alimentavam-se fundamentalmente de carne bovina, mel de abelhas e frutos silvestres. Ao surgimento de um mercado interno consumidor, embora parcimonioso, com o crescimento demográfico e o aparecimento de alguns pequenos aglomerados urbanos durante os séculos XIX e XX, não correspondeu uma oferta de produtos alimentares. O Piauí viu-se então na contingência de despender parte de sua receita, obtida com o gado e com o extrativismo, na compra de cereais e outros produtos.

Na busca das razões da pouca expressividade das atividades puramente agrícolas no Piauí, as condições naturais apresentam-se como variável de peso bastante secundário. Com efeito, mesmo considerando-se a pouca fertilidade do solo e a ocorrência de estiagens prolongadas, é certo que os bolsões de terra férteis existentes, particularmente, às margens de rios como o Gurguéia, por exemplo, perfazem grandes extensões de terras que comportariam um volume de população bem superior ao existente no Estado até a primeira metade do século XX. Além disso, é certo que as secas atingiram bem menos as terras piauienses que as do Nordeste Oriental.

A análise do atraso da agricultura do Piauí está vinculada ao exame do subsetor básico da economia piauiense, criação extensiva de bovinos, já que foi esta que determinou em grande parte a distribuição demográfica a disponibilidade de mão-de-obra e a própria estrutura fundiária.

Da criação extensiva, derivaram três fatores impeditivos do desenvolvimento das atividades agrícolas: a concentração da propriedade da terra, a destinação da terra para os pastos e a ausência de um mercado interno estimulador. Naturalmente que os três fatores citados agiram combinadamente e não podem ser vistos em separado.

No âmbito da grande propriedade dedicada à criação extensiva, pouco se praticava a agricultura. No máximo, moradores cultivavam, de parceria, alguns produtos de ciclo curto, como o milho, feijão, arroz, mandio-

ca e, muito eventualmente, a cana-de-açúcar que, na medida do crescimento demográfico e com o surgimento do extrativismo foram se tornando parte cada vez mais importante na alimentação. Outros produtos que chegaram a ocupar a atenção dos proprietários foram o algodão e o fumo. Pelo seu caráter de culturas comerciais, merecendo destaque especial, tratar-se-á delas logo adiante.

As terras pertencentes às fazendas deviam estar sempre em condições de fornecer pastos para o gado, que vivia à solta. Assim os proprietários não permitiam outra cultura que não fosse a de curta duração. As roças deveriam estar sempre cercadas, o que em si já representava um ônus considerável para os parceiros, que utilizavam uma técnica das mais rudimentares, trabalhando sempre com seus próprios meios. Após a colheita, o gado poderia ser solto na roça, já desprovida de cerca.

Porém, as pequenas propriedades foram as grandes responsáveis pelos produtos agrícolas do Estado. Com precisão, pode-se detectar-lhes a existência em terras que margeavam os rios e que perfaziam os interstícios dos latifúndios no decorrer do século passado. Uma análise da situação da agricultura no Piauí feita, em 1867, por Adelino Antônio de Luna Freire, presidente da Província, que se destacou por sua grande sensibilidade frente aos problemas da economia piauiense, vinculou contundentemente a carência de alimentos com a estrutura fundiária, destacando, de maneira precisa, o papel da pequena propriedade: “Os cereais e legumes mal chegam para o consumo da Província, entretanto, é fora de dúvida que a sua abundância e barateza muito concorrerão para o problema da agricultura. E devido em parte à maneira porque existe a propriedade territorial acumulada improdutivamente em poucas mãos. É fora de contestação que onde não existe a pequena propriedade com a pequena cultura, mas tão-somente a grande cultura consagrada a gêneros de exportação, os víveres não podem ser nem baratos nem variados”[16].

No início do século XX, com o extrativismo, ocorreu muito provavelmente um aumento do número de pequenas propriedades, enquanto as fazendas, sem abandonar as atividades de criação, encontraram na borracha e na carnaúba novas possibilidades de rendimentos. Um técnico observava, em relatório ao Diretor-Geral do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola do Ministério da Agricultura, em 1913, a mesma inoperância de

[16] FREIRE, Adelino Antônio de Luna. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa. Teresina: [s. n.], 1867.

latifundiários para os trabalhos da agricultura, entregues aos "depauperados": "É verdadeiramente lamentável o estado em que se encontra a agricultura no Piauí, confiada como se acha à classe depauperada e analfabeta. Ressente-se em primeiro lugar da falta de capitais para incrementá-la, e depois, do contingente científico necessário à sua orientação e melhoramento. Quem não dispõe de recursos para viver de outra maneira é que se dedica à agricultura, de sorte que esta aqui não é a base do progresso humano como o pensam as nações civilizadas, e sim, uma espécie de degredo dos desprotegidos da fortuna"[17].

Por outro lado a ausência de um mercado consumidor mais vigoroso não estimulou essa agricultura a cargo dos pequenos proprietários e parceiros. O monopólio da posse da terra e a elevada concentração da renda, junto com a grande dispersão populacional característica da pecuária piauiense, impediria a consolidação e crescimento de centros urbanos. Quando estes chegaram a tomar algum impulso, provocado pelo extrativismo e pelas transferências de recursos da política assistencialista do Poder Nacional, ocorreu concomitantemente a formação de um pesado e estéril aparelho burocrático estatal que não deixaria de exercer efeitos negativos sobre a estrutura produtiva. Com efeito, a burocracia – dando guarita aos filhos de famílias proprietárias, criando empregos em número cada vez maior – provocaria um aumento dos imposto dificilmente suportável pela estrutura produtiva.

A legislação fiscal, ao longo do tempo, passou a ser combatida, por vezes violentamente, como sendo a causadora de grandes malefícios à agricultura. O comentário insuspeito do Presidente da Província José Manoel de Freitas – legítimo representante das famílias proprietárias, que pôs em relevo uma pretensa contradição entre uma era de "progresso" sugerida por iniciativas infra-estruturais (criação da navegação a vapor) e urbanas (a movimentada atuação da imprensa), contrastando com as dificuldades dos produtores e o agravamento das condições de vida da população – seria muitas vezes repetido, com algumas variantes: "Antes de 1845, quando o Piauí ainda mal se erguia ao sol da civilização que lhe despontava, o povo vivia na abastança; os meios de vida estavam ao alcance de todos; os cofres públicos não tinham falta de moeda. Hoje parece que tudo caminha, que o progresso não é mais um problema a resolver; porque aí estão a imprensa esclarecida e o vapor para testá-lo;

[17] ROCHA, Evandro. Relatório ao diretor-geral do serviço de inspeção e defesa agrícola. Teresina: [s. n.], 1913. p. 9.

o pobre definha, sofre fome, e o rico, que não acha emprego ao seu capital, lastima-se, abate-se... Onde o mal? Percorrendo a legislação provincial desde o tempo do Visconde da Parnaíba até a presente data, não vejo em prática de uma só disposição que tenha por fim animar a agricultura, desenvolver as artes e a criação do gado, fonte principal da riqueza pública da Província; pelo contrário, só encontro impostos acumulados sobre impostos, e conseqüentemente germens de aniquilamento, de desânimo e nunca de criação, de estímulo. E, enquanto crescem os preços dos gêneros, aumenta-se a pobreza da população; enquanto decresce a criação do gado vacum e cavalar, aumenta-se o funcionalismo e seus vencimentos, antepondo-se o interesse de meia dúzia ao bem-estar de uma classe inteira"[18].

Das únicas culturas comerciais do Piauí durante o século passado e primeiras décadas do século atual, que foram o fumo e o algodão, apenas a segunda teve maior expressão. O fumo sempre esteve presente na pauta de produtos vendidos para outros Estados, mas sempre em quantidades mínimas. Segundo Adelino Antônio de Luna Freire, era cultivado "principalmente nas margens do Parnaíba e do Poti do mesmo modo porque o faziam os índios"[19].

Quanto ao algodão, seu cultivo consta ter sido iniciado no princípio do século XVIII, sem contudo se consolidar devido, entre outras coisas, à carência de mercados e às restrições à exportação. No decorrer do século, a situação viria a se modificar: em 1815, segundo Santana[20], o porto de Parnaíba registrava alguma saída do produto e, na segunda metade do século, acompanhando a tendência de outras regiões brasileiras, sua produção e venda tomariam impulso, atingindo o ponto máximo por ocasião da guerra civil nos Estados Unidos.

Não se tem elementos para precisar a maneira pela qual ocorreu essa cultura no Piauí. Há documentos que informam terem os algodoais se localizado sobretudo às margens do Parnaíba, justamente onde se encontrava a maior concentração de pequenas propriedades, responsável pelo pouco que se produzia em produtos agrícolas na província[21]. Por

[18] FREITAS, José Manoel de. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa, em 24.06. 1868. p. 6.
[19] FREIRE, Adelino Antônio de Luna, op. cit., p. 73-74.
[20] SANTANA, R. N. Monteiro de, op. cit., p. 72-73.
[21] Ver, neste sentido, a transferência que faz FREIRE, Adelino Antônio de Luna, op. cit., p. 71. Pode-se encontrar igualmente inúmeras referências em NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí, v. 3-4.

outro lado, é certo que os grandes proprietários se interessaram por esta cultura, notadamente na fase áurea das exportações. Na produção do algodão dos latifúndios, houve a utilização de escravos, apesar de, nesta época, o contingente negro já estar bastante desfalcado devido às vendas ocorridas para a região cafeeira. Em 1865, ano em que a produção do algodão havia quase quadriplicado em relação à produção de 1855, os números oficiais davam conta de 7.033 escravos ocupados em atividades agrícolas, enquanto apenas 1.272 dedicavam-se precisamente à criação (consultar quadro 1).

Apesar das estatísticas referentes às exportações algodoeiras do Piauí não refletirem com exatidão o volume da produção do Estado, devido às saídas clandestinas do produto pelo Maranhão e Ceará, o certo é que, para o conjunto nordestino, a produção piauiense foi bem modesta. O conhecido consórcio do algodão com a criação de gado, que caracterizou a economia de vastas áreas do sertão nordestino, ocorreu no Piauí com bem menos intensidade. Ou porque a especialização da estrutura agrária na criação resistia a esta diversificação da produção, ou as condições gerais para o empreendimento algodoeiro (capital e mão-de-obra) não permitiram, o certo é que, malgrado as condições naturais favoráveis, os grandes proprietários não se empenharam intensivamente na cultura do algodão. O fato foi muitas vezes lamentado pelo Governo Provincial, sobretudo em vista da oportunidade aberta do mercado internacional[22].

Entretanto, diante da estagnação geral da economia, a produção algodoeira pesou consideravelmente na renda do Piauí. Entre 1850 e 1870 aproximadamente, as exportações do algodão entraram em segundo lugar, logo depois do gado, na formação da receita geral da Província. A partir de então a produção decaiu, perdendo muito sua expressão no período do extrativismo.

[22] O mais contundente neste sentido foi o já citado FREIRE, Adelino Antônio de Luna, op. cit., p. 72.

2.5 COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Na segunda metade do século XVIII encontram-se vestígios das atividades de fabricação e comercialização do charque do Piauí. Anteriormente, o produto tradicional da Capitania era comercializado vivo, levado em manadas que viajavam durante semanas ou meses em direção às feiras baianas e pernambucanas. Ou, no máximo, eram extraídas as couraças dos animais para venda aos produtores de fumo, restando a carne desaproveitada para o comércio. Em 1762, surge oficialmente a Vila de São João da Parnaíba, com seu pelourinho, e logo suas oficinas de charques vieram a manter uma atividade florescente. Nesta época, cerca de 13.000 cabeças de gado eram abatidas anualmente, e o porto da Parnaíba chegava a receber 10 embarcações por ano, que seguiam para Bahia, Rio de Janeiro e Pará.

O movimento comercial continuou a tomar vulto e, em 1771, já eram abatidas 40.000 cabeças, representando talvez 1/4 da produção de gado piauiense[23]. Entre os importadores de charque passou a figurar também a Guiana Francesa e o movimento das embarcações na Vila experimentava um crescimento constante. A partir desta época, Parnaíba, a única cidade litorânea do Piauí, se afirmaria como seu principal centro comercial e assim permaneceria até a metade do século atual. Além do gado, ao longo do tempo figuraram na sua lista de gêneros comercializados o fumo, o algodão e, com destaque especial, os produtos extrativos.

Outros centros comerciais do extenso território piauiense nem de longe alcançaram a importância de Parnaíba, só conseguindo, na verdade, alguma expressão durante o período de florescimento do extrativismo. Como Parnaíba ficava a grandes distâncias de boa parte das áreas de produção do Piauí, era natural que estas recorressem a cidades de outras províncias, para fazerem escoar seus produtos. A integração de algumas áreas com centros da Bahia, Pernambuco e Maranhão, em alguns momentos, foi bastante superior aos laços que as prendiam a Oeiras (capital do Piauí até 1851) ou a Parnaíba. A cidade maranhense de Caxias foi, durante quase um século, o centro dominante de boa parte da região do Médio Parnaíba.

O não-surgimento de centros urbanos importantes, que tivessem funções comerciais, durante os séculos XVIII e XIX, decorreu, assim, em

[23] Os dados sobre a evolução do comércio de Parnaíba foram obtidos em NUNES, Odilon, op. cit., v. 1, p. 109-134.

boa parte da configuração geográfica da Província que, na sua vastidão, apresentou variados escoadouros naturais fora das fronteiras piauienses e, ainda, da grande dispersão inerente à criação extensiva. Não obstante, e como o próprio desenvolvimento comercial da Província, caracterizadamente modesto, foi sobretudo uma nítida expressão da estrutura econômica implantada.

Como se viu anteriormente, a Fazenda, unidade de produção dessa estrutura, detinha grande capacidade de autonomia, dependendo do exterior apenas para a satisfação de algumas poucas necessidades. Além disso, a grande concentração da renda e a quase inexistência de circulação monetária – pois o pagamento dos trabalhadores livres era feito na base da "quarta" e, mesmo o aluguel da terra, muitas vezes era pago com produtos agrícolas – constituíam poderosos desestimulantes ao comércio. O poder de compra ficava assim restrito a um reduzido número de grandes proprietários e funcionários públicos, e as pequenas dimensões dos centros urbanos expressavam as parcas necessidades de comercialização.

Acrescente-se ainda o fato de que esta economia pouco necessitava de uma infra-estrutura de serviços como o comprova o minúsculo aparelho burocrático estatal existente até as primeiras décadas do século XIX. As pequenas concentrações urbanas surgidas no período colonial situavam-se nas rotas do gado, a caminho das feiras, não dispunham nem de escola nem de serviços de saúde e casas bancárias era algo difícil de se imaginar. Eram povoados sem maiores expressões, habitados por proprietários que geralmente faziam as vezes de comerciantes. O acanhado desenvolvimento de Oeiras, que durante quase dois séculos foi capital do Piauí, é demonstrativo da pouca carência de serviços. A transferência da capital para Teresina não exigiu grandes esforços do ponto de vista administrativo: com uma simples visita ao local, alguma disposição de trabalho, contando com o apoio da pequena população da vila de Poti, o político baiano que exercia as funções de Presidente da Província, Antônio Saraiva, efetivou seu projeto. O obstáculo maior que enfrentou foi, na verdade, a reação das grandes famílias que mantinham interesses em Oeiras. Até essa época, não existia, pois, no Piauí, qualquer centro consumidor de vulto, mesmo cidades comerciais ou burocráticas.

Tal situação sofreu alterações apenas durante a segunda metade do século XIX e, particularmente, nas primeiras décadas do século XX, motivadas, de um lado, pelo surto das exportações e, por outro, pelo crescimento do aparelho burocrático estatal. Já se fez referência, nas páginas

anteriores, aos efeitos comerciais do extrativismo, por isso cabe aqui maior atenção sobre o significado deste aparelho burocrático, ou, em outras palavras, à consolidação do setor público. Antes, porém, é importante assinalar que as alterações no potencial de consumo da Província/Estado, não estiveram mecanicamente articuladas com o crescimento dos centros urbanos. Na verdade, em 1940, após um sensível crescimento do contingente urbano, 85% da população do Piauí ainda habitavam no campo. O extrativismo e o aparelho burocrático, contudo, contribuíram efetivamente para a ampliação do meio circulante disponível, permitindo, em termos relativos, uma dinamização das atividades comerciais.

Quanto ao crescimento deste aparelho burocrático, cabe inicialmente considerar que, fundamentalmente, não foi gerado em função das necessidades de gerência da estrutura sócio-econômica ou da prestação de serviços. Seu crescimento se fez mais como resultado da política assistencialista do poder nacional (a qual se estudará no próximo capítulo) e do clientelismo fomentado pelas oligarquias locais. Esses dois aspectos estiveram profundamente interligados: o fluxo de capitais proveniente do governo central possibilitou inúmeras iniciativas infra-estruturais, ampliou bastante o número de empregos, particularmente o de funcionários públicos de baixa renda e, nas épocas de seca, socorreu a milhares de desempregados. A alocação desses recursos, estando nas mãos dos setores oligárquicos dominantes, permitiu a intensificação da política clientelista, cujas raízes remontam ao próprio período colonial. O objetivo destes setores passou a ser o de dispor de um número cada vez maior de empregos para atender a uma clientela sempre mais numerosa. Analisar-se-á melhor o funcionamento desse mecanismo sócio-político no terceiro capítulo, enquanto a última parte deste Ensaio oferecerá uma visão sumária das formas de transferência de capitais operadas sob a égide do governo central.

A formação do mercado interno, tendo sido impulsionada pelo extrativismo e pelo setor público, não poderia deixar de estar em contradição com a estabilidade apresentada pela estrutura agrária. Esta, além de não influir senão indiretamente na formação deste mercado – na medida em que forneceu o contingente de mão-de-obra para os setores em crescimento –, não acompanhou, em termos de produção, as novas necessidades geradas. Sua irrisória capacidade de oferta, permanecendo fundamentalmente estática, levou a uma crescente importação de bens alimentares.

Essa dependência de outras regiões para o abastecimento em bens alimentares seria, entretanto, bem menor que a provocada pelo não-

surgimento de atividades industriais de qualquer expressão, exceto a da transformação das oleaginosas. Com efeito, as atividades artesanais, tradicionalmente exercidas no Estado, foram se tornando cada vez mais incapazes, por um lado de satisfazer as exigências do mercado interno em formação, e, por outro, de competir com a indústria de transformação estabelecida em outras regiões, sobretudo a região Centro-Sul. Acrescente-se, ainda, o fato de este mercado ser profundamente estigmatizado pela concentração de renda, gerando toda uma procura de manufaturados de certa sofisticação.

Para concluir estas necessariamente genéricas apreciações sobre as condições da evolução do comércio e da indústria do Piauí até a metade do século atual, pode-se dizer que, nesta época, ficou basicamente estabelecido um quadro que, em seus desdobramentos, apenas viria ganhar cores mais firmes: os recursos provenientes do extrativismo e das transferências compensatórias do poder central, completando, de certo modo, o minguado capital gerado pelo setor agrário baseado na pecuária extensiva, ofereceriam as condições necessárias para o Piauí manter suas transações com outros Estados. Essas condições estabelecidas, por sua vez, agiriam sempre de forma a perpetuar as características fundamentais da formação sócio-econômica, agravando progressivamente uma crise estrutural.

CAPÍTULO 3
RELAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

3.1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é oferecer elementos que possam auxiliar a compreensão da sociedade piauiense após a implantação da estrutura de produção no período colonial. Neste sentido, estas páginas representam um esforço de complementação do quadro da economia piauiense articulado no capítulo anterior. Mais uma vez aqui se trata de um propósito extremamente ambicioso devido tanto à abrangência do tema e à amplidão do corte cronológico como à falta de maiores trabalhos empíricos que pudessem fundamentar qualquer conclusão.

Entretanto, decidiu-se assumir a tarefa porque, como ficou salientado na Introdução Geral do Ensaio, acredita-se que a visão de uma realidade econômica é necessariamente incompleta e subjetiva, caso deixe de perceber os fatores sócio-políticos que a acompanham e o espaço físico mais amplo em que está inserida. No caso específico do Piauí, a lentidão das transformações na base econômica leva a supor, de imediato, que fatores superestruturais tenham atuado, com bastante pertinácia, no sentido da manutenção do *status quo*, suposição que não deixa de ser uma forte instigação ao estudo das relações sócio-políticas. Com todas as limitações que possam conter, acredita-se que as idéias aqui expostas possam ajudar à compreensão global da realidade piauiense.

Procede-se inicialmente a uma caracterização da sociedade piauiense, sistematizando alguns de seus traços mais marcantes, que persistiram, no mínimo, até meados do século XX. Um episódio da maior significação deteve especial atenção – a Guerra dos Balaios. Este foi o momento em que as contradições internas da sociedade afloraram com maior intensidade, e, com a grande derrota do elemento popular, as oligarquias dirigentes puderam adequar os mecanismos de controle social às condições do século XIX. Por outro lado, na análise do comportamento das oligarquias, o ponto de partida foram as lutas da Independência, visto terem estas representado a ocasião para a firmação defensiva do poder

local inconteste das grandes famílias proprietárias. Este poder, emanação da propriedade da terra, não sofreria abalos durante o período objeto de análise.

Na análise da integração do Piauí com a nação brasileira, o esforço realizado foi no sentido de detectar a lógica do relacionamento mantido, no decorrer do tempo, entre a unidade regional e a Nação. Amparados nas conclusões do estudo sobre a economia piauiense, rejeita-se a simplória idéia, tradicionalmente aceita, segundo a qual o Piauí teria se "atrasado" em relação ao desenvolvimento nacional ou mesmo nordestino devido a fatores tais como as condições geográficas ou a índole da população, optando por investigar o peso que se deve conferir ao tipo de relacionamento entre o Piauí e as regiões mais dinâmicas neste "atraso". Este relacionamento se fez em detrimento do Piauí, pelo que seria lógico inferir: "O Piauí se atrasou, permitindo o desenvolvimento de outras regiões". Neste prisma, a atenção do trabalho esteve particularmente voltada para o elemento balisador das relações inter-regionais, o Estado Nacional.

3.2 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Refletindo a evolução da base econômica, bem como sua posição de complementaridade na economia nacional, a sociedade piauiense caracterizou-se, até meados do século XX, pelos seguintes traços gerais:

a) Uma sociedade marcada por um grande distanciamento de dois blocos sociais distintos, por uma grande concentração de renda e por um ínfimo nível de vida para a maior parte da população.

Tendo em vista a larga predominância do setor agrícola no Piauí, bem como o caráter da estrutura agrária onde prevaleceu um sistema fundiário amplamente baseado no latifúndio, o fulcro balizador das diferenciações sociais é fundamentalmente a condição dos diversos setores sociais no acesso à posse da terra. Com efeito, em função da propriedade da terra ficaram estabelecidos historicamente, no Piauí, dois blocos sociais nitidamente diferenciados: os grandes proprietários e a massa de trabalhadores direta ou indiretamente ligada à produção agrícola. No decorrer do processo histórico, e, mais incisivamente, durante o século atual, com o surgimento/ crescimento de novos setores da produção, a diferenciação social se tornou mais complexa. Porém essas alterações não foram suficientemente poderosas a ponto de descaracterizar a posse da terra como o maior diferenciador da organização social e, portanto, de diluir os dois blocos em questão.

Nesta sociedade, formando o setor hegemônico, ao lado dos grandes proprietários de terra, estava alinhado o pequeno número de comerciantes importantes, profissionais liberais, funcionários com alto posto na burocracia e membros da Igreja. Pela freqüência com que estes elementos detinham eles mesmos a posse de latifúndios (seja devido à origem familiar, através da herança, ou ao fato de adquirirem propriedades como forma de reservas de riqueza) e exerciam as funções de fazendeiros (o que não representava dificuldade devido à pouca atenção exigida pela criação extensiva em que se observava um intenso absenteísmo), torna-se impossível, ou quando muito, extremamente difícil imputar-lhes outra condição que não a de grandes proprietários acumulando eventualmente outras funções. Tanto mais que estes elementos, invariavelmente vinculados por laços familiares aos detentores de latifúndios, agiam sempre de concerto com estes últimos, na manutenção do sistema oligárquico. Objetivamente pois fazia parte de um bloco bastante definido e profundamente distanciado da massa de trabalhadores.

Desse esquema geral, fugiram, de certo modo, à regra apenas cerca de uma dezena de comerciantes e industriais que monopolizaram as exportações dos produtos do extrativismo na litorânea cidade de Parnaíba. Isso não exatamente pelo fato de manifestarem interesses que se chocassem com o do bloco hegemônico da estrutura social, pois, como visto, o extrativismo foi uma ocorrência que a estrutura agrária absorveu sem dificuldades e dela se beneficiou. O comportamento dos comerciantes parnaibanos se destacou precisamente pelo fato de manifestarem, além dos interesses inerentes ao bloco social hegemônico, interesses próprios, específicos de sua condição. Estes interesses, contudo, só se impuseram na medida em que não se opunham frontalmente aos ditames das oligarquias agrárias. O exemplo mais frisante disso foi a secular e sempre preterida reivindicação de transferência da capital do Piauí para a cidade de Parnaíba. Remarque-se, por outro lado, que a luta em que se empenharam vigorosamente, sobretudo nas primeiras décadas do século, pela construção do porto de Amarração, não foi vitoriosa, inclusive devido ao fato de não contarem com uma participação mais decisiva do conjunto do bloco hegemônico.

Quanto à grande massa da população, sem acesso à propriedade da terra, grandemente desfavorecida na distribuição da renda e destituída de qualquer poder político, era constituída de escravos, vaqueiros, "moradores" artesãos, assalariados urbanos e funcionários de baixa renda (essas três últimas categorias com uma participação percentual mínima no conjunto), além de toda sorte de subempregados existentes. A estes juntavam-se, ainda, em termos de distanciamento do bloco hegemônico, os pequenos proprietários, que viviam do cultivo da terra. As diferenciações existentes entre todos estes elementos pouco representam frente ao distanciamento em que se encontravam da fração dominante da sociedade, o que não equivale dizer que existia qualquer coesão efetiva entre eles.

Por outro lado, o que se poderia chamar "classes médias urbanas", no Piauí, durante o período histórico em questão, ou seja, de pequenos comerciantes, médios funcionários, artesãos remediados, elementos do aparelho repressivo,etc., pouco representam enquanto expressão numérica no conjunto da sociedade. Além disso, e o que é mais importante reter, estavam profundamente atados aos meandros do clientelismo e não exerceram conjunta ou separadamente qualquer poder de barganha dentro da estrutura sócio-política.

b) Uma sociedade essencialmente rural, vivendo bastante isolada e dispersa em um vasto território.

Com a maior parte da população do Piauí trabalhando nos latifúndios e nas pequenas glebas ou habitando pequenas povoações interioranas, ou seja, voltada para a produção agrícola, definiu-se o caráter essencialmente rural da sociedade piauiense. A grande dispersão desta população no território piauiense, resultante do tipo de exploração econômica, gerou enormes dificuldades de contato entre seus componentes. Além do mais, este sistema econômico não motivou nem criou condições para a população vencer as grandes distâncias geográficas e a ausência de canais naturais de comunicação. Como relata a literatura, era normal que o homem do campo visse passar os anos que tivesse contato com outras pessoas além dos membros de sua família e do proprietário da terra onde trabalhava. Quanto ao isolamento da sociedade piauiense do restante do País, bastante acentuado durante todo o período em questão, sofreu leves alterações no final do século XIX e começo do século XX, quando ocorreram as iniciativas do poder central de estabelecimento do telégrafo e a construção de vias férreas e rodovias. Essas iniciativas foram facultadas, de um lado, pela consolidação do aparelho de estado que formalmente gerou necessidades de contatos com as regiões distantes do controle burocrático, bastante concentrado na região Centro-Sul, e, de outro, lado, pela relativa integração econômica havida com o surto extrativista. A participação dos piauienses na Guerra do Paraguai foi outro acontecimento que de certo modo, ajudou a quebrar este isolamento, pois as centenas de piauienses que após a Guerra retornaram à terra natal difundiam as imagens que haviam captado nas longínquas regiões do País. Entretanto, a grande maioria da população continuava fundamentalmente no completo alienamento das condições gerais do restante do País, tendo pouquíssimas condições de imaginar os processos e situações vividos pela economia e sociedade estabelecidos fora dos quadrantes piauienses.

c) Uma sociedade onde a maioria de seus integrantes detinha um baixo nível intelectual.

O nível intelectual de boa porção dos piauienses pouco diferia, até as primeiras décadas do século XIX, do nível dos pioneiros da colonização. Até às vésperas da Independência, não havia escolas no Piauí. As raras pessoas que sabiam ler e escrever deviam isso a excepcional oportunidade oferecida por dois padres (Araújo Costa, de Jaicós, e Domingos de Freitas, de Piripiri) que conciliavam o sacerdócio com as funções de fazendeiro e educador. Em 1832, não mais que cinco escolas, localizadas nas principais cidades, ensinavam algumas poucas dezenas de crianças a ler, escrever e contar, além dos rudimentos da doutrina católica. Afora

isso, apenas alguns raros potentados davam-se ao luxo de manter entre suas criadagens, escravos ilustrados que alfabetizavam seus filhos.

Entre os chefes de grandes famílias, raros dispunham um nível de instrução primária. O famoso Barão da Parnaíba, o maior potentado do Piauí durante o século passado, dirigiu o governo provincial durante vinte anos, sendo semi-analfabeto. Para exercer o domínio político, que emanava fundamentalmente da propriedade da terra, as oligarquias não necessitavam de ilustração maior que a necessária para lidar com os que lhes eram imediatamente sujeitos. Nos pactos e "ententes" que estabeleciam entre si, defrontavam-se no geral homens de igual mentalidade e igual nível intelectual.

Neste quadro, apenas Parnaíba, mais uma vez, apresentou variação, com seu arremedo de aristocracia comercial. George Gardner, quando visitou esta cidade após a Independência, admirou-se do inusitado espetáculo que o exportador de charque Simplício Dias da Silva lhe ofereceu: recebendo-o à européia, ostentou orgulhoso um grupo de escravos ilustrados que inclusive chegaram à formar uma banda de música capaz de executar peças européias e, segundo a tradição, de falar línguas estrangeiras.

As possibilidades dos grandes proprietários de enviar seus filhos para conquistar o bacharelado nas grandes cidades brasileiras eram bastante limitadas. Apesar do exercício do poder político prescindir do "bacharelismo". Na verdade alguns postos do funcionalismo, sobretudo na caricatura de poder judiciário, deveriam ser preenchidas por "doutores". Estes, vez ou outra, eram necessárias também ao assessoramento dos grandes proprietários. Contudo, referência à dificuldade de se encontrar "doutores" para preenchimento de certos cargos foram uma constante nos relatórios oficiais dos governos.

Com o advento do extrativismo, as possibilidades de educação aumentaram sensivelmente, porém sempre sem oferecer perspectivas para a maioria da população. O número de escolas primárias foi ampliado, surgiram, sobretudo em Teresina e Parnaíba, alguns estabelecimentos secundários, bem como se verificou uma maior participação de "doutores"na vida política do Estado.

d) Uma sociedade onde se estabeleceram mecanismos extremamente sólidos de controle sócio-político.

A evolução das contradições internas da sociedade piauiense após o estabelecimento do poder oligárquico legitimamente piauiense (estabele-

cimento que se firmou com a Independência, como se verá nas páginas seguintes) levou à eclosão de um conflito, a Guerra dos Balaios, cujo estudo é fundamental para a compreensão destes mecanismos de controle social. Com efeito, a persistência da crise estrutural da economia piauiense, agravando brutalmente as condições de vida da massa de escravos, vaqueiros e pequenos proprietários que se dedicavam à agricultura, não havia gerado até então manifestações que ultrapassassem o nível de violências isoladas e fugas de escravos. O despotismo do governo de Manoel de Souza Martins, porém, se encarregou de fornecer as condições necessárias para a eclosão da maior convulsão social da história do Piauí. A perseguição exercida não somente sobre a massa da população mas também sobre importantes famílias, através da terrível arma representada pelo "recrutamento", permitiu um levantamento de grandes proporções contra um inimigo comum: a legalidade, encarnada pelo Visconde da Parnaíba[1] .

Entre o conjunto dos rebelados, obviamente, a disposição de luta tinha motivos específicos. A Balaiada foi, a um só tempo, luta pela liberdade e pela posse da terra, com a participação de grande número de escravos, camponeses sem terra e pequenos proprietários, e resistência oligárquica à hegemonia política dos Souza Martins, com a participação de grandes proprietários e oficiais da Guarda Nacional.

A participação destes últimos foi seguramente decisiva para o prolongamento das lutas por mais de dois anos (1838–1840). Porém, a direção geral efetiva da luta não lhes coube, e a conotação popular do movimento foi assegurada pela larga participação de escravos e agricultores sem terra (segundo Odilon Nunes, estes últimos formavam a maioria dos combatentes) com grande disposição de luta. Por outro lado, o fato dos rebeldes despontarem dos mais diversos pontos da Província e atuarem em guerra de movimento, penetrando inúmeras vezes em território maranhense, dificultou as manobras táticas do Barão da Parnaíba.

O nível de violência atingido nas batalhas e a brutalidade reservada aos prisioneiros, sobretudo os de origem mais modesta, componeses e escravos, não foi superado nem mesmo na época da caça ao índio.

---

[1] Aqui trata-se, naturalmente, das lutas dos balaios no território piauiense. Decerto que a Balaiada, em todas as províncias que atingiu, apresentou aspectos comuns. A apreciação deste trabalho prendeu-se, porém, as ações e objetivos dos rebelados nas terras piauienses. Na bibliografia sobre a Balaiada, mais uma vez se distingue o prof. NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. v. 3. A documentação primária oferecida pela obra foi fundamental para esta parte do Ensaio.

A vitória das forças do Barão da Parnaíba (que com isso se tornou Visconde) foi total, sendo que dois fatores foram decisivos para isso: o primeiro foi o auxílio dado pelo governo do Império, com o envio de Luís Alves de Lima e Silva (pessoalmente comprometido com o Barão, ao qual pleiteava apoio para a eleição de um tio para deputado) e o esgotamento dos recursos da região, fundamentais para a sobrevivência dos rebelados.

Do ponto de vista do controle da grande massa da população a derrota dos balaios representou um formidável reforço à dominação dos grandes proprietários. Enquanto no período colonial o sistema repressivo ficava sob o encargo de cada proprietário, responsável pela ordem em seus domínios, depois da Balaiada verificou-se uma atenção especial com o aparelho repressivo. Além de um Corpo Policial permanente, pago com os recursos provinciais, a Guarda Nacional passa a desempenhar papel importante, secundada pelo Exército que, por lei, estava à disposição do Presidente da Província, para exercer funções de policiamento. A extinção da Guarda Nacional fez crescer a importância do Corpo Policial (que conheceu diversas denominações, até que a lei federal de 1954 fixasse definitivamente o termo "Polícia Militar") e este passou então a subtrair boa parte dos recursos do governo estadual. Para se ter uma idéia, segundo dados fornecidos pelos relatórios oficiais que fixaram as despesas governamentais para os anos de 1909, 1910, 1911 e 1912, o item "Força Policial" foi sempre aquinhoado com a soma mais importante, sendo quase sete vezes superior ao item "Saúde Pública". As despesas com a Força Policial, junto com os itens "Segurança" e "Justiça", representavam quase a metade de todas as despesas efetuadas nesses referidos anos que, diga-se de passagem, não foram excepcionais, em termos de composição do orçamento ou de perturbações da ordem.

De certo modo, a Igreja desempenhou importante papel complementar ao aparelho repressivo, mantendo "resignados e esperançosos", conforme a expressão insuspeita de um Presidente de Província, a grande massa de depauperados[2]. Não por outro motivo, era sempre alvo das melhores atenções dos governos provinciais que com ela também despendiam importantes somas.

Depois das lutas dos balaios, com o aparelho repressivo organi-

[2] FREITAS, José Manoel de. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa, 21.07.1868, p. 10. Os relatórios oficiais dos governos do Piauí, principalmente no período imperial, apesar de fornecerem uma idéia limitada sobre o aparelho repressivo e o papel da Igreja, são importantes fontes de informações a respeito.

zado, as manifestações populares estiveram sempre contidas no limite que permitisse uma aparente noção de tranqüilidade, transmitida pelos autores que escreveram sobre a história do Piauí.

3.3 O DOMÍNIO OLIGÁRQUICO

No alvorecer do século XIX, mandatários portugueses exerciam o comando administrativo e militar do Piauí em relativa harmonia com os grandes proprietários e um reduzido número de comerciantes instalados na cidade de Parnaíba. O número de portugueses residentes era pouco expressivo e grande parte estava comprometida, por laços familiares, com os interesses locais. Sendo mínima a interferência da Coroa, não havia razões suficientes para que manifestações antiportuguesas grassassem no Piauí.

Tal situação derivava do próprio período em que se processou a colonização, quando a Coroa – compreendendo e acatando os interesses de fazendeiros que, definitivamente instalados no Piauí, travavam lutas contínuas contra os sesmeiros e administrações simpáticas aos mesmos – interferiu diversas vezes em favor dos "piauienses". Já uma vitória havia sido registrada em 1701, quando o território do Piauí passou formalmente para a jurisdição maranhense, francamente simpática aos arrendatários que se instalaram no século XVII. Outra manifestação de simpatia da Coroa aos "piauienses" foi a criação da Capitânia do Piauí, em 1718, que, porém, não teve condições de se efetivar senão em 1758[3].

Na medida em que o poder metropolitano mantivesse o respeito pela soberania local dos grandes proprietários, que haviam constituído famílias ligadas entre si por fortes vínculos oligárquicos, o Piauí deveria se manter distante das manifestações antiportuguesas que eclodiram em vários pontos do Brasil a partir de final do século XVIII. Não havia um rigoroso sistema fiscal que contribuísse para tais manifestações e, por outro lado, o grande isolamento geográfico, a quase nenhuma expressão urbanística e o atraso cultural da população, cuja imensa maioria levava uma vida de

[3] A justificativa do Ato Régio de 1701, anexando o Piauí ao Maranhão, mostra a simpatia da Coroa para com os "posseiros": "... por ser conveniente ao meu serviço o aumento e defesa do estado do Maranhão, e ainda utilidade dos moradores da freguesia do Piauhy, o mudar-se, e unir-se ao governo do dito estado do Maranhão sem considerável prejuízo desta capitania, porquanto os moradores de tal freguesia, sendo com mais brevidade para os seus frutos, tirarão grandes proveitos, e não só crescerão em cabedais, mas em número, e facilitando por seu interesse com suas pessoas e escravos o caminho que tão infestado se acha do gentio de corso, poderão ajudados das tropas do Maranhão render muitos, e afugentar todos, resultando de tudo suma utilidade aquele estado, e ao mesmo Piauhy". (COSTA, F. A. Pereira da, op. cit., p. 64). Este Ato Régio, porém, não teve execução imediata; a correlação de forças seria favorável aos pernambucanos, por muito tempo.

padrão acentuadamente rudimentar, dificultavam o contágio de idéias Pró-Independência.

Contudo, o Piauí participou de maneira ativa nas lutas pela Independência. Para a coligação de grandes famílias proprietárias e de alguns comerciantes parnaibanos, estas representaram ocasião de assumir, em caráter definitivo e oficial, o poder na Capitania.

Não faz sentido o esforço dos autores piauienses que, tratando das lutas pela Independência, mostram uma determinação patriótica, na população, que nunca existiu. A reconstituição idílica do passado atua aqui no sentido evidente de uma auto-afirmação que necessita mascarar as razões intrínsecas das sangrentas lutas ocorridas no primeiro semestre de 1823 entre piauienses e representantes da Coroa comandados pelo sargento-mor João da Cunha Fidié[4].

A única manifestação de sentimentos Pró-Independência no Piauí, antes de 1822, foi a fugaz passagem de Lourenço de Araújo Barbosa, recém chegado do Ceará, onde havia tomado contato com as idéias dos revolucionários de 1817. Sua pregação, recebida como exotismo pelos piauienses, foi prontamente reprimida; Lourenço Barbosa foi preso, logo desaparecendo de cena. É significativo que os responsáveis por esta repressão foram justamente aqueles que os cronistas apontariam como "patriarcas"da "Independência no Piauí"[5].

Uma análise mais acurada da Independência está por ser feita e não cabe, no contexto deste trabalho, essa tarefa, aliás bastante árdua,

[4] Toda a bibliografia sobre a Independência no Piauí é marcada pela tentativa de reconstituição idílica. O livro de BRANDÃO, Wilson de Andrade. História da independência no Piauí, serve como exemplo frisante dessa tendência geral.

[5] Ver a respeito de Lourenço de Araújo Barbosa, NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí, v. 2, p. 21 e seguintes. Este autor piauiense foi o único a conseguir se afastar um pouco da tendência geral ao encarar a Independência no Piauí. É de sua autoria este trecho contundente: "As agitações de maio, setembro e outubro de 1821 (refere-se às pressões sofridas pelo governador português do Piauí para realização de eleições) eram em verdade manifestações políticas, porém de caráter e objetivos estritamente regionais. Estavam em jogo antes que tudo, se não exclusivamente, interesses individuais ou de famílias, a colimar quando muito estabelecer domínio de ordem oligárquica. Ninguém falava em Pátria. A revolução de 1817 não teve nenhuma ressonância favorável no Piauí. Havia conformismo sob o ponto de vista político no amplo sentido da palavra. A ação de Lourenço de Araújo Barbosa foi isolada e não teve repercussão na vida social e política do Piauí". (op. cit., p. 29)

não só devido às mistificações correntes, como à situação da documentação primária que se encontra na Casa Anísio Brito. Vale contudo apreciar sumariamente a Independência no Piauí pelo fato desta ter oferecido oportunidade à afirmação definitiva do poder local, emanação da grande fazenda de gado. A importância do fato se prende a dois aspectos: em primeiro lugar, os proprietários viram-se, a partir de então, com todas as possibilidades de fazer perpetuar o latifúndio criador como a base essencial da economia piauiense e, em segundo lugar, estes mesmos proprietários passaram a articular um sistema de dominação política de caráter oligárquico, que teria uma vigência duradoura no Piauí.

A disposição de luta das grandes famílias proprietárias, lideradas pelos Souza Martins, cujo chefe principal era o Brigadeiro Manoel de Souza Martins, e dos comerciantes parnaibanos, liderados pelo maior exportador de charques da cidade, Simplício Dias da Silva, se manifestou quando, depois do 7 de setembro, pressentiram a possibilidade de vitória, em nível nacional, das forças antiportuguesas. A instigação a tal aventura ficou por conta de alguns homens instruídos e relativamente informados que puderam apreciar o processo histórico vivido pela Colônia. Entre estes, destacou-se o bacharel João Cândido de Deus e Silva, Juiz de Fora de Parnaíba e Campo Maior, o mesmo que havia, pouco tempo antes, denunciado as atividades revolucionárias de Lourenço Barbosa. A compreensão do momento histórico era limitada, o que, junto com o sentido oportunista de suas iniciativas, levou ao comportamento que Odilon Nunes chamou de "sui generis" (op. cit., p. 38): sob a liderança do referido João Cândido, os parnaibanos lançam proclamação, no final do ano de 1822, apoiando D. Pedro, as "Cortes Constituintes do Brasil", a Independência do Brasil como Reino Unido à Portugal e, ingenuamente, lançam vivas à D. João VI.

Para as batalhas contra a tropa de Fidié foram arregimentados os escravos e moradores das fazendas que obedeciam ao comando dos respectivos proprietários. Estes tiveram oportunidade de reviver seu passado guerreiro de chefes militares nas lutas contra índios e sesmeiros. Alguns bandos armados, cearenses de sentimentos nacionalistas tão acentuados quanto os dos piauienses, foram convocados, deixando em seu rastro ações de vandalismo na ocasião em que lhes faltou a devida remuneração pelos serviços prestados.

Após alguns combates, por vezes sangrentos, como a famosa Batalha do Jenipapo, Fidié é derrotado. Manoel de Souza Martins, que se credenciara como o mais importante chefe militar e político, assume o poder

com o apoio de sua poderosa clã. Durante cerca de vinte anos governaria a Província com soberania absoluta, encarnando a expressão máxima de força do latifúndio criador do Piauí, durante todo o século passado.

Tanto o poder imperial quanto o republicano firmaram pactos com as grandes famílias piauienses baseados no respeito ao direito destas em exercer o poder local, ou seja, na não ingerência nos negócios internos da Província/Estado e no apoio invariável ao Poder Nacional. Essa foi uma tendência geral, não obstante algumas iniciativas de pouca constância e intensidade em limitar a soberania das grandes famílias, particularmente após o falecimento do grande potentado que foi Manoel de Souza Martins, O Visconde da Parnaíba. Nas duas décadas em que governou o Piauí, o Visconde concentrou uma tal soma de poder, inclusive perseguindo brutalmente outros grandes fazendeiros e oficiais da Guarda Nacional, que após a sua morte o governo imperial nomeou diversos Presidentes para a Província estrangeiros a ela, tentando evitar a repetição do acúmulo excessivo de poder nas mãos de uma só família.

Porém estes Presidentes, naturais de outras Províncias, não deixaram de atuar sempre em harmonia com os interesses dos grandes fazendeiros. A exceção registrada, e que se notabilizou, foi a do Conselheiro Antônio Saraiva, que apesar de contar com fortes apoios locais e de ter a chancela do Imperador, viu-se na contingência de enfrentar sérias resistências de proprietários descontentes com o objetivo máximo de seu governo: a fundação de Teresina e o conseqüente translado da Capital da Província[6].

Com a consolidação do Estado Nacional, verificada na segunda metade do século passado, o relacionamento entre o poder local e o poder nacional ganhou conotações particulares, apesar de não mudar em essência. As páginas seguintes deter-se-ão neste aspecto, ao tratar da política assistencialista posta em prática pelo governo imperial.

No que concerne ao comportamento político dos grandes proprietários, a Guerra dos Balaios havia mostrado o perigo que representava e desdobramento de suas desinteligências para o confronto armado geral. O conflito tinha não somente dizimado os rebanhos, destruído benfeitorias, mas, sobretudo, havia aberto a perspectiva de alteração na estrutura fundiária. A partir daí, não se verificariam mais ações armadas de grande

[6] Sobre as reações à transferência da Capital, a brochura de CHAVES, Joaquim (Mons.). Como nasceu Teresina, traz informações importantes.

envergadura entre os proprietários, mas apenas ações pontuais de violência (aliás bem numerosas durante a segunda metade do século passado) que eram absorvidas, sem grandes problemas, pela estrurura sócio-política.

Um rápido exame da imprensa piauiense do século passado e das primeiras décadas do século atual mostra a existência de querelas contínuas, expressas por um linguajar violento, que, entretanto, não se traduzia em lutas armadas de vulto. A única tentativa mais séria de tomada de poder verificou-se em 1911, na onda do "salvacionismo", de Hermes da Fonseca. Essa tentativa foi abortada pela compacta aliança de grandes proprietários e chefes políticos, os quais formaram "batalhões patrióticos" que não chegaram a ser acionados[7].

[7] A imprensa no Piauí surgiu de fato depois do governo do Barão da Parnaíba. Este não admitiu durante sua gestão outros jornais que não os seus, que se prestavam à publicação de decretos oficiais e da propaganda contra os balaios. Com sua morte, Lívio Lopes Castelo Branco, chefe político de oposição que havia combatido com os balaios, cria o primeiro jornal de opinião no Piauí. Todos os órgãos surgidos a partir de então tinham estreita vinculação com o poder ou com a oposição oligárquica. A única exceção registrada foi o órgão em que David Moreira Caldas fez sua pregação, aliás sem repercussão e inofensiva, em favor da república e dos direitos humanos. CHAVES, Joaquim (Mons.). Teresina – subsídios para a história do Piauí, traz interessantes alusões à imprensa no Piauí. O livro mais substancioso sobre o tema é o de PINHEIRO FILHO, Celso. História da imprensa no Piauí. Sobre os acontecimentos de 1911, a mensagem do governador Antonino Freire à Assembléia Legislativa, (01.06.1912) relata as medidas adotadas pelo governo na ocasião.

3.4 O PIAUÍ E A INTEGRAÇÃO NACIONAL

No período colonial, o Piauí esteve economicamente ligado à América Portuguesa, através do fornecimento de gado e índios escravizados para os centros mais diretamente ligados à Metrópole, às regiões açucareira e mineira, e do fornecimento de couros para as zonas produtoras de fumo. Com a decadência dessas regiões e o surgimento da concorrência no abastecimento do gado exercida por outras zonas criadoras, deu-se o fim de um período relativamente florescente da pecuária piauiense, que passou a produzir para mercados mais limitados. No capítulo anterior, viu-se o processo de degeneração em que essa se debateu deteriorando ainda mais suas condições de concorrência, e salientou-se a ocasião em que o Piauí pôde romper, um tanto espetacularmente, o sério isolamento econômico em que se encontrava, através das exportações para o mercado internacional. Esta tentativa de examinar a evolução da economia piauiense dentro do contexto brasileiro, assim como o esforço realizado no sentido de oferecer uma visão do processo sócio-político correspondente à fase histórica iniciada no fim do período colonial, que se pretendeu mostrar nas páginas precedentes, ficariam bastante incompletos caso não se observassem as conseqüências, para o Piauí, da consolidação do estado nacional, ocorrida na segunda metade do século passado.

Esta consolidação, tendo acontecido em boa parte devido ao principal fato econômico da história brasileira no século passado, que foi a vigorosa emergência do setor cafeeiro, e estando vinculada à "mise en scène" de um aparelho político-burocrático concentrado geograficamente em uma região bastante precisa, geraria conseqüências importantes para todo o restante do País. No caso do Piauí, a consolidação do Estado Nacional permitiria, pela primeira vez em sua história, uma intervenção externa, de caráter político-econômico, de longo alcance e duração: a chamada política assistencialista do Poder Central. De certo modo os efeitos dessa política já são mais ou menos conhecidos (não se diria encarados seriamente) no que concerne ao Nordeste em geral, devido, sobretudo, aos estudos que forneceram a base da perspectiva de desenvolvimento adotada pela SUDENE no final dos anos cinqüenta e início da década de sessenta.

O efeito econômico desta política assistencialista seria o de contrabalançar a evasão de recursos gerada por um intercâmbio comercial desigual, em que determinados mecanismos atuariam no sentido de reter, em uma região precisa, capitais gerados em outras.

O assistencialismo ocorreu com mais intensidade em relação a outros estados do Nordeste, cujas respectivas economias tiveram um peso mais notável no conjunto nacional e cujas elites dirigentes exerceram um poder de barganha, no sistema político brasileiro, mais significativo que o das oligarquias piauienses. Porém, devido ao primitivismo da estrutura econômica piauiense e à sua evolução extremamente lenta, os efeitos do assistencialismo não deixaram de ser ponderáveis. Tanto mais que, seus efeitos políticos, alimentando um sempre crescente aparelho burocrático indispensável ao clientelismo exercido pelos que se sucederam no poder, tornaram-se cada vez mais indispensáveis às oligarquias.

Concretamente, o assistencialismo assumiu duas formas básicas de transferência de recursos: o socorro puro e simples às populações, nas ocasiões de grande calamidade, e o financiamento de uma infra-estrutura apresentada sempre como fundamental ao redirecionamento e impulsão das atividades econômicas. Esta última forma foi seguramente a mais constante e a que envolveu maiores somas de recursos.

Seu marco inicial foi provavelmente o apoio dado à fundação de Teresina, em 1851. Essa iniciativa, tão desejada por alguns setores oligárquicos preocupados em encontrar uma saída para a crítica situação da economia, e que, como se fez referência, não deixou de contrariar interesses de latifundiários da região da antiga Capital, Oeiras, foi encampada por Antônio Saraiva, político baiano que havia sido nomeado Presidente da Província do Piauí. O aval dado pelo governo imperial fundamentou-se na seguinte argumentação: a Capital, sendo localizada na confluência do rio Parnaíba (principal via de comunicação da Província) com o rio Poti, resolveria o problema de comunicação que representava um entrave ao desenvolvimento econômico; a relativa eqüidistância das principais regiões produtores da Província e a maior de contato com a Corte; Teresina se localizaria no centro de uma área reconhecida com a mais propensa ao desenvolvimento da agricultura; Teresina poderia subtrair à cidade maranhense de Caxias a influência que esta exercia em vasta área do Vale do Parnaíba, o que ocorria em detrimento dos centros piauienses. Assim, a idéia geral era de que em Teresina inauguraria uma nova era de progresso no Piauí[8].

[8] O trabalho de CHAVES, Joaquim (Mons.). Como nasceu Teresina, reproduz a argumentação do Conselheiro Saraiva, cujo estudo é de extrema importância para o assunto de que se trata. Saraiva apresentou uma concepção a respeito do desenvolvimento econômico do Piauí, que seria, com algumas variantes, reproduzida durante, no mínimo, um século, por técnicos, políticos e fazendeiros.

Outra iniciativa retumbante foi a navegação a vapor no rio Parnaíba, inaugurada em 1858. Para sua realização, foi organizada uma companhia que contou com subvenções dos governos da Província e do Império. Calculava-se que a realização pressagiaria bons momentos para a economia piauiense; o trânsito de vapores era tido como sintonia de progresso. Contudo, em pouco tempo, o projeto tão longamente ansiado mostrou sua irrentabilidade, que técnicos e políticos tentavam justificar através de inúmeros estudos e discursos. Ocorreu, que, além da inviabilidade econômica, a navegação a vapor foi prejudicada por inúmeros fatores operacionais (dos quais o principal foi a aquisição de vapores importados, inadaptáveis às condições do rio) e uma absoluta falta de racionalidade nos trabalhos[9].

A idéia da navegação a vapor, como também a fundação de Teresina, foi fruto da convicção de que a crise da economia só poderia ser superada com a resolução dos problemas de transporte e comunicação. Dentro desta perspectiva, sucederam-se as iniciativas amparadas nos recursos públicos: no final do século passado, Teresina já estava ligada, pelo telégrafo, às principais cidades piauienses, instalada sob os auspícios dos governos imperial e depois federal; nas primeiras décadas do século, o transporte ferroviário, apesar de sua irrentabilidade, cruzava em diversos sentidos o território piauiense, graças aos recursos da União, enquanto o governo do Estado construía e mantinha centenas de quilômetros de estradas carroçáveis.

Contudo, a realização que consumiria a maior soma de recursos e era depositária das maiores esperanças foi o porto de Amarração. Grandes campanhas de pressão ao governo federal para que este encampasse a idéia foram encetadas sob o patrocínio dos exportadores à cidade de Parnaíba. O porto de Amarração (atualmente com o nome de Luís Correia) constituía aspiração máxima dos piauienses cuja realização faria o Piauí alcançar grande prosperidade econômica. Sua construção era requerida com base nos volumes de produtos vegetais exportados. A decadência do extrativismo e a magnitude da obra, que exigia trabalhos faraônicos, foram, à época, os principais motivos da frustação da sua realização.

Em todos os empreendimentos visando dotar a economia de uma infra-estrutura de transporte e comunicação, um aspecto era constante:

[9] A documentação a respeito da navegação no rio Parnaíba é relativamente ampla e disponível na Casa Anísio Brito. Para consultas breves sobre a navegação a vapor, o trabalho de MIRANDA, Agenor de. Estudos piauienses, pode ser visto com bom proveito.

a infra-estrutura seria montada como incentivo a uma produção que não existia, mas que passaria a existir com a facilidade de escoamento. Neste ponto, a única exceção foi o porto de Amarração, visto o volume de exportação dos produtos vegetais. Porém, como já foi dito, essas exportações, apenas em alguns momentos, atingiram números realmente expressivos.

A transferência de recursos nacionais realizou-se ainda, no período em estudo, através da construção de açudes e das "comissões de socorros" às vítimas de grandes calamidades naturais. Entre estas, celebrizou-se a seca de 1877, quando o governo imperial assumiu todas as despesas com os flagelados. Aliás, assumiu teoricamente, visto que os grandes fazendeiros e comerciantes eram os beneficiários, de fato, desse assistencialismo, além da classe política que assim encontrava os meios para alimentar os clientelismo[10].

A preocupação dos grandes proprietários em assegurar a transferência de recursos é revelada em todos os trabalhos que tentaram diagnosticar a conjuntura econômica piauiense desde a segunda metade do século passado, a partir do Conselheiro Saraiva. Relatórios oficiais de governos, monografias de técnicos, documentos de associações de classes e, naturalmente, plataformas políticas de candidatos a cargos eletivos, invariavelmente concluíam pela inviabilidade econômica do Piauí caso o Poder Nacional não adotasse, em caráter de urgência, programas de distribuição de crédito para a agropecuária. Em uma conferência dedicada à análise da situação econômica piauiense realizada em 1929, na Associação Comercial, declarava-se que "devemos ter em vista, antes de tudo, a falta de capitais, que só podem vir de fora, à procura, em nosso meio, de aplicações rendosas... Em conseqüência, a imprescindibilidade da propaganda, bem norteada, de nossas reservas econômicas. De outro jeito não lograremos êxito"[11]. Tal maneira de encarar o problema era generalizada evidenciando uma consciência profundamente arraigada da dependência do esquema de entrada de recursos via governo federal. As fortuitas tentativas, de atração de capital estrangeiro foram malogradas e o esquema consagrado desde o Império foi continuamente reforçado.

---

[10] Monsenhor Joaquim Chaves, no já citado trabalho, Teresina – subsídios para a história do Piauí, oferece um trecho a respeito do enriquecimento através da "Indústria da Seca", no Piauí. Como é sabido este fato não foi característico do Piauí, mas sim de todo o Nordeste.

[11] GONÇALVES, L. M. Ribeiro. Aspectos do problema econômico piauhyense, p. 27-28.

O atrelamento das oligarquias piauienses aos que detiveram em diversos momentos o Poder Nacional deveria consolidar-se como expressão do fraco poder de barganha dessas oligarquias. A consciência disso foi expressa na declaração de um lídimo representante das grandes famílias proprietárias do Piauí, o General Gayoso e Almendra, no fim da primeira república brasileira, quando fez ao mesmo tempo sua profissão de fé na estrutura agrária piauiense: "O Piauí viveu e viverá da pecuária. O Vale do Parnaíba deu-nos a independência física, a pecuária dar-nos-á a independência econômica e quiçá a política".

Não apenas o financiamento da infra-estrutura e os programas de distribuição de crédito eram reivindicadas pelos piauienses mas também, freqüentemente, se requeria do governo nacional ajudas no sentido de melhorar as condições técnicas da agropecuária. Dado porém o acentuado absenteísmo verificado, bem como a predisposição geral dos proprietários em não consolidar um capital constante e não ensaiar um mínimo de racionalização do trabalho, comportamentos que denotavam o arcaísmo do sistema agrário, têm-se razões para pensar que havia muito de formalismo e superficialidade no requerimento de orientação técnica. No mais, nunca houve um sério empenho dos governos piauienses em adotar medidas a seu alcance com vista à qualificação da mão-de-obra. O governo provincial mantinha bolsistas estudando em seminários e escolas de belas artes, mas não subsidiava os estudos de técnicos agrícolas; a escola de "Educandos Artífices", que consumia parte significativa da receita provincial, formava marceneiros e carpinteiros aptos para construírem as residências senhoriais, enquanto a Província não despendia maiores esforços em manter uma escola agrícola;na ocasião do Governo decidir pela remodelação do Liceu Piauiense ou pela construção de um Seminário Diocesano, optou-se pelo segundo e o Liceu foi fechado. As colônias agrícolas e fazendas-modelo, que chegaram a funcionar no Piauí, efetivaram-se em experiências de interesse técnico, como foi o caso de Antônio Sampaio nas Fazendas Nacionais, não tiveram nenhuma conseqüência quanto à vulgarização dos conhecimentos e qualificação de mão-de-obra. Por fim, uma iniciativa prática no sentido de trazer um aporte técnico ao Piauí, que foi a tentativa de atração dos colonos estrangeiros, fracassou completamente, devido à falta de competitividade das condições econômicas e climáticas do Piauí com as apresentadas pelo Centro-Sul.

É evidente que o apoio oferecido pela política assistencialista à estrutura econômica piauiense em crise, formou, junto o surto extrativista, um anteparo capaz de fazê-la sobreviver, não obstante seu arcaísmo notório e os pesados ônus sociais que acarretaram. Essa estrutura econômica

jamais esteve seriamente ameaçada de mudanças de porte; mesmo uma discussão mais ampla a respeito nunca se verificou dentro do contexto sócio-político piauiense. As raras vezes em que questões como a da estrutura fundiária e os efeitos da concentração de renda foram colocadas, não se passou da constatação elementar, da simples alusão sem maiores conseqüências, não consubstanciada em propostas de transformação. O fato de que o tema da reforma agrária esteve ausente das reflexões sobre o Piauí e, pode-se dizer, ter sido praticamente erigido em tabu dentro de suas fronteiras, é a mais notável evidência disso. Neste sentido, não seria incorreto dizer que assim se acrescenta mais um ponto entre os que perfazem a singularidade piauiense dentro do próprio contexto nordestino.

PARTE II

Análise Estrutural do **Piauí**

CAPÍTULO 1
AGROPECUÁRIA

1.1 INTRODUÇÃO

Geralmente as abordagens e sondagens sobre o "planejamento do desenvolvimento", corporificadas em planos de governo, estudos e diagnósticos, indicam a agricultura, ou mais amplamente, o setor primário como estratégico para gerar dinâmica à apática economia piauiense. Estudos e mais estudos são realizados e simplesmente concluem no mesmo tom: setor primário. Existiria, no caso, uma chamada "vocação agrícola" do Piauí.

Os antecedentes históricos da ocupação do Piauí, com ainda a própria existência de certas áreas muito férteis nos primórdios da formação da sociedade em análise, compõem o quadro de fixação ou de "ilusão" na indicação da estratégia agrícola. E é, precisamente, a ausência de uma visão histórica do processo piauiense que faz com que grupos de técnicos e políticos ainda persistam na interpretação errônea da "vocação agrícola". De fato, a história econômica do Piauí retrata a época em que o rebanho bovino do Estado se encontrava entre os maiores do País e em que as exportações agrícolas provenientes do extrativismo da cera de carnaúba, do babaçu, do tucum e da maniçoba contribuíram em terceiro lugar para a formação de divisas no País. O exame das circunstâncias em que ocorreram esses fatos coloca o pesquisador imparcial num Brasil predominantemente agrícola, onde não havia sido estabelecida a divisão regional do trabalho e onde a especialização ocorria, sobretudo, em virtude da adaptação dos vários produtos a regiões ecologicamente distintas. São estes elementos da formação da sociedade piauiense que explicam, fundamentalmente, por que a economia estadual foi fundada no setor primário, teve destaque nacional e depois entrou num processo de decadência, inviabilizando o aparecimento de outras atividades econômicas. De um lado, a pecuária estadual originou-se da expansão das economias açucareiras, tomou impulso na economia mineradora, desenvolvendo-se de forma extensiva, inicialmente em algumas áreas e depois por todo o Estado. O extrativismo, por outro lado, era atividade voltada para o mercado externo e, portanto, seu mecanismo de evolução dependia do comportamento da demanda externa para seus produtos. Era, portanto, um mecanismo de evolução exógeno e bastante movediço por depender das oscilações do comércio exterior. Parnaíba, por exemplo, teve um surto de crescimento devido a suas transações no mercado externo.

Entretanto, como o ciclo do extrativismo teve pouca duração, a cidade entrou em decadência, revertendo o processo anterior, ou seja, o processo de formação e fortalecimento da agricultura de subsistência que produzia alimentos para aqueles que trabalhavam nos demais setores.

É este, por conseguinte, o quadro histórico-econômico que engendrou momentos de propriedade na economia piauiense num passado ainda não muito remoto. Olvidar, pois, este quadro interpretativo da evolução do Estado, preferindo apelar para a interpretação ufanista da "vocação agrícola", é, de fato, incorrer em grosseiro desconhecimento. Isto porque supor uma "vocação agrícola", não teria respaldo nem mesmo nos estudos sobre o meio físico levados a efeito por alguns centros de pesquisa.

Diagnósticos agronômicos elaborados pela SUDENE (Programa Operativo Especial. Anexos. Descrição Geral e Análise da Situação Atual), analisando as condições edafo-climáticas, topográficas e de fertilidade dos solos, assim se expressam: "a área total do Estado é de 250.934 km^2 (25.093.400 ha), dos quais 77,98% não são apropriados para a agricultura devido às condições desfavoráveis de topografia e/ou solos, enquanto somente 22% (5.616.800 ha) são propícios para cultivo. Estas áreas são compostas por três séries de solos: a) Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico; b) Latossolo Vermelho-Escuro Distrófico; c) Latossolo Vermelho-Amarelo Equivalente Eutrófico.

"Todos eles são medianamente planos ou suavemente ondulados, livres de rochas, razoavelmente profundos e relativamente fáceis de serem trabalhados; contudo são ácidos, relativamente pouco férteis, requerendo aplicações pesadas de fertilizantes (fórmula completa), para manter boas produções anuais.

"Dos 5.616.800 ha considerados adequados para a agricultura, apenas 12% são cultivados anualmente (cerca de 659.000 ha em 1976). A área agricultável anualmente em descanso (cerca de 4.957.800 ha) mais a maior parte da área considerada imprópria para a agricultura (19.476.600 ha) são utilizadas para pastorio extensivo".

Mesmo documentos mais antigos, como o Relatório de Viagem do engenheiro-agrônomo Shiro Miyasaka ao Piauí, ressaltaram a pobreza das referidas terras. Este relatório de viagem técnica diagnostica claramente: "os resultados das análises químicas de terras, realizadas tanto no laboratório do DNOCS, em Teresina, como no Instituto Agronômico de Campinas, indicam pobreza do solo em elemento fósforo".

Observa-se com essas descrições que, além do Piauí não possuir uma quantidade muito grande de terras próprias para agricultura (somente 22% da área total) em relação à área global, apenas 12% das mesmas são cultivadas anualmente (695.000 ha), isto ocorrendo, sobretudo, em decorrência dos métodos de produção bastante rudimentares utilizados no setor agrícola. Por conseguinte, a disponibilidade de terra agricultável é um fator limitante no setor primário, contrariando, assim, a idéia romântica da exuberância dos recursos naturais. O Piauí já chegou ao limite máximo no aproveitamento dos recursos produtivos da agropecuária, dadas as atuais condições tecnológicas e dadas as atuais formas de apropriação do total da área agricultável. Evidentemente considerou-se aqui como recurso produtivo da agricultura, sobretudo, o fator terra, uma vez que outros fatores como clima e pluviosidade são *inputs* do sistema agrícola de difícil controle. Enquanto perdurar a atual estrutura fundiária e o atual marasmo tecnológico na área do aproveitamento dos recursos hídricos, da zootecnia, da irrigação, da pedologia, até mesmo a água subterrânea, relativamente abundante, permanecerá intacta por muito tempo. Veja-se, por exemplo, o uso atual das águas do poço Violeto, na região do Gurguéia.

Do lado das terras agricultáveis, já em 1950, elas estavam completamente apropriadas por particulares e, no ano de 1970, o total de estabelecimentos já incorporava 41,2% das terras impróprias para a agricultura (Programa Operativo Especial. Anexos. Organização de Empresas Agrícolas e Pecuárias). Decididamente, este fato deverá agravar acentuadamente as perspectivas da agropecuária estadual, bem como de toda a sua economia, conduzindo a uma cristalização do setor de subsistência e à estagnação – econômica.

A este capítulo, mais especificamente, caberá tratar daquelas questões fundamentais da agropecuária do Piauí. Além desta incursão sobre a tese da "vocação agrícola", dar-se-á ênfase à estrutura fundiária; serão tomadas informações recentes, objetivando avaliar o uso dado às terras agricultáveis, como ainda o padrão tecnológico da agricultura, os aspectos de comercialização da produção agrícola e o crédito rural. Outras políticas agrícolas, tanto estaduais como federais, foram deixadas para abordagem, de *per si*, na parte terceira deste mesmo Ensaio.

1.2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA AGROPECUÁRIA ESTADUAL

1.2.1 Análise da Estrutura Fundiária

Um exame inicial das informações estatísticas censitárias sobre o setor agropecuário piauiense leva à constatação do extremo atraso em que se encontra o referido setor, em decorrência, sobretudo, da elevada concentração da propriedade da terra, que se vem acentuando a cada dia, gerando, como conseqüência, uma série de outras disfunções que repercutem sobre toda a economia.

De fato, em 1960, os estabelecimentos agropecuários[1] com menos de 20 hectares correspondiam, em número, a aproximadamente 54% do total de estabelecimentos e detinham uma área equivalente a apenas 2,45% da área total das referidas unidades. Por outro lado, os estabelecimentos com área acima de 500 hectares representavam apenas 4,15%, em termos de quantidade, mas abrangiam uma área total em torno de 56%. Essa situação tende a se agravar, como mostram as informações referentes aos anos de 1970 e 1975. Em 1970, os estabelecimentos com área acima de 500 hectares se reduzem, em número, para 2%, mas elevam a sua participação na área total para 63%.

Os estabelecimentos com área compreendida entre 20 e 100 hectares reduziram suas participações, em termos de quantidade, de 12% para 10,9% no período 1960–1970, sendo acompanhadas de uma redução na área que inicialmente compreendia 26,8% da área total, passando, em seguida, para 14,2%.

Com base nessas informações, pode-se montar um índice relativo ao tamanho médio dos estabelecimentos por extrato e que, também, é uma forma de se constatar a crescente concentração da terra. Assim, entre os anos de 1960 e 1970, o tamanho médio dos estabelecimentos com áreas inferiores a 20 hectares decresceu de 4,73% para 2,93 hectares, enquanto os grandes estabelecimentos, com áreas superiores a 500 hec-

[1] Devido à não-homogeneidade das fontes de informações e também ao fato de que os imóveis cadastrados não representam a realidade exata do total de imóveis existentes e de suas áreas, optou-se pelo conceito de estabelecimento agropecuário utilizado pela FIBGE nos Censos Agropecuários, embora ciente das limitações presentes a tal conceituação.

tares, tiveram seus tamanhos médios aumentados de 1.521,2 para 1.743,8 hectares.

É oportuno observar que os estabelecimentos agrícolas, no Piauí, com área inferior a 2 hectares, nos anos de 1970 e 1975, corresponderam a 46% e 43%, respectivamente, do total de estabelecimentos, enquanto que, considerando o País como um todo, essa relação cai para 20% no ano de 1975. Ora, se se considerar que, no caso específico do Piauí, onde as condições de marginalidade do pequeno produtor (inacessibilidade ao crédito, à assistência técnica, etc.) se assemelham, de modo geral, às do restante do País, e se esse fato, por sua vez, caracteriza uma situação de extrema pobreza, então a gravidade se multiplica em decorrência da maior proporção de propriedades com menos de 2 hectares. Em 1970, o número de estabelecimentos agropecuários no Piauí compreendia um total de 217.886, sendo que 100.511 possuíam áreas inferiores a 2 hectares. Essa situação de pequenos proprietários, portanto, pode determinar uma pequena diferença entre o produtor sem terra e o produtor com terra, o que permitirá colocá-los em níveis de pobreza bastante próximos.

Outro indicador do grau de concentração é o coeficiente de Gini. A concentração da terra será máxima se este assumir o valor correspondente à unidade e, no caso oposto, melhor dizendo, concentração mínima ou uma distribuição igualitária, quando no coeficiente for zero. Então, utilizando-se esse indicador, adaptado às informações referentes à terra no Piauí, chegou-se aos valores, para os anos de 1960, 1970 e 1975, de 0,83, 0,89 e 0,90, respectivamente[2]. Esse dados, portanto, evidenciam o quanto tem se agravado o problema de terra, causando repercussões danosas e desequilibradoras sobre o seu uso. Por tudo isso, fica evidenciada uma tendência à atomização pelo lado das pequenas propriedades – fato esse provocado pela inacessibilidade do pequeno proprietário/produtor a instrumentos que lhe permitam aquisição de terras, como crédito fundiário e outras modalidades, e também pela inexistência de apoio integrado à produção e à comercialização, resultando, pois, em baixo nível de acumulação[3] e em um crescimento da área das grandes propriedades.

---

[2] Os dados utilizados para cálculo do coeficiente de Gini foram obtidos através dos Censos Agropecuários, na parte referente aos estabelecimentos agrícolas. Embora esse procedimento não esteja totalmente correto para mensuração do grau de concentração da propriedade da terra, tendo-se em mente que o conceito de estabelecimento não corresponde ao de móvel, ele se aproxima bastante de questões fundamentais, como área explorada e a finalidade desta exploração.

[3] Esses fatos, combinados com o crescimento populacional intenso, conduzem a uma crescente pulverização da propriedade pelas transmissões por heranças.

O fato mais grave que vem ocorrendo na zona rural piauiense diz respeito ao crescente empobrecimento daquela parcela de produtores que não possuem terras. Para se ter idéia da gravidade da situação, basta que sejam mencionadas estatísticas oriundas da FIBGE e das fichas cadastrais do INCRA. Para 1977, estimou-se que – em 49 municípos do estado do Piauí que contribuíram com uma população rural em torno de 43% em relação à do Estado como um todo – havia cerca de 69.882 produtores rurais classificados segundo as categorias de proprietários, parceiros e arrendatários, sendo que, desse total, 54.542 eram compreendidos por não proprietários[4]. Portanto, a maioria dos produtores rurais estão explorando diretamente as terras de terceiros – grandes e médios proprietários – através de contratos verbais de parceria, do pagamento da renda da terra, pagamentos antecipados e de arrendamentos efetuados através de acertos verbais e por curtos períodos de tempo.

Normalmente essas várias formas de contrato para exploração da terra sofrem variações entre municípios e microrregiões quanto às obrigações ou contrapartidas do produtor para com o proprietário da terra. O único fato comum diz respeito à obrigação do produtor de transferir para o proprietário parte da produção obtida com seu trabalho. Essa parte varia conforme a região – o proprietário normalmente é quem determina – de meia para terça ou quarta, assumindo, algumas vezes, outras formas de medida, aplicadas sobre a produção ou sobre o total das vendas, ou ainda, qualquer valor de referência sobre a produção. Observam-se dois aspectos importantes nessas relações: os produtos cultivados por agricultores sem terra são caracteristicamente de subsistência e, por ocasião da colheita, portanto de pagamento das obrigações, os proprietários exigem os produtos de melhores preços e de fácil comercialização, como, arroz, feijão e também, embora com menor intensidade, milho[5].

O montante da produção apropriado pelo proprietário depende de uma série de fatores, combinados ou não, tais como: a disponibilidade de mão-de-obra nas propriedades, o nível de preparo dos solos, o repasse de insumos e bens de capital (o que raramente ocorre), a concessão de carta de anuência que permita ao agricultor o acesso a crédito agrícola, a carga tributária incidente sobre a propriedade, combinada com a oferta de mão-de-obra e outros menos importantes.

---

[4] Os municípios aferidos constituíram a primeira aproximação de área para o projeto POLONORDESTE/BIRD, atualmente em fase de elaboração na SEPLAN-PI.

[5] Em certas áreas onde já existiram conflitos, os proprietários não permitem a realização de investimentos, ou então os reduzem ao mínimo, com receio de futura demanda judicial por parte do agregado, visando à indenização compatível.

Neste ponto é importante se analisar o aspecto da concessão da carta de anuência pelo proprietário, que funciona como uma fiança para o banco emprestador. Essa concessão provoca aumento da dependência ao proprietário, ao mesmo tempo em que desestimula a obtenção de crédito para investimentos, restringindo os agricultores somente à obtenção de crédito para custeio. Além disso, o aumento da dependência ao proprietário faz com que este eleve a taxa de confisco da produção, que funciona, pois, como juros adicionais cobrados aos agricultores. O resultado é uma taxa de juros efetiva, muitas vezes superior à taxa de juros nominal apresentada nos contratos. Pode-se dizer que a concessão de carta de anuência é mais vantajosa para o proprietário do que para o agricultor, pois aquele se apropria de grande parte do excedente da produção adicional provocado pelo aumento da eficiência decorrente do empréstimo concedido ao produtor pelos bancos. Para o produtor sobram os encargos que incluem os riscos de uma situação climática desfavorável. Essas condições desestimulam os produtores na demanda de crédito, o que, sem dúvida, provoca uma influência negativa sobre o aumento da produção agrícola e, sobretudo, da produção representada pelos gêneros alimentícios, de grande importância para o abastecimento dos centros urbanos. Os agricultores não podem contornar essas dificuldades, apresentando a produção esperada como garantia para os empréstimos, em virtude dos riscos – flutuações de preços e variações climáticas – que os bancos não pretendem assumir. Entretanto, existem mecanismos remediadores, como o da compra antecipada da produção, que, embora não funcionem no Piauí, já estão incorporados em programas especiais, como POLONORDESTE, em alguns estados.

Encontra-se, ainda no Piauí, uma forma de concessão de terra aos produtores que é feita mediante cobrança antecipada pelo proprietário. Essa forma, denominada “pagamento na folha”, consiste no repasse de produtos estocados pelo produtor ao proprietário antes do cultivo da terra ser iniciado.

O trabalho assalariado permanente ainda é insignificante em relação ao total de mão-de-obra mobilizada pelo setor[6]. Entretanto, os trabalhadores assalariados temporários que, segundo dados do INCRA, compreendiam um total de 210.997, no ano de 1972, compõem uma parcela significativa da força de trabalho do setor rural que se encontra em condições de subemprego estrutural. Os salários pagos a esses trabalhadores sofrem flutuações

[6] Segundo dados obtidos nas Estatísticas Cadastrais do INCRA para o ano de 1972, o total de trabalhadores assalariados permanentes no Piauí era 2.679.

contínuas durante o ano como conseqüência da sazonalidade da demanda de mão-de-obra, no intermédio entre o plantio e a colheita, como também das variações na oferta. Isso ocorre porque "outras atividades" como preparo de solo, cultivo e processamento na própria fazenda, geralmente responsáveis pelo amaciamento dos picos e pela criação de empregos adicionais[7] ..., praticamente não existem, permitindo, portanto, flutuações nos salários e grande desemprego ou subemprego.

É evidente que o subemprego e o desemprego no setor agrícola alcançaram valores muito acima dos anteriormente apresentados, apesar das estatísticas disponíveis não permitirem uma mensuração exata. Essa situação apresenta-se como fonte de grandes problemas para a sociedade, tais como: tensões sociais, fome e mobilidade da mão-de-obra, ocasionando migrações para centros de atração. Geralmente o crescimento da demanda de mão-de-obra nesses centros, combinado com a total desqualificação da força de trabalho migrante, não permite a sua absorção o que, por sua vez, provoca manutenção de uma situação semelhante à do campo, com a diferença de que nas cidades há maior acesso a certos serviços, bem como às sobras de lixos que não estão disponíveis no campo.

Outro elemento presente no setor rural piauiense, na atualidade, é a grande empresa agropecuária. Esse tipo de empreendimento teve origem através da formulação e operacionalização de uma política regional de desenvolvimento que, em uma fase inicial, deu ênfase à formação de complexos industriais em centros de polarização, e, em etapa posterior (que ainda vigora), impulsionou a expansão do capitalismo no campo, fato esse surgido com uma complementação da política inicial, dado que o crescimento industrial nordestino não conseguiu absorver os trabalhadores liberados pelo setor rural e porque a agricultura, com sua ineficiência[8] característica, introduziu restrições ao crescimento já mencionado.

---

[7] KUTCHER, Gary P.; SCAUDIZZO, Pasquale L. Relatório de pesquisa a nível de região. v. 1, cap. 7. Conclusões das Análises de Perfil. Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento, Banco Mundial.

[8] É oportuna uma referência sobre a definição de empresa rural contida no Estatuto da Terra. Segundo essa Lei, empresa rural é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel, segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo.

Para operacionalização da referida política foram criados instrumentos fiscais, financeiros e econômicos os quais provocaram grandes distorções na economia porque deram estímulo ao ambiente especulativo, ampliaram a concentração de renda e da propriedade e foram incapazes de absorver mão-de-obra desempregada, gerando mesmo a expulsão de posseiros e agricultores. É óbvio que houve casos de empresas que se implantaram e ainda funcionam, mas em condições ineficientes, sendo essa a regra geral[9].

No Piauí, além dos mecanismos já mencionados, havia muita disponibilidade de terras a preços bastante baixos, estando neste caso, incluídas terras públicas do Estado que tiveram uma importância especial na formação de "empresas agropecuárias".

A política de aproveitamento das terras públicas do Estado é totalmente definida pela COMDEPI, companhia vinculada à Secretaria da Industria e Comércio e cujo objetivo básico seria a promoção do desenvolvimento econômico estadual. Essa definição bastante geral fez com que a Companhia alienasse vastas extensões de terras públicas[10], por preços simbólicos, a "empresários", objetivando promover a expansão do capitalismo no campo, através das empresas agropecuárias, e daí atingir a meta de crescimento. A condição inicial para a venda de terras com áreas de 500 a 3.000 hectares requer a necessária apresentação de um projeto de aproveitamento, sendo que uma cláusula do contrato admite a possibilidade de retorno das terras ao patrimônio do Estado no caso da não-implantação do projeto num período de 5 anos. Entretanto, a experiência tem demonstrado que, do início dessa política a esta parte, nada de novo aconteceu, exceto o aumento da concentração da propriedade da terra a qual continua com elevado grau de ociosidade. Isto, sobretudo, porque o grande proprietário não toma fundamentalmente sua terra com um bem ou fator de produção. "Devido à história da inflação no Brasil, a terra pode representar o bem que melhor resiste à erosão da moeda em todo Nordeste"[11]. Além do mais, grande parte dessas terras foi adquirida

[9] Segundo conclusões da pesquisa realizada, no Nordeste, pelo Banco Mundial, e sob a responsabilidade de Gary P. Kutcher & Pasquale L. Scandizzo, "com exceção apenas para umas poucas explorações comerciais modernas, a agricultura do Nordeste mostra-se estagnada. Apesar de ter havido ligeiro incremento no produto agregado, o aumento é totalmente devido à área cultivada".

[10] Dados da CEPA-PI mostram que as áreas devolutas pertencentes ao Estado, já em fase de alienação, são de aproximadamente 23.683 km^2, (ALENCAR, José Ossian de P. et al. Plano anual do setor público agrícola)

[11] KUTCHER, Gary P.; SCANDIZZO, Pasquale L., op. cit.

por empresários de outros estados[12] que chegaram a obter áreas muito acima de 3.000 hectares, contrariando as determinações do Código Civil, mesmo em se tratando de "sociedades anônimas". O resultado disso é que os proprietários continuam ausentes e a terra permanece ociosa.

Conclui-se, de todas as questões apresentadas até agora, que a pequena agricultura, responsável por elevado percentual da produção de alimentos, encontra-se sob a pressão do latifúndio, da grande (extensiva) empresa agropecuária (sobretudo pecuária), da falta de realidade da política estadual sobre assuntos fundiários e dos desvios de programas especiais como POLONORDESTE que passou a ser o maior financiador de infra-estrutura. É certo que um programa de reestruturação fundiária, baseado na mobilização[13] de terras subutilizadas, não é o milagre ou solução final para a agricultura piauiense, embora seja uma condição necessária para torná-la mais dinâmica e em condições de satisfazer as necessidades crescentes de alimentos e contribuir com mais impostos para o Estado. Antes ou paralelamente à formulação de um programa dessa natureza, o Estado deveria formular e promover uma política mais ampla sobre questões de terra a fim de eliminar as crescentes distorções e frear a ação predatória do próprio setor público. Essa política poderia ser operacionalizada através de uma legislação estadual, coerente com os princípios da Lei Federal ou com o Estatuto da Terra, e através da criação – o que aliás já está ocorrendo no Piauí – de um organismo apropriado para coordenar a referida política. Vários estados nordestinos já vêm reconhecendo a necessidade de uma intervenção mais firme e têm partido para a criação de tais mecanismos. Complementarmente, os planejadores poderiam incentivar a aplicação de programas de desenvolvimento rural integrado, nos moldes do POLONORDESTE, em sua filosofia original. As ações deveriam dar ênfase à produção – através de crédito rural, assistência técnica, reestruturação fundiária (crédito fundiário e fundo de terras) – e complementadas por outras em nível de organização dos produtores e melhoria dos canais de comercialização. Os outros componentes da infra-estrutura econômica e social viriam dar apoio às intervenções citadas.

---

[12] De acordo com o Departamento de Cadastro do INCRA-PI, esses compradores se originam principalmente de dois estados: Pernambuco e Bahia.

[13] De acordo com relatório do Banco Mundial "a despeito de sua subutilização, a terra não se apresenta como um fator abundante no NE, considerados os padrões de produção correntes, ajustes de mercado e práticas tecnológicas. A experimentação a respeito do tamanho mínimo da unidade de produção que os autores realizaram revelou que, "mantidos os padrões de manejo das propriedades agrícolas que gerar renda igual ao salário mínimo, uma reforma agrária baseada nessa área deixaria ainda cerca de 50% da força de trabalho desempregada". Op. cit.

1.2.2 Uso da Terra

Um dos elementos básicos na análise do setor primário reside no exame detalhado das formas de utilização da terra, pois disso resultam, em grande parte, conclusões acerca da eficiência do setor. Ademais, deve-se ressaltar que um estudo sobre as formas de utilização da terra não pode estar desvinculado de sua estrutura de propriedade, visto que o tamanho e a qualidade dessas propriedades determinam usos bastantes distintos para o fator terra. Por outro lado, esse exame não deve se restringir a um único período, mas compreender uma série de períodos, de modo a poder-se identificar melhor os efeitos do tamanho das propriedades rurais sobre seus usos. Com tal finalidade recorreu-se às informações dos Censos Agropecuários realizados nos anos de 1950, 1960 e 1970.

Observando-se essas informações, constata-se a seguinte distribuição da área total de todos os estabelecimentos nos seguintes usos:

QUADRO 1
PERCENTUAIS DE USO DA TERRA

UTILIZAÇÃO	1950	1960	1970
Lavouras	3,0	8,0	8,0
Pastagens	27,0	33,0	30,0
Matas	28,0	31,0	32,0
Terras Não Exploradas, Incultas ou Improdutivas	42,0	28,0	30,0

FONTE: FIBGE. Censo Agropecuário.

Desse quadro, percebe-se a elevada participação, nos três anos, de terras destinadas a pastagens e matas. Isso, provavelmente, vem indicar a extensão do setor extrativista da economia piauiense, embora com baixo nível de produtividade. Os estabelecimentos agropecuários sempre utilizaram menores quantidades de terras para exploração de lavouras. Vale ressaltar, também, o elevado percentual de terras classificadas como inexploradas, incultas ou improdutivas, apropriadas pelos estabelecimentos.

Com o objetivo de determinar a relação entre tamanho dos estabelecimentos e forma de utilização da terra, foram agrupadas as classes de área de acordo com a seguinte classificação:

Grupo I – 0 a menos de 50 hectares;

Grupo II – 50 a menos de 200 hectares;

Grupo III – 200 a menos de 500 hectares;

Grupo IV – 500 hectares a mais.

A partir das informações dos censos, construíram-se quadros nos quais estão contidas as distribuições percentuais da área total, considerando-se a classificação mencionada e a distribuição da área, conforme os setores de lavouras, pastagens e matas.

Pode-se observar, então, que os grandes estabelecimentos (acima de 500 ha) tendem a concentrar terras no cultivo de pastagens, enquanto os pequenos estabelecimentos utilizam as terras no setor de lavouras, sobretudo lavouras de caráter temporário.

Enquanto os estabelecimentos com mais de 500 ha contribuíram durante os anos de 1950, 1960 e 1970, respectivamente, com 68%, 54% e 46% da área total e participaram com 37%, 11% e 6%, da área total destinada a lavouras, os estabelecimentos com 50 a menos de 200 hectares contribuíram com 13%, 20% e 20% da área total dos estabelecimentos e 24%, 49% e 23% em relação à participação na área total de lavouras nos referidos anos. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares também possuem grande importância na exploração de lavouras, conforme observações dos dados.

Dessa forma, observa-se a importante contribuição dos pequenos estabelecimentos na produção de alimentos básicos que se destinam ao abastecimento dos centros urbanos. Isso, sobretudo, porque a tecnologia adotada por estes estabelecimentos é muito homogênea e com baixo grau de modernização.

QUADRO 2
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA ÁREA TOTAL, SEGUNDO SETORES DE EXPLORAÇÃO, POR GRUPOS DE ÁREA

GRUPOS DE ÁREA	1950				1960				1970			
	DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL	ÁREA COM LAVOURAS	ÁREA COM PASTAGENS	ÁREA COM MATAS	DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL	ÁREA COM LAVOURAS	ÁREA COM PASTAGENS	ÁREA COM MATAS	DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL	ÁREA COM LAVOURAS	ÁREA COM PASTAGENS	ÁREA COM MATAS
50 ⊢— 200	0,13	0,24	0,10	0,12	0,20	0,49	0,16	0,17	0,20	0,23	0,18	0,22
200 ⊢— 500	0,16	0,18	0,14	0,16	0,19	0,10	0,18	0,18	0,18	0,08	0,18	0,19
500 ⊢— mais	0,68	0,37	0,73	0,70	0,54	0,11	0,60	0,57	0,46	0,06	0,58	0,52

FONTE dos dados originais: FIBGE. Censo Agropecuário de 1950, 1960 e 1970.

QUADRO 3
DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL, SEGUNDO SETORES DE EXPLORAÇÃO, POR GRUPOS DE ÁREA

GRUPOS DE ÁREA (ha)	TOTAL GERAL	LAVOURAS			PASTAGENS	MATAS	TERRAS NÃO EXPLORADAS, INCULTAS OU IMPRODUTIVAS
		TOTAL	PERMANENTES	TEMPORÁRIAS			
1950							
0 ⊢— 50	284.650	47.503	876	46.627	50.522	53.772	132.853
50 ⊢— 200	985.803	54.770	1.491	53.279	219.990	255.476	455.567
200 ⊢— 500	1.256.410	40.223	1.192	39.031	298.844	342.013	575.330
500 ⊢— mais	5.349.689	82.617	5.385	77.232	1.531.618	1.554.020	2.181.434
TOTAL	**7.876.552**	**225.113**	**8.944**	**216.169**	**2.100.974**	**2.205.281**	**3.345.184**
1960							
0 ⊢— 50	589.976	192.021	2.171	189.850	127.206	142.386	128.363
50 ⊢— 200	1.600.731	198.945	5.296	123.649	423.469	430.714	426.182
200 ⊢— 500	1.476.960	67.056	5.701	61.355	491.387	459.355	459.162
500 ⊢— mais	4.288.545	75.760	8.064	67.696	1.572.549	1.413.575	1.226.661
TOTAL	**7.956.212**	**463.782**	**21.222**	**442.550**	**2.614.611**	**2.446.030**	**2.240.368**
1970							
0 ⊢— 50	1.027.022	401.459	68.915	332.544	202.658	219.914	202.991
50 ⊢— 200	1.887.626	147.254	49.134	98.120	595.809	579.314	565.249
200 ⊢— 500	1.700.181	49.044	16.423	32.621	616.145	505.546	529.446
500 ⊢— mais	4.628.658	38.337	10.419	27.918	1.937.871	1.393.505	1.258.945
TOTAL	**9.236.487**	**636.094**	**144.891**	**491.203**	**3.352.483**	**2.691.279**	**2.556.631**

FONTE: FIBGE. Censo Agropecuário.

Outro aspecto importante a ser observado refere-se às disparidades entre a área total dos estabelecimentos (classificados por grupos de área) utilizada como reserva de pastagem e a efetiva ocupação com rebanho bovino. Através do quadro abaixo, constata-se que quanto maior as áreas dos estabelecimentos (e, portanto, mais terras destinadas ao cultivo ou pastagens naturais), tanto menor é a relação entre o total de bovinos, por hectare, e a área total destinada a pastagens. Esse fato, portanto, repercute desfavoravelmente sobre a economia agropecuária por vários motivos. Dentre eles, pode-se citar a ociosidade do fator terra nos grandes estabelecimentos, com implicações negativas sobre a produção agrícola. Também esta ociosidade tem influência sobre a alimentação dos rebanhos e, conseqüentemente, sobre seu rendimento (ganho de peso)[14].

QUADRO 4
TOTAL DE BOVINOS POR HECTARE COM PASTAGEM, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1950	1960	1970
0 ⊢— 50	3,40	1,85	1,91
50 ⊢— 200	1,25	0,75	0,73
200 ⊢— 500	0,72	0,49	0,33
500 ⊢— mais	0,23	0,22	0,15
TOTAL	**0,48**	**0,43**	**0,36**

FONTE: FIBGE. Censo Agropecuário.

QUADRO 5
TOTAL DE BOVINOS (CAB) POR GRUPOS DE ÁREA

GRUPOS DE ÁREA	1950	1960	1970	1975
0 ⊢— 50	171.677	236.088	386.317	379.628
50 ⊢— 200	274.434	318.336	313.390	342.149
200 ⊢— 500	215.161	239.606	202.306	235.153
500 ⊢— mais	356.816	342.273	290.835	368.939
TOTAL	**1.018.088**	**1.136.303**	**1.192.848**	**1.325.869**

FONTE: FIBGE. Censo Agropecuário.

[14] Segundo constatações através de pesquisas de campo, contidas nos anexos do Programa Operativo Especial do Governo do Estado do Piauí, 1978, tem-se que "...7 hectares em média são suficientes para alimentar um bovino, permitindo um ganho médio de 150 kg de peso vivo em 24 meses após o desmame (a média de peso animal aos 36 meses de idade é de 240 kg). Esta taxa de retorno equivale à manutenção mais um ganho de 75 kg de peso vivo por ano/cabeça; contudo, bovinos de 1 à 3 anos deveriam ganhar peso a uma média mínima de 453 g/dia (165 kg/ano)".

A participação do item referente a terras não exploradas, incultas ou improdutivas tem declinado consideravelmente, significando, não somente, uma maior utilização das terras mas, sobretudo, a incorporação de terras improdutivas aos estabelecimentos para usos alternativos.

1.2.3 Padrão Tecnológico da Agricultura Piauiense

Qualquer exame detalhado de pesquisas, estudos e outras informações referentes às condições tecnológicas da agropecuária piauiense constatará a utilização de práticas consideravelmente rudimentares e rotineiras na organização das atividades produtivas. De geração a geração, são transmitidas, através da tradição e do apego radical ao empirismo, práticas rotineiras de cultivo, em que os fatores tradicionais terra e mão-de-obra são empregados intensivamente. Este comportamento, contudo, não caracteriza um padrão de "irracionalidade", devido às fortes limitações do fator capital, bem como ao seu elevado grau de concentração e devido ainda a outras variáveis não econômicas, como, por exemplo, o baixo grau de conhecimento de novas técnicas[15]. O que ocorre, na realidade, é um ajustamento de agentes à estrutura e circunstâncias, resultando em poupança de recursos escassos, como água e solos férteis, em certas regiões.

A prática, bastante comum no Estado, da consorciação de culturas também demonstra o ajustamento às circunstâncias e limitações já conhecidas. Esta prática foi bastante discutida e combatida por técnicos ligados ao setor, que a consideravam como estreitamente vinculada a situações de extremo atraso e ignorância. Enquanto isso, as culturas puras eram exaltadas e relacionadas com as agriculturas desenvolvidas ou modernas. Entretanto, depois de muitas pesquisas e estudos realizados, compreendeu-se que "os métodos de cultivo, como o consorciamento, amplamente utilizado no vale (Parnaíba), revelam cuidados tecnológicos adaptados à manutenção mais ecológica do *habitat* nas condições difíceis da região"[16].

Acrescentando ainda uma referência a estudos do eminente Guima-

[15] "De fato, o que parece existir é uma limitação tão forte do lado da disponibilidade de capital e, do conhecimento técnico que a produção se processa na agricultura com uso abundante de terra e mão-de-obra e ínfimas doses de equipamentos, sugerindo, através dos baixos coeficientes de produtividade, rendimentos que, num julgamento mais apres-sado, podem implicar em admissão de que os recursos do vale estejam sendo mal combinados" (INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS, Recife. Diagnóstico do Vale do Parnaíba).

[16] IJNPS, Recife. Op. cit. p. 5.

rães Duque, contida em documentos elaborados pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais sobre o vale do Parnaíba, tem-se que, através de culturas mistas ou intercaladas, como as da área, que formam camadas vegetativas de diferentes espécies (milho, feijão, mandioca, algodão), em seqüência, se alcança o segredo de conseguir a maior produção agrícola com a melhor conservação do solo, desde que se adote também o pousio da terra[17]. E também "as culturas chamadas puras, que a agricultura moderna emprega, enchendo pequenos espaços com plantas e animais de uma mesma espécie, acentuam as competições em torno dos recursos naturais e multiplicam os atritos, convidando as pragas, que só um forte controle, amparado por conhecimento técnico e ampla base de capital, pode dominar, além de, em climas quentes, o solo ceder facilmente seus nutrimentos"[18].

Várias consorciações são muito utilizadas pelos agricultores piauienses em culturas tradicionais ou de subsistência que possuem importância acentuada para a economia do Estado e, dentre elas, algumas como a do milho e feijão, algodão e palma já foram objeto de estudos por parte de órgãos ligados à pesquisa agropecuária[19] no Estado. Foram obtidos resultados melhores para as práticas de culturas consorciadas do que para culturas puras. No caso mais específico do consórcio milho e feijão, obteve-se melhor produtividade para o milho e, dentre muitas explicações já confirmadas e outras a confirmar, sobressai aquela relacionada com a característica das leguminosas de absorção do nitrogênio diretamente do ar, possibilitando, pois, maior enriquecimento de solos poucos férteis.

Convém salientar que essas pesquisas realizadas compreendiam também experimentos através dos quais poderão ser introduzidas alterações que venham a ser efetivadas sem o requerimento de vultosos dispêndios de capital.

Ressaltem-se aqui as diferenças existentes entre a utilização racional dos recursos, por parte dos agricultores considerados individualmente, e a utilização sob a ótica da sociedade como um todo.

É certo que os métodos de trato da terra, por serem bastantes primitivos[20], causam graves danos aos recursos naturais disponíveis para

---

[17] IJNPS, Recife. Op. cit., p. 5.
[18] _____. Op. cit.
[19] Estudos realizados pela UEPAE-PI.
[20] Um exemplo bastante ilustrativo é o método da "queima" de extensas áreas que ocorre antes da estação chuvosa.

o conjunto dos agricultores, mas são técnicas mais rentáveis à disposição do padrão individual, devido à oferta relativamente abundante dos fatores tradicionais.

Ao lado desse extremo primitivismo encontram-se surtos de elevada absorção de moderna tecnologia, conseqüentes, sobretudo, da atuação de órgãos públicos, notadamente do DNOCS [21], os quais, através de projetos de irrigação, buscam a modernização do setor. Os projetos seriam os núcleos a partir dos quais se originariam os efeitos difusores. Entretanto, um conjunto de fatores está a impedir essa difusão: a baixa rentabilidade privada da tecnologia moderna, quando o governo retira os subsídios, a qual é ocasionada pela elasticidade da oferta de mão-de-obra rural[22]; a sofisticação da tecnologia adotada, conflitando com a situação de extremo atraso dos métodos utilizados e baixo nível educacional da população rural.

O extremo artificialismo desses projetos caracterizados pelos gastos acentuados sem nenhuma preocupação de rentabilidade, onde o fator capital assume importância fundamental, ocasiona efeitos discrepantes entre comunidades rurais. Muitas vezes, esses projetos não conseguem absorver o total da população dos lugares onde são implantados, gerando um efeito contrário pela expulsão de parte da população, em conseqüência do uso intensivo do fator capital[23].

Vale ressaltar, neste ponto, as experiências não convencionais de colonização realizadas por comunidades do vale do Gurguéia e lideradas pelo Padre Anchieta. Nessas experiências, os colonos têm participação intensa no delineamento das prioridades da comunidade através de um sistema democrático. Ademais, a escassez de capital é uma limitação enfrentada de forma bastante realista, possibilitando uma combinação bastante eficiente dos recursos disponíveis. Essas experiências foram recentemente reconhecidas pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República, que as incorporou ao Programa do POLONORDESTE.

---

[21] Ver parte III deste Trabalho.

[22] IJNPS. Recife. Op. cit., nota 16.

[23] A PEA do setor primários piauiense, em 1970, alcançou 71,6% da PEA total, embora venha decrescendo sua participação.

QUADRO 6
DNOCS
PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO DE RECURSOS
EXTRAORDINÁRIOS
EXERCÍCIO DE 1978

Cr$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	FONTE	RECURSOS
1 – Implantação de Perímetros Irrigados		
Vale do Fidalgo	PIN 78	25.000.000
Caldeirão	PIN 78	4.000.000
Gurguéia	PIN 78	118.000.000
Lagoa do Piauí	PIN 78	32.000.000
2 – Apoio Técnico e Programas Complementares		
2.1 Administração e Fiscalização		
2.1.1 Administração e Fiscalização		4.000.000
2.1.2 Publicação de Editais		100.000
3 – Atividades Complementares		
3.1 Fomento à Pesca nos Açudes		1.000.000
3.2 Experimentação		500.000
TOTAL		**184.600.000**

FONTE: BOLETIM ADMINISTRATIVO (do) DNOCS, Fortaleza, n. 4, p. 1-10, dez. 1977.

As "empresas agropecuárias", recentemente estimuladas pela SUDENE, através das concessões de incentivos fiscais, adotam o uso intensivo do fator capital, refletindo a própria política do órgão de desenvolvimento regional, que se caracteriza pelo subsídio àquele fator. Dessa forma, essas empresas rurais proliferaram e se desenvolveram com o objetivo de explorar a pecuária, pois esta oferece condições de maior rentabilidade[24] que a agricultura. Ademais, essas empresas nada mais representam do que uma forma de latifúndio com imagem de empresa moderna e eficiente. A pecuária extensiva normalmente é uma atividade que absorve pouca mão-de-obra e, quando é adotado um confinamento ou semiconfinamento, os requerimentos de mão-de-obra são substituídos pela utilização de maior quantidade de capital, sobretudo quanto esse fator é altamente subsidiado, como acontece com projetos aprovados pela SUDENE. Esse fato traz conseqüências graves a agricultores do Estado, pois muita mão-de-obra é liberada pelas empresas, gerando migrações para os centros urbanos ou concentração crescente em terras

[24] Normalmente a pecuária do Piauí não é uma atividade econômica com suas peculiaridades, mas uma forma de manter patrimônio a médio prazo.

menos produtivas (menos férteis), parcelas crescentes de terras férteis são utilizadas para pastagens e, finalmente, o tipo de pecuária adotado não é capaz de atender às exigências da população.

É interessante se investigarem, a fim de permitir uma compreensão mais ampla do processo de modernização, os elementos ou variáveis que estão a influir decisivamente na manutenção desse estágio atrasado da tecnologia na agricultura. Antes, porém, devem se caracterizar as diferenças entre as duas fases do processo de modernização tecnológica: a 1ª fase corresponde à adoção ou introdução da tecnologia no setor; a 2ª fase compreende a expansão e utilização crescente das novas técnicas.

Freqüentemente aponta-se que o sucesso da 1ª fase depende fundamentalmente das vantagens econômicas da moderna técnica comparativamente às tradicionais[25]. Ora, na determinação das vantagens econômicas os elementos significativos são: produtividades físicas, preços relativos dos fatores modernos e tradicionais e dos produtos. Entretanto, estudos e pesquisas mais recentes têm demonstrado que essa concepção admite implicitamente uma distribuição mais eqüitativa da terra entre a população rural. Segundo estudo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, a experiência demonstrada, entretanto, é de que existe "uma abundância de força de trabalho nos menores estabelecimentos e um excesso de terra nos maiores, sem que fatores espontâneos operem para corrigir tal distorção. Por outro lado, as produtividades marginais de todos os demais fatores (capital de custeio, equipamentos e insumos modernos) estão bem acima de seus respectivos custos marginais, fato que não levaria a um emprego maior desses recursos; como seria de esperar, em decorrência da grande concentração existente na posse de capital"[26].

A 2ª fase depende tanto das variáveis responsáveis pelo sucesso da 1ª fase como do crescimento dos setores não agrícolas (que determinam a demanda pelos produtos da agricultura) e de variáveis não econômicas que correspondem ao grau de qualificação e conhecimento dos agricultores, à assistência técnica e ao grau de apego ao tradicionalismo.

---

[25] SILVA, Almir Bittencourt da. Perspectivas de crescimento na renda do estado do Piauí pela modernização da agricultura. Carta CEPRO, Teresina, v. 4, n. 1, p. 1-3, jan./abr.1977.
[26] Este estudo do IJNPS faz referência à pesquisa da SUDENE sobre a Economia Agrícola do Nordeste.

1.2.4 Comercialização

A comercialização é uma fase importante no processo de apropriação do excedente gerado pela agricultura, sendo isso possível em virtude da especialização de funções do sistema como um todo. Outra fase[27] corresponde à apropriação, através da forma autoritária que é viabilizada pela injusta distribuição da propriedade territorial rural, pois o cultivo das terras de terceiros implica a geração de uma série de encargos ou obrigações dos agricultores sem terra para com os proprietários. Esse fato é facilmente observado no caso do pagamento da "renda", que, na maioria das vezes, se apresenta intolerável. Essas duas formas citadas podem existir isoladamente ou às vezes interagir, sendo que esta última situação é mais evidente quando os proprietários compõem os primeiros estágios de comercialização ao "induzirem" os agricultores a lhes vender toda a produção em condições extremamente desvantajosas para os últimos. Entretanto, esse comportamento normalmente não acontece porque os produtores se sentem com liberdade de decidir sobre os destinos de suas produções, depois de saldada a obrigação do pagamento da renda aos proprietários.

A comercialização apresenta uma forte ligação com a estrutura de concentração da propriedade rural, que, no caso específico do Piauí, se encontra acentuadamente concentrada, provocando, por sua vez, elevados padrões de ineficiência que se refletem nos baixos níveis de produção por unidade familiar. Essas produções correspondem à oferta disponível de produtos agrícolas – excluída a produção para subsistência – que se encontra disseminada em pequenas quantidades para ser comercializada. Isso, sem dúvida nenhuma, resulta em pouco poder de barganha no momento da renda, facilitando a ação dos intermediários em detrimento dos agricultores.

Por outro lado, é inviável para o agricultor individualmente tentar conseguir melhores condições de comercialização para seus produtos, através da busca de melhores mercados, em virtude dos altos custos de transportes – relativo ao volume total de produção-oferta no período das safras que impulsionam os preços dos produtos para baixo – e os elevados custos de informação que são originados na tentativa de identificação de melhores mercados. Além do mais, a estocagem do produto, visando a melhores preços na entressafra, também pode não ser uma boa medida,

[27] Existe ainda a tributação sobre o setor como um dos componentes apropriados.

em virtude dos meios precários de armazenagem que não afastam os produtos das influências de variações climáticas, da ação dos insetos, dos fungos e roedores. Os produtos para autoconsumo é que normalmente são conservados em pequenos silos nas unidades familiares; porém, este comportamento é observado em número reduzido de famílias. Mesmo os grandes proprietários que possuem dependências armazenadoras não conservam os produtos em condições razoáveis. Ainda quanto ao problema da armazenagem, deve-se salientar que a rede de armazéns do Estado, administrada pela Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), não se constitui em solução para os agricultores – mesmo incluindo-se a possibilidade de acesso a crédito – em conseqüência da baixa capacidade de armazenamento, que, calculada em termos globais, é da ordem de 31.800 toneladas. A distribuição da rede de armazéns para o estado do Piauí é apresentada no quadro 7.

QUADRO 7
REDE DE ARMAZÉNS
DEZ. 1978

LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE		PRINCIPAIS PRODUTOS ARMAZENADOS
	SACOS	TON.	
Parnaíba	60.000	3.600	Pó e cera de carnaúba, arroz
Piripiri	60.000	3.600	Pó e cera de carnaúba, arroz e milho
Esperantina	20.000	1.200	Farinha de mandioca, arroz, pó e cera de carnaúba
União	20.000	1.200	Farinha de mandioca, arroz e milho
Teresina	70.000	4.200	Arroz, farinha de mandioca, pó e cera de carnaúba
São Pedro do Piauí	60.000	3.600	Arroz, milho e farinha de mandioca
Elesbão Veloso	20.000	1.200	Arroz e milho
Picos	60.000	3.600	Farinha de mandioca, arroz e cera de carnaúba
Floriano	60.000	3.600	Pó de carnaúba
São João do Piauí	20.000	1.200	Pó e cera de carnaúba, milho
Bom Jesus	20.000	1.200	Arroz, milho e feijão
Corrente	20.000	1.200	Arroz, milho e feijão
Buriti dos Lopes	20.000	1.200	Arroz, pó e cera de carnaúba
Simplício Mendes	20.000	1.200	Farinha, milho e cera de carnaúba
TOTAL	**530.000**	**31.800**	

FONTE: CIBRAZEM – Delegacia do Piauí.

Os canais de comercialização presentes no estado do Piauí, embora variem em função da microrregião homogênea, do produto, da distância entre os centros produtores e os de comercialização e ainda de outros fatores, apresentam, em geral, nas zonas mais afastadas dos centros de comercialização (abstraídas as diferenças já referidas) a seguinte cadeia: produtor, coletor, grossista do interior, grossista urbano, retalhista, consumidor. Normalmente essa estrutura conduz a uma situação de preços mais elevados em nível de consumidor, decorrente dos custos de armazenagem, transportes e das perdas ocorridas nas etapas referidas. Além, do mais, é responsável pelos "passeios", como já se convencionou chamar, de certos produtos agrícolas a outros estados do Nordeste. A saída desses produtos do Estado ocorre na época das safras e do retorno na entressafra com os preços cotados em níveis mais elevados.

Uma das soluções para esses problemas de comercialização aqui referidos deve ser buscada no cooperativismo que pode impulsionar a melhoria das condições de vida dos pequenos agricultores. Entretanto, a concepção de cooperativas deve ser ampla no sentido de as mesmas atuarem desde a fase de produção – inclusive em programas de reestruturação fundiária – até a fase de comercialização, pois, caso contrário, não conseguirão mudar as condições dos produtores.

1.2.5 Crédito Rural

O crédito rural, no Nordeste, é fornecido acima de 95% pelos bancos federais e estaduais através de operações bancárias, comerciais ou institucionais[28]. O Banco do Brasil participa com a maior parte da oferta de recursos – cerca de 80% –, seguido pelo Banco do Nordeste do Brasil, ficando, pois, os restantes com os bancos estaduais. Sobre a origem desses recursos pode-se afirmar que "cerca de 80% das verbas para crédito rural no Nordeste derivam-se do refinanciamento ou facilidades de empréstimos do Banco Central em várias linhas especiais de créditos. O restante das verbas vem de fontes internas dos bancos (algumas vezes com compensação especial do governo para cobrir as taxas de juros), embora o total destas verbas internas sejam derivadas do Banco do Brasil"[29].

Existe ainda uma outra fonte que se pressupõe de grande importância na determinação da oferta de recursos disponíveis para emprés-

[28] Ver, por exemplo, Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado da Bahia. Relatório de Crédito Rural.
[29] Relatório de Crédito Rural. Op. cit.

timos de curto prazo, embora não existam informações mais precisas. Grande parte dos intermediários que agem na comercialização geralmente adiantam recursos financeiros para os agricultores, na época do plantio, com a garantia de que a produção lhes seja entregue à época da colheita a preços previamente estabelecidos pelas duas partes e baseados na experiência acumulada. A taxa de juros cobrada pelos intermediários é mais elevada que a dos bancos, em função do risco, das dificuldades dos agricultores no acesso aos canais formais, e geralmente está incluída nos preços dos produtos previamente estabelecidos. No Piauí, esse canal de crédito não institucional é bastante comum, sobretudo na produção de algodão, na região de Picos, e quase sempre é concedido a pequenos proprietários.

Fazendo-se, agora, um exame dos elementos formais e informais que determinam as dificuldades de acesso a crédito nos canais institucionais, por parte dos pequenos produtores (minifundistas, parceiros, arrendatários), identificam-se os seguintes: requisitos de garantia, avaliação do desempenho dos gerentes das filiais bancárias, interesses dos proprietários e questões culturais.

Os requisitos de garantia constituem um dos principais fatores restritivos à obtenção de empréstimos pelos produtores sem terra, uma vez que os mecanismos de compra antecipada e garantias baseadas na produção não funcionam a contento. Isso faz com que os agricultores recorram às cartas de anuência ou demandem empréstimos aos intermediários, ou, ainda, se mantenham fora das linhas de crédito.

Outro importante fator, sempre desprezado nas análises de crédito, refere-se às contradições que geralmente ocorrem entre uma política determinada pelos bancos oficiais para incentivos à agricultura, através de mecanismos de crédito, em condições favoráveis, com taxas de juros subsidiadas, e a avaliação interna dos gerentes das várias agências, que leva os programas a grandes desvios. Essa avaliação de desempenho é efetuada segundo três critérios básicos: o valor dos novos depósitos, o lucro líquido, o retorno de pagamentos de juros (livres de despesas) e, de menor importância, o volume relativo de empréstimos para a agropecuária.

Tendo em vista esses critérios de avaliação, os gerentes das agências de bancos procuram um maior relacionamento com grandes proprietários e clientes tradicionais, em que os riscos de efetivação dos compromissos são muito menores. Com isso, os pequenos produtores ficam alijados dos programas que normalmente se desvirtuam dos verdadeiros objetivos.

Todas essas dificuldades de penetração dos agricultores no mercado institucional de crédito possibilitam que sejam manipulados pelos intermediários, fechando, dessa forma, o círculo da exploração e dependência.

Deve-se analisar, neste ponto, o papel dos subsídios que normalmente acompanham os programas de empréstimos ao setor agropecuário. Esses subsídios são caracterizados por taxas de juros reais negativas. A combinação desses empréstimos, em condições extremamente favoráveis, com a rigidez do acesso de produtores sem terra aos mesmos, ocasiona graves distorções na estrutura agrária. Em análise sobre as condições de crédito agrícola realizada na revista Visão, edição especial "Quem é Quem na Economia Brasileira", para o ano de 1978, opiniões de especialistas apontam as características do subsídio creditício como concentrador de riqueza e gerador de valorizações artificiais dos preços da terra. Salientam que, dada a impossibilidade de o sistema fiscalizador acompanhar as aplicações, a partir de certo nível de subsídio, torna-se rentável a aquisição de áreas rurais com o intuito exclusivo de captar benefícios de crédito. E, em um período de aceleração de inflação, como entre 1973–1977, a vantagem de adquirir imóveis rurais aumentou não apenas porque a taxa de juros se tornou mais negativa, mas também pela preferência por aplicações imobiliárias, como reserva de valor contra a depreciação da moeda. Com isso, o preço da venda dos imóveis rurais teve vertiginosa ascensão em termos reais, impulsionado, certamente, por reinvestidores rurais, mais, principalmente, por aplicações especulativas. E conclui a análise que o "processo de captação do sistema de crédito, associado ao título de propriedade da terra e aos favorecimentos através do subsídio, tem gerado perigosa desorganização do mercado de capitais do meio rural, principalmente pela dissociação que faz do valor intrínseco do solo em relação ao seu valor de mercado artificialmente alto. Nesse esquema, os mais prejudicados são, evidentemente, os próprios produtores rurais, que vivem exclusivamente de sua atividade no campo, os pequenos proprietários, arrendatários e parceiros".

CAPÍTULO 2
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SETOR EXTERNO

2.1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é investigar o comportamento dos setores secundários e terciários na economia piauiense e as relações comerciais que o Estado mantém com as demais unidades da Federação e com o exterior. Como o capítulo 1 desta parte do trabalho trata da agropecuária, completa-se, assim, uma análise geral da estrutura produtiva do Estado. Cumpre assinalar que, de acordo com a disponibilidade de dados, variou sensivelmente o grau de profundidade com que foram abordados alguns temas. Assim, por exemplo, dentro do setor terciário, a análise praticamente tomou o comércio como único componente do setor, fato que não corresponde à realidade, apesar da grande importância daquele.

Sempre que possível, tentou-se correlacionar a análise com o estudo da evolução histórica feito na 1ª parte do trabalho, mostrando de que forma se comportaram alguns elementos após o enfraquecimento da economia de exportação.

Tomou-se o final da 2ª Guerra Mundial como ponto de partida de toda esta 2ª parte do trabalho, que pretende chegar até os dias atuais, embora a defasagem de dados precisos raramente permita alcançar este fim.

Para a elaboração desta parte do trabalho, recorreu-se, além da bibliografia existente sobre o Piauí e anuários estatísticos da FIBGE, a levantamentos em fontes primárias, realizados pela CEPRO, para obtenção de dados recentes sobre o comportamento da indústria, comércio, importações e exportações do Estado.

Resolveu-se dividir este capítulo em 4 seções. A primeira é constituída por estas notas introdutórias; a segunda apresenta as características de parte da estrutura produtiva local, nos anos que se sucederam ao fim do 2º conflito mundial e à grande decadência do comércio externo organizado em Parnaíba. A década de 1960 é analisada na terceira seção,

mostrando o vazio da produção local e o aprofundamento da dependência do Estado às importações, para compor a oferta interna. Eventualmente são feitos avanços nos anos 70. Finalmente, a última seção retoma a forma mais recente do assistencialismo, caracterizada pelas transferências federais, e mostra a importância destas para a manutenção do governo estadual, que, através de seus gastos, transfere aqueles recursos à comunidade.

2.2 A SITUAÇÃO DO ESTADO DESDE A 2ª GUERRA MUNDIAL

2.2.1 Antecedentes Históricos

A exemplo do Nordeste, o setor exportador foi grande regulador e indicador das atividades de produção do estado do Piauí, transmitindo impulsos e retrocessos em função da demanda internacional. Desta forma, e considerando-se a instabilidade do comércio externo, a pequena integração do Piauí com os grandes consumidores do País e a rarefação de sua pequena população, o Estado alterna períodos de euforia e depressão, configurando períodos dinâmicos normalmente curtos. Dentre estes, os mais importantes foram o da Maniçoba, Carnaúba e Babaçu, também a produção de algodão (altamente representativa para o Nordeste), couro bovino e peles de ovinos, cabras e animais silvestres destacam-se como complementares.

Contrastando com o relativo dinamismo do setor exportador, as atividades de subsistência ocupavam a maior parte da população ativa do Piauí, mais preocupada em sobreviver às constantes secas que assolavam a região e bastante desligada da economia de mercado. Somente em áreas de extração vegetal do Estado, especialmente o Baixo Parnaíba, havia relativa mobilidade da mão-de-obra do setor de subsistência para o exportador (quando da alta dos produtos remetidos para o exterior). Tal processo, no entanto, rapidamente se revertia, dadas, antes de mais nada, as características da extração vegetal, descontínuas ao longo do ano[1].

O mercado interno era formado por dois segmentos: as concentrações urbanas (notadamente Teresina, Parnaíba e Floriano) e a população rural, esta completamente dispersa pelo Estado.

Em termos estruturais, o complexo produtivo poderia ser dividido, como em toda economia subdesenvolvida integrada ao capitalismo, em dois setores:

1) setor (ou economia) de subsistência;

2) setor (ou economia) de mercado.

---

[1] Acrescente-se que se tem, no caso do babaçu, a participação quase que exclusiva da mão-de-obra feminina (na quebra do coco) e de crianças (na "cata" do coco).

Este último se subdivide em economia de mercado externo e economia de mercado interno, a primeira voltada para a exportação dos produtos já relacionados e a segunda, segundo Singer[2], constituindo-se na "forma específica que o setor cidades assume no processo de desenvolvimento capitalista", concorrendo com o setor de subsistência e os produtos importados no abastecimento interno.

Dotada de razoável infra-estrutura e tendo o rio Parnaíba como escoadouro natural, Parnaíba tornou-se o centro exportador do Estado e, conseqüentemente, ponte de convergência da economia de mercado. Assim, Parnaíba, além de possuir as principais firmas de importação e exportação, via surgir alguns estabelecimentos de transformação dos produtos originários das atividades extrativas, como refinaria de cera de carnaúba, curtumes e produtores de óleos vegetais. Constata-se, portanto, íntima ligação dos estabelecimentos industriais com a base de recursos naturais local, formando o que se convencionou chamar de "indústria natural".

Teresina também era articulada com a economia de mercado externo, funcionando como acumuladora de produtos do Médio Parnaíba (posteriormente enviados, em parte, para Parnaíba) e já detendo alguns poucos estabelecimentos de transformação. Capital do Estado e tendo grande parte da população ocupada formada por funcionários públicos, a cidade tornara-se grande centro consumidor do Estado.

Naturalmente, o excedente gerado no setor de subsistência (produção menos autoconsumo) era atraído para essas duas cidades – e, num segundo plano, Floriano –, trocado por bens de consumo, como tecidos, sapatos, sabonetes, etc. Substancial parte deste excedente, no entanto, era apropriada pelos centros urbanos, através do sistema de arrecadação, do sistema bancário e da rede de comercialização dos produtos agropecuários, mantendo a população rural, conseqüentemente, limitada aos padrões mínimos de subsistência. Por outro lado, as cidades também abasteciam-se de produtos manufaturados vindos do exterior do País e ainda do Maranhão, Ceará e Pernambuco, Estados com os quais o Piauí detinha grande *déficit* no balanço comercial. Do exterior provinham produtos mais elaborados, destinados, via de regra, à classe exportadora, que, de qualquer forma, era induzida à importação[3].

---

[2] SINGER, Paul. Desenvolvimento e crise. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 162 p.

[3] As célebres "compensações" faziam vincular o valor das exportações do babaçu à importação de mercadorias estrangeiras.

Resumindo, o mercado interno era abastecido pelo pequeno excedente extraído do setor de subsistência, no tocante a produtos primários; por alguns estabelecimentos industriais, no que se refere à transformação de produtos primários locais; pelos Estados vizinhos, quanto a produtos manufaturados leves; e pelo setor de mercado externo, para bens que exigissem maior elaboração industrial, como bens duráveis e máquinas.

Verifica-se, aqui, importante fenômeno, na medida em que parte da receita gerada pela atividade exportadora é remetida para fora do País, visando à aquisição de bens manufaturados. Ora, como substancial parcela da rede de comercialização do setor de mercado externo, formada por companhias de navegação e de seguros, armazéns, lojas importadoras, exportadoras, etc., apresenta-se em mãos de companhia e/ou de representantes de companhia estrangeiras, tem-se que apreciável parcela da acumulação interna é remetida para o exterior, esvaziando as possibilidades de formação de capital local e dificultando a diversificação da produção do Estado.

Observa-se, desta forma, importante característica deste mecanismo tradicional de expansão "voltado para fora": a apropriação parcial do excedente gerado por parte de não residentes no País ou no Estado, que diminui o impacto da impulsão externa sobre a economia como um todo.

De fato, para uma economia primário-exportadora expandir-se são necessárias duas condições mínimas[4]:

a) que o setor exportador leve os resultados de seu progresso para outros setores, através de investimentos em atividades produtivas (especialmente na substituição de importação), que ampliem, de fato, o produto real da região;

b) que a procura pelos produtos exportados mantenha-se em contínua expansão, evitando a queda de sua cotação no mercado internacional.

Como é fácil constatar, nenhuma das duas condições realizou-se para o Nordeste ou o Piauí. No caso do Piauí, o excedente gerado destinava-se ao financiamento das importações de bens de consumo manufaturados, à formação de alguns estabelecimentos industriais beneficia-

[4] CASTRO, A; LESSA, Carlos. Introdução à economia. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978. 163 p.

dores dos produtos primários de exportação (como, por exemplo, extração do óleo de babaçu) e às companhias estrangeiras que atuavam no seio do setor exportador. Portanto, a economia de mercado externo mantinha-se completamente alheia a outras atividades e regiões do Estado, não satisfazendo à 1ª condição.

Com relação à 2ª dessas condições, já se fez referência à descontinuidade e sucessivas crises por que passou a procura dos produtos exportados pelo Estado. O setor exportador contraía-se a cada retrocesso da demanda, ficando inteiramente ao sabor de guerras, depressões ou qualquer outro problema internacional, além, naturalmente, da descoberta de sucedâneos sintéticos e da concorrência por parte de outras regiões produtoras. A instabilidade sempre foi a tônica reinante, provocando inclusive, alguns movimentos populacionais e deslocando correntes comerciais, como foi o caso de Floriano no apogeu da maniçoba (aproximadamente 1900–1914).

O início dos anos 50 representou praticamente a falência do modelo primário-exportador, com a queda vertiginosa nos preços da cera de carnaúba e da amêndoa de babaçu. Tal queda tomou de surpresa inúmeros exportadores, que, com altos níveis de estoque, enfrentaram um período de acentuada crise (na época também chamada de "política baixista dos importadores americanos")[5]. A partir daí, registra-se progressiva decadência de Parnaíba e ascensão de Teresina dentro do Estado, facilitada pela abertura de novas estradas e meios de comunicações, ligando-a com as demais regiões do País.

2.2.2 A Integração Interestadual

A população do Piauí, em 1950, alcançava 1.045.696 habitantes, com 83,7% destes na zona rural. Com isso, tinha o Estado, aproximadamente, para cada 6 habitantes, 1 na zona urbana. Os maiores aglomerados urbanos situavam-se em Teresina (51.418 habitantes), Parnaíba (30.174 habitantes) e Floriano (9.101 habitantes).

A grande importância do setor primário do Piauí na renda interna pode ser vista no quadro a seguir, que compara sua participação com a dos outros setores e com dados do Nordeste e Brasil:

[5] PÔRTO, Carlos Eugênio. Roteiro do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. 192 p.

QUADRO 1
ESTRUTURA DA RENDA INTERNA
1950 (%)

SETORES	PIAUÍ	NORDESTE	BRASIL
Primário	47,1	40,9	28,7
Secundário	3,7	13,3	23,8
Terciário	49,2	45,8	47,5

FONTE: FIBGE – FGV.

A renda *per capita* do Estado representava somente 21%[6] da brasileira e 51% da nordestina, demonstrando a grande distância que já havia do Piauí em relação até mesmo ao Nordeste.

Levando-se em conta que ao setor exportador destinava-se grande parte dos benefícios gerados pela economia estadual (concentrando fortemente a renda interna), será fácil imaginar-se a situação de pobreza que enfrentava a população do Estado.

Em 1950, 82,2% da população ativa dedicavam-se ao setor primário, 3,7%, ao setor secundário e 14,1%, aos serviços. A exagerada participação da população economicamente ativa no setor primário, em comparação à contribuição do setor ao produto local, apontava baixa produtividade da mão-de-obra rural. O setor industrial, com ínfima participação no produto, denunciava a grande dependência do Estado em relação à importação de manufaturados. De fato, os estabelecimentos industriais eram constituídos, em sua maioria, de pequenas unidades artesanais de transformação inicial dos recursos locais, produzindo basicamente açúcar, rapadura, aguardente, cerâmica, calçados, redes, esteiras, chapéus e polvilho de mandioca, além do beneficiamento do arroz. Formavam exceção, pela sua maior envergadura, a indústria química[7], e farmacêutica (óleos de babaçu, gorduras vegetais, etc.) e a têxtil. Aquela se localizava basicamente em Parnaíba, corporificando, provavelmente, a única parcela do excedente gerado pelo setor de economia externa aplicado em atividade produtiva local, e esta em Teresina, com 3 unidades ativas, em 1956. No entanto, era o ramo de produtos alimentares, composto por 37% do nú-

[6] IJNPS. Recife. Diagnóstico do Vale do Parnaíba. Recife: 1972. v. 2.
[7] Em 1950, o Censo Industrial tomou em conjunto os estabelecimentos industriais do ramo químico e farmacêutico. Somente a partir do Censo de 1960 os dados encontram-se separados.

mero de estabelecimentos industriais e com a baixa média de 2,2% operários por unidades, que respondia pela maior parte do valor da produção do segmento industrial. Confirma-se, assim, a supremacia do subsetor, que, já em 1940, detinha 22% do valor da produção industrial do Estado, seguindo por óleos e graxas vegetais (20%) – mais tarde incorporado à química e farmacêutica – e pelo ramo têxtil (18%).

Parnaíba destacava-se como maior centro industrial do Estado, em face da maior concentração, na zona do litoral, de estabelecimentos do ramo químico que procuravam aquela região visando à fabricação, em especial, do óleo de babaçu. Detinha o município, em 1950, cerca de 43% do valor da produção industrial, contra 28% de Teresina e 4% de Floriano.

O comércio responsabilizou-se, em 1950, por 22,8% da renda interna do Estado, figurando como principal item do setor serviços. O comércio varejista apresentava algumas características bem diferentes do atacadista. Este último, muito mais organizado em moldes capitalistas, ligava-se basicamente ao setor exportador, no tocante às transações com o exterior do País, e, centrado em Parnaíba, responsabilizava-se pelo comércio interestadual via cabotagem.

QUADRO 2
INDÚSTRIA – PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS SUBSETORES
1950

SUBSETOR	VALOR DA PRODUÇÃO %	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS %
Produtos Alimentares	45	37
Químico e Farmacêutico	18	4
Têxtil	10	5
Minerias Não Metálicos	8	31
Outros	19	23
TOTAL	**100**	**100**

FONTE: FIBGE. Censo Industrial – 1950 (Dados Primários).

QUADRO 3
COMÉRCIO – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL – PRINCIPAIS MUNICÍPIOS
1950

MUNICÍPIOS	COMÉRCIO VAREJISTA		COMÉRCIO ATACADISTA	
	VALOR DAS VENDAS %	NÚMERO DE ESTABELECI-MENTOS %	VALOR DAS VENDAS %	NÚMERO DE ESTABELECI-MENTOS %
Teresina	34	17	12	11
Parnaíba	18	13	64	11
Floriano	5	5	5	6
Picos	4	3	1	2
Outros	39	62	18	70
TOTAL	**100**	**100**	**100**	**100**

FONTE: FIBGE. Censo Industrial – 1950 (Dados Primários).

Desta forma, o comércio atacadista manipulava uma gama de recursos significativamente superior ao varejista. Em 1949, aquele deteve 66% do volume total de receitas contra 34% do varejo, que, no entanto, ganhava campo em relação a 1940, quando então esta relação era de 86% e 14%, respectivamente.

Tal ascensão do comércio varejista teve íntima relação com o gradativo aumento na utilização das vias internas para a comercialização interestadual. Os investimentos públicos federais em rodovias permitiam aos Estados nordestinos uma opção de comércio face ao declínio das exportações internacionais após a 2ª Grande Guerra. E a figura do caminhão ficou bem conhecida no Estado, desempenhando o papel de distribuidor dos principais produtos importados. Assim, a utilização das vias internas, no tocante às importações do Piauí, se elevou de 42%, em 1942, para 59%, em 1950, muito embora não tivesse ocorrido transformação semelhante no que se refere às exportações do Estado, processo que somente algum tempo após iria ter impulso. Isto se explica no fato de que as exportações via cabotagem tinham sua composição baseada principalmente no babaçu (óleo e coquilho), atividade ligada a Parnaíba e ao comércio atacadista, enquanto a pauta por vias internas registrava predominância de exportações de animais vivos, além de produtos têxteis, extrativos vegetais e gêneros alimentícios, que também ocorriam em outras áreas que não o Baixo Parnaíba. Em conseqüência, Teresina – maior concentração urbana do Estado e para onde convergem as principais estradas locais – assume o papel principal na economia de mercado

interno, à medida que aumenta a importância das vias internas como suportes da comercialização interestadual e estadual.

A melhoria das condições de transporte rodoviário, além de transformar a Capital no principal centro comercial do Estado e criar expressiva classe comerciante local, teve importante papel na quebra da barreira natural "distância" em relação às demais capitais, especialmente do Nordeste, abrindo o mercado piauiense aos produtores regionais.

Apesar da decadência das exportações para o comércio internacional, o Estado ainda contava com razoável saldo em suas relações com o exterior (quadro 5). Este, no entanto, tornava-se, de forma crescente, incapaz de cobrir o saldo negativo gerado pelo comércio interestadual, tornando altamente deficitário o balanço comercial do Estado. No ano de 1950, o Piauí alcançou, em suas relações com o exterior do País, a valores correntes, o saldo de Cr$ 173,7 milhões contra um *déficit* em operações interestaduais de Cr$ 284,7 milhões, sendo Cr$ 71,6 milhões em comércio via cabotagem e Cr$ 213,1 milhões por vias internas.

O exame da pauta de importação/exportação do Piauí, em 1951, reafirma o papel que cabia ao Estado, dentro da divisão regional do trabalho: exportador de matérias-primas, importador de bens transformados e, considerando o inevitável prejuízo de tais características, dependente de transferências.

QUADRO 4
COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DO PIAUÍ
(VIA CABOTAGEM)
1951

Cr$ milhões correntes

GÊNERO DE PRODUTO	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES
Matérias-Primas	35,4	109,4
Gêneros Alimentícios	61,0	0,5
Manufaturas	120,4	8,4
TOTAL	**216,8**	**118,3**

FONTE: BRASIL. Ministério da Fazenda. Serviço de Estatística Econômica e Financeira. Comércio de Cabotagem do Brasil – 1951/52.

Os estados do Ceará, Pernambuco e Maranhão eram os maiores parceiros do Piauí no comércio interestadual. Mais de 90% do volume

importado provinha daqueles Estados vizinhos. Pelo lado das exportações (vias internas), também a Bahia destacava-se. As relações comerciais diretas com o centro-sul do País eram relativamente fracas se comparadas às dos dias atuais. Tal fato não impedia, entretanto, que os produtos lá elaborados alcançassem o Piauí, via reexportação dos parceiros regionais do Estado, especialmente Ceará e Pernambuco. De maneira semelhante, porém com muito menor intensidade, o Piauí passava paulatinamente a abastecer o leste maranhense de automóveis, acessórios, máquinas, aparelhos elétricos e outros que compunham a maior parte das exportações piauienses de manufaturados[8].

A aceleração do processo de substituição de importações, realizada pelo Brasil na década de 50, teve implicações bem importantes para o Piauí, especialmente no que se refere ao setor economia externa. A manutenção de uma taxa de câmbio estável, enquanto internamente subiam os preços, estimulava a importação de máquinas, equipamentos e bens manufaturados. Para estes últimos, no entanto, sobretaxas de importação responsabilizavam-se pelo encarecimento, tornando mais atrativos os produtos nacionais. Se por um lado tal comportamento apoiava a formação do parque industrial nacional, por outro drenava parte substancial dos recursos acumulados pelo setor exportador nacional, em favor do fortalecimento da classe industrial, especialmente concentrada no eixo Rio–São Paulo. Ver-se-á, no entanto, mais de perto, o caso do Piauí.

Independentemente do direcionamento cambial, visando ao consumo de bens manufaturados produzidos internamente, este já era o procedimento observado no Estado. O baixo poder aquisitivo interno condicionava o consumo de gêneros alimentícios e manufaturados de qualidade inferior. E estes eram encontrados no próprio Nordeste. Somente a reduzida burguesia, a maioria ligada ao setor exportador, consumia produtos de maior elaboração industrial (importados), que, de fato, foram substituídos progressivamente por bens de elaboração interna[9]. Tendo como base econômica a exportação de produtos primários, o Piauí pôde, assim, alcançar expressivos *superávits* em seu comércio internacional.

Desta forma, o Estado teria fornecido ao País, em divisas, o equi-

[8] Em 1958, por exemplo, a exportação de manufaturados por vias internas alcançou Cr$ 114,0 mil, dos quais Cr$ 111,0 mil dirigidos ao Maranhão.

[9] A diminuição das importações piauienses no comércio internacional, até o seu quase total desaparecimento na década de 60, confirma o fato, embora parte daquelas importações continuassem chegando ao Estado através de outras unidades da Federação.

valente[10] a US$ 100.000,0 mil, destinados ao financiamento do subsídio cambial para instalação de indústrias pertencentes a grupos não residentes na região. Tal processo, naturalmente, não foi privilégio do Piauí, mas de vários Estados, especialmente do Nordeste[11], multiplicando aquele valor transferido de divisas. A propósito, assim se expressou Celso Furtado[12]: "... os exportadores nordestinos (para o caso da região onde na época eram quase nulos os investimentos industriais) receberam muito menos cruzeiros pelos dólares gerados pelas suas vendas no exterior, do que eram pagos pelos importadores de bens destinados ao mesmo Nordeste, a fim de que grandes firmas estrangeiras, como as que instalaram a indústria automobilística, recebessem subsídio cambial para formar o seu capital".

QUADRO 5
BALANÇO COMERCIAL INTERNACIONAL DO PIAUÍ
1940–50

Cr$ 1.000,00

ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1940	116.513	2.866	113.647
1941	160.348	3.822	156.526
1942	155.182	1.893	153.289
1943	117.102	414	116.688
1944	124.011	810	123.201
1945	166.836	1.618	165.218
1946	272.387	4.440	267.947
1947	204.889	14.424	190.465
1948	190.375	14.656	175.719
1949	246.610	20.610	225.667
1950	189.750	16.050	173.700

FONTE: FIBGE – Anuário Estatístico.
Nota: Tomou-se, além do movimento em Amarração, o do Porto de Tutóia, que fica localizado no Maranhão, próximo a Parnaíba. Algumas evidências mostraram que tal procedimento seria o mais correto para se medir as transações externas do Piauí.

Este não era, entretanto, o único mecanismo de transferência de recursos que esvaziava o Nordeste. A indução à compra de manufaturas

[10] Tomou-se a cotação do período 1947/52, fixada em Cr$ 18,70, por dólar (CONJUNTURA ECONÔMICA, Rio de Janeiro, v. 26, nov. 1972).
[11] Segundo a SUDENE, o saldo do comércio externo do Nordeste, entre 1948 e 1956, teria alcançado a soma de U$ 638 milhões (BRASIL, SUDENE. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Recife, [19 – –].
[12] FURTADO, Celso. Análise do modelo brasileiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p. 25.

internas, via taxa de câmbio diferenciada, propiciou à indústria nascente amplo mercado, fazendo com que o Nordeste utilizasse seu saldo (em cruzeiros) do comércio internacional em transações internas, naturalmente feitas ao sabor do processo inflacionário: "... O Nordeste se via obrigado a utilizar internamente o saldo positivo de suas transações internacionais (a região apresentava *déficit* em suas transações comerciais internas). Ao fazê-lo, era vitimado por acentuado processo de deterioração das relações de troca, já que o saldo (*superávit*) de que dispunha frente ao exterior era convertido em cruzeiros a uma taxa constante, enquanto o *déficit* de suas transações internas deveriam ser cancelado a preços correntes"[13].

A decadência da cotação internacional de seus produtos de exportação significou carga adicional para a economia do Estado. Assim, enquanto o eixo Rio–São Paulo passava por vigoroso processo de industrialização, diversificando a produção nacional de manufaturados e alcançando novos mercados, devido especialmente, ao desenvolvimento do comércio por vias internas, o Piauí enfrentava valores nominais decrescentes em suas exportações.

O babaçu, que logo após viria a apresentar alguma recuperação devido à maior presença do óleo no mercado nacional, bem como a carnaúba, acentuava sua queda no mercado externo, provocando a queda das exportações do Estado, em 1952, a menos da metade do valor auferido no ano anterior[14]. Agravava-se, conseqüentemente, a situação do Piauí: se, por um lado, caía o excedente gerado pelo setor exportador, por outro crescia o *déficit* em transações com o restante do País. E observe-se que este último já superava o primeiro havia alguns anos. No entanto, o *déficit* final era relativamente reduzido, se comparado aos resultados que se seguiriam. No ano de 1950, o comércio internacional do Piauí gerou um *superávit* de Cr$ 173.700,0 mil, enquanto o movimento interno registrava Cr$ 284.671,0 mil de excesso das compras sobre as vendas, resultando, portanto, um *déficit* final, para o Piauí, da ordem de Cr$ 110.971,0 mil, aproximadamente 10% do produto interno naquele ano.

Sabe-se do fechamento de vários estabelecimentos industriais (entre os quais a maior indústria têxtil do Estado), que sucumbiam diante

[13] CASTRO, Antônio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1977. v. 2.

[14] As exportações para o exterior do País alcançaram, em 1952, a soma de Cr$ 76.791,0 mil, contra Cr$ 207.044,0 mil realizada em 1951.

da concorrência procedente de outras regiões. A presença de vendedores-viajantes com grande mobilidade e a inexistência de barreiras alfandegárias para a comercialização interna prestavam-se à propagação, dentro do Estado, do consumo homogeneizado, que tanto interessava ao desenvolvimento das novas linhas comerciais.

Infelizmente, a inexistência de dados relativos a importações do Piauí por vias internas, no período de 1951–1959, não permite o registro do vigoroso processo de "abertura" da economia estadual que se acentuou desde o final da 2ª Guerra. Entretanto, pode-se afirmar que a relação entre importações e renda interna significava 30,8%, em 1947, 40,8%, em 1957 e alcançava 58,6%, em 1967.

Dados relativos a outros Estados permitem, no entanto, que se tenha alguma idéia do valor das importações realizadas pelo Piauí. Caracterizando bem a velocidade com que se distanciavam importações interestaduais e exportações para o exterior do País, tem-se que, em 1955, as importações piauienses, procedentes de Pernambuco (Cr$ 296,5 mil), do Ceará (Cr$ 282,2 mil), do Maranhão (Cr$ 204,4 mil) e da Bahia (Cr$ 31,6 mil), já superavam, em mais de 5 vezes, as exportações para o mercado externo (Cr$ 160,6 mil) realizadas pelo Estado naquele mesmo ano.

O alto grau de dependência externa, especialmente com relação a manufaturados, apontava claramente um setor industrial interno atrofiado. Apesar do crescimento na participação sobre a renda interna estadual – de 3,7% em 1950 para 5,7% em 1960 –, o setor industrial criara, nesse intervalo de tempo, somente 1.770 empregos adicionais, contra um crescimento da população ativa da ordem de 70.511. O subsetor de química apresentou-se como o de maior crescimento neste período, superando, inclusive, o subsetor de produtos alimentares, que praticamente estagnara em relação a 1950. A produção de óleos vegetais em bruto (especialmente babaçu), apoiada em grandes facilidades de crédito industrial, foi a responsável por tal ascendência do ramo químico, sendo os bens, em grande parte, exportados para os mercados nacionais e internacionais. Face ao alto peso da matéria-prima na composição do custo final[15], Parnaíba foi o município com maior destaque, contando, em 1960, com 6 estabelecimentos, que se responsabilizaram por mais da metade do valor da produção do ramo. Como é interessante verificar, cresceu mais a indústria

[15] Em 1960, os gastos com matérias-primas do subsetor químico alcançaram Cr$ 402,9 milhões, para um valor de produção equivalente a Cr$ 501,6 milhões.

que encontrou mercado fora do Estado. O quadro 6 compara os dados mais importantes da atividade industrial em 1950 e 1960.

A reduzida dimensão da população urbana – de fato, a mais integrada na economia de mercado – servia como elemento adicional restritivo ao aparecimento de indústrias de porte no Estado. Em 1960, somente 292 mil habitantes encontravam-se nas cidades, constituindo Teresina e Parnaíba os maiores aglomerados, com 98 mil e 39 mil habitantes, respectivamente.

QUADRO 6
ASPECTOS DA ATIVIDADE INDUSTRIAL
1950/1960

SUBSETORES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO		VALOR DA PRODUÇÃO[1]	
	1950	1960	1950	1960	1950	1960
Produtos Alimentares	146	186	196	574	7.062	8.431
Química	15	38	191	280	2.848	22.625
Têxtil	18	497	286	774	1.523	6.147
Minerais Não Metálicos	122	216	450	925	1.201	2.218
Couro e Peles	5	37	55	217	786	2.601
Perfumarias, Sabões e Velas[2]	–	14	–	60	–	2.583
Outros	86	201	788	1.517	2.347	5.980
TOTAL	**392**	**1.189**	**2.266**	**4.347**	**15.767**	**50.406**

FONTE: FIBGE. Censo Industrial do Piauí – 1950 e 1960.
[1] A preços constantes de 1970, calculados segundo coluna 2 do Índice Geral de Preços da Conjuntura Econômica – FGV.
[2] Em 1950, era incluído no setor subsetor químico.

Também o pequeno poder aquisitivo da população desencorajava investimentos produtivos voltados para o mercado interno. Basta lembrar que a renda *per capita* piauiense situava-se em torno de 19% da nacional[16].

Claro que com essas desvantagens comparativas tão grandes no aspecto demanda interna e sem possuir nenhuma grande vantagem que pudesse neutralizar aquelas, o Piauí apresentava, assim, características altamente limitantes ao surgimento de estabelecimentos industriais. De

[16] A preços correntes, a renda *per capita* do Piauí, em 1960, alcançava Cr$ 7,50, para Cr$ 39,50 do Brasil.

fato, sua população, pequena e pobre, e ainda com hábitos de consumo que só progressivamente se aproximariam daqueles que interessavam à indústria em ascensão, não permitia elevadas escalas de produção. Daí a existência quase que exclusiva, no Estado, de estabelecimentos artesanais, com a presença ativa da família. Mas esta era a velha "indústria", que, desprotegida, sucumbia num processo de seleção de mercado. Em seu lugar, o Piauí via surgir vendedores-viajantes e já alguns escritórios de representação que, em parte, incumbiam-se da substituição de alguns bens produzidos internamente e apresentavam novas opções de consumo em bens e serviços. Naturalmente tal processo, que começou na década de 50, ainda hoje continua em ação, através, especialmente, da diversificação da oferta interna.

Todavia, dificilmente tais fatores – na verdade, espelhos de aspectos estruturais internos – são arrolados como claros empecilhos ao desenvolvimento industrial do Piauí. Ao invés disto, prefere-se a tradicional linha de limitação de infra-estrutura, como se esta não fosse somente um dos aspectos do problema e como se não fosse extremamente discutível a validade, em termos de promoção de desenvolvimento ou da relação custo-benefício social, de alguns segmentos da chamada infra-estrutura econômica, como, por exemplo, rodovias, créditos industriais, etc. A propósito, pesquisa realizada pela antiga Comissão de Desenvolvimento Econômico do Piauí apontou que a falta de energia elétrica e a inexistência de créditos industriais de longo prazo constituíam-se nos grandes obstáculos à expansão das indústrias locais:

"Com efeito, verificamos que não existe qualquer disponibilidade de energia elétrica no Estado, fator básico para implantação ou expansão de qualquer indústria, uma vez que, ao se instalar ou expandir uma indústria com energia própria, significa adicionar capitais ao investimento, indo onerar o custo da produção, além de impedir, já que são tão poucos os capitais locais, a realização do projeto"[17].

Com relação a financiamentos, a exigüidade do crédito industrial, aliada às maiores exigências para a concessão daquela linha de financiamento, induziam a indústria a se utilizar do crédito comercial de curto prazo, mais simples, porém de juros mais elevados, onerando conseqüentemente o custo de produção.

[17] PIAUÍ. CODESE. Industrialização do Piauí, condições atuais e medidas para um plano de expansão. Teresina, 1960.

Também a passividade do Governo Estadual foi criticada pela CODESE. A existência de uma legislação estadual pouco estimulante em relação ao setor industrial, causando taxações exorbitantes sobre a indústria, teria, inclusive, causado o deslocamento de parcela do capital local. Finalizando, a pesquisa mostrou a escassez de pessoal técnico de apoio ao setor industrial para a elaboração de projetos e obtenção de recursos.

Desta forma, pode-se, grosso modo, resumir o exposto nesta unidade da seguinte forma:

a) A política cambial protecionista do pós-guerra desviou a procedência do consumo de manufaturados do Nordeste (normalmente importados), para a atual região Sudeste. Tal fato não alterou substancialmente, de imediato, a demanda do Piauí, que já se abastecia de produtos manufaturados (inferiores) no próprio Nordeste. Quanto aos bens de maior elaboração industrial, produzidos especialmente no Rio e em São Paulo, o Piauí passou a adquiri-los em grande parte nos estados do Ceará e Pernambuco, que exerciam o papel de reexportadores.

b) A queda na cotação dos produtos piauienses de exportação, agravada pela artificial estabilidade da taxa de câmbio, diminuía o excedente gerado pelo Piauí no comércio internacional.

c) A agressiva penetração das indústrias recém-instaladas no País (em grande parte estrangeiras) encontraram, no Estado, um setor industrial praticamente artesanal, funcionando com pequenas escalas de produção.

d) A indústria química, que praticamente exportava toda a sua produção, foi a que mais cresceu na década de 50, fazendo com que o valor da produção industrial triplicasse (valores reais).

e) A pequena dimensão do mercado urbano e o baixo poder aquisitivo da população do Estado desincentivavam o surgimento de grandes indústrias locais. Os pequenos estabelecimentos sucumbiam diante da concorrência externa, por não poderem competir, em preços, com esta, que tratava o Piauí como mercado marginal, diferenciando preços sempre que fosse necessário ganhar o mercado.

f) A escassez de créditos industriais, de energia elétrica, de pessoal qualificado, trabalhando junto ao setor industrial, e uma legislação inadequada às condições do Estado, foram apontados, em relatório da CODESE, como elementos restritivos ao desenvolvimento industrial do Estado.

No tocante ao comércio, a década de 50 reforçou a tendência verificada nos anos 40: ascensão do comércio varejista contrapondo-se à queda do comércio por atacado. Aquele passou a responsabilizar-se, em fins da década, por 49,7% do movimento de vendas, dividindo em fatias iguais à receita comercial.

Em números de estabelecimentos, o comércio varejista naturalmente superou em muito o atacadista, respondendo por 4.050 das 4.641 unidades existentes no Estado, no ano de 1960.

A distribuição espacial dos estabelecimentos comerciais manteve o comportamento observado, desde o final da 2ª Guerra Mundial, com Teresina ganhando importância relativa, ao contrário de Parnaíba. Assim, a Capital, em 1959, faturou 36,7% da receita varejista e 21,1% da atacadista, contra, respectivamente, 34% e 12%, no final da década anterior. Parnaíba que, em 1949, movimentara 18% do comércio varejista e 64% do atacadista, viu tal produção cair para 11,9% e 42,6%, em 1959, mostrando, de maneira inequívoca, a decadência da cidade como centro comercial do Estado.

Um fato que merece registro, pela crescente importância que passa a ter a partir da grande abertura que ocorre na economia estadual, é o destaque das cidades de porte médio (Floriano, Campo Maior e Picos) que sobem em importância como centros comerciais, detendo 19% do comércio varejista e 11,6% do atacadista, no final da década de 50, contra 14% e 6%, respectivamente, em 1949.

O setor comercial do Estado sente claramente, desta maneira, os reflexos do atrofiamento das atividades produtivas do Estado, expandindo a flexível rede varejista para a comercialização dos produtos vindos em grande parte de além-fronteira e contraindo o atacado de produtos extrativos, item, até então, da maior importância no comércio. Os quadros 7 e 8 atestam tal comportamento.

QUADRO 7
COMÉRCIO VAREJISTA – VALOR DAS VENDAS – Cr$

RAMO	1949*	1959	CRESCIMENTO NO PERÍODO %
Produtos Alimentícios, Bebidas e Estimulantes	463.244	805.129	+ 74
Tecidos, Artigos do Vestuário e de Armarinho	434.279	773.639	+ 78
Veículos e Acessórios	53.025	238.483	+ 350
Demais	584.267	789.478	+ 35
TOTAL	**1.534.815**	**2.606.729**	**+ 70**

FONTE: Censo Comercial e dos Serviços de 1960.
* A preços constantes de 1959, calculados segundo o Índice Geral de Preços (Coluna 2) – FGV.

QUADRO 8
COMÉRCIO ATACADISTA – VALOR DAS VENDAS – Cr$ 1,00

RAMO	1949*	1959	CRESCIMENTO NO PERÍODO %
Produtos Agropecuários e Extrativos	2.419.081	1.835.417	- 24
Demais	568.324	803.459	+ 41
TOTAL	**2.987.405**	**2.638.876**	**- 12**

FONTE: FIBGE. Censo Comercial e dos Serviços de 1960.
* A preços constantes de 1959, calculados segundo o Índice Geral de Preços (Coluna 2) – FGV.

Esta redução do nível de vendas do segmento atacadista levou o comércio a reduzir sua participação na formação da renda do Piauí, passando a representar apenas 19,7%, do total, significando a perda de aproximadamente 4% na comparação que se faz com 1949.

A taxa de crescimento médio anual do setor, no período, foi de somente 1,5%, enquanto a economia como um todo teve 4,3%. Entretanto, tomados somente os dados das vendas no varejo, vê-se que estas cresceram a uma taxa média anual de 5,4%, esclarecendo a aparente contradição entre queda na participação relativa do comércio na formação do produto interno estadual e crescimento das vendas de produtos de consumo importados para o abastecimento interno.

Concluindo, a renda do Piauí cresceu, na década de 50, à taxa média anual de 4,3%, enquanto a população cresceu a 1,9%. A participação

dos setores produtivos na formação da renda interna pouca modificação registrou. O setor primário manteve-se constante, com 47,1% (com a lavoura compensando o decréscimo da produção extrativa vegetal), enquanto o setor industrial elevava sua participação em 2%, tomados do setor comercial, vulnerável em seu segmento atacadista. O crescimento da renda média por habitante, à parte as dúvidas no que se refere às contas nacionais, não permite, em absoluto, afirmar-se que as condições de vida no Estado tenham melhorado, na década. Em verdade, o que se pode constatar é a ampliação das condições de marginalização do Estado como unidade produtiva.

2.3 A DÉCADA DE 1960 E O APROFUNDAMENTO DA DEPENDÊNCIA

A análise da *performance* econômica do estado do Piauí, na década de 1960, além de constatar o aprofundamento de conhecidas tendências verificadas em anos passados, como, por exemplo, um crescente *déficit* comercial com os demais estados da federação, apresenta resultados algo desconcertantes, no que tange à evolução da renda interna (quadro 9).

QUADRO 9
TAXA REAL ANUAL DE CRESCIMENTO DA RENDA INTERNA
PERÍODO 1960–1970

PERÍODO / TAXA	1960-61	61-62	62-63	63-64	64-65	65-66	66-67	67-68	68-69	69-70
%	22,5	28,8	-19,2	15,3	0,5	-1,2	18,9	0,3	-3,2	5,9

FONTE: Centro de Contas Nacionais – FIBGE/FGV (Dados primários). Elaboração CEPRO–PI.

Tomando-se o período de 11 anos, envolvidos entre 1960 a 1970, a taxa real de crescimento do produto interno líquido situa-se em 5,96% que, considerando-se o crescimento populacional de 2,9%, no mesmo período, pode ser considerada razoável. Um fato chama a atenção: as grandes oscilações que ocorreram de ano a ano. E, como era de se esperar, o setor primário explica, em grande parte, tais flutuações, em face não só de fatores climáticos; como também à sua estrutura vulnerável. Assim, o setor primário que, no período 1958–62, sustentara uma notável taxa de crescimento anual de 25,2%, apresentou, bruscamente, no período 1962–66, um decréscimo médio anual de 7,11%, atingindo tal decréscimo médio, no intervalo 1966–70, 6,6% ao ano. A lavoura, principal segmento do setor e quase que exclusivo meio de vida de grande parte da população do Estado, acompanhou a crise dos demais segmentos do setor animal e derivados e extrativo-vegetal – fazendo declinar, ainda mais, o baixo padrão de vida da população rural. Este fato, diga-se de passagem, é claro indicador da existência de forte processo da concentração de renda no Estado, evidenciada em outros segmentos deste trabalho.

A subdivisão daqueles 11 anos faz aparecer resultados não previstos. Assim, isolando o período 1962–70, encontra-se uma taxa média de crescimento anual de somente 1,55% ao ano, inferior à taxa de crescimento populacional anual, da ordem de 2,8%, registro que desfigura a

afirmativa de aparente bom desempenho da economia do Estado, nos anos 60.

A conclusão bem diferente levaria o intervalo compreendido entre 1958 e 1962. Partindo de um ano extremamente negativo, dado o problema de seca, o setor primário do Estado – exceto a extração vegetal – alcançou, em todo o período, o expressivo crescimento médio de 25,2% ao ano, obtendo o Piauí seu maior período de crescimento, com a significativa taxa média anual de 17,8%. O problema de se tomar uma média mais ampla, com se vê, não deixa clara a existência de duas fases tão distintas de evolução do produto interno local e, muito intimamente, do setor primário, fato a que se fica devendo maior aprofundamento. Obviamente, esta contínua deterioração das condições de vida da zona rural serviu como potente alavanca de expulsão da população para outros estados e principais cidades do Piauí, tornando muito maior o crescimento populacional urbano. Para exemplificar, os municípios de Teresina e Parnaíba, que agrupam os maiores contingentes humanos do Estado, sofreram de tal forma aquele processo, entre 1960 e 1970, que o próprio crescimento vegetativo não o compensou, fazendo com que se reduzisse a população rural de ambos os municípios, apesar do grande intervalo intercensitário. Em conseqüência, a população urbana do Piauí cresceu 83,6%, enquanto a rural alcançava somente 19,5%, aumentando a disponibilidade de mão-de-obra para os setores industrial e de serviços que, bastante incapazes de assimilar a crescente população ativa, não deixava alternativa ao setor público – especialmente estadual – que vê crescer, até os dias atuais e de maneira vigorosa, seu contingente de funcionários.

O Censo Demográfico, realizado em 1970, registrou um aumento da população urbana do Estado, em comparação a 1960, de 244 mil habitantes. Admitindo-se uma média de 6 componentes por família, se teria tido uma oferta de mão-de-obra adulta de aproximadamente 40 mil "chefes de família". Para o mesmo espaço de tempo, no entanto, o setor industrial criou somente 2.432 empregos adicionais, enquanto o comércio responsabilizou-se por 8.989. Admitindo-se que toda a ocupação realizou-se na zona urbana, premissa otimista, teriam restado ainda 29 mil "chefes de família" pressionando especialmente o Governo Estadual e procurando descobrir formas de desemprego disfarçado.

O setor industrial do Estado não teve, nos anos 60, desempenho muito diferente do seu tradicional. Com pouco mais de 5% de contribuição para a formação da renda interna e empregando parcela mínima da população ativa, o setor continuou tendo, como principais, os seguintes

ramos: produtos alimentares, têxtil (não duráveis), química e minerais não metálicos (intermediários).

QUADRO 10
ASPECTOS DA ATIVIDADE INDUSTRIAL
1960–1970

SUBSETORES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO		VALOR DA PRODUÇÃO[1]	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970
Produtos Alimentares	186	488	574	1.573	8.431	45.134
Química	38	33	280	250	22.625	20.118
Têxtil	497	46	774	220	6.147	12.806
Minerais Não Metálicos	216	947	925	1.904	2.218	5.478
Couro e Peles	37	94	217	165	2.601	784
Perfumarias, Sabões e Velas	14	9	60	41	2.583	1.799
Outros	201	867	1.517	2.626	5.980	15.102
TOTAL	**1.189**	**2.484**	**4.347**	**6.779**	**50.406**	**101.221**

FONTE: FIBGE. Censo Industrial do Piauí – 1960 e 1970.
[1] Em Cr$ 1.000,00, de 1970, calculado segundo coluna 2 do Índice Geral de Preços da Conjuntura Econômica – FGV.

O subsetor de produtos alimentares, graças à instalação de estabelecimentos de maior porte, especialmente em Teresina, tornou-se o mais importante da indústria do Estado, recuperando esta posição, que já era sua, em 1950. Por outro lado, o subsetor químico apresentou forte retração no período, ressentindo-se, como os demais estados do Nordeste, da concorrência dos produtores do centro-sul do País que passariam, desde então a se impor. “A indústria de óleos vegetais, grande cliente das facilidades creditícias levadas à região na década dos 50, parece ter crescido excessivamente ao longo daqueles anos. Cedo se defrontaria com as limitações impostas pelo crescimento de competidores em outras regiões, passando daí por diante a enfrentar graves problemas e a manter elevado grau de subutilização da capacidade instalada”[18].

A grande expansão realizada pelos produtores de bens de consumo duráveis no Centro-Sul do País foi fator de grande inibição ao surgimento de investimentos alternativos no Piauí como, aliás, em todo o Nordeste.

[18] CASTRO, op. cit. p.14.

Os maiores avanços em infra-estrutura (especialmente transporte por vias internas), que já mostrara evolução na década de 50, aproximaram ainda mais as principais cidades do estado à Capital e esta aos tradicionais parceiros do comércio interestadual, resultando num aumento da presença de produtos externos no Piauí e pressionando as unidades locais que – como já foi dito, como reduzidas escalas de produção e em grande desvantagem na concorrência com as empresas do eixo Rio–São Paulo e também com os novos estabelecimentos do Nordeste, frutos da criação da SUDENE –, viram-se, em muitos casos, forçadas à produção de bens inferiores ou até a fechar a portas. Tal fato aconteceu, é claro, para artigos que se produziam internamente ou com algum poder de substituição em relação aos produtos elaborados no Estado.

Muitos dos bens, no entanto, surgiram como novidades, que os meios de comunicação trataram de propagar como superiores e mais modernos. Desta forma, o surgimento de grandes números de escritórios de representação e/ou estabelecimentos comerciais com representação passa a significar uma presença cada vez maior e mais diversificada das grandes empresas no Piauí, ocupando e dominando o mercado. Portanto, torna-se incorreta a tradicional afirmativa de que a pouca expressão do parque industrial do Piauí deve-se a fatores como pouca agressividade de empresário local, inexistência de incentivos governamentais, reduzida infra-estrutura, etc. Mesmo que estes limitantes possam efetivamente existir, o que parece ser inequivocamente decisivo é a posição singular do Piauí no contexto brasileiro durante os últimos 30 anos. Com vantagem comparativa garantida somente na extração vegetal, o Estado praticamente especializou-se na exportação de derivados do ramo, agora para o mercado interno, obtendo eventuais reforços da lavoura, em especial o algodão, sempre insuficiente, todavia, para acompanhar o ritmo das importações estaduais. O advento da SUDENE, que engendrou modificações na estrutura industrial do Nordeste, pouco representou, em termos de criação de condições efetivas, para a industrialização local, vez que, antes de mais nada, concentrou grande parte dos subsídios, em poucos estados do Nordeste[19], fato que somente provocou no Piauí algum desvio do local de compra.

Considerando-se tais fatores, é até surpreendente encontrar o setor industrial crescendo, nos anos 60, a uma taxa média anual de 5,6%. Como,

[19] O problema não parece se ter restringido à SUDENE, mas também ao BNB. Veja, a propósito: SILVA, Almir Bittencourt; BANDEIRA, William Jorge. Distribuição regional de créditos – BNB: participação do Piauí. Teresina: Fundação CEPRO. 1977. 19f. (Ensaios Econômicos, 6).

no entanto, a base é pequena, ou seja, o valor da transformação industrial é reduzido e pouco representativo na formação da renda interna, limitada influência teve o setor na economia do Piauí.

Já o setor comercial confirmou, nos anos 60, a existência do processo que se originou com o fracasso definitivo das exportações para o exterior do País e que vem causando, desde então, o enfraquecimento do comércio atacadista. Por seu lado, o varejo, estimulado com a maior integração do Estado e dispondo de um grau maior de variedades de bens, além de arsenal publicitário cada vez mais eficiente, quase triplicou o valor real de suas vendas, distanciando-se, em representatividade, do decadente atacado e responsabilizando-se por 71,6% do faturamento comercial do Estado. Dada a grande importância das importações na formação da oferta interna, tem-se então o comércio varejista identificado com as importações, ao contrário do comércio atacadista, tradicionalmente atrelado às exportações.

QUADRO 11
SETOR COMERCIAL – ALGUNS INDICADORES
1960–1970

INDICADORES	PERÍODO	COMÉRCIO VAREJISTA	COMÉRCIO ATACADISTA	TOTAL
Número de Estabelecimentos	1960	4.050	591	4.641
	1970	9.863	806	10.669
Pessoal Ocupado	1960	6.718	2.172	8.890
	1970	16.000	1.879	17.879
Valor das Vendas*	1960	116.643	118.082	234.725
	1670	338.257	134.055	472.312
Salários Pagos* (em Cr$ 1.000,00)	1960	2.931	4.276	7.207
	1670	8.189	2.950	11.139
% Salário/Vendas	1960	2,5	3,6	3,1
	1670	2,4	2,2	2,4

FONTE: FIBGE. Censo Comercial – Piauí – 1970.
* A preços constantes de 1970, calculados segundo coluna 2 do Índice Geral de Preços da Conjuntura Econômica – FGV.

Se os anos 50 testemunham um sensível distanciamento das exportações em relação às importações, a década de 60 não foi menos negativa no que concerne ao comércio interestadual feito pelo Estado. Muito ao contrário, caracterizando um Estado de dependência alarmante e estabelecendo sérios obstáculos ao surgimento de atividades produtivas

locais, as importações evoluíram de tal modo que o coeficiente de abertura externa[20] elevou-se para 77,8%, em 1968, contra 40,8% em 1960, registrando, sem dúvida, uma das maiores taxas de que se tem conhecimento e, o pior, com claros índices de elevação. O quadro 12, apresentado a seguir, registra o saldo nas transações nacionais e internacionais realizadas pelo Piauí, entre 1960 e 1968. A última coluna sintetiza o *déficit* final do Estado.

QUADRO 12
EVOLUÇÃO DO BALANÇO COMERCIAL DO PIAUÍ (Cr$)
1960–68

ANO	COMÉRCIO INTERESTADUAL (SALDO)		COMÉRCIO INTERNACIONAL (SALDO)		SALDO TOTAL*
	VALORES CORRENTES	VALORES REAIS*	VALORES CORRENTES	VALORES REAIS*	
1960	-2.073.271	-49.646.097	842.034	20.163.163	-29.482.934
1961	-5.034.681	-87.968.599	1.015.809	17.748.750	-70.219.849
1962	-6.004.947	-69.187.432	1.092.477	12.587.234	-56.600.198
1963	-8.406.636	-55.233.682	1.582.649	10.398.396	-44.835.286
1964	-17.781.792	-61.329.823	2.372.926	8.184.278	-53.145.545
1965	-23.855.233	-52.461.715	4.589.355	10.092.772	-42.368.943
1966	-59.856.493	-95.362.544	4.573.636	7.286.654	-88.075.890
1967	-145.279.115	-180.463.900	3.183.983	3.955.104	176.508.796
1968	-344.511.561	-344.511.561	6.186.269	6.186.269	-338.325.292

FONTE: BRASIL, SUDENE. Importância do Comércio Exterior no desenvolvimento da economia do Nordeste. Recife, 1970.
* A preços constantes de 1968, calculados segundo coluna 2 do Índice Geral de Preços da Conjuntura Econômica – FGV.

Na verdade, para se medirem mais corretamente a fuga de recursos e como se encontraram as relações de dependência do Piauí em relação aos demais estados da União e ao próprio governo federal, seria necessária a elaboração de um verdadeiro balanço de pagamento, tal como é feito em nível nacional. A pequena disponibilidade de dados, no entanto, torna tal tarefa praticamente impossível. Acredita-se que, devido a isto, estejam-se perdendo importantes indicadores, especialmente no tocante ao movimento de capitais, considerando-se, entre outras coisas, o grande avanço que os intermediários financeiros tem realizado no Estado, fato que se confirma pelo sensível aumento destes na participação sobre

[20] Definido como a relação entre as importações e a renda interna (utilizou-se renda líquida a custo de fatores).

a renda interna do Piauí. Ter-se-iam, ainda, para completar o balanço de pagamento, transferências relativas a patentes, lucros, assistência técnica, transações de serviços, etc.

Como é muito claro que o balanço de bens e serviços (estes últimos também de difícil avaliação) apresentam-se crescentemente deficitários, as transferências federais continuam a exercer a função de supridoras exógenas de recursos para manter a burocracia estatal funcionando, se bem que alguma parte destas transferências meramente faz retornar ao Estado os recursos que se esvaem pelos mecanismos de política tributária (especialmente o ICM) e que contribuem, sobremaneira, para a concentração espacial da renda que se verifica atualmente no País.

2.4 DEBILIDADE ECONÔMICA E TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS

O Piauí é indiscutivelmente uma unidade extremamente debilitada em se falando de atividades produtivas. Com o campo em permanente crise e um setor industrial incipiente, resta ao setor terciário o comando da economia do Estado. Tal quadro é flagrantemente percebido desde o início do século XX. Mesmo as cinco primeiras décadas do século, caracterizadas pelo *boom* do extrativismo vegetal no Estado, mostraram o comércio atacadista como elemento de vital importância e grande beneficiário daquele processo.

E continuaria reservada ao setor terciário a maior parcela na formação do Produto Interno Bruto do Estado. No entanto, transformações importantes ocorreram no setor, especialmente nos últimos 30 anos. A primeira, já discutida anteriormente, constitui-se na readaptação da rede de comercialização do Estado que, se anteriormente se preocupava mais com a armazenagem e exportação da produção primária, passa a ampliar seus meios para distribuir internamente a produção de bens e serviços importados pelo Estado. A substituição do comércio atacadista pelo varejista e a grande ascensão da parcela de renda interna gerada pelos intermediários financeiros atestam o fato, tornando o consumidor mais "próximo" dos bens oferecidos pelo mercado. O fenômeno, aliás, é bastante coerente com o processo de expansão das fronteiras de comercialização havidas no Brasil, desde que se tomou de forma mais decidida o caminho da substituição de importações.

A segunda transformação importante ocorrida no terciário foi a grande expansão, verificada, diga-se de passagem, em nível nacional, da chamada economia do setor informal. Tal setor, que se contrapõe ao setor formal da economia, pelo seu caráter não disciplinado, sem proteção previdenciária e leis trabalhistas, abrange considerável gama de serviços (normalmente oferecidos individualmente), como guarda-carros, vigilância, vendas ambulantes, etc., que se diversificam à medida que as cidades crescem, convertendo-se em quadro sempre presente às regiões subdesenvolvidas. É muito difícil medir-se, de maneira correta, o que significa a economia informal no Piauí. Fácil, no entanto, é perceber, especialmente em Teresina, a sua importância na ocupação da mão-de-obra ativa urbana, congregando substancial parcela da população de baixa renda que,

socialmente marginalizada, luta de maneira quase desesperada para gerar serviços reconhecidos pela sociedade.

Finalmente, teve-se uma ampliação das atividades do setor público. O aumento destas funções, especialmente no que concerne ao governo estadual, gerou um acréscimo de funcionários, sem dúvida em número muito superior àquelas necessidades. É a linha de menor resistência, que age diante da reconhecida incapacidade da indústria local em gerar novos empregos (agravada pelos estímulos concedidos pelas agências de desenvolvimento do País no sentido de se utilizar mais fator capital), e do campo, em ocupar sua população, em face dos graves problemas estruturais que vem enfrentando. O rápido aumento da população urbana no Estado, especialmente nas grandes cidades, eleva, desta forma, a reserva de mão-de-obra que, mesmo se encontrando no setor informal em visível situação de desemprego disfarçado, pressiona o governo do Estado.

Não se está afirmando que a excessiva importância do Estado como empregador seja fenômeno recente. Pelo contrário, desde a criação de Teresina, encontram-se registros com referência à "cidade de funcionários públicos". E o tema sempre foi motivo de preocupação dos homens encarregados em gerir as finanças estaduais. Em 1960, por exemplo, o então governador Francisco das Chagas Rodrigues[21] lastimava que 76,6% das despesas realizadas, em 1959, tivessem sido com pessoal, contra 4,5% com material e 18,9% em gastos diversos. Assim, o excesso de despesas com pessoal, impossibilitando, conseqüentemente, investimentos a partir de poupança própria, não é problema novo. O que é relativamente novo é a crescente incapacidade que tem o governo estadual de fazer frente a seus gastos de manutenção – especialmente pessoal – com recursos próprios. De fato, reportando-se ainda ao ano de 1959, as receitas próprias obtidas pelo Estado, via impostos sobre vendas e consignações, sobre as exportações, impostos do selo e as demais receitas próprias, equivaliam às despesas[22] realizadas pelo Estado. Têm-se os seguintes dados, para aquele ano, em valores correntes:

[21] PIAUÍ. Governador (1959–62: Chagas Rodrigues). Mensagem 1960. Teresina, 1961.124p.

[22] É interessante informar que já havia transferências federais para auxílio a setores específicos, como, por exemplo, a Educação. Aquelas, no entanto, não eram contabilizadas pelo governo estadual, sendo absorvidas inteiramente pelas Secretarias de Estado ou demais órgãos envolvidos.

Receitas	
– Imposto sobre vendas e consignações	Cr$ 252,7 milhões
– Imposto sobre exportação	Cr$ 29,8 milhões
– Imposto do selo	Cr$ 22,2 milhões
– Outras receitas próprias	Cr$ 80,4 milhões
Despesas	
– Pessoal	Cr$ 306,6 milhões
– Material	Cr$ 17,7 milhões
– Diversas	Cr$ 74,6 milhões

Porém, à medida que o governo do Estado se tornava mais importante dentro da economia, seja como maior consumidor, investidor ou empregador, diminuía a capacidade de enfrentar sua folha de pagamento com recursos próprios. E diminuiu de forma tão acentuada que atualmente o ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias –, representando quase a totalidade da receita tributária do Estado, é suficiente para manter a metade dos funcionários estaduais. E claro está que somente recursos de fora do Estado poderiam ajudar a compor as receitas estaduais. Diante disso, tem-se uma crescente participação de transferências federais e operações de crédito na composição da receita do Estado. O quadro 13 apresenta a estrutura das receitas do Estado para o período 1968–1977.

Conforme se percebe, é contínua a tendência à redução da importância relativa dos recursos próprios na formação da receita do governo estadual. Conseqüentemente, surge uma série de implicações no tocante à autonomia interna, passando o Estado a seguir algumas linhas apontadas por Brasília. E isto é mais verdade para as transferências de capital, isto é, as transferências para investimentos em que o Estado, em muitos casos, depende, para a execução de planos, da aprovação por parte de órgãos federais. Os pesados investimentos em infra-estrutura econômica realizados pelo Piauí, em especial na última década, significam, antes de mais nada, a convicção da tecnocracia federal de que este é o primeiro passo para o desenvolvimento do Nordeste.

As transferências correntes federais se destinam a auxiliar o Estado a remunerar seu quadro de pessoal. Compõem-se basicamente dos

fundos de participação sobre os tributos federais (Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial) e – diante da insuficiência destes para, juntamente com o ICM, pagar os funcionários estaduais – das doações a títulos de fundo perdido.

QUADRO 13
PIAUÍ: ESTRUTURA DAS RECEITAS ARRECADADAS SEGUNDO A ORIGEM (%)
1967/1977

ANOS	RECEITAS PRÓPRIAS*	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	TOTAL
1967	57,02	42,98	–	100,00
1968	42,35	57,65	–	100,00
1969	33,11	62,53	4,36	100,00
1970	33,44	63,89	2,67	100,00
1971	48,91	40,77	10,32	100,00
1972	34,67	61,13	4,20	100,00
1973	30,28	45,79	23,93	100,00
1974	32,11	51,50	16,39	100,00
1975	25,81	71,79	2,40	100,00
1976	30,39	69,61	–	100,00
1977	28,06	68,15	3,79	100,00

FONTE: Balanço Geral do Estado (Dados Primários). Elaboração CEPRO–PI.
* Inclui Receita Tributária, Patrimonial, Industrial e Diversas.

Essa, entretanto, não é a única fórmula que tem o governo federal de contribuir para a formação de empregos no Estado. Na verdade, ele também é um dos maiores empregadores do Piauí.

Com a intenção de se obter uma noção da importância do governo como empregador no Piauí, levantaram-se alguns dados que, se bem que um tanto incompletos, registram uma tentativa inicial de se chegar àquele objetivo. Os dados apresentados no quadro 14 se referem a 1973, por ser o ano em que foi encontrada maior quantidade de dados disponíveis.

Haveria, ainda, muitas recomendações a fazer antes de precipitadamente se tomarem os números do quadro 14. A participação da renda *in natura*, notadamente na zona rural, e a contabilização da mão-de-obra familiar, especialmente no comércio e serviços, sem dúvida, elevaria em determinado montante certas parcelas obtidas. Apesar disto, não deixa de ser surpreendente encontrar-se o governo – em suas três esferas –

respondendo por quase ¾ do total de salários pagos ao Estado. A esfera federal, embora comportando um número inferior de funcionários, paga salários relativamente elevados, o que a faz nivelar-se ao governo estadual, este com maior contingente e salários inferiores. Como a figura do salário é praticamente desconhecida na área rural, pode-se considerar esses dados como significativos da zona urbana do Estado.

QUADRO 14
SALÁRIOS PAGOS NO PIAUÍ
1973

EMPREGADOR	SALÁRIOS PAGOS (Cr$ 1.000,00 correntes)	%
Governo Municipal[1]	21.822,9	4,4
Governo Estadual[1 e 2]	168.933,6	34,2
Governo Federal[1]	178.214,2	36,1
Setor Primário[3 e 4]	45.988,0	9,3
Setor Secundário[5]	17.636,0	3,6
Indústria de Construção Civil[1 e 6]	11.744,5	2,4
Subsetor Comercial[3 e 7]	18.067,5	3,7
Subsetor de Serviços[3 e 8]	4.384,3	0,9
Bancos[1] (inclusive oficiais)	26.730,1	5,4
TOTAL	**493.521,1**	**100,0**

FONTE/Obs.:
[1] Informações obtidas a partir da pesquisa CEPRO/SUDENE, visando ao levantamento do PIB do Estado.
[2] Há alguma subestimação devido às dificuldades em se medirem as formas disfarçadas de remuneração do pessoal.
[3] Dados de 1970, a preços constantes de 1973.
[4] Inclui salários e a quota-parte da produção entregue a parceiros. Censo Agropecuário – FIBGE.
[5] Estimativa feita a partir da Pesquisa Industrial – 1973. FIBGE.
[6] Como não foi possível obter os dados de algumas construtoras com matriz em outros estados, o levantamento é incompleto.
[7] FIBGE. Censo Comercial.
[8] ____. Censo dos Serviços. Infelizmente não inclui os intermediários financeiros, fato que aumentaria substancialmente os resultados encontrados.

Resumindo, tem-se uma unidade federativa com uma agropecuária e uma indústria extremamente débeis e um setor terciário inchado, no qual o comércio, grosso modo, limita-se a agregar valor de intermediação, a partir do que importa, e a economia do setor informal cresce, recebendo as constantes vagas de população socialmente marginalizada. Pouca produção gera pouco emprego. E aí entra o governo estadual, empregando alguma parte desse contingente, tarefa na qual é altamente auxiliado pela esfera federal, não só através das transferências, como também das

próprias oportunidades geradas pela máquina federal que atua no Estado. Sem contar com uma política definida de aproveitamento de pessoal e com visível excesso de funcionários burocratas e normalmente despreparados, reina, em grande parte dos órgãos estaduais, um estado de absoluta improdutividade.

Diante disto, algumas questões poderiam ser levantadas: como, afinal, resiste a economia do Estado diante de tão pouca vitalidade do setor produtivo? Como suportar um *déficit* crônico do balanço comercial? Como explicar o perceptível aumento de bens duráveis – especialmente habitações e automóveis – diante de um quadro tão inquietante?

Realmente, o balanço de bens e serviços do Estado é altamente deficitário. Os dados disponíveis atestam que, desde 1944, o *superávit* gerado pelo comércio internacional não consegue fazer frente ao *déficit* do comércio interestadual. E o que é mais grave: enquanto aquele decresce, este sobe. O hiato já e extraordinariamente significativo para as limitações da região. Para o ano de 1976, por exemplo, levantamentos realizados pela CEPRO[23] indicaram um total de importações do Estado equivalente a Cr$ 2.699,4 milhões, para somente Cr$ 1.054,7 milhões do lado das exportações, causando um *déficit* de Cr$ 1.644,7 milhões nas transações de mercadorias realizadas pelo Estado[24]. E observe-se que não estão aí incluídos os valores referentes aos serviços, conta em que o saldo do Estado é visivelmente negativo.

Devido à necessidade que se tem de estabelecer algumas comparações, a análise, a partir deste ponto, será centrada no ano de 1974. Para este ano, estimativa realizada pela CEPRO[25] aponta um *déficit* comercial (somente em mercadorias) de Cr$ 586,4 milhões. Como também aqui não foram considerados os serviços e há grande subestimação no que concerne aos produtos hortifrutigranjeiros (hipótese confirmada ao se observarem os dados de comercialização referentes a Teresina, no mesmo ano), pode-se reestimar o *déficit* de bens e serviços em pelo menos Cr$ 700,00 milhões – mais do que o dobro das despesas totais

[23] Pesquisa realizada com base nas guias de informação e apuração do ICM para o exercício de 1976. O trabalho de processamento de dados coube à PROCED – Piauí.
[24] A título de ilustração, somente com o estado de São Paulo, o déficit do Piauí alcançou Cr$ 886 milhões. Exatamente o valor de todas as receitas obtidas pelo Estado naquele ano (inclusive com as transferências federais e operações de crédito).
[25] FORTES, Antonio Cezar Cruz. ICM e a capacidade de investir dos estados. Carta CEPRO, Teresina, v. 4, n. 2, maio/ago. 1977.

realizadas pelo governo do Estado, que atingem cerca de Cr$ 311,9 milhões[26]. E volta-se à questão: como o Estado consegue se manter de tal situação? Novamente entra em cena o poder público federal, explicando grande parte do hiato entre saídas e entradas de meios de pagamentos – que acompanham o fluxo de mercadorias –, injetando recursos sob as mais diversas formas, na tentativa de viabilizar a situação financeira da população piauiense. Ainda no ano de 1974, as transferências federais destinadas ao governo estadual alcançaram Cr$ 215,5 milhões. Para manutenção (somente gastos com pessoal, encargos sociais e aluguéis) dos órgãos federais estabelecidos no Piauí, foram enviados Cr$ 201,0 milhões. Ter-se-iam ainda de acrescentar os valores remetidos para as demais despesas, inclusive de investimentos. Não foi possível realizar tal estimativa. Sabe-se, por exemplo, que a Caixa Econômica Federal realizou um volume de empréstimos superior a Cr$ 46,0 milhões, dos quais somente, aproximadamente, a metade foi financiada com poupança tomada no próprio Estado. Daquele valor, Cr$ 26,8 milhões se destinaram ao financiamento de habitações. Observe-se um mecanismos importante: enquanto acesso à habitação gera imediato impacto sobre a pauta de importações do Estado, o volume financeiro necessário às operações vem de fora dos limites estaduais, oriundo do governo federal, de um aumento do endividamento do governo estadual ou, ainda, da poupança privada externa que, através dos bancos e financeiras, cria moeda, estimulando o consumo e o endividamento pessoal.

Também os municípios contam com transferências federais. Em 1974, os municípios do Piauí receberam mais de Cr$ 45,0 milhões, a título de participação sobre a receita do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. Diga-se, de passagem, que, deste impostos, foram recolhidos no Estado somente Cr$ 27,0 milhões (uma saída mais do que compensadora, portanto). Houve ainda participação no Fundo Rodoviário Nacional. Aproximadamente Cr$ 5,0 milhões se destinaram às prefeituras do Estado.

Os incentivos fiscais representam, da mesma forma, um veículo de injeção de recursos no Estado. Somente em 1974, as liberações (e não as aprovações de crédito) da SUDENE, via sistema 34/18, superaram Cr$ 50,0 milhões.

O Banco do Brasil, administrando recursos, em parte, subsidiados, foi outro canal de entrada de recursos para o Estado. Somente para a

---

[26] PIAUÍ. Secretaria da Fazenda. Balanço geral do Estado 1974. Teresina, 1974. s.p.

agropecuária e indústria foram financiados, no mesmo ano, Cr$ 147,1 milhões. Se mantida a proporção de crédito por área – observada em 1973, quando o setor terciário responsabilizou-se por 65,19% dos créditos concedidos –, o banco teria liberado recursos da ordem de Cr$ 422,7 milhões. Em 1973, o Banco do Nordeste concedeu créditos, no Estado, assim discriminados: setor industrial – Cr$ 36,1 milhões; rural – Cr$ 20,4 milhões; geral – Cr$ 45,6 milhões.

As operações de crédito realizadas pelo governo estadual representam outro fortalecimento de caixa vindo notadamente de fora do Estado. Em 1974, estas operações significaram Cr$ 67,9 milhões.

Os estabelecimentos de crédito particulares teriam igualmente muito a ver com entradas de capital para financiamento do consumo da produção, em grande parte importada. Infelizmente, a centralização de vários controles, nas matrizes, impossibilitou a medição do fluxo de meios de pagamentos importados e os criados, no próprio Estado, a partir da captação de poupanças pessoais. O quadro reunido não é absolutamente completo. Há ainda outras peças como o Banco do Estado do Piauí, que age também como repassador de linha de crédito da área federal (BNDE, por exemplo). De qualquer forma, tem-se um esforço inicial de reunião destas informações.

Conforme se denota, os mecanismos de entrada de recursos para o Piauí contrabalançam perfeitamente, em valor, a fuga ocasionada pelo comércio interestadual de bens e serviços. Se bem que esta situação seja inteiramente inviável de permanecer a longo prazo, já que a capacidade de endividamento do Estado e da população tem limites, ela pode perfeitamente persistir por mais alguns anos, sempre contando com o assistencialismos federal. Logicamente, grande parte dos subsídios federais apontados acabam beneficiando somente pequena parcela da população do Estado, servindo assim, também, de elemento explicativo para o vigoroso processo de concentração de renda que vem ocorrendo no Piauí.

CAPÍTULO 3
ESTRUTURA SOCIAL

3.1 INTRODUÇÃO

A análise da estrutura social piauiense tem ocupado posição secundária nos estudos sobre o Estado. Alguns trabalhos, de maior preocupação técnica, limitam-se, em geral, a reunir dados sobre os aspectos "extra-econômicos" da realidade. Outros, quando não permanecem ao nível do depoimento pessoal, partem para reconstituições idílicas do "tipo humano piauiense". No entanto, a análise da estrutura social, num estudo global do Piauí, é de fundamental importância, sobretudo se se considera que fatores sociais, políticos e culturais são decisivos para o próprio processo de desenvolvimento econômico.

O presente capítulo, dentro do espírito geral deste Ensaio, se propõe analisar a estrutura social piauiense, numa perspectiva mais objetiva e mais ampla. Procura aquilatar o nível de vida das várias camadas da população, a partir de sua inserção na estrutura econômica. E tenta situar as diversas classes da sociedade piauiense, em termos de renda, prestígio e poder, apontando as implicações dessa situação para o desenvolvimento do Estado.

Nesse sentido, o estudo da atual estrutura social do Piauí requer a análise das modificações da estrutura econômica do Estado (ver capítulos 1 e 2 da 2ª parte) e de mecanismos sociais, políticos e culturais que se foram estruturando na sua formação histórica (ver 1ª parte).

Requer, por outro lado, maior precisão na própria definição de estrutura social. O "social" não é entendido, aqui, simplesmente como aquilo que se refere ao bem-estar humano, ao nível de vida da população (educação, saúde, etc.). Determinada situação social, caracterizada com o auxílio de indicadores sociais, é apenas a manifestação de certa estrutura social enquanto que esta se refere, fundamentalmente, ao sistema de relações entre as classes da sociedade. A divisão social do trabalho cria classes e grupos sociais com funções específicas, que entram em relações de cooperação, acomodação ou conflito, conforme seus objetivos e interesses. A evolução posterior da própria divisão social do trabalho dependerá, em grande parte, das relações entre as classes, em especial

do uso que as classes hegemônicas fazem dos instrumentos políticos e ideológicos à sua disposição.

A análise da estrutura social piauiense significa, pois, a identificação e caracterização das diferentes classes que se formaram com base na estrutura econômica imperante no Estado. Neste capítulo, procurar-se-á analisar a situação do início dos anos 50, até nossos dias; ou seja, desde o esgotamento da economia de exportação de produtos extrativos para o mercado internacional.

As dificuldades para a elaboração de um trabalho de caráter sintético, como esse, são evidentes, diante da ausência quase completa de estudos anteriores, mesmo de caráter monográfico. Utilizaram-se, assim, como fontes principais de informação, as publicações do IBGE e diagnósticos sócio-econômicos do Estado, realizados por órgãos locais ou regionais.

O capítulo se divide em duas grandes seções:

a) na primeira, estão reunidas algumas informações gerais sobre a "base humana da sociedade piauiense": evolução e distribuição espacial da população e estrutura ocupacional da população trabalhadora;

b) na segunda, mostra-se o nível de vida dessa população, a partir de sua inserção no mundo do trabalho e de seu acesso a bens e serviços disponíveis para a sociedade.

3.2 DEMOGRAFIA, ESTRUTURA OCUPACIONAL E ESTRUTURA SOCIAL

3.2.1 Espaço e População

O estado do Piauí – definido preliminarmente como unidade geoadministrativa – possui uma área de 250.934 km^2, perfazendo 2,95% da área do Brasil. A população do Estado, há mais de um século, tem oscilado em torno de 2% da população brasileira, como se pode observar no quadro 1. A partir da análise da série histórica apresentada, não se pode inferir uma tendência (ascendente ou descendente) dessa participação relativa. Cabe ressaltar, entretanto, sua estabilidade, sobretudo se se considera que a população da região Nordeste vem perdendo pontos em termos de participação na população brasileira (ver também quadro 1).

QUADRO 1
ESTADO DO PIAUÍ
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO PIAUÍ E DO NORDESTE

ANO	POPULAÇÃO PIAUÍ	% PI/NE	% PI/BRASIL	% NE/BRASIL
1872	202.222	4,36	2,04	46,71
1890	267.609	4,46	1,87	–
1900	334.328	4,95	1,92	–
1920	609.003	5,42	1,99	–
1940	817.601	5,66	1,98	35,00
1950	1.045.696	5,82	2,01	34,00
1960	1.263.368	5,63	1,78	31,59
1970	1.680.573	5,98	1,80	30,18
1980*	2.306.800	–	1,87	–

FONTE: AEB – 1976 – FIBGE – 1980.
* Estimativa – FIBGE.

Desse quadro, podem-se também inferir duas outras conclusões: a taxa de crescimento da população piauiense é maior que a média nacional, uma vez que sua participação no conjunto nacional se mantém estável, apesar do saldo negativo do Piauí em termos de migração (imigração – emigração); por outro lado, apesar desse saldo negativo, a emigração de piauienses tem sido proporcionalmente menor que a dos

nordestinos em seu conjunto. Não há, portanto, um esvaziamento quantitativo do Estado, embora não seja desprezível o que o Piauí perde com a emigração de parte de sua população que se vai juntamente quando atinge a idade de trabalhar, ou seja, quando passaria a contribuir ativamente para a vida econômica do Estado. Esse saldo negativo de migração mostra como também o Piauí sofre o impacto da concentração das atividades dinâmicas no Centro-Sul, o que, paradoxalmente, é alimentado pela rigidez da estrutura agrária, em especial, do Nordeste.

Do ponto de vista da utilização "racional" do espaço, observa-se, à primeira vista, uma proporção entre os percentuais de população e área (1,80% da pop.: 2,95% da área = 1% da pop.: 1,47% da área). Entretanto, relacionar mecanicamente espaço e população pode conduzir a equívocos sobre a vida dessa população. Mesmo a consideração da densidade demográfica pouco acrescenta nesse sentido. Saber, por exemplo, que a densidade demográfica do Estado é de 6,70 hab/km^2 e a do Brasil é de 11 hab/km^2 é saber apenas que a densidade demográfica do Piauí é menor que a do Brasil. Mas, qual é o "ótimo" de densidade? É preciso levar em consideração diversos fatores como recursos naturais, fertilidade do solo e, sobretudo, a adequação entre as características da população e os tipos de atividades econômicas exercidas na área.

De maior significação será considerar a densidade demográfica para várias sub-regiões do Estado. Enquanto há microrregiões homogêneas com densidade demográfica de 33,75 hab/km^2, e 23,68 hab/km^2 há outras com 1,67 e 0,90 hab/km^2. Das 11 microrregiões homogêneas do Estado, 6 (perfazendo um total de 53 municípios) têm densidade abaixo da média estadual.

Há, evidentemente, um desequilíbrio na distribuição espacial da população piauiense. Algumas regiões, como a do Alto Parnaíba Piauiense (sudoeste do Estado), configuram-se como verdadeiros vazios demográficos. E o aproveitamento desses espaços pode ser pensado como recurso alternativo a ser manipulado no processo de desenvolvimento. Entretanto, é preciso levar em consideração os fatores sócio-econômicos em jogo. Quando existe abundância de terras devolutas e predomina a economia de subsistência, a ocupação do espaço obedece à lógica da facilidade de acesso e da fertilidade do solo. Mas, numa fase posterior, a instituição da propriedade privada e os móveis históricos e econômicos da ocupação do solo são os fatores predominantes. Por outro lado, a própria utilização "racional" do solo (conforme aptidão, fertilidade, etc.)

requer certas condições sociais, políticas e culturais que garantem o planejamento racional e a ação coletiva coordenada. E essas condições, obviamente, inexistem entre nós. Nesse sentido, a distribuição desigual da população piauiense ao longo do território do Estado ainda não é um problema urgente. Não só porque faltam condições políticas para equacioná-lo e solucioná-lo, como também porque o desequilíbrio superpovoamento/despovoamento não chegou a níveis críticos no Estado.

Interessante será considerar também as relações entre o contingente populacional e as possibilidades de desenvolvimento econômico. Em geral, três aspectos são destacados.

Em primeiro lugar, existe um volume crítico de população para que esta constitua a base demográfica de um mercado consumidor, quantitativamente adequado ao estabelecimento de um parque industrial complexo e auto-sustentável[1]. Mas, esse volume, no mundo contemporâneo, só tem implicações significativas em nível de Estado-Nação. Muitos países de população pequena, não possuindo essa base demográfica no mercado, têm dificuldades de expandir e consolidar seu parque industrial. Daí as saídas tipo mercado comum. O Brasil, obviamente, não se enquadra nessa situação. E, no caso do Piauí, justamente porque o Estado – enquanto simples unidade geoadministrativa – não sofre nem impõe restrições alfandegárias próprias aos Estados-Nações, trata-se muito mais de integração "qualitativa" (via inserção de sua população em atividades econômicas mais produtivas e mais remuneradas) – no potencialmente grande mercado consumidor nacional –, que de mobilização de seu contingente populacional para um esforço isolado.

Em segundo lugar, o volume da população deve ser tal que permita o deslocamento de mão-de-obra das atividades agrícolas para outros tipos de atividade. Sob esse aspecto, apesar dos baixos níveis de produtividade do setor agrícola, o Piauí – como, de resto, o Brasil – tem liberado mão-de-obra desse setor até mais do que o setor urbano tem sido capaz de absorver[2]. Há, contudo, certa complexidade nesse fenômeno. No caso do Piauí, especialmente, a liberação de mão-de-obra agrícola tem mantido baixíssima correlação com aumentos de produtividade no campo. Os índi-

---

[1] SINGER, Paul. Dinâmica populacional de desenvolvimento econômico: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico. 2 ed. São Paulo: NUCITEC, 1976. cap. 6.

[2] _____. Op. cit. cap. 6-7.

ces de produtividade não têm crescido e a importação de produtos agrícolas pelo Estado vem aumentando também (ver parte anterior). Entretanto, o "excesso" de população em alguns centros urbanos mostra que, do ponto de vista meramente quantitativo, há um contingente de mão-de-obra disponível para atividades não-agrícolas.

Enfim, em relação à contribuição do fator demográfico para a acumulação de capital[3 e 4], torna-se difícil analisar a questão para o Piauí especificamente, sobretudo pela ausência de dados desagregados em nível do Estado. Mas, com relação ao capital humano, algumas considerações podem ser feitas. E aí, provavelmente, reside uma das limitações da população piauiense, enquanto recurso humano disponível.

Em termos de composição por sexo, a população do Piauí não difere muito da população brasileira. Mas, do ponto de vista da estrutura etária, a população piauiense possui um percentual de crianças e jovens maior que o do conjunto da população brasileira. Aliás, essa situação se mantém há quarenta anos, e tende a agravar-se.

QUADRO 2
ESTADO DO PIAUÍ
PIAUÍ E BRASIL: POPULAÇÃO (%) POR SEXO E IDADE

CATEGORIAS	PIAUÍ		BRASIL 1970
	1940	1970	
Homens	–	49,2	49,7
Mulheres	–	50,8	50,3
0 – 19 anos	57,0	58,0	53,0
20 – 59 anos	40,0	37,0	42,0
60 e mais	3,0	5,0	5,0

FONTE: AEB – 1976 e Censo Demográfico – FIBGE.

Essa predominância de crianças e jovens na população piauiense, numa proporção mais elevada que na população brasileira, explica-se sobretudo pelo fato da emigração. Com efeito, é o contingente adulto (20 – 55 anos), que mais emigra. E a conseqüência principal dessa situação

[3] SINGER, op. cit. cap. 9-10.
[4] LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973. cap. 4.

é a alta taxa de dependência na população do Piauí, ou seja, é relativamente grande o número de pessoas dependentes (em tese, os grupos de 0 – 14 e 60 e mais anos) no conjunto da população. Aliás, esse fenômeno fica mais evidente e caracterizado se se comparar o que representa a PEA (População Economicamente Ativa) para o total da população no Piauí e o que essa população representa para o Nordeste e para o Brasil. É o que está documentado no quadro 3.

QUADRO 3
ESTADO DO PIAUÍ
PIAUÍ, NORDESTE, BRASIL: PEA/POPULAÇÃO TOTAL (%)

ÁREA	1940	1950	1960	1970
Piauí	32,7	29,0	29,9	28,8
Nordeste	34,4	31,5	31,7	29,1
Brasil	34,0	33,3	31,9	31,3

FONTE: FIBGE. Censo Demográfico.

Embora tenha diminuído a proporção de trabalhadores no Brasil como um todo, essa diminuição atinge pontos mais críticos no Nordeste e no Piauí. Se se considera, por cima, que a produtividade dessa PEA, no Piauí e no Nordeste, é mais baixa que a do conjunto do País, tem-se uma imagem do nível de vida da população. Essa situação problemática só se modificará se houver um decréscimo da taxa de natalidade e/ou de emigração. Entretanto, não há indícios de que essas taxas venham a decrescer, em especial a taxa de emigração que, ao contrário, sofre pressão ascendente, pelo próprio modelo de desenvolvimento vigente no País.

Mas, o indicador mais imediato das limitações da população piauiense, como recurso humano para o desenvolvimento, é seu nível de escolaridade. Em 1970, 70,6% da população de mais de 10 anos era sem instrução, enquanto apenas 5,2% possuíam mais de 5 anos de estudo. Evidentemente, uma população com nível de instrução tão baixo pouco pode acrescentar num processo acelerado de acumulação de capital, tanto por sua pouca habilitação para manipular uma tecnologia mais complexa, como por não ter condições de desenvolver a capacidade inventiva. Paradoxalmente, um processo mais lento de acumulação de capital baseia-se sobretudo no trabalho, e este ainda é o caso do Piauí.

3.2.2 O Urbano e o Rural

Em 1970, segundo o Censo Demográfico, pela primeira vez em sua história, o Brasil teve sua população urbana maior que a população rural. Embora seja passível de críticas e classificação utilizada pelo IBGE, é incontestável o acelerado processo de urbanização por que passa o País, mantendo um ritmo desafiador para o processo de industrialização, em termos de absorção de mão-de-obra.

O Piauí também, sobretudo nos últimos vinte e cinco anos, viu sua população urbana crescer. Se de 1940 a 1950 a situação permaneceu estacionária, a partir dos anos 50, há certa mudança. Entretanto, não se pode superestimar esse fenômeno. Em primeiro lugar, porque a população urbana ainda é consideravelmente minoritária (ver quadro 4). Em segundo lugar, porque, no Estado, o processo é bastante localizado. E, finalmente, porque a urbanização piauiense não possui autonomia, sendo muito mais um fenômeno reflexo.

QUADRO 4
ESTADO DO PIAUÍ
PIAUÍ: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA

ANOS	TAXAS
1940	15,0 %
1950	16,0 %
1960	24,0 %
1970	32,0 %

FONTE: FIBGE. Censo Demográfico.

Realmente, uma população urbana de 32%, ou mesmo de 38% como se prevê para 1980, não chega a ser um fator, por si, determinante na vida do Estado. Por outro lado, é alto o grau de concentração da população urbana do Estado, ou seja, sua localização em poucos núcleos mais urbanizados. Com efeito, os quatro maiores núcleos urbanos do Estado – Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos – concentram mais de 2/3 (84,2% em 1970) da população urbana do Piauí.

QUADRO 5
PIAUÍ: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA

ANO	TERESINA		PARNAÍBA		FLORIANO		PICOS		POPULAÇÃO URBANA TOTAL DO ESTADO	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1950	51.418	51,0	30.174	29,0	9.101	9,0	4.568	4,5	100.697	100,0
1960	98.329	54,4	39.145	21,1	15.574	8,6	8.080	4,4	180.784	100,0
1970	181.071	53,9	57.031	17,0	26.791	7,9	18.092	5,3	335.420	100,0

FONTE: FIBGE. Censo Demográfico.

Os núcleos ora referidos funcionam como pontos de apoio econômico e institucional para a difusão da sociedade urbano-industrial capitalista que se desenvolve no Brasil como um todo. São entrepostos comerciais e de serviços. Nesse sentido, apenas transmitem, para sua área de influência, novos padrões de consumo, novos modelos institucionais e mesmo novos valores sem provocar maiores transformações na atividade produtiva da maioria da população, ou então, integrando-as parcialmente ao novo sistema econômico-social. E na medida em que são "pontos de lança" de um processo que lhes é exterior, esses núcleos são inconsistentes e expõem-se permanentemente a crises. Essas características evidenciam como, na realidade, a urbanização no Piauí ainda permanece um fenômeno reflexo e como a grande maioria da população permanece à margem ou sofre apenas passivamente os efeitos desse processo. Talvez, nesse ponto, resida o problema crucial do Estado. A expansão da sociedade urbano-industrial capitalista desarticula a sociedade tradicional de base agrária-rural, mas é incapaz de incorporar, num novo todo, os segmentos desarticulados.

3.2.3 Estrutura Produtiva e Estrutura Ocupacional

A análise da estrutura ocupacional da População Economicamente Ativa (PEA) no Piauí permite aprofundar o conhecimento dos fatores que estão à base da "urbanização reflexa", bem como oferece as linhas gerais da estrutura social do Estado. Evidentemente, a análise precisa considerar a estrutura ocupacional em sua evolução nas últimas décadas, de modo a oferecer subsídios para o entendimento da estrutura social piauiense, não só em seu perfil atual, mas também em sua formação e suas tendências.

A maior parte da população piauiense ainda reside no campo e tira seu sustento da agricultura (ver quadro sobre evolução da PEA). De 1940 para 1950, a população empregada na agricultura, do mesmo modo que a população rural, permaneceu, proporcionalmente, a mesma. A única mudança significativa foi a diminuição da população trabalhadora das atividades do setor secundário, o que pode ser atribuído à redução da atividade artesanal. A partir de 1950, algumas transformações ocorrem. Há, como se pode observar, uma redução relativa da PEA do setor primário (embora, em termos absolutos, essa população tenha aumentado) em benefício do setor terciário. O secundário, proporcionalmente, permanece estável (o que não deixa de significar também algum crescimento, em termos absolutos).

QUADRO 6
PIAUÍ E BRASIL: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA), POR SETORES

SETORES	PIAUÍ								BRASIL		
	1940		1950		1960		1970		1950	1960	1970
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	%	%	%
Primário	217.214	81,1	252.092	83,0	287.081	75,8	346.875	71,6	59,9	53,7	45,9
Secundário	18.785	7,0	10.775	3,5	19.029	5,0	38.024	7,8	13,7	13,1	16,2
Terciário	31.953	11,9	40.866	13,5	72.783	19,2	99.767	20,6	26,4	33,2	37,9
TOTAL	**267.952**	**100,0**	**303.733**	**100,0**	**378.893**	**100,0**	**484.666**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

FONTE: FIBGE. Censo Demográfico.

Essas mudanças estão, evidentemente, relacionadas com a intensificação da industrialização do País e com o esgotamento do modelo de exportação para o mercado internacional até então dominante na economia piauiense. E é pela combinação dos dois fatores que as mudanças na PEA piauiense apresenta algumas particularidades em relação às mudanças da PEA brasileira.

No Brasil, a transferência da PEA do setor primário se faz, majoritariamente, em favor da PEA do terciário. É o fenômeno da "terciarização precoce", comum a toda a América Latina[5]. Entretanto, no Brasil, há certo aumento da população que trabalha em atividades industriais. E mais: o crescimento da produção industrial do País é mais que proporcional ao crescimento da economia como um todo. Ora, esse último fato não se repete no Piauí. E as conseqüências dessa situação, em termos de circulação/distribuição da renda, são problemáticas. Se para o Brasil se pode afirmar que "a magnitude do setor terciário e seu incremento contínuo, para que expressasse realmente a diferenciação do setor urbano de serviços, requereria uma base industrial muito mais desenvolvida do que atualmente existe"[6] – que dizer do Piauí?

Em primeiro lugar, há uma maior concentração setorial de renda: o setor terciário emprega 20% da PEA e retém quase 60% da renda do Estado. Se se considera que o terciário é o setor onde a concentração social da renda é mais acentuada, tem-se uma idéia do grande desequilíbrio da distribuição de renda.

Por outro lado, há uma pressão no sentido de se captar a maior parte do excedente gerado pelo setor agrícola a fim de financiar a manutenção das atividades do terciário. Mas, como o setor primário do Estado tem uma produtividade baixa e tem boa parte de seu produto não comercializada (ou seja, não monetarizada), não há grande excedente a ser extraído. Cria-se, então, uma situação de dependência do Estado em relação à economia urbano-industrial do País, sob pena de colapso da economia estadual. É nesse ponto que está a origem da crescente demanda pelas "transferências federais", e é a partir dessa situação também que se deve pensar a aplicação dessas transferências. Caso contrário, corre-se o risco de usá-las apenas para alimentar o ciclo vicioso da dependência.

---

[5] CARDOSO, Fernando Henrique. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zanar, 1969, cap. 6.

[6] ———. Op. cit. p.126.

A análise da PEA de cada um dos setores lançará mais luz sobre essa situação e suas perspectivas. Os quadros das páginas seguintes oferecem os dados básicos para esta análise.

Dentro do setor primário, a população ocupada na agricultura representa a quase totalidade da mão-de-obra do setor. Mas, é preciso lembrar que o Censo registra a "atividade principal", o que exclui a possibilidade de, na realidade, haver combinação de atividades. E, realmente, essa combinação acontece.

De qualquer maneira, a pecuária vem perdendo sua posição, embora tenha crescido um pouco, em termos absolutos, a PEA do subsetor. Seria interessante investigar qual a relação dessa diminuição com a redução do rebanho ou com a adoção de novos métodos de criação. Por outro lado, sabe-se que vem desaparecendo o sistema de "quarta" (no qual o vaqueiro tinha uma cria de cada grupo de quatro que nasciam) pelo trabalho assalariado. Ora, os níveis salariais são baixos, e esse fato pressiona os vaqueiros e trabalhadores na pecuária a exercerem outras atividades agrícolas que podem até se tornar a principal.

A situação do extrativismo parece ser um pouco diferente. Embora a produção extrativa represente menor parcela da renda do Estado hoje do que em 1940, observa-se um ligeiro aumento da mão-de-obra no subsetor. Pode-se atribuir esse fato à crescente demanda de produtos extrativos pela indústria de óleos vegetais. Seria o caso de perguntar até onde a superação de algumas restrições extra-econômicas (obrigação de vender para o proprietário da terra, pagamento em produtos, cadeia de intermediações, etc.), na exploração do produto, estimularia a incorporação de novos contingentes à atividade, mesmo que seja mão-de-obra infantil e feminina.

No subsetor da agricultura, dois aspectos chamam mais a atenção. Em primeiro lugar, de 1940 para 1970, cresceu o percentual de "autônomos e membros da família" no conjunto da PEA agrícola. Em segundo lugar, diminui, em termos relativos e absolutos, o número de empregadores. É preciso considerar, aqui, também que o Censo anota a situação predominante. Daí, certo cuidado na interpretação dessa última informação. Não se pode negar que as formas de trabalho assalariado, ao menos como atividades temporárias, estejam se desenvolvendo. Há mesmo uma substituição do "trabalho de ajuda mútua" (mutirão) e da troca de dias de serviço pelo pagamento da jornada de trabalho. Mas, se o trabalho assalariado é temporário, o "empregador" também o é, pois muitos dos "pequenos empre-

QUADRO 7
PIAUÍ E BRASIL: PEA POR SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE

SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE	PIAUÍ								BRASIL		
	1940		1950		1960		1970		1950	1960	1970
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	%	%	%
01) Agricultura	201.251	75,2	247.440	81,4	281.039	74,2	325.259	67,1	–	–	–
02) Pecuária	8.203	3,0	–	–	–	–	9.214	2,0	–	–	–
03) Indústria Extrativa	7.760	2,9	4.652	1,5	6.042	1,6	12.402	2,5	–	–	–
Subtotal e %	**217.214**	**81,1**	**252.092**	**83,0**	**287.087**	**75,8**	**346.875**	**71,6**	**59,9**	**53,7**	**45,9**
04) Ind. Transformação	16.042	6,0	10.775	3,5	19.029	5,0	13.331	2,8	10,3	9,6	10,4
05) Ind. Construção	2.743	1,0	–	–	–	–	21.154	4,3	3,4	3,5	5,8
06) Outros	–	–	–	–	–	–	3.539	0,7	–	–	–
Subtotal e %	**18.785**	**7,0**	**10.775**	**3,5**	**19.029**	**5,0**	**38.024**	**7,8**	**13,7**	**13,1**	**16,2**
07) Com. Mercadorias	7.332	2,7	9.671	3,2	13.913	3,7	22.437	4,6	6,2	6,7	9,1
08) Transp. e Comunicação	2.329	0,8	4.631	1,5	7.151	1,9	8.998	1,9	4,1	4,8	4,2
09) Adm. Pública	4.159	1,6	3.930	1,3	6.621	1,7	10.246	2,1	3,0	2,9	3,9
10) Atividades Sociais	17.202	6,5	3.810	1,3	5.960	1,6	15.182	3,1	2,5	3,1	5,1
11) Prestação de Serviços	–	–	17.483	5,8	34.393	9,0	33.235	6,9	10,2	12,1	13,1
12) Outros	931	0,3	1.341	0,4	4.745	1,3	9.669	2,0	0,4	3,6	2,4
Subtotal e %	**31.953**	**11,9**	**40.866**	**13,5**	**72.783**	**19,2**	**99.767**	**20,6**	**26,4**	**33,2**	**37,9**
TOTAL	**267.952**	**100,0**	**303.733**	**100,0**	**378.893**	**100,0**	**484.666**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

FONTE: FIBGE. Censo Demográfico.

QUADRO 8
PIAUÍ: EVOLUÇÃO DA PEA, SEGUNDO CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO

SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE	1940								1970							
	EMPREGADORES		EMPREGADOS		AUTÔNOMOS + FAM.		TOTAL		EMPREGADORES		EMPREGADOS		AUTÔNOMOS + FAM.		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Agropecuária	5.443	2,5	33.614	15,5	178.157	82,0	217.214	100,0	2.218	0,6	27.992	8,1	316.665	91,3	346.875	100,0
Ind. Transformação	134*	0,7	1.443	7,6	14.465*	77,1	18.785*	100,0	312*	0,8	1.902	5,0	14.656*	38,4	38.024*	100,0
Construção Civil			2.743	14,6							21.154	55,6				
Com. Mercadorias	396	5,4	2.436	33,2	4.500	61,4	7.332	100,0	492	2,1	6.885	30,6	15.060	67,3	22.437	100,0
Transp. e Comunicação	27	1,1	1.702	73,0	600	25,9	2.329	100,0	32	0,3	6.548	72,7	2.418	27,0	8.998	100,0
Adm. Pública	–	–	4.159	100,0	–	–	4.159	100,0	–	–	10.246	100,0	–	–	10.246	100,0
Prestação de Serviços	98**	0,5	2.147**	11,8	15.888**	87,7	18.133*	–	186	0,5	17.665	53,1	15.384	46,4	33.235	100,0
Atividades Sociais						–	–	–	3	0,0	14.587	96,0	598	4,0	15.182	100,0
Outras	–	–	–	–	–	–	–	–	12	0,1	2.788	28,8	6.869	71,1	9.669	100,0
Subtotal Serviços e %	**521**	**1,6**	**10.444**	**32,6**	**20.988**	**65,8**	**31.953**	**100,0**	**725**	**0,7**	**58.713**	**58,8**	**40.399**	**40,5**	**99.767**	**100,0**
TOTAL e %	**6.098**	**2,2**	**48.244**	**18,0**	**213.610**	**79,8**	**267.952**	**100,0**	**3.255**	**0,6**	**109.761**	**22,1**	**371.650**	**77,3**	**484.666**	**100,0**

FONTE: FIBGE. Censo Demográfico.
* Inclui Construção Civil.
** Inclui Atividades Sociais.

gadores ocasionais" trabalham no seu próprio estabelecimento e chegam mesmo a trabalhar também como assalariados. A diminuição do número de empregadores diz respeito àqueles que são prioritariamente empregadores, em geral, grandes proprietários. A partir do dado, pode-se, pois, concluir que diminuiu o número de grandes proprietários que administram sua propriedade como unidade produtiva. Esse fato se explica ou pela transferência do proprietário para atividades urbanas ou pela falta de quem, numa segunda geração, substitua o proprietário desaparecido.

O aumento do número de "autônomos" pode estar relacionado ao desaparecimento do "grande empregador". Este aumento, porém, não significa, necessariamente, o aumento do número de proprietários. O Censo considera autônomo o trabalhador que dirige seu estabelecimento (sua unidade de produção), mesmo trabalhando em terra alheia, o parceiro, por exemplo. Na medida em que diminui o número de grandes proprietários que são produtores, as terras da grande propriedade – quando não usadas exclusivamente para pecuária – são trabalhadas mais e mais por pequenos produtores "autônomos" que combinam essa condição com a de assalariados temporários.

A PEA do setor secundário, embora tenha apenas recuperado sua posição relativa, em 1970, depois de sofrer até redução em termos absolutos de 1940 para 50, passou por violenta redistribuição interna.

A primeira grande mudança se deu na "explosão" da construção civil. De 1% da PEA total, em 1940, passou a 4,3%, em 1970. Se se toma apenas a PEA do setor secundário, os trabalhadores da construção, no mesmo período, aumentaram de 14,6% para 55,6%.

Com relação à indústria de transformação, ocorreram mudanças menores. Diminui a proporção dos "autônomos" (de 77,0% para 19,5%, de 1940 para 70), o que significa que o artesanato se reduziu e aumentou a participação da produção fabril dentro do subsetor. Mas, ressalte-se que, no Brasil, em 1970, a proporção de autônomos dentro da PEA do secundário chega a apenas 12%. Como se vê, a produção autônoma ainda desempenha um papel importante na absorção da mão-de-obra não-agrícola, no Piauí. Com efeito, a mão-de-obra industrial propriamente dita não representa 1% da PEA total e representa 5% da PEA do secundário.

A PEA do setor terciário sofreu também algumas transformações significativas. De 1940 para 1950 e para 1960, houve um crescimento

significativo dos ocupados no setor transportes. A partir daí diminui o ritmo de crescimento. Justifica-se esse fenômeno pela substituição do comércio de cabotagem pelo comércio por vias internas, favorecido pela abertura de estradas justamente no início do período considerado. Nos anos da década de 70, é provável que o subsetor transporte tenha recebido novo impulso com o crescimento das importações (novos produtos, como hortigranjeiros) e pela maior participação de São Paulo, como fornecedor dos produtos que o Estado importa. A maior distância implica um maior número de veículos.

A PEA alocada no comércio de mercadorias cresceu durante todo o período, sobretudo de 60 para 70, justamente quando ganhou impulso a crescente importação de manufaturados. É interessante observar a persistência do pequeno e médio comerciante (autônomo) no subsetor: chegou mesmo a crescer durante o período 40–70 e, neste último ano, 67% do comércio utilizaram mão-de-obra familiar ou autônoma. Aqui há duas observações a fazer: há, inegavelmente, empregados no comércio que não são declarados como tais por motivos fiscais-trabalhistas. De qualquer modo, isso acontece em pequenas firmas nas quais o caráter autônomo (gerência direta do proprietário) permanece inalterado; em segundo lugar, o comércio varejista cresceu bastante nas pequenas e médias cidades do interior – em parte, motivado pelo desaparecimento do grande comércio associado à grande propriedade; em parte, pela transferência de agricultores mais abastados para a atividade comercial. O quadro geral para esse florescimento é, evidentemente, criado pelo desaparecimento da produção artesanal e caseira (quando a comercialização era feita, praticamente, sem intermediários) e pela introdução de novos produtos manufaturados.

Os subsetores “administração pública” e “atividades sociais” podem ser tomados conjuntamente, vez que essas últimas (ensino, assistência médico-hospitalar, saneamento, previdência social, etc.) são quase monopólio do setor público. A PEA da administração pública (serviços burocráticos) mais que duplica de 50 para 70, como de resto todo o setor terciário. Mas, as atividades sociais constituem o subsetor que mais se expandiu, incorporando quatro vezes mais mão-de-obra que no início do período.

Esse crescimento se explica pela crescente demanda social por serviços públicos. Em termos de ensino, já é bastante difundida a ideologia da ascensão social via estudo. E quanto à saúde, com o crescimento da população urbana e a desagregação do patriarcalismo rural, muito mais

serviços médicos são demandados. E, na medida em que a população tem renda baixa, essa demanda significa, concretamente, demanda de serviços públicos.

O mesmo fenômeno deve ser analisado sob outro aspecto: o do papel do Estado como empregador. Os dois subsetores – administração pública e atividades sociais – ocupam 25% da PEA do terciário em 1970. Se se considera que, no subsetor transportes e comunicações, estão incluídos serviços ferroviários, portuários, serviços postais e telefones e que, no setor secundário, estão incluídos os chamados "serviços industriais de utilidade pública" (energia, abastecimento d´água), tem-se uma idéia do que significa o setor público como absorvedor de mão-de-obra.

O subsetor "prestação de serviços" é por demais heterogêneo. Entretanto, o número de empregados domésticos remunerados e trabalhadores em confecção e reparo, na maioria autônomos, chega a 70% da mão-de-obra do subsetor.

Toda a análise até aqui realizada procurou caracterizar as modificações da estrutura ocupacional no período 1940 e 1970. De modo geral, de 1940 para 1950, a situação permaneceu estável. E de 1950 para 60 e daí para 70, as transformações se fizeram dentro de um mesmo padrão. Por isso, o período foi considerado sobretudo em seus extremos. Quando se fez necessário, foram acrescentadas observações para subperíodos específicos.

Por outro lado, os últimos dados aqui trabalhados se referem a 1970. Hoje, quase no final da década, certamente, a situação diferenciou-se em alguma medida. Mas, não há evidências de que o processo de evolução do período 50–70 tenha mudado sua lógica. Nesse sentido, pode-se projetar certas tendências e apontar algumas evidências empíricas atuais que as confirmariam. É o que se tentará a seguir: apresentar um resumo das principais transformações havidas na estrutura ocupacional (concomitante com transformações na estrutura produtiva), identificar as principais tendências das transformações do período e, tentar, então, a caracterização da situação atual. A essa altura, as informações analisadas constituem o pano de fundo da estrutura social piauiense.

3.2.4 Estrutura Ocupacional e Estrutura Social

Em linhas gerais, a estrutura ocupacional da PEA piauiense sofreu as seguintes transformações:

— houve deslocamento da PEA do setor primário para atividades não agrícolas, quase exclusivamente, para atividades do setor terciário; esse deslocamento, embora muito acentuado em termos absolutos, tem tido menor significado em termos proporcionais, vez que a mão-de-obra do setor agrícola continua crescendo, em termos absolutos;

— o setor secundário continuou absorvendo pouca mão-de-obra; o subsetor fabril insignificante, ao contrário do subsetor artesanal que, embora tendente a perder sua posição, continuou importante; a explosão se deu, entretanto, no subsetor da construção civil;

— o setor terciário absorveu, em termos proporcionais, mais mão-de-obra que os outros setores; o pequeno comércio expandiu-se, o subsetor de prestação de serviços também cresceu e depois estabilizou-se, e o subsetor das atividades sociais cresceu mais que todos.

Essas tendências do período 40/70 permanecem agindo nessa última década, algumas até com mais nitidez e num ritmo mais acelerado.

Em 1978, evidentemente, a população ocupada em atividades não agrícolas é bem maior, mas é provável que não represente 40% da PEA, pois a mão-de-obra do setor primário continua crescendo. O Censo Agrícola de 1975 registra como pessoal ocupado no setor, em 1970, 518.736 (como se trata de pessoas de qualquer idade trabalhando na data do Censo e não de pessoas de 10 anos e mais que tenham como atividade principal a agricultura, o número é bem maior que os 346.875 considerados como PEA do setor, pelo Censo Demográfico de 70) e, para 1975, registra o total de 616.704 ocupados. Houve, portanto, um crescimento de 18% em 5 anos. Certamente, ainda demorará algum tempo para que a PEA agrícola comece a diminuir em termos absolutos. A falta de empregos nas cidades, sobretudo nos pequenos núcleos urbanos, impede um processo mais acelerado de transferência. Tem crescido a população desses núcleos, mas boa parte dela continua trabalhando na agricultura. Por outro lado, o processo de expulsão de mão-de-obra do campo, pela introdução de nova tecnologia, não é significativo. A dificuldade de acesso à terra e a redução das atividades produtivas dirigidas por grandes proprietários têm estimulado muito mais a emigração. Pode-se mesmo levantar a hipótese de que pequenas mudanças tecnológicas têm substituído a mão-de-obra que emigra. Senão, a crise de abastecimento já teria atingido um ponto crítico com a emigração sem aumento da produtividade. De qualquer maneira, do ponto de vista da população trabalhadora, o Piauí continua sendo um Estado essencialmente agrícola.

A pesquisa mais recente, de 1973, mostra como o setor fabril continua ocupando pouca mão-de-obra: 3001 pessoas, naquele ano. O aumento nos últimos cinco anos, mesmo que tenha duplicado esse contingente – o que não deve ter acontecido –, não chega a alterar a estrutura ocupacional. Sobretudo porque está-se vivendo um período em que a atividade fabril passa a substituir o artesanato, destruído seja pela indústria local, seja pela indústria de fora, como ocorre mais freqüentemente. Ora, dependendo da tecnologia usada, a indústria nem sempre absorve mão-de-obra na mesma proporção que o artesanato a libera. Em síntese, pois, o setor secundário – em especial, o setor fabril – ainda representa, em 1978, muito pouco em termos de emprego.

A evolução do terciário adquire importância maior, nessa década de 70, não só por ter sido, provavelmente, o setor que mais cresceu, como por outros aspectos relativos a esse crescimento. Em primeiro lugar, o desenvolvimento desse setor exige que os setores diretamente produtivos (primário e secundário) gerem um excedente considerável. Quando isso não ocorre – e é este o caso –, a expansão do terciário só é possível aumentando o grau de dependência da economia em consideração. E, em 1978, a pressão por emprego, no terciário, continua forte, tendendo a aumentar a dependência. Em segundo lugar, há grandes evidências de que os subsetores estatal e paraestatal (administração pública e atividades sociais) sejam os que comandam a expansão do terciário. Por exemplo, de 1974 a 1978, o número de professores do 1º grau duplicou, passando de 8.500 para 17.000.

Esse fenômeno é complexo e generalizado. Por um lado, há a expansão da máquina administrativa pela diferenciação e modernização institucional. Aumenta o número de municípios com centro tributário, delegacia, etc., assim como se instalam núcleos administrativos regionais em vários campos de atividades. Também são criados novos órgãos (Secretarias de Administração, Cultura, etc.), implicando a expansão de serviços auxiliares, etc. Por outro lado, o Estado é forçado a assumir a iniciativa de muitos serviços exigidos pelo crescimento econômico (infra-estrutura) e pela demanda social. Veja-se, por exemplo, a expansão da rede elétrica, das estradas, dos órgãos de economia mista, dos serviços agrícolas, dos serviços de assistência social, etc. Nos últimos oito anos, intensificou-se o ritmo de crescimento desses setores. A partir dessas evidências, pode-se tentar dimensionar o que representa a mão-de-obra desse setor estatal e parestatal. Se, em 1970, representava 25% da PEA do terciário, em 1978 pode-se estimar que a mesma represente 40% da PEA

do setor. Evidentemente, do ponto de vista do conjunto da PEA, esse contingente não chega a ser grande, sobretudo porque o peso da PEA agrícola é decisivo. Mas, levando-se em conta que a tendência da PEA não agrícola crescer é irreversível e que o terciário é decisivo nesse processo, pode-se avaliar a amplitude do fenômeno. O papel do Estado como empregador torna-se, pois, crucial.

A partir do quadro acima delineado, pode-se obter uma imagem da estrutura social piauiense: uma reduzida classe empresarial urbana, setores médios também reduzidos e um grande contingente de trabalhadores agrícolas não qualificados aos quais se somam setores urbanos de renda baixa para formar as camadas populares. Alguns dados complementares explicitam melhor essa estrutura social, do ponto de vista da estratificação ocupacional/renda. Num segundo momento, pode-se encará-la do ponto de vista da posição estrutural das várias categorias e de suas relações.

Os quadros das páginas seguintes tentam dimensionar as diversas camadas da estrutura social do Estado.

No primeiro quadro, são constituídas categorias sociais a partir do *status* atribuído às diversas ocupações. Como se vê, as camadas dirigentes representariam apenas 1,2% da população, atribuindo-se aqui o mesmo *status* aos economicamente ativos e seus dependentes. Esse número pode ser relacionado com os 0,6% que ganhavam mais de Cr$ 1.000,00 em 1970. E seria esse mesmo contingente a parcela de 1% que detém 51,19% da renda*.

Os 4,3% das camadas médias correspondem aos 4,0% que ganhavam entre Cr$ 250,00 e Cr$ 1.000,00, em 1970, e dispõem de 9% da renda. Observe-se que, em 1970, o salário mínimo estava em torno de Cr$ 120,00 e considera-se como camada média a parcela da população que recebe entre dois e quatro salários mínimos. O que explica a parcela relativamente pequena da renda retida por ela.

Os restantes 94,5% da população têm uma renda de dois salários mínimos para baixo (até Cr$ 250,00, em 1970). E para eles "sobram" os 40% restantes da renda do Estado.

---

* Para maiores informações sobre o grau de distribuição de renda no Piauí, ver o 4º capítulo da terceira parte deste trabalho, e REV. ECON. DO NORDESTE, Fortaleza, BNB, n. 21, jul./nov. 1974.

Como se observa, é uma estrutura social altamente estratificada a do Piauí. Pouquíssimos manipulam a metade da renda. E mesmo o que se denomina “camadas médias”, além de representar quantitativamente uma pequena parcela, está num nível sócio-econômico bastante precário.

QUADRO 9
ESTADO DO PIAUÍ
CATEGORIAS SOCIAIS E ESTRATOS OCUPACIONAIS

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE TRABALHADORES	%
1. Camadas Dirigentes		1,2
01. Grandes Proprietários	3.671	
02. Administradores Superiores	1.911	0,4
2. Camadas Médias		4,3
01. Comerciantes Autonômos	11.514	2,4
02. Burocratas Qualificados	1.681	0,3
03. Técnicos de Nível Superior	3.603	0,7
04. Outros (viajantes, mestres, etc.)	4.197	0,9
3. Camadas Populares		94,5
01. Burocratas sem Qualificação	6.005	1,2
02. Técnicos de Nível Médio	9.276	1,9
03. Trabalhadores Agrícolas Qualificados	306	0,1
04. Operários e Artesãos	38.449	7,9
05. Empregados de Comércio	9.552	2,0
06. Empregados em Transportes	8.773	1,8
07. Trabalhadores de Serviços Permanentes	4.059	0,8
08. Trabalhadores de Serviços Precários	16.843	3,5
09. Trabalhadores Agrícolas Não Qualificados	344.682	71,2
10. Trabalhadores em Atividades Não Especificadas	20.144	4,1
TOTAL	**484.666**	**100,0**

FONTE: FIBGE. Censo Demográfico – 1970.

QUADRO 10
ESTADO DO PIAUÍ
RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS (PEA)

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE PESSOAS	% SIMPLES	% ACUMULADO
Sem Declaração	4.034	0,8	
Sem Redimentos	90.193	18,6	
Até Cr$ 50,00	134.931	27,8	
De 51,00 a 100,00	159.848	32,9	95,4
De 101,00 a 150,00	47.992	9,9	
De 151,00 a 200,00	19.712	4,1	
De 201,00 a 250,00	5.602	1,2	
De 251,00 a 300,00	6.846	1,4	
De 301,00 a 400,00	4.534	0,9	4,0
De 401,00 a 500,00	3.520	0,7	
De 501,00 a 1.000,00	4.873	1,0	
De 1.001,00 a 1.500,00	1.279	0,3	
De 1.501,00 a 2.000,00	340	0,1	0,6
Mais de 2.000,00	962	0,2	
TOTAL	**484.666**	**–**	**100**

FONTE: FIBGE. Censo Demográfico – 1970.

Evidentemente, as relações estabelecidas entre os dados das duas tabelas não podem ser interpretadas mecanicamente, embora haja uma forte correlação entre ocupação e renda. Entretanto, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, será interessante analisar como duas estruturas produtivas coexistem e interagem. A grande maioria da população vive numa economia de subsistência, comercializando pequena parcela de seu produto. Como atividade complementar dessa atividade pode-se incluir o artesanato. E esses dois tipos de atividades formam sistema com a quase totalidade da economia agropecuária de mercado, seja como reserva de mão-de-obra, seja como clientela dos grandes proprietários. Paralelamente, se desenvolve um setor mais tipicamente urbano que, no Piauí, apresenta pouca autonomia, funcionando mais como ponta de lança da economia urbano-industrial de base no Centro-Sul. Essas duas estruturas é que formam o conjunto da economia e da sociedade piauiense. Sua articulação é feita primordialmente pelo Estado, embora muitos outros mecanismos estejam em funcionamento.

Do ponto de vista da mudança (dessa estrutura) social, o mais decisivo é identificar como o comportamento das várias camadas das duas estruturas existentes contribui para a acumulação de capital, para a melhor distribuição da riqueza. Por outro lado, as repercussões desse comportamento em nível econômico devem ser complementadas com a análise de suas repercussões em nível político. Somente identificando esses fatores será possível afirmar, mais precisamente, quais as raízes estruturais de uma "situação social" injusta e quais as possibilidades de as várias categorias sociais reivindicarem ou receberem maiores recursos que possibilitem melhorias de suas condições de vida, de seu bem-estar humano. É o objeto dos próximos capítulos.

3.3 ESTRUTURA SOCIAL

A vida social do Piauí, até pouco tempo, sempre girou em torno do campo. Não só a maioria da população habitava a zona rural e retirava seu sustento da agricultura, como também os próprios núcleos urbanos eram postos avançados da comercialização agrícola e pecuária. Que essa estrutura vem se desagregando, há pelo menos duas décadas, não resta a menor dúvida. Entretanto, como geralmente ocorre, as transformações do meio rural não são fruto apenas de um processo gerado no próprio campo, mas se situam no contexto de uma diversificação das atividades econômicas e de uma reestruturação social e política da sociedade global.

Assim, no presente capítulo, trata-se inicialmente da evolução ocorrida no campo. Em seguida caracterizam-se as transformações geradas ou que se manifestam mais a partir da cidade e, finalmente, procura-se identificar algumas questões-chaves que essas transformações colocam para a sociedade piauiense como um todo.

3.3.1 Estrutura Social Rural

A agropecuária piauiense sempre combinou a agricultura de subsistência com algum tipo de atividade voltada para o mercado: a pecuária, inicialmente, e o extrativismo, depois. A atividade mercantil, entretanto, sempre teve características específicas. Sua instabilidade é patente, alternando-se períodos de considerável exportação com períodos de fechamento. Mas, por suas próprias características, tanto a pecuária como o extrativismo reagem às retrações do mercado não pela reorientação das atividades, e sim pela estagnação pura e simples. Com efeito, na medida em que as inversões de capital são pequenas e/ou podem se expandir sem passar pelo circuito da comercialização (aumento do rebanho e incorporação/retenção de terras) e na medida em que a mão-de-obra rural se integra marginalmente nessas atividades, o grande proprietário pode reagir passivamente às crises. E assim sempre tem acontecido.

Nesse sentido, as características técnicas e econômicas da unidade básica (de sociedade) rural – a grande propriedade extrativista/pecuarista – não exigem ou favorecem o surgimento de uma classe de proprietários mais aberta ao comportamento empresarial que o capitalismo ou uma economia mais racional demandam.

Nessas circunstâncias, a crise da exportação para o mercado

internacional, que era o fator dinâmico da economia piauiense há duas décadas, não foi enfrentada com reação positiva. Mas, essa última crise teve conseqüências mais graves por dois motivos: primeiro, tem sido bastante prolongada e tudo indica que condições semelhantes às do passado não se recomporão; segundo, a agropecuária do País como um todo sofre transformações estratégicas e está voltada para um mercado de âmbito nacional e internacional, o que dificulta, cada vez mais, a retomada das atividades por parte dos que "vão ficando atrás".

Essas condições, que sempre predominaram na agropecuária piauiense, explicam também a dificuldade de "modernização" da grande unidade produtora rural. Há grandes evidências de que a modernização na agricultura piauiense assume fundamentalmente duas formas: a primeira consiste em pequenas inovações (máquinas de descaroçar milho, motor elétrico para triturar mandioca, etc.) e tem cumprido a função de suprir o trabalho da mão-de-obra que emigra; a segunda, de muito menor proporção, consiste na utilização de máquinas no próprio processo produtivo.

Mas, esse segundo tipo de atividade tem sido pouco significativo, porque os agentes econômicos que os introduzem não chegam a constituir uma classe de produtores rurais típica. Há evidências também de que são pessoas com ocupações urbanas e atuando na agropecuária apenas complementarmente, que adotam práticas mais modernas. Essas complementaridade, evidentemente, não é necessariamente econômica. A atividade econômica rural pode até ser uma fonte maior de renda. A complementaridade é vivida sobretudo do ponto de vista social, o que implica menor período de tempo dedicado à atividade rural e menor valoração dessa atividade.

Assim, do ponto de vista das classes proprietárias e dirigentes da produção, a agropecuária piauiense conhece um duplo processo: por um lado, há uma redução do ritmo de atividade dos "grande proprietários tradicionais", por sua reação passiva diante da crise do mercado para produtos de extração primária e diante da concorrência de pecuaristas mais dinâmicos de outras regiões; por outro lado, a atividade de uma nova classe de "proprietários modernos", com mentalidade empresarial, não chega a ser fundamental para uma transformação, pois ainda tem caráter suplementar.

Isso não significa que a grande propriedade não tenha permanecido e até se fortalecido como fator determinante da estrutura fundiária. Mas,

essa grande propriedade tende a ser improdutiva em termos relativos ou até absolutos. Os dados da seção anterior mostraram que há uma redução, mesmo em termos absolutos, dos "proprietários-empregadores", ou seja, dos grandes proprietários que dirigem, eles mesmos, as atividades econômicas de sua propriedade.

Esse absenteísmo do proprietário, por sua vez, tem grandes implicações sociais. A grande propriedade como unidade social se desestrutura também. Muitos "serviços" antes prestados pelo fazendeiro passam a ser demandados ao Estado, a emigração torna-se mais fácil na medida em que os laços sociais se afrouxam, etc.

E aqui já se encontram as classes pobres e subalternas. Apesar de sofrerem as conseqüências das mudanças que ocorrem no campo, no fundamental, permanecem, na mesma situação, uma vez que a estrutura de propriedade não se modifica.

Mesmo as atividades tradicionais – pecuária e extrativismo – não incorporavam a massa da população rural diretamente nas atividades produtivas dirigidas pelo grande proprietário. O volume de mão-de-obra utilizado sempre foi relativamente pequeno ou, então, a mão-de-obra era usada eventualmente. Assim, as atividades de subsistência, que garantiam a reprodução dessa mão-de-obra, sempre foram sua atividade principal. E é nesse ponto que algumas modificações ocorreram.

O crescimento da demanda urbana de produtos primários e a maior facilidade de comunicação têm significado uma pressão permanente sobre essa agricultura de subsistência no sentido de aumentar sua parte comercializada. No Piauí, entretanto, a agricultura de subsistência, apenas parcialmente, pode responder a esse estímulo. Uma parte do que antes era a alimentação normal da família do lavrador passa a ser comercializada. Por outro lado, a introdução de pequenas inovações tecnológicas, a utilização em pequena escala de alguns serviços e, certamente, a redução da parcela do excedente entregue ao dono da terra (renda) têm contribuído para manter o precário equilíbrio entre o aumento da parte da produção que é comercializada e a manutenção de uma agricultura de pouca produtividade.

Na medida em que essa pressão se mantiver e em que, por outro lado, a introdução de novos hábitos de consumo no campo criar aspirações por maior renda monetária, esse equilíbrio dificilmente se manterá. E como

as condições sociais e políticas são por demais rígidas para permitir uma reestruturação fundiária e um programa de assistência técnica mais efetivamente comprometido com os pequenos produtores, é provável que a saída seja o aumento da emigração. Isso evidentemente criará maiores problemas na cidade e, nesse caso, para parcelas consideráveis da sociedade, mesmo em seu segmento hegemônico, a reforma agrária pode aparecer como solução mais válida – e realmente é.

Em suma, a situação do meio rural piauiense é mais de crises e impasses do que de transformações significativas. Está-se muito mais diante de uma estrutura que se desagrega do que de uma nova estrutura que se afirma. A solução dessas crises e desses impasses dependerá, entretanto, não só dos conflitos e das inovações no campo, como também da correlação de forças sociais no conjunto da sociedade piauiense e mesmo da sociedade brasileira.

3.3.2 Estrutura Social Urbana

A cidade no Piauí está sofrendo uma inversão de seu papel tradicional. De entreposto comercial de exportação-importação, a cidade assume cada vez mais a função de posto avançado administrativo-comercial da sociedade capitalista urbano-industrial que se forma no Brasil. Daí esse movimento duplo de perda da importância de algumas cidades e de valorização de outras.

As características que assume essa urbanização no Piauí dependem, evidentemente, da estrutura econômica e social que se redefine. Na medida em que a indústria representa um papel menor na estrutura econômica, a cidade é, sobretudo, um centro comercial e de serviços. As implicações desse fato, em termos de hegemonia econômica e de emprego/renda, são patentes. Por outro lado, como a máquina administrativa do Estado desempenha um papel importante, podem-se perceber as implicações disso, tanto para o conjunto da sociedade como, em especial, para os novos setores que surgem: comerciantes e classes médias.

A seguir, procura-se caracterizar, portanto, esses principais estratos sociais da cidade: “setores populares marginais urbanos”, classes médias e empresários (comerciantes e industriais).

O conceito de marginalidade aqui empregado difere daquele conceito clássico que designa por marginais aquelas camadas da sociedade

ainda não atingidas pela expansão do capitalismo, mas que tendem a ser integradas ao sistema produtivo à medida que forem sendo absorvidas pela crescente acumulação do capital. Este conceito se refere ao tipo de expansão capitalista ocorrido nos países desenvolvidos, cuja tendência foi universalizar o trabalho assalariado. Mas foge ao âmbito deste trabalho situar a questão em nível das leis gerais do processo de produção capitalista ou no quadro das sociedades latino-americanas atuais, em cujo quadro teórico se baseou esta análise.

Neste Ensaio, marginalidade não é "a falta de algo que existe no setor ´evoluído` e onde a desmarginalização seria efetivada na medida em que a sociedade fosse transpondo as etapas históricas já de antemão delineadas na própria trajetória dos países evoluídos"[7].

A análise leva em conta a situação de dependência do capitalismo que se desenvolve na América Latina, o que faz perceber a marginalidade urbana não como fenômeno conjuntural, transitório e à parte da estrutura de produção, e sim como uma das engrenagens da lógica estrutural do sistema produtivo.

Na América Latina, a intensificação do processo industrial rompe a estrutura de produção tradicional, mas aproveita apenas uma parcela da mão-de-obra assim liberada, a qual é transformada em assalariada. A parcela restante forma uma camada urbana que se refugia em ocupações que formam uma boa parte do setor secundário – artesanato e indústria em domicílio – e do terciário. E, longe de constituírem peso morto na economia, são partes integrantes do processo de acumulação. "Essa camada, vendendo bens e serviços a baixo preço, propicia às camadas médias e altas a possibilidade de captar maior parcela do excedente econômico"[8]. Assim, os grupos hegemônicos efetivam seus interesses na própria existência dos grupos marginais, o que permite afirmar-se que a relação das camadas integradas com a marginalidade se dá numa interação dialética em que esta última é mantida por aquelas, ao mesmo tempo em que ajuda a mantê-las.

"A estrutura de dominação social inclui, entre seus setores de interesse social fundamentais, os setores marginais, isto é, que tal sistema

[7] KOWARICH, Lúcio. Estágio e planejamento social. São Paulo: Paz e Terra, 1977, p.59. (Caderno CEBRAP).
[8] ——— . Op. cit., p. 84.

de dominação ou estrutura de poder dentro da estrutura geral da sociedade não pode existir, nem se desenvolver, sem que exista dentro dele e se desenvolva um setor marginal. Em outros termos, que os grupos sociais, que dispõem dos recursos do poder geral na sociedade, não podem ocupar esta posição a não ser sobre a base da existência de um setor de marginalidade social"[9].

De forma genérica, as camadas marginais urbanas se caracterizam basicamente por:

a) não há patrões nem empregados (em nível formal);

b) não existe uma ruptura entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho;

c) não geram, por si, um excedente, pois funcionam em baixo nível de capitalização e mal chegam a remunerar o fator trabalho.

Para efeitos operacionais, dividiu-se a camada marginal da sociedade piauiense nos setores usuais: um grupo que produz bens (setor secundário) e o outro que vende bens e serviços (setor terciário). O primeiro grupo se refere ao artesanato e à indústria domiciliar. São os marceneiros, ferreiros, sapateiros, entalhadores, alfaiates, costureiras, bordadeiras, tecelões (crochês, etc.), rendeiras, doceiras, etc. O segundo grupo se refere à prestação de serviços de reparação e manutenção (na maioria das vezes originados da própria produção industrial), vigilância, limpeza, carga, empregos domésticos, vendedores ambulantes, etc. Compõem esse grupo os mecânicos "não autorizados", eletricistas, pedreiros, pintores, engraxates, lavadores de automóveis, bombeiros, encanadores, vigias noturnos, faxineiros, carroceiros, jardineiros, camelôs, etc.

Além desses, há os desempregados e trabalhadores ocasionais, que podem trabalhar eventualmente em qualquer das ocupações acima mencionadas.

É bem evidente o crescente ritmo de urbanização que vem ocorrendo no Piauí, devido principalmente à intensificação das migrações internas. Em 1950, a percentagem da população urbana sobre a população total era de 16,6%, em 1960 esse percentual subiu para 23,4% e, em 1970, para 32,0%.

[9] KOWARICH, Lúcio. Subdesenvolvimento e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p.54.

As análises que se têm feito no Brasil, acerca das causas da migração rural/urbana, grosso modo se dividem em duas posições antagônicas: alguns acham que a principal causa para o êxodo rural se encontra no fascínio que a cidade exerce sobre as populações rurais, o que faz da migração um símbolo de ascensão social; outros, considerando simplória esta análise, afirmam que as causas da mudança se explicam nas condições sócio-econômicas da vida do campo. Consideram-se, neste trabalho, válidos os dois tipos de postura, porque verifica-se não serem antagônicos, e sim complementares.

Albertino Rodrigues, por exemplo, diz que "a origem predominantemente rural, ou pelo menos interiorana do migrante, faz com que ele veja sua simples mudança para os centro urbanos como um processo de ascensão social. A mobilidade horizontal assume formas de mobilidade vertical"[10]. Coincidindo com este pensamento, Octávio Ianni acha que para o migrante "a conversão às condições da sociedade urbana representa uma aquisição de uma posição social mais elevada e, em conseqüência, o descortínio de outros horizontes para si, seus familiares e descendentes"[11]. Já Ronaldo Coutinho acha que "os migrantes que abandonam as áreas rurais e se dirigem aos centros urbanos não o fazem movidos por uma perspectiva de ascensão social, mas simplesmente em decorrência de uma situação objetiva que os obriga à busca de sobrevivência econômica, dados os obstáculos encontrados nas comunidades de origem"[12].

No Piauí, é bem evidente que esses dois fatores são complementares. Por um lado, "a situação objetiva que os obriga à busca de sobrevivência econômica"[13] se verifica devido às constantes mudanças ocorridas nas relações econômicas do campo. Essas mudanças não dizem respeito ao emprego de tecnologia na produção, mas se verificam também nas relações sociais de trabalho. O caso do vaqueiro na região de Campo Maior–PI é bem ilustrativo sobre este ponto: até à década de 50, prevaleciam aí as relações tradicionais entre o vaqueiro e o fazendeiro proprietário, em que aquele tinha uma percentagem das crias anuais, a que chamavam "sorte". Ultimamente, esse sistema vem sendo progressivamente substituído pelo regime de salariato. O emprego do arame farpado para o cerca-

[10] RODRIGUES, Albertino. Movimento sindical e situação da classe operária. In: Debate e crítica, jan./jun.1974. p.168.
[11] IANNI, Octávio. Estado e Capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p.158.
[12] COUTINHO, Ronaldo. Operário em construção. Niterói: UFF, 1975. p. 75 (Tese de Livre Docência).
[13] ——— . Op. cit.

mento das terras mudou o sistema tradicional da pecuária, as funções tradicionais do vaqueiro foram desvirtuadas, passando ele de participante a mero assalariado, o que rompe suas aspirações, desvincula-o da terra, tornando-o passível de emigrar.

E, genericamente, o próprio Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) muito contribuiu, como mostra Ruy Miller Paiva, para a modificação da tradicional estrutura de relações sociais no campo: "Sabe-se que a legislação trabalhista impõe sérias obrigações ao proprietário agrícola-empregador, que, para evitá-las, não permite que resida em suas terras mão-de-obra que não está diretamente contratada com ele. Deixou assim de existir a figura do 'morador' e a do 'agregado', que residiam no estabelecimento com suas pequenas lavouras de autoconsumo e trabalhavam para o proprietário (ou para outros estabelecimentos) quando havia serviço. Grande parte de trabalhadores foi assim forçada a mudar-se para as cidades..."[14].

Por outro lado, o aumento dos transportes pelo sistema viário recém implantado, o rádio de pilha e mesmo a televisão, que já chega às praças das menores e mais distantes cidades, provocam uma invasão do mundo rural pelos valores da sociedade urbana, difundindo padrões simbólicos que transformam as aspirações de vida para a população do campo e operam no sentido de acentuar a migração rural-urbana. Essas novas aspirações não se coadunam mais com o modo de vida tradicional, com a rigidez da estrutura de propriedade e com os mecanismos de exploração a que estão sujeitas. O mito da superioridade da vida urbana que se cria através dos veículos de comunicação faz do emigrar um símbolo de ascensão social, em nível de escala de valores locais.

A não ser em casos extraordinários, de seca, por exemplo, em que a migração se dá em uma situação de urgência, normalmente ela acontece através de elementos da mesma comunidade de origem, parentes e/ou amigos previamente migrados, que orientam a chegada dos novos contingentes à cidade: trabalho, moradia, etc. Via de regra se estabelecem na periferia das cidades. Em Teresina, é isso o que explica o violento crescimento físico horizontal que a cidade teve nos últimos dez anos, criando-se bairros inteiros de barracos e taperas (Primavera, Aeroporto, Redenção, Cidade Nova, São Pedro, etc.).

[14] PAIVA, Ruy Miller. Os baixos níveis de renda e de salários na agricultura brasileira. Rev. Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 6, n. 4, p. 579-580, out./dez. 1975.

Como já se mencionou anteriormente, a oposição entre trabalhadores marginais e assalariados nada tem a ver com uma suposta dualidade que confronta duas formas produtivas estanques, uma dinâmica e outra que constituiria um peso morto no processo de geração de riquezas. Ao contrário, trata-se de uma única lógica estrutural que reúne formas de produção desiguais, mas combinadas.

Assim, essa camada que se forma nas cidades e que não é absorvida pelo mercado formal de trabalho ("aquele subordinado ao emprego das normas gerais e impessoais representadas pelo sistema legal e à burocracia da atividade econômica, configurada pela 'firma' como 'instituição'"[15]) é que vai permitir às camadas médias e altas a manutenção de suas posições e, conseqüentemente, a reprodução da estrutura social. O baixo nível de capitalização em que funciona a parcela marginal do setor secundário, com relações de produção tipicamente pré-capitalistas, permite a produção de bens a preços irrisórios, que serão consumidos pelas camadas integradas ao sistema formal de produção de rendas. O baixo preço que a costureira ou o sapateiro "de ponta de rua" pedem por seus artigos e/ou serviços é o que possibilita aos consumidores das camadas médias manterem seu padrão de vida.

Da mesma forma, no setor terciário: a mãe de família que é funcionária ou estudante só pode sê-lo devido à existência de enorme oferta de mão-de-obra feminina para trabalhos domésticos a baixíssimo preço. A quantidade de oficinas autorizadas não é nem de longe suficiente para dar conta da manutenção da quantidade de automóveis que rodam pelas ruas; isso só é possível devido à existência de mecânicos autônomos, com suas oficinas estabelecidas em terrenos baldios espalhados pela cidade. Os lavadores de carro, menores analfabetos, proporcionam aos proprietários de automóveis a conservação que não seria possível com o equipamento industrial adequado, não só pela escassez deste como pelo alto preço a que funciona. Os vendedores ambulantes – camelôs – abundam pelas cidades, vendendo toda a sorte de produtos, desde frutas a objetos industrializados. Em Teresina, a "feira" chamada Troca-Troca já é um fenômeno típico da cidade. Localizada nas cercanias do Mercado Central e do terminal de ônibus urbanos, o comércio ilegal é permitido pelas autoridades sob pretexto de constituir um ponto de atração turística. Aparentemente um aglomerado desordenado de pessoas que vão "trocar alguma coisa por qualquer coisa",

[15] SILVA, Luís Antônio Machado. Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1971.

na verdade uma observação mais demorada e sistemática revela, tratar-se de um verdadeiro mercado marginal, onde o escambo é realmente empregado, mas onde a moeda é largamente usada. Ali se podem negociar desde galinhas, objetos domésticos usados ou não (camas, cadeiras, máquinas de costura, fogões, geladeiras, etc.) até aparelhos eletrônicos, como rádios, televisores e, inclusive, máquinas de calcular.

O aspecto popularesco, que o nome e a forma da "feira" indicam, esconde a inexistência de organizações que monopolizam o comércio de objetos mais caros e funcionam como divisão de trabalho: a maioria dos "troqueiros" (essa categoria é usada entre eles), que oferecem objetos para negociar, estão apenas prestando serviços para o dono das mercadorias, que fica espreitando dissolvido na multidão. Esta "feira" é um caso extremo do mercado marginal, que, por si só, merece um estudo aprofundado, o que foge aos limites deste trabalho. O que é importante observar é que a produção industrial do (ou importada pelo) Estado está sendo comercializada pela (mas não só entre) a camada urbana marginal, numa operação complementar ao mercado formal.

Se em nível de sistema de produção não há uma dicotomia estrutural entre marginais e integrados, conseqüentemente não se pode pensar que haja com relação ao sistema de valores. Se a cosmovisão que orienta as vidas da camada marginal é muito diferente daquela que orienta o modo de vida das camadas integradas (especialmente as camadas alta e média, pois entre marginais e camadas baixas integradas não há diferenças notáveis no tocante ao universo de valores e padrões), essa diferença decorre diretamente da forma de inserção no sistema produtivo. Como se viu, a renda desta camada mal remunera o fator trabalho, o que determina diferentes formas de participação na sociedade global, especialmente com relação ao consumo.

Essa diferença de cosmovisão é algo bastante evitante no discurso e nos hábitos das camadas pobres das cidades e se manifesta desde as noções de higiene – a infecção é explicada não pelo contágio microorgânico, e sim pela "reina" (propriedade nociva atribuída ao elemento supostamente causador da doença) – até à passividade fatalista com que pernoitam nas filas das instituições da previdência social (a explicação dessa situação está "na sorte" ou "na vontade de Deus").

O alto índice de analfabetismo faz prevalecerem as concepções tradicionais. Além disso, a rede de relações sociais que se estabelece

entre os imigrantes reproduz o universo social rural de origem, pois, como já foi apontado, são os elementos previamente migrados que orientam a imigração de seus parentes e/ou amigos, estabelecendo os pontos de referência na cidade. Desta forma, mantêm-se os valores tradicionais e o padrão de vida decorrente contém hábitos de consumo e comportamento que correm paralelamente aos padrões da vida urbana moderna. Um estudo de caso com uma empregada doméstica ilustra essa colocação: a família deixou há dez anos o interior onde morava, estabelecendo-se em Teresina, no bairro Três Andares; e, mesmo com todo esse tempo de vida urbana, ela não sabe "nem de que jeito é esse negócio de cinema".

Os elementos modernos que são incorporados a seus costumes na vida urbana, são sincretizados, adaptados a seu universo tradicional. Exemplos disso são os "forrós" tocados por instrumentos eletrônicos nas festas dos bairros pobres; ou o uso do rádio para a comunicação com o grupo social de origem que permaneceu no campo, através de programa do tipo "O Correspondente do Interior"; e mesmo o próprio sincretismo religioso – os "salões", as "tendas espíritas" e os "terecôs", que mesclam entidades chamadas pagãs pela sociedade global com os "santos" da igreja católica, praticando, concomitantemente, as duas formas de vida religiosa. É interessante se notar que essa alternativa religiosa fornece também alternativas terapêuticas que concorrem com as técnicas da medicina moderna, inclusive por serem mais acessíveis em termos financeiros.

Não se quer dizer com isso que esse universo ideológico tradicional não sofra mudanças no sentido da modernização. O que se tenta mostrar é que o simples fato de estarem na cidade não implica que vivam os padrões da sociedade moderna. É claro que os aparelhos de TV, espalhados pelas praças dos bairros, difundem esses padrões modernos, mas eles são reinterpretados e adaptados à maneira tradicional de ver o mundo, de forma a embasar ideologicamente a sua forma de inserção no sistema produtivo.

Na ausência de um setor industrial de peso, é explicável que a maior parte das camadas populares urbanas esteja numa situação de marginalidade. O pessoal qualificado das atividades comerciais e de serviços dirigidos pela iniciativa privada é ínfimo. Mesmo a remuneração de pessoas com formação de 2º grau não difere muito da remuneração dos trabalhadores para os quais não se exige qualificação: está em torno do salário mínimo. Embora não se possam incluir essa parcela de comerciários e pequenos funcionários no setor "marginal", sua renda não permite

que sejam considerados classe média, pelo menos nos moldes que se consolida esse setor na sociedade brasileira.

É entre os profissionais liberais e funcionários mais graduados que se pode localizar o que seria a classe média piauiense. Sobretudo nos últimos anos, o setor público vem crescendo bastante e absorvendo grande contingente de técnicos. Por sua vez, o número de "profissionais liberais" tem crescido: de 57 médicos, em 1947, passa-se para um total de 96, em 1960, e de 476, em 1970. Em 1978, o número de engenheiros trabalhando no Piauí era de 452, de agrônomos 247, de arquitetos 39. Com os economistas deve estar acontecendo fenômeno semelhante ao que ocorreu com os médicos, uma "explosão" de profissionais, sobretudo depois que a Universidade passou a oferecer esses cursos. O mesmo deverá acontecer em breve com os agrônomos e, em escala menor, com engenheiros.

Essa categoria social apresenta algumas características específicas na sociedade piauiense. Todos, evidentemente, obedecendo a um movimento geral da sociedade brasileira, tendem a ser assalariados. Mas, na medida em que o setor público é o maior empregador na área de serviços, esses profissionais se tornam, em sua quase totalidade, funcionários públicos. Os mecanismos de recrutamento para as funções públicas no Piauí ainda dependem bastante de critérios de lealdade política e pessoal. Esse fator pressiona a classe média piauiense no sentido conservador, de solidariedade com padrões de comportamento predominantes, neutralizando assim boa parte de seu possível papel renovador ou impedindo uma coincidência entre os interesses dessa camada e os interesses de setores populares.

Por outro lado, parte significativa dos membros dessa nova classe é constituída de filhos de proprietários, comerciantes ou altos funcionários que, muitas vezes, não perderam sequer os vínculos econômicos com as famílias. Esse é outro fator que neutraliza qualquer comportamento inovador da classe média piauiense.

Em resumo, a classe média piauiense se caracteriza como "uma classe média tradicional", se não em suas atividades profissionais, ao menos em seu comportamento e sua ideologia. Perde assim a sociedade piauiense a possibilidade de usar o potencial que representa essa classe para fins de transformação social.

Do lado das classes proprietários e dirigentes do processo econômico, dois fatores se destacam. Em primeiro lugar, a debilidade do

empresariado industrial; em segundo lugar, o novo caráter que assume a classe dos comerciantes.

O setor mais considerável da indústria piauiense sempre esteve organicamente ligado à produção primária, não tanto pela origem de sua matéria-prima (babaçu, algodão) mas, sobretudo, pela propriedade comum de terra e máquinas. E mais: pela manipulação de elementos tipicamente pré-capitalistas do campo em função da lucratividade da empresa industrial. Assim, os interesses sempre estiveram solidários e mesmo limitados por uma perspectiva rural.

Por outro lado, algumas indústrias vêm ultimamente combinando atividades fabris e comerciais (a varejo). É o caso da indústria de móveis e de confeções. Esse segundo fato manifesta, mais uma vez, a debilidade do setor industrial.

Mas a classe de empresários industriais tem sua ação limitada não só por sua origem mas também estrutura interna. Com a criação de um mercado de âmbito nacional, torna-se cada vez mais difícil a abertura de indústrias com capitais novos.

Assim, há uma pressão pelo consumo de bens manufaturados fora do Estado. E isso significa a expansão e consolidação da classe dos comerciantes. Com efeito, o comércio tem se expandido muito nas últimas décadas. E é sintomático que a grande expansão seja do comércio varejista. O comércio por atacado diminui em termos relativos e, em alguns anos, até absolutos.

Os dados também mostram que, das 100 maiores empresas, 80% foram constituídas depois de 1960. Mesmo que tenha havido a reestruturação de algumas empresas mais antigas e por isso aparecem como novas, essa reestruturação (mudança de razão social, de estatuto jurídico, etc.) é significativa. É também significativa a presença de grupos de fora no conjunto das maiores empresas comerciais.

O fator mais importante em relação aos comerciantes, entretanto, diz respeito ao novo caráter que essa classe assume. O antigo comerciante “exportador-importador” desaparece e surge o comerciante exclusivamente importador. O comerciante tradicional (grande exportador-importador) tinha interesse no dinamismo das atividades agrícolas porque elas é que alimentavam a importação e o mercado consumidor interno.

Os novos comerciantes, concentrando-se exclusivamente na importação, pressionam mais para a expansão do mercado consumidor em si. A questão tende a ser resolvida apenas em nível financeiro, sem muitas implicações para a estrutura produtiva.

Nesse ponto reside, aliás, um dos elementos que agravam a dependência do Estado em relação ao governo federal, uma vez que a manutenção do nível de renda é fundamental para o mercado interno.

3.3.3 Crise e Transformação Social

A situação econômica e social do Piauí tem sido caracterizada como de pobreza e de dependência. A gravidade dessa situação fica mais patente quando se considera que ela se agrava pela situação de crise (desagregação de uma estrutura tradicional e impasses para a reconstituição de uma nova estrutura). As indagações devem ser feitas, portanto, no sentido de superar esses impasses que mantêm o atraso e a dependência.

Uma primeira questão que se coloca diz respeito ao relacionamento do Piauí com o restante do País. O Piauí sempre esteve integrado na região econômica Nordeste com maior ou menor intensidade. Ultimamente, as regiões enquanto unidades sócio-econômicas tendem a desaparecer e vem se formando uma economia de base nacional, com todas as exigências sociais e políticas que isso exige. Hoje, o Piauí importa mais de São Paulo que de qualquer outro estado, embora o comércio com o Nordeste ainda seja o mais significativo.

Seria, pois, uma ilusão tentar refazer a economia piauiense em bases estaduais ou mesmo regionais. Qualquer saída mais estrutural e definitiva para o Estado deve ser procurada no modo como o mesmo se integra na vida nacional. Isso não significa dependência contínua, mas redefinição de uma relação.

As propostas para essa redefinição se resumem, em geral, numa prioritização, seja da agropecuária ou só da pecuária, seja da indústria. Parece difícil um programa de industrialização que não se enquadre num plano de expansão da indústria nacional. Todas as tentativas de industrialização regional terminaram por se constituir em expansão do grande capital ou das empresas estatais (observe-se a experiência da SUDENE e da CODEPLAR, no Paraná).

As transformações, concentrando-se prioritariamente na agropecuária, teriam implicações sociais críticas se se baseassem na modernização da grande unidade de produção. Considere-se ainda a dificuldade de modernização do comportamento dos grandes proprietários, do Brasil, como um todo, e no Piauí, em particular. Tanto assim, que as modernas empresas agropecuárias são um segmento do grande capital industrial que se dirige para esse setor, aproveitando incentivos fiscais.

Para se romperem os impasses seria necessária, pois, uma reestruturação do meio rural, de modo a permitir melhor aproveitamento dos recursos naturais e a constituição de um mercado interno que não precisasse ser continuamente "subsidiado" por transferências federais. Evidentemente, não há indícios de que as transformações se façam nesse sentido, enquanto certas forças que não estão diretamente ligadas a interesses agrários não se dispuserem a apoiar reivindicações dos setores pobres do campo. Não se trata de uma simples questão técnica ou mesmo econômica. O elemento político jogará nesse processo um papel fundamental.

E, aqui, chega-se a um último elemento decisivo: o papel do setor público estadual. As transferências federais se fazem através da máquina administrativa estadual; o destino desses recursos é, em boa parte, aí decidido. Desse modo, se sua aplicação vai continuar simplesmente alimentando o mercado de consumo de bens manufaturados ou se vai provocar transformações mais substanciais, isso dependerá de decisões políticas.

Por outro lado, existem as restrições que vêm dos escalões federais em relação à aplicação desses recursos. Corre-se o risco, porém, de pulverizar tais recursos, como historicamente se fez (caso mais famoso: a indústria da seca), se o poder público estadual atender ao simples jogo dos interesses tradicionais, ainda bastante fortes.

O Estado, efetivamente, não existe no vácuo. Apóia-se em forças sociais. Entretanto, existe uma margem de alternativas para a ação do Estado, levando em conta a diversidade de interesses internos e externos que o pressionam e condicionam. As opções políticas que se fizerem poderão apressar a solução de vários problemas básicos. Caso contrário, o Piauí continuará, por um período ainda considerável, sofrendo reflexos dos efeitos do processo nacional e os efeitos de uma estrutura que se desagrega sem ser substituída por novos impulsos construtivos, econômica e socialmente.

PARTE III

Aspectos do Desenvolvimento Estadual e Análise das **Ações Governamentais**

1.1 INTRODUÇÃO

Ao se fazer referência à situação de subdesenvolvimento do Piauí, sejam inicialmente clarificados dois conceitos importantes – o conceito de desenvolvimento social (e, implicitamente, o de sua antítese, o subdesenvolvimento) e o conceito de ação ou intervenção social. Associados à idéia de desenvolvimento de uma sociedade, basicamente estão dois sentidos: a) o sentido de "melhoria de sua capacidade de alcançar metas coletivas" (implicando uma melhor e mais eficiente organização social) e b) o sentido de melhoria dos benefícios associacionais prestados a todos e a cada um dos indivíduos membros dessa sociedade (implicando melhor e mais justo regime de participação). Por outro lado, foram compreendidas como ações de intervenção social aquelas ações, geralmente governamentais, que introduzem "novas formas e instrumentos de prática social no interior de uma dada população, a partir e com base em experiência acumulada à margem dessa população"[1]. Evidentemente, quando se tomam tais ações executadas no interior de uma população, não só se supõe que esta população seja um dado fundamental do sistema sócio-econômico considerado, como se admite ainda que esta população esteja composta de camadas e grupos sociais diversos, com interesses, objetivos, valores e aspirações também múltiplos, divergentes ou convergentes. E, no contexto de uma sociedade assim estruturada, é lógico que as ações nela desenvolvidas por quaisquer agentes sociais (tais como o setor público, ou outro) infalivelmente haverão de se orientar, prioritariamente ou secundariamente, para algum segmento desta sociedade. Nesta linha de raciocínio, a História Econômica do Nordeste tipifica as intervenções sociais no seio das populações nordestinas em três categorias, cada uma assumindo predominância em momentos históricos diferentes. A primeira delas compreende aquelas intervenções postas em prática desde o Império e que se estendem até a década dos quarenta.

Basicamente eram intervenções casuísticas (no sentido de não planejadas) que, tendo o DNOCS como principal instrumento, se orientavam no sentido de fortalecer a economia e o poder local dos grandes proprietários. "A construção de açudes era um instrumento de fortalecimento das relações de dominação em escala local, na mesma medida em que o era, por exemplo, a indicação de um delegado por parte do

[1] JANCSO, Istvan. O Nordeste e os programas de intervenção social. Cadernos CEAS, Salvador, n. 44, p. 19, jul./ago.1976.

chefe político local"[2]. É característica, ainda, deste período, a prática do assistencialismo via socorros de emergência nas grandes secas, quando nasceu a conhecida figura do industrial da seca[3].

Um segundo período, na complexa história das intervenções sociais no Nordeste, agrupa aquelas intervenções pertencentes ao signo do populismo da década dos cinqüenta até 1964. Elas se caracterizavam também pela multiplicidade dos instrumentais (sindicalismo rural, cooperativismo, educação de base, formação de mão-de-obra, extensão rural, colonização, etc.) à disposição dos agentes ou centros de decisão (governo federal – SUDENE; governos estaduais e municipais; Igreja Católica – Movimento de Educação de Base, MEB; governo norte-americano – Ponto Quatro e Aliança para o Progresso).

Num terceiro período, que vai de 1964 até hoje, os programas de intervenção social foram redefinidos em função das novas alianças, sobretudo a partir de 1968, quando a nova rearticulação de formas e grupos foi capaz de orientar o conjunto dos programas governamentais para o objetivo de integração da economia brasileira ao mercado nacional e internacional. A análise detalhada das intervenções deste período pressuporia o estudo das vinculações do Nordeste com o sistema brasileiro como um todo, as vinculações desse todo com o sistema capitalista internacional e as inter-relações das diversas partes constitutivas do subsistema nordestino. Contudo o interesse fundamental neste ponto do Ensaio é examinar o conjunto destas ações para o caso concreto do Piauí, que se enquadra, até que pesquisas provem o contrário, dentro dessa tipologia e periodização das intervenções sociais estabelecidas para o Nordeste como um todo.

Já na Parte I deste documento, foi mostrada a origem da política assistencialista no Estado, evidenciada, sobretudo, a partir da consolidação do Estado Nacional, na segunda metade do século passado[4]. Foram então identificadas várias formas de intervenção estatal naquele contexto da sociedade piauiense, de tal modo que elas não serão mais objeto de estudo nesta parte do trabalho. Também, dado que as intervenções do segundo tipo ou ainda do segundo período são de mais difícil identificação, como foram certamente de somenos importância (em virtude da curta duração)

---

[2] JANCSO, op. cit.

[3] CALADO, Antônio. Os Industriais da seca e os galileus de Pernambuco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

[4] Ver, especialmente, na parte I deste trabalho, o capítulo 3, sobre "O Piauí e a Integração Nacional".

elas não se constituirão alvo de investigação. Aqui o interesse maior foi concentrado na consideração das ações governamentais mais recentes, particularmente daquelas intervenções surgidas após 1964 e que deram prosseguimento à política de integração da economia estadual ao mercado nacional e internacional dentro das regras do chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento", as quais consolidam o Piauí como Estado periférico, no cenário nacional, pertencentes a uma região que concentra os níveis de vida mais baixos do País. Excluídas aquelas práticas governamentais mais nitidamente assistencialistas (tais como as do Sistema Nacional de Emprego, LBA, Alimentação Escolar, MOBRAL, MINERVA), procurou-se, ainda, agrupar aquele conjunto de intervenções mais diretamente ligadas à área econômica e que, arranjadas sob a forma de política, projetos e programas infra-estruturais, agropecuários, agrícolas e industriais, ainda podem trazer dúvidas sobre seu caráter paliativo e concentrador da renda.

Num balanço sintético a respeito destes programas, já podem ser adiantadas, nesta introdução, algumas grandes conclusões. A primeira delas se refere à impossibilidade de a atual ação governamental poder atacar as raízes do atraso da agricultura e da indústria estaduais, o que torna os setores básicos da economia cada vez mais dependentes dos mercados regional e nacional. De fato, o setor público piauiense historicamente tem persistido em intervenções na periferia do sistema produtivo (construção de estradas, comunicações, obras e edifícios, eletrificação urbana e rural, outras facilidades), se mantendo, no entanto, à margem dos estrangulamentos fundamentais da estrutura econômica. Neste sentido, a política assistencialista de longa história tem sido continuada, evidentemente com novas formas e roupagens que ao débil planejamento estadual cabe providenciar. Assim é que, dentro da lógica de integração de mercados, a ênfase dada outrora à construção de açudes e à "solução hidráulica", proposta e executada pelo DNOCS, foi deslocada para a ênfase em construção de estradas. O Estado já atingiu, em 1971, uma relação "quilômetros de estradas por habitante" (km/1.000 hab.) de 19,6, superior à situação do Nordeste e do Brasil com 10,3 e 12,5, respectivamente[5]. As estradas de todos os tipos, no entanto, têm sido apenas um componente da febre de infra-estrutura que se alastrou sobre o Estado em detrimento dos setores produtivos da economia e em prejuízo de questões como a da melhor distribuição das terras, a do aumento da produção agrícola, baseada no apoio ao produtor de baixa renda e a da maior eficiência dos

[5] INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS, Recife. Diagnóstico do Vale do Parnaíba. Recife. 1972. v.1.

serviços agrícolas. O infra-estruturalismo no Piauí, contudo, tem raízes políticas e valorativas. As intervenções através da política de infra-estrutura têm-se mostrado instrumento eficaz de sustentação de poder, na medida em que a manipulação e reorientação de recursos favorece a malha subjacente de interesses, transformando estas intervenções em assistencialismo de tipo novo. Como será visto, a clientela desses benefícios já não são exclusivamente os grandes proprietários ou políticos influentes, mas também grupos urbanos, como construtores e grandes comerciantes.

Tais colocações serão abordadas em quatro capítulos. O primeiro analisará, de maneira sucinta, o problema da origem e evolução da desigualdade de desenvolvimento entre o Nordeste e o Centro-Sul do País, procurando discutir a situação do Piauí como parte integrante do contexto brasileiro de desenvolvimento e as implicações das políticas econômicas que visam à integração dos mercados nacionais sobre e economia periférica piauiense.

O segundo capítulo tratará da análise mais detalhada de propostas de desenvolvimento agrícola conduzidas pelo aparelho de Estado, com o objetivo de avaliar a posição do Piauí frente aos mecanismos geradores da marginalização e à realidade que o conjunto de intervenções governamentais, a princípio, procurou transformar.

O terceiro refere-se às políticas de industrialização, destacando a insuficiência dos mecanismos governamentais voltados para a dinamização do setor secundário.

O quarto e último capítulo preocupa-se com a posição do Piauí no cenário nordestino e nacional, em termos de nível de renda, e coloca em discussão o problema da distribuição da renda interna, analisando alguns fatores que concorrem para sua extrema concentração em mãos de reduzido número de pessoas e as implicações desta má distribuição sobre a qualidade de vida da massa marginalizada, tudo isto em busca de explicação para um caso particular de pobreza e subdesenvolvimento.

CAPÍTULO 1

IMPLICAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO NA ECONOMIA PERIFÉRICA PIAUIENSE

Grande parte dos estudos sobre problemas regionais no Brasil procura dar ênfase à região nordestina como exemplo típico do caráter desigual do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Tais estudos associam as origens históricas das atuais disparidades de desenvolvimento entre a região Sudeste e o Nordeste à perda do dinamismo do setor exportador desta, ocorrida em meados do século passado, tomando o seu lugar a região Sudeste, com a expansão da economia cafeeira. De fato, o modelo "primário exportador" brasileiro, como era denominado, colocava em vantagem o Sudeste, que apresentava condições mais favoráveis de adaptação às imposições do mercado externo e da conjuntura internacional. Embora se tratasse de desenvolvimento dependente e sujeito a crises periódicas, a região Centro-Sul, principalmente o estado de São Paulo, conseguiu destacar-se, com a cultura do café, como principal centro exportador do País e, com isso, acumular excedentes importantes para o financiamento da industrialização, que começou a concentrar-se na Região.

Desde a ascensão do café como produto de exportação mais importante do País e as principais iniciativas de substituição de importações de manufaturados, compreendendo os anos da Primeira República, observa-se que os instrumentos que caracterizavam os tipos de intervenção estatal – política inflacionária, política de valorização do café, proteção cambial, etc. – estavam intimamente ligados aos interesses das classes que representavam a economia cafeeira e à classe emergente de industriais sediada na região Centro-Sul. À medida que ocorriam as intervenções do governo central, favorecendo a região Centro-Sul, e mais o crescimento dos investimentos estrangeiros na área, a tendência era o afastamento, cada vez maior, das outras regiões que não conseguiram se expandir de forma correspondente.

O desenvolvimento das relações capitalistas na região cafeeira favoreceu a acumulação industrial e a concentração crescente no eixo Rio–São Paulo. A partir da década de cinqüenta, o processo de substituição de importações intensivas de bens de consumo duráveis aprofundou o problema dos desequilíbrios regionais. A política de concessão ao capital estrangeiro, aberta nesta época, deu origem à formação de novos complexos multinacionais e consolidou as antigas atividades industriais, comerciais e financeiras de propriedade nacional e estrangeira sediadas na região Sudeste. Foi também no decorrer deste período de expansão que o setor produtivo estatal tomou corpo, principalmente nos setores básicos de siderurgia, petróleo e energia elétrica. Tal processo de acumulação de capital no Sudeste favoreceu também a agricultura, que atualmente está tão concentrada quanto a indústria.

Esse mais rápido crescimento, por sua vez, resultou na atração de recursos produtivos internos (mão-de-obra e capital) das regiões mais atrasadas. O Nordeste, particularmente, além de contribuir com a mão-de-obra, participou com recursos importantes, para o financiamento da industrialização na região Sudeste[1]. Ademais, a conquista e o domínio dos mercados da região nordestina e de outras regiões é outro aspecto a mais que tem favorecido a concentração econômica do Sudeste.

Portanto, a alta concentração de capital e de recursos nessa área criou raízes profundas na distribuição das riquezas, entre os diferentes estratos da população e entre as regiões, durante o processo que ainda continua em curso. As regiões que não conseguem se desenvolver de forma correspondente passam necessariamente a evoluir como áreas periféricas ao centro nacional hegemônico.

As características históricas do desenvolvimento global brasileiro de subordinação e dependência externa se refletem no comportamento do capital interno. Após consolidados os mercados do centro hegemônico nacional, o processo de internacionalização dos mercados das regiões periféricas pelo capital monopolista é favorecido por uma série de políticas governamentais. A expansão da infra-estrutura de transporte, que tem como preocupação a integração nacional e regional, significa, na verdade, a abertura dos mercados da região nordestina para os produtos manufaturados da região Sudeste. No caso específico do Piauí, por exemplo, ficou

[1] BRASIL. SUDENE. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. 2. ed. Recife, 1967. 82 f.

demonstrado o crescente *déficit* no balanço comercial do Estado devido às importações, sobretudo de São Paulo. As políticas de integração, que teriam objetivos como a formação de um amplo mercado interno, escoamento da produção, etc., têm demonstrado que, apesar dos elevados custos de transporte, criam sérios problemas que afetam as unidades produtivas locais de bens de consumo não-duráveis.

A forte indicação de importações de determinados produtos agrícolas atesta também o caráter prejudicial das políticas de integração à economia estadual. Desses fatores resultam as baixas taxas de crescimento das indústrias tradicionais produtoras de bens de consumo não-duráveis (têxteis, vestuário, calçados, alimentos, etc.), para não falar das indústrias dinâmicas. As outras implicações são as crescentes taxas de desemprego e subemprego nos setores urbano e rural, agravando os problemas sócio-econômicos historicamente enfrentados pelo Estado.

O projeto destinado a estimular o desenvolvimento do Nordeste, via incentivos fiscais, na medida em que se tornou extensivo às filiais de empresas estrangeiras, também favorece a expansão do capital monopolista[2] na Região, cujos efeitos mais importantes são as exportações de capitais para empresas do Centro-Sul e, por conseguinte, para suas matrizes no exterior. "A implantação de novas atividades manufatureiras no Nordeste, através da aplicação dos recursos dos incentivos fiscais do governo federal, por sua vez, tem contribuído para aumentar o *déficit* no balanço comercial da região por causa das crescentes importações de bens de capital, insumos básicos, matérias-primas e bens de consumo duráveis do resto do País, principalmente do eixo São Paulo–Rio de Janeiro"[3].

Portanto, os programas de criação e ampliação de infra-estrutura básica, como energia e rodovias, implantação de empresas estatais em áreas estratégicas, como a petroquímica e a química, e o mecanismo de crédito tributário, que visa à transferência de poupanças empresariais da

---

[2] Os incentivos fiscais constituem um dos mecanismos de financiamento, pelo Estado Nacional, da expansão monopolista no Brasil em direção ao Nordeste. Essa expansão no mecanismo 34/18 "conduz inevitavelmente as pessoas jurídicas monopolistas ao ápice da pirâmide de dedutores e aplicadores. Essas pessoas jurídicas podem aplicar, diretamente, em projetos próprios ou, indiretamente, em projetos de terceiros. Num caso como noutro, o resultado mais importante é a formação ou a expansão de conglomerados" (OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião).

[3] JATOBÁ, Jorge et al. Expansão capitalista, o papel do estado e o desenvolvimento regional. Porto Alegre: CME/PIMES, 1978. 79 p.

região Centro-Sul para o Nordeste, constituem, em essência, programas que não mudaram ainda o quadro de pobreza e subdesenvolvimento da Região. A própria SUDENE admite, em seu último diagnóstico, a necessidade de se fazer uma profunda revisão nos métodos de promoção do desenvolvimento do Nordeste. Chama a atenção para o fato de que, ainda hoje, 70% da população apta para o trabalho encontra-se subempregada e que o processo de industrialização não ofereceu, até o momento, resultados satisfatórios do ponto de vista das necessidades básicas da população, destacando-se entre estas a ampliação da oferta de empregos e a distribuição da renda.

Um outro fenômeno importante é o fato de que, dentro da Região, vários Estados apresentam níveis de desenvolvimento muito desiguais, embora exista o traço comum, qual seja, a situação de extrema pobreza em que se encontra a maioria da população.

O estado do Piauí, que se destaca como um dos estados mais pobres da Federação, encontra dificuldades ainda maiores para sobreviver dentro desta engrenagem que funciona sob o comando do forte sistema de mercado oligopólico e concentrador em que se solidarizam os interesses da grande indústria nacional, estatal e estrangeira. Apresentando um setor primário arcaico e predominantemente de subsistência e uma frágil estrutura industrial, as pressões da oferta de bens de consumo duráveis e não duráveis, exercidas pelas indústrias do Centro-Sul e pelas filiais nordestinas, têm forçado o crescimento de empregos no setor público, em seus diferentes níveis, além das necessidades que a gerência da administração pública exige. Desta forma, o papel do setor público, no Estado, tem-se constituído num fator de estímulo ao crescimento desproporcional do setor serviços, sobretudo o comércio, em relação aos setores produtivos.

Para demonstrar a hipertrofia do setor serviços, comparado com os demais, a relação valor adicionado da indústria e valor adicionado dos serviços era de 1 para 10, aproximadamente, em 1970, ou seja, enquanto a indústria gerava Cr$ 1,00 de renda, o setor serviços gerava Cr$ 10,00; com respeito à agricultura, a relação era de 1 para 2,5. Por outro lado, devido a esta necessidade de arcar com a parcela substancial de emprego no Estado, a administração pública estadual vê-se inteiramente dependente das transferências federais, já que os recursos próprios não são suficientes sequer para cobrir as despesas com o funcionalismo público. Hoje o setor público estadual representa um apêndice da administração federal, sem autonomia política e financeira, acontecendo o mesmo com o setor municipal.

No campo do planejamento, a ênfase tem sido dada aos programas que interessam aos estados e às regiões mais adiantadas. O pressuposto de que os investimentos de infra-estrutura deveriam atuar, no sentido de compensar as eventuais desvantagens locacionais do estado mais pobre, na disputa por empreendimentos privados, demonstra que esta forma de condução do desenvolvimento não tem dado resultados práticos e objetivos, pois o caráter anárquico da produção e a imprevisibilidade das decisões do capital privado conduzem a situações cujos efeitos podem significar o aumento dos pontos de estrangulamento ao invés da superação dos existentes. Ademais, deve-se levar em conta que os outros estados mais desenvolvidos, por razões econômicas, históricas e políticas, oferecem um leque de oportunidades e incentivos ao capital de origem nacional e estrangeira muito mais atraente do que os estados mais pobres, de maneira que se tem, como resultado, o processo crescente da concentração das atividades econômicas e de recursos em limitadas áreas do espaço econômico nacional.

Portanto, na medida em que a atuação do planejamento, que se limita quando muito às atividades do setor público, coloca ênfase nas obras de infra-estrutura, objetivando a disputa por empreendimentos privados, as decisões nos demais estados da federação concorrem para o mesmo sentido. Assim, a concepção prévia de que os serviços de infra-estrutura constituem precondições para o desenvolvimento dos estados mais atrasados, se não é prejudicial, é, pelo menos, discutível, pois a impressão mais evidente é de que esses serviços, em essência, não provocam mudanças profundas na estrutura sócio-econômica prevalecente, não obstante a importância deles no processo de transformação.

A infra-estrutura de transportes, por exemplo, que integra os mercados nacionais, se por um lado objetiva o escoamento da produção dos estados menos desenvolvidos, por outro, torna os produtos de procedência dos estados mais poderosos mais competitivos, pois estes já se beneficiam com uma série de fatores que reduzem os custos de produção, compensando, destarte, os eventuais custos de transportes. Desta maneira, o somatório de obras de infra-estrutura – não somente aquelas relativas a rodovias de integração interestadual e inter-regional, como também uma série de melhoramentos urbanos, como construção de pontes e amplas avenidas asfaltadas, oferta abundante de energia elétrica, etc. – atua no estado mais pobre, como no caso do Piauí, como verdadeiro fator de estímulo ao consumo de produtos manufaturados de toda a espécie que, obviamente, são importados de outros centros.

Por trás dessa estrutura de consumo que se incentiva, há um aparelho produtivo de características extremamente frágeis, incapaz de reagir e ampliar-se proporcionalmente aos investimentos públicos que são realizados no Estado. Em conseqüência, é de se supor que os investimentos públicos, privilegiando primeiramente os serviços de infra-estrutura, estejam criando verdadeiros pontos de estrangulamento ao crescimento do mercado interno local, uma vez que não produziram mudanças profundas na estrutura produtiva. Quanto ao comportamento do setor privado, não se verificou ainda uma ampliação paralela dos seus investimentos no nível que era de se esperar. Portanto, superar as desvantagens locacionais de um estado pobre numa economia de mercado, via crescimento da infra-estrutura econômica, pode provocar efeitos negativos inesperados ao invés de resolver os problemas sócio-econômicos mais urgentes.

Como resultado do modo de expansão da economia brasileira, o estado do Piauí caracteriza-se fundamentalmente como área de mercado de produtos manufaturados, sejam bens de consumo duráveis e não-duráveis ou bens de capital, matérias-primas, combustíveis, etc., produzidos em outros centros. O processo de desenvolvimento brasileiro, comandado pela região Centro-Sul, impôs ao Piauí uma estrutura de produção de base eminentemente agrária, e definiu um esquema de relações de troca favorável aos centros mais adiantados.

A precariedade do sistema econômico piauiense como um todo deve-se, em grande medida, a esta divisão regional do trabalho que vem se processando no País, bem como às relações históricas de troca desfavoráveis ao Estado, definindo, portanto, uma condição real de acumulação de capital muito mais vantajosa às regiões e centros mais desenvolvidos.

Em decorrência deste processo, um dos efeitos mais importantes é a reprodução, no Estado, de uma estrutura de consumo semelhante àquela que se verifica nos estados mais desenvolvidos cujos mercados já se encontram internacionalizados. Esta reprodução da estrutura de consumo determina também uma estrutura de distribuição da renda interna extremamente desigual e concentrada.

Os mecanismos e políticas econômicas e institucionais ditadas em nível nacional e regional, como, por exemplo, a política salarial, os mecanismos de crédito tributário do artigo 34/18 e FINOR, a política de crédito rural, a política fiscal, etc., são instrumentos conhecidos que tornam o processo de distribuição de renda pessoal cada vez mais regressivo.

Num estado pobre como o Piauí, o fenômeno da concentração da renda é particularmente prejudicial à economia estadual, pois desestimula as inversões na indústria local, mesmo naquelas indústrias tradicionais produtoras de bens de consumo correntes, impedindo, por um lado, a ampliação do mercado interno de forma mais rigorosa e, por outro lado, consolidando uma estrutura de consumo altamente dependente de importações de manufaturados e de alimentos e bebidas mais sofisticadas que são produzidos em outros centros.

Tal fato implica também um aumento menor da demanda efetiva de produtos agrícolas tradicionais de consumo popular que são produzidos no Estado, acarretando um desestímulo ao aumento da produção e da produtividade. Ademais, juntam-se a estes fatos as facilidades oferecidas pelo sistema de crédito que permitem a antecipação do consumo de bens duráveis até mesmo pelas classes mais modestas da escala social. Como este sistema se concentra virtualmente sob controle de empresas não piauienses, os mecanismos de crédito e crescimento das importações favorecerão uma evasão de capitais do Estado para outros centros onde estão sediadas as matrizes das instituições financeiras e empresas de propriedade nacional e estrangeira, produtoras de manufaturados, o que, em outras palavras, significa o aumento, com o correr do tempo, do processo de concentração de recursos em limitadas áreas, em detrimento do estado mais pobre.

De fato, as condições objetivas que condicionam a expansão do desenvolvimento capitalista brasileiro determinam a concentração econômica crescente no Centro-Sul e sobretudo em São Paulo. Esta concentração tem contribuído vertiginosamente para o aprofundamento dos desequilíbrios regionais e tem aumentado as relações de dependência econômica e financeira da economia periférica piauiense, emergindo como traço característico destas relações o crescente *déficit* do balanço comercial do Estado com o centro hegemônico do País.

O único resultado importante que essas relações introduzem no Estado periférico é o estímulo à acumulação comercial que, com o avanço do comércio interestadual e inter-regional, passa a apresentar lucratividade mais imediata e expressiva. Mas, por outro lado, o fortalecimento do setor comercial significa, na verdade, a proliferação de intermediários encarregados da distribuição de produtos importados do Centro-Sul, o que possibilita um mecanismo mais eficiente de saída de renda do Estado em direção ao centro nacional dominante.

Naturalmente, este processo não conseguiu introduzir profundas mudanças nas estruturas dos setores tradicionais da economia periférica. A população rural encontra-se marginalizada econômica e politicamente como sempre foi, e os problemas urbanos tendem a se agravar.

A estrutura agrária, por sua vez, permanece intocável, mantendo as relações arcaicas de trabalho, e o monopólio da posse da terra sobressai como traço mais característico desta estrutura. O comportamento das elites rurais, que historicamente se empenham em consolidar a situação no campo, beneficia-se, inclusive, com os programas governamentais dirigidos ao setor agrícola, que, em essência, significam um estímulo e persistência do latifúndio como forma dominante de exploração da terra.

Esses fatores impedem um crescimento mais acelerado da produção agrícola, o acesso à terra pela massa de trabalhadores que realmente dão uma utilização econômica a ela, e impedem que os pequenos produtores se beneficiem dos mecanismo criados pelo governo para incentivar a produção no campo.

Portanto, para atender à expansão do sistema capitalista brasileiro, os governos tomaram para si a iniciativa de promover no Piauí – a partir principalmente de meados da década de sessenta – uma série de programas, tendo em vista, sobretudo, a implantação da infra-estrutura de rodovias, energia elétrica, etc.

Nestes setores, de fato, ocorreu um surto de crescimento, mas não de desenvolvimento, cuja idéia sugere um processo de transformações profundas nas estruturas sócio-econômicas, culturais e políticas e melhorias das condições de vida da população. Têm-se, como indicadores mais imediatos desta situação, baixos níveis de produtividade no setor rural, baixo nível de vida da grande maioria da população, elevados índices de mortalidade infantil e de analfabetismo, elevado grau de concentração da renda e da propriedade fundiária, etc., enfim, todas aquelas características que se associam à pobreza e ao subdesenvolvimento.

CAPÍTULO 2

PROGRAMAS E POLÍTICAS AGRÍCOLAS

POLÍTICAS RELATIVAS À TERRA – Pela análise efetuada na Parte II desse Ensaio, ficou evidenciado o papel da estrutura fundiária arcaica e da concentração de terras no estrangulamento da agricultura, na predominância da economia não monetária e na manutenção de um sistema produtivo ainda fortemente atado ao que foi introduzido durante a colonização do Piauí. Evidentemente esta situação dominante não pertence só à agricultura estadual. A agricultura nordestina, como um todo (não obstante sua diversidade), vive atualmente as mesmas dificuldades.

Uma análise descritiva e econométrica, realizada pela SUDENE e pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), entre os anos de 1973 e 1974, porém mantida sob sigilo até setembro de 1977, assim resumiu o diagnóstico da agricultura no Nordeste[1]:

a) a agricultura nordestina permanece estagnada ou, na linguagem da análise, permanece em equilíbrio a baixo nível;

b) apresenta baixos níveis de renda e desempenho, sendo que o produto bruto por hectare para toda a terra de lavoura esteve um pouco acima de vinte dólares por ano;

c) da força de trabalho agrícola (quase seis milhões de trabalhadores), menos da metade está permanentemente empregada;

d) é grande a concentração de terra, e somente cerca de um entre oito trabalhadores agrícolas tem acesso formal à terra, sendo que destes proprietários cerca de 1/3 possui terra em quantidade suficiente para gerar renda igual ao salário mínimo;

e) a tecnologia é primitiva e grande é a subutilização da terra.

A título de conclusão, este mesmo estudo da SUDENE/BIRD recomenda:

[1] DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 09 out. 1977.

a) a reforma agrária é um pré-requisito ao desenvolvimento;

b) a reforma da terra, embora sendo um pré-requisito, não é suficiente;

c) torna-se necessária uma orientação da produção;

d) a promoção de uma tecnologia mais racional.

Estas conclusões, no entanto, não se constituem em novidades para qualquer pesquisador social ou político de boa-fé. O fato novo reside na preocupação de órgãos oficiais nacionais e internacionais frente à problemática fundiária, como também de autoridades, como o ex-diretor das Centrais de Abastecimento do Nordeste (CANESA), que, depondo perante Comissão Parlamentar de Inquérito, apontou o fracasso da SUDENE na política de organização agrária e a inutilidade do Estatuto da Terra e do PROTERRA por não atingirem os objetivos estabelecidos[2]. A ausência, no entanto, de uma intervenção capaz de fazer executar uma política de terras e de transformar o quadro secular de atraso não é tão-somente questão de mera legislação (Estatuto da Terra, PROTERRA, etc.). No cerne do problema agrário, na seleção dos métodos de intervenção e na seqüência de sua aplicação, prevalecem mais fatores políticos, sociais e culturais a par de considerações mais estritamente técnicas ou legislativas[3].

No caso concreto do Piauí, os sucessivos governos estaduais têm relegado obstinadamente a questão da terra, erigindo em tabu quaisquer soluções relativas a um melhor uso e a uma mais produtiva e justa distribuição. Mesmo soluções criadas para obedecerem às regras de jogo da economia de mercado, tais como reforma agrária, fundo de terras ou arrendamento social da terra, nunca foram cogitadas pela camada dirigente do Estado. O Piauí teria, no entanto, autonomia suficiente de traçar diretrizes próprias, pelo menos para o uso daquelas terras que constituem patrimônio do Estado, ou de atuar no mercado de terras, tendo em vista o aumento da produção de alimentos e desenvolvimento de um mercado interno de bens de primeira necessidade. Cerca de 8 (oito) milhões de hectares, entre as terras devolutas ou de ausentes, foram transferidos oficialmente para o governo do Estado, em 1946, sendo que, deste total, 1.200 mil hectares foram expropriados dos jesuítas pelo Marquês de Pombal.

---

[2] JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 29 set. 1978.

[3] É interessante verificar como medidas que diziam respeito diretamente à terra (PROTERRA) e às relações de trabalho na zona rural (Estatuto da Terra) ou representaram um fracasso, a ponto de serem criticadas e revistas pelas próprias autoridades (caso do PROTERRA), têm sido sistematicamente ignoradas.

Não existe, contudo, uma tomada de posição do Estado no sentido de fortalecer a economia do produtor de baixa renda. Existem, sim, medidas contrárias aos interesses dos pequenos produtores. A Companhia de Desenvolvimento do Piauí, por exemplo, vinculada à Secretaria de Indústria e Comércio, no tocante às Fazendas Estaduais, montou um esquema que favorece duplamente os grandes agropecuaristas, muitos deles tendo se apoderado de terras estaduais há muito tempo. Uma primeira medida consistiu em conduzir o POLONORDESTE/PI não a uma utilização mais racional daquelas terras, mas à criação de uma infra-estrutura básica de estradas e outros beneficiamentos que as valorizassem e preparassem para a especulação imobiliária. Coube ainda à COMDEPI montar um esquema, objetivando repassar aquelas terras aos já detentores de grandes glebas. Para os pequenos agricultores, antigos moradores destas terras, coube ao POLONORDESTE financiar a demarcação de 1.539 km e a entrega de 200 títulos de posse, numa operação já subproduto das transações e com o objetivo de tornar menos culposa a venda indiscriminada das terras públicas. O mecanismo, instituído pela Companhia e, portanto, pelo governo estadual, consiste basicamente em duas orientações:

a) se uma empresa tem condições para investir num projeto de até 25 mil hectares, o governo do Estado, através da COMDEPI, põe à sua disposição a terra requerida. Para pessoas físicas, o limite máximo é de 3 mil hectares. A Companhia, num primeiro momento, torna-se sócia do projeto sem ainda vender a terra;

b) seguindo ainda a diretriz, transcorrido o prazo de cinco anos e o projeto não estando implantado, a terra retorna ao patrimônio do Estado e o negócio fica automaticamente suspenso. Mas, se o projeto for levado em frente, o pecuarista tem a opção de comprar a terra, variando o preço do hectare de acordo com o município (45 a 80 cruzeiros de 1977).

Este esquema fluido e que facilmente conduz à captura do Estado pelos latifundiários já está em operação, tendo a COMDEPI vendido 16.636 ha de terras no valor total de Cr$ 332.723,54[4]. Ora, a diretriz em foco comporta questionamento em pelo menos dois pontos:

1º) a hipótese de a terra retornar ao patrimônio do Estado, depois do negócio firmado, nunca vai ocorrer, pois, no espaço de cinco anos, sempre será fácil montar qualquer projeto e ensaiar implantação para efeito de merecer terras da COMDEPI;

[4] Números apresentados pela Diretoria de Recursos Fundiários da COMDEPI, em junho de 1978.

2º) as terras, no caso, funcionarão como os incentivos fiscais da SUDENE, em que, após as primeiras liberações de recursos, os projetos facilmente são desativados. Na verdade, nada garante que, depois de comprada a terra, a preço simbólico, o projeto deixe de ser levado em frente ou, de outro modo, que o projeto seja ativado (se necessário for) até o momento da compra da terra pelo pecuarista.

Desta forma, a COMDEPI, além de não solucionar o problema da ociosidade das terras estaduais, evita quaisquer modelos menos convencionais de exploração da terra. Fortalecendo seus grupos de apoio, o governo prefere perder a oportunidade de conduzir experiências de colonização que, concentrando o trabalhador rural, facilitassem as ações de promoção do pequeno produtor. Experiências, aliás, que já foram ou estão sendo enfrentadas por vários níveis (Governo Federal/DNOCS/INCRA; Arquidiocese, Diocese de Oeiras/ANDA; particulares/Ação Social do Vale do Gurguéia), menos pela esfera estadual, que nem sequer chegou a aderir ao Projeto de Desenvolvimento Integral Participativo Rural (DIR-R), financiado pelo governo canadense (CIDA)[5]. Com isto, não se está a induzir que experiências como as do DNOCS resolvam os graves problemas da concentração de terras, ou da agricultura, e que devam ser imitadas pelo Estado. Contudo, as ações desenvolvidas por estes setores deveriam ensinar, por seus erros e acertos, aos governos estaduais que existem formas de intervenção menos prejudiciais aos interesses do bem comum e que experiências como as da Ação Social do Vale do Gurguéia, por serem qualitativamente mais enriquecedoras, precisam ser apoiadas e ampliadas.

PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO E COLONIZAÇÃO – No Piauí, como, de resto, em todo o Nordeste brasileiro, os métodos governamentais de intervenção no setor agrário e agrícola emanaram originalmente do poder central. Tais intervenções, hoje, podem ser analisadas em dois tempos distintos. Num primeiro momento, houve ampla predominância daquelas ações setoriais, casuísticas e de emergência que sobressaíram sobretudo quando, nas grandes secas e nas irregularidades das chuvas, a debilitada estrutura produtiva do Estado mostrava, então, sua verdadeira face. O governo federal, através do IOCS e IFOCS[6] primeiro e do DNOCS depois, voltava-se ora para o assistencialismo imediato, ora para a "solução

[5] Este projeto, localizado no município de Cristino Castro, está abandonado, em decorrência da precária situação da Fundação Projeto Piauí.

[6] Siglas da Inspetoria de Obras Contra as Secas e da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, instaladas em 1909 e 1919, respectivamente.

hidráulica" de construção de açudes e poços. Ressalte-se, no entanto, que este tipo de ação assistencial, também chamada de "política compensatória de emergência", não é coisa do passado piauiense quando não eram ainda conhecidos padrões de intervenções planejadas e mais eficazes. Este mesmo modelo de intervenção o DNOCS aplicou na seca de 1970 e na emergência de julho de 76 – janeiro de 77, quando, às pressas, 2.718 pessoas tiveram de ser listadas para fazerem aterros, construção e desobstrução de valetas e sarjetas nas frentes de trabalho.

Desta fase de "política compensatória de emergência" (até à década dos quarenta) ou de políticas de compensação às classes dominantes regionais, pela perda relativa da capacidade de decisão em escala nacional, o DNOCS pouco deixou no Piauí, em termo de investimentos infra-estruturais. O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais[7], a propósito, lembra o fato de que, no Ceará, açudes de grande envergadura se registram com facilidade, mas caprichosamente, estão fora da faixa compreendida pela bacia do Parnaíba – como os reservatórios de Araras, Banabuiú e Orós. O Caldeirão, o maior açude do Piauí e construído em 1939, reserva apenas 54.000.000 de metros cúbicos contra, por exemplo, 104.000.000 de metros cúbicos do açude Aires de Souza, que é o menor entre os cinco grandes açudes do Ceará. No estado vizinho, os investimentos do DNOCS foram necessários para expandir a pecuária dos grandes e médios fazendeiros e dos proprietários dos grandes algodoais e carnaubais, a ponto de tornar-se "completamente indistinta a linha divisória entre o DNOCS e estes proprietários"[8]. Embora pouco se conheça sobre as imbricações DNOCS e grandes proprietários no Piauí, o certo é que as suas pressões, aqui, foram, sempre de menor intensidade. Deste modo, incluídos os pequenos açudes particulares e os açudes públicos, a armazenagem total de água no Piauí não chega a 500.000.000 de metros cúbicos, não obstante 82% de seu território pertencerem ao Polígono das Secas.

Esta política – quase exclusiva de fixação de infra-estrutura de reservatórios de água, poços e vias de comunicações, reforçada em 1901, quando se impôs a necessidade da luta contra as secas – mostrou-se no correr do tempo, comprovadamente, insuficiente. Uma prova é que, no início dos anos cinqüenta, segundo a SUDENE, "a economia regional do Nordeste estava praticamente estagnada, com taxas de crescimento quase

[7] IJNPS. Diagnóstico do Vale do Parnaíba. Recife, 1972. p.123.
[8] OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.50.

iguais ou levemente superiores às de crescimento da população". Foi esta realidade, aliada às crises climáticas e aos movimentos políticos da época, que conduziram a uma reconsideração da base de conhecimento sobre o Nordeste e dos instrumentos até então utilizados no combate ao subdesenvolvimento.

As discussões sobre estes problemas e os novos encaminhamentos redundaram na criação do Banco do Nordeste do Brasil[9], em 1952, da Comissão de Desenvolvimento do Nordeste ou CODENO[10] e da SUDENE, em 1959. E é neste quadro, também, que o programa de intervenção social do DNOCS passa a se redefinir, dando início a uma segunda fase de sua atuação. Antes servindo fundamentalmente como instrumento de fortalecimento dos grupos locais de poder (através da indústria da seca) agora ele passa a instrumento da integração nacional. Para isto, o DNOCS teve de se uniformizar e modernizar, implantando novos métodos, combinando formas improvisadas de intervenção com formas planejadas, definindo-se pela utilização das águas represadas. Nesta readaptação de função, cabe ao DNOCS a execução do Programa de Integração Nacional (PIN) naquilo que se refere à colonização e à irrigação. A partir de então, a irrigação, que já era uma atividade do DNOCS, se transforma em panacéia a orientar suas ações na área da agricultura nordestina, muito embora a primeira lei de irrigação do País já venha se arrastando desde 1940.

No Piauí, como os programas federais chegam e são implantados quase infalivelmente com defasagem de tempo, os 450 primeiros hectares irrigados só entraram em operação em 1971. Corroborando ainda este raciocínio, sejam lembrados outros dados: O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) foi lançado em outubro de 1974 mas só entrou em operação no Piauí, em janeiro de 1976. O Programa de Apoio ao Fortalecimento da Economia da Zona Semi-Árida, Projeto Sertanejo, foi iniciado com um ano de atraso. E o Programa de Pesquisa do Trópico Semi-Árido, segmento agrícola, simplesmente não chegou ainda ao Estado. Tudo indica, porém, já se tratar de uma herança histórica profundamente desgastante para as políticas de desenvolvimento do Estado, sobretudo quando se junta a este atraso da

[9] Após muito debate no Congresso Nacional os políticos cearenses conseguiram que o BNB tivesse sede em Fortaleza.

[10] A CODENO, também chamada de pré-SUDENE, composta pelos nove governadores do Nordeste, reuniu-se inclusive em Teresina para estudar os rumos da irrigação, em 05.08.59. A Mensagem Governamental de 01.06.1960 denomina este encontro de "histórica reunião de significativa homenagem ao povo piauiense".

chegada dos programas os atrasos em meio a sua execução. Uma herança afinal que vem do tempo de D. João VI. Em 1811, D. João, por Carta Régia, decretava a abertura de um porto no Piauí. Em 1971, 160 anos depois, o Ministério dos Transportes iniciou estes estudos. Ora, pela situação peculiar do Estado, se constituindo o maior "bolsão de pobreza" do País, deveria acontecer precisamente o contrário. Numa outra lógica e escala de valores, as especificidades do Piauí o elegeriam à condição de grande laboratório para experiências pioneiras de programas e projetos oficiais da Região, de tal modo a poder-se testar, adaptar e disseminar modelos não convencionais de planejamento, de desenvolvimento, novas técnicas não agrícolas e agrícolas, inclusive irrigação.

O Programa Federal de Irrigação no Piauí integra um conjunto de funções da alçada do DNOCS, tais como Ciência e Tecnologia, Promoção e Extensão Rural, Organização Agrária, Produção Animal, Programas Integrados. Combinando todas essas ações, o DNOCS atua nos municípios de Piripiri (Projeto Caldeirão, implantado em 1971), Luzilândia (Projeto Lagoas do Piauí, implantado em 1971), Simplício Mendes (Projeto Vale do Fidalgo, implantado em 1969) e no município de Cristino Castro (Projeto Vale do Gurguéia, com implantação prevista para 1979). Um resumo da situação destes projetos é mostrado no quadro 1.

Os benefícios sociais advindos destes 4 projetos de irrigação do Piauí são, contudo, irrisórios diante da necessidade de produção de alimentos do Estado e diante de comparações com as demais Diretorias Regionais do DNOCS.

QUADRO 1
ESTADO DO PIAUÍ
SITUAÇÃO DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO ATÉ 1979

PROJETOS	ÁREA IRRIGADA					ÁREA DE SEQUEIRO					COLONOS		
	TOTAL PREVISTO	ATÉ JUN./1977		ATÉ DEZ./1979		TOTAL PREVISTO	ATÉ JUN./1977		ATÉ DEZ./1979		TOTAL PREVISTO	ASSENTADOS	
		IMPLANTAÇÃO	OPERAÇÃO	IMPLANTAÇÃO	OPERAÇÃO		IMPLANTAÇÃO	OPERAÇÃO	IMPLANTAÇÃO	OPERAÇÃO		ATÉ JUN./1977	ATÉ DEZ./1979
• Vale do Gurguéia (Cristino Castro)	12.000	–	–	6.000	4.000	100.000	–	–	44.000	40.000	3.000	–	2.000
• Caldeirão (Piripiri)	450	450	363	–	810	750	750	750	–	750	120	90	120
• Lagoas do Piauí (Luzilândia)	455	455	50	–	455	2.700	–	375	2.700	2.700	177	120	177
• Vale do Fidalgo (Simplício Mendes)	580	163	71	417	621	22.000	86	86	21.914	22.000	260	30	260
TOTAIS 1ª DIRETORIA	**13.485**	**1.608**	**484**	**6.417**	**5.886**	**125.450**	**836**	**1.211**	**68.614**	**65.450**	**3.757**	**240**	**2.557**

FONTE: BRASIL. Ministério do Interior. Balanço das ações governamentais em curso no nordeste (com ênfase ao período 1974–1977).

Mesmo não realizando comparações utilizando indicadores extraídos da economia estadual, um conjunto de informações levantadas de documentos oficiais do DNOCS[11] permitem algumas inferências sobre a atuação autocrática do DNOCS no Estado. Em termos de área irrigada em implantação, o Piauí é o estado de situação mais desfavorável. O mesmo ocorre quanto à área irrigada em operação (484 ha do Piauí, contra 4.783 ha da 2ª Diretoria Regional, 3.067 ha da 3ª Diretoria e 891 ha da 4ª Diretoria). Esta área torna-se ainda mais insignificante quando se sabe que 65% da área irrigada pela União encontram-se, não no Nordeste, mas no Rio Grande do Sul. Em termos de número de colonos assentados, embora 82,50% do território da 1ª Diretoria esteja incluído no Polígono das Secas, até junho de 1977 existiam assentadas 240 famílias. Enquanto isto a 2ª Diretoria, sediada em Fortaleza, possuindo menos terra dentro do Polígono, já está com 1.197 colonos assentados, entre os quais 410 só no Projeto de Banabuiú, em Morada Nova. Este Projeto, em 1976, teve uma produção comercializada no valor de Cr$ 21,5 milhões, contra Cr$ 3,8 milhões do Projeto Caldeirão. O valor bruto acumulado da produção agrícola e animal dos projetos do DNOCS no Piauí, até 1976, atingiu somente Cr$ 6,6 milhões, e o valor da produção no ano em foco atingiu Cr$ 3,9 milhões. Este resultado, se comparado ao volume das inversões ou das despesas de capital do DNOCS no Piauí, durante 1976, se outra coisa não disser, pelo menos faz ver que tão-somente injetar dinheiro numa região não resolve o problema de superação da pobreza.

Computando os recursos destinados à despesa de capital, oriundos do Programa de Integração Nacional, do POLONORDESTE/75, POLONORDESTE/76, do FDPI (Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados) e de outros convênios, o DNOCS investiu, em 1976, diretamente nos projetos de irrigação, a soma de Cr$ 114.329.100,52. Neste cálculo não estão, porém, incluídas as várias despesas correntes e mesmo aquelas despesas de capital relativas à Administração, Planejamento, Ciência e Tecnologia, Organização Agrária, Produção Animal, Promoção e Extensão Rural e Saneamento. No projeto Gurguéia que, na filosofia de grandeza do DNOCS, "deverá ser o maior empreendimento agropecuário brasileiro"[12], a despesa média de instalação de uma família é de Cr$ 70.000,00, aí não sendo computados os pré-investimentos com os estudos básicos e a desapropriação de terras[13]. Enquanto, por exemplo, nos núcle-

[11] BRASIL. DNOCS. Relatório do DNOCS, 1976. Fortaleza, 1976. s.p.
[12] BRASIL. DNOCS. Água, terra e tecnologia. Brasília, 1975. s.p.
[13] JORNAL DO COMÉRCIO, Recife, 8-11. dez.1977.

os de colonização da Ação Social do Vale do Gurguéia[14], trabalhadores rurais em mutirão, do corte de madeira à fabricação de tijolos e telhas, constroem uma casa de seis cômodos por menos de Cr$ 7.000,00, este preço sobe para mais de Cr$ 30.000,00 para as residências de igual tamanho dos colonos do projeto piloto do DNOCS. A proposta de desenvolvimento do DNOCS é, portanto, uma proposta demasiadamente cara, baseada no uso intensivo de capital e claramente contrastante com a realidade do Estado[15].

Com certeza, por requerer grandes inversões, é que seu Plano Diretor para o Gurguéia, que teria início em 1975, teve implantação adiada. Os quatro projetos recomendados pelas pesquisas e levantamentos prévios (Angico, Atalaia, Parnaguá, Contrato) estariam implantados, na região considerada o celeiro piauiense, até 1982. Os prazos, no entanto, foram prorrogados, não obstante o MINTER assegurar que "o Programa de Irrigação do Nordeste ultrapassa, nos dias atuais, a fronteira das indefinições políticas e da escassez de recursos financeiros e materiais, graças ao apoio decisivo que o governo federal confere ao desenvolvimento da agricultura"[16]. A última Exposição de Motivos (jan./78) da SEPLAN-PR, que discrimina os recursos de 1978 para o POLONORDESTE e o Programa de Irrigação, contemplou o Piauí com Cr$ 159,9 milhões para efeito de irrigação, através do Programa de Integração Nacional. Deste total, caberá ao Vale do Gurguéia a soma de Cr$ 100,0 milhões e, portanto, não será desta feita que o DNOCS levará em frente seu Plano Diretor para a área.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS INTEGRADAS DO NORDESTE – Criado em 23.10.1974 o POLONORDESTE, ao lado do Programa de Irrigação e outros de âmbito regional, integra o II PND/NE. Concebido teoricamente para desenvolver ações diferenciadoras. O Programa leva em consideração áreas físicas ecologicamente distintas (Áreas dos Vales Úmidos, Áreas das Serras Úmidas de Agricultura Seca, Áreas dos Tabuleiros Costeiros, Áreas da Pré-Amazônia) e, do ponto de vista das ca-

[14] A Ação Social do Vale do Gurguéia, uma experiência de desenvolvimento comunitário, desenvolve no momento quatro projetos: Aliança do Gurguéia (em consolidação), Várzea Grande, Taquari e Santa Fé, e onde em todos eles a orientação básica consiste em "não impingir fórmulas acabadas ao trabalhador rural".

[15] Em comparação com as práticas agrícolas da região, a moderna tecnologia do DNOCS se constitui um transplante sem critério. Em nome da sofisticação, por exemplo, 13.800 metros de antigos canais de irrigação, integrantes de sistemas mais "rudimentares", estão sendo substituídos no Projeto Caldeirão.

[16] BRASIL. Ministério do Interior. Balanço das ações governamentais em curso no Nordeste; com ênfase no período 1974–1977. Brasília, 1977. p.22.

madas sociais, define-se como sendo mais um programa de apoio ao trabalhador rural. Sua fundamentação formal destaca a necessidade de integração de ações no meio rural, de tal maneira que aspectos físicos, econômicos, sociais, organizacionais e políticos conduzam a linha de ação que integrem a indústria e os serviços à agricultura. As áreas integradas foram consideradas como "pólos rurais de desenvolvimento"[17], tendo em vista descobrir características unificadoras e potencialidades capazes de multiplicar os efeitos da ação planejada que nelas sejam executadas. Hoje, as intervenções do POLONORDESTE se desenvolvem através de 31 Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs), 4 projetos de colonização (um no Maranhão, dois no Rio Grande do Norte, um na Bahia), 53 projetos de irrigação, além de ações complementares ao Programa a cargo da SUDENE e dos governos estaduais. No momento também o BIRD e o BID prestam assessoria técnica a quase todos os PDRIs.

No Piauí, considerando-se a data de recebimento dos primeiros recursos (outubro de 1976), o programa chegou a defasagem de um ano, não se encontrando, portanto, ainda suficientemente consolidado. Daí também seus resultados e sua sistemática de execução não resistirem ainda a uma avaliação técnica que considere custos, benefícios, e exame da adequação do modelo à prática ora levada a efeito no Estado. Talvez por isso a avaliação empreendida pela SUDENE (coordenadora regional do programa) venha a se constituir, tão-somente, num confronto entre as metas previstas e aquelas alcançadas. Esta metodologia, porém, é reconhecidamente insuficiente numa avaliação séria de programas. Ela não fornece subsídios capazes de realimentar as tomadas de decisão dentro das diretrizes preestabelecidas e das peculiaridades da aplicação do POLONORDESTE.

Daí, acredita-se mesmo que a preocupação em acompanhar e avaliar um programa dessa monta deveria ter antecedido a preocupação de determinar, por exemplo, áreas e percentuais fixos para investimentos nos vários setores. Nisto vai, com certeza, uma rigidez na condução dos trabalhos, reflexo evidente da centralização do planejamento nacional.

As áreas-programas de atuação do POLONORDESTE – Delta do Parnaíba, Fazendas Estaduais, Vale do Fidalgo, Médio Gurguéia, Sul do Gurguéia – representam 34,40% do território do Estado e, em termos de população envolvida, representam ainda menos, ou seja, 26,56% da po-

[17] Seria, portanto, uma aplicação da Teoria dos Pólos, criada por François Perroux e outros, em um modelo de desenvolvimento voltado para o interior do Nordeste.

pulação total[18]. Como áreas-piloto, contudo, é de se esperar que suas experiências possam levar à criação de novos pólos dentro do Estado. Se por um lado a significação do POLONORDESTE não pode ser bem aquilatada mediante sua abrangência territorial e o número de pessoas atingidas, por outro lado seu impacto pode ser medido quando visto como fonte de recursos que não se deixa superar por nenhuma outra da administração direta do Estado. A primeira avaliação estadual (agosto de 1977) dá conta de que "a programação prevista (e realizada) para 1977, no valor de Cr$ 120,00 milhões, supera todas as demais aplicações em investimentos, conforme se pode confrontar: Cr$ 81,1 milhões do Fundo de Participação do Estado, Cr$ 46,2 milhões do Fundo Especial, Cr$ 93,6 milhões do Fundo Rodoviário Nacional, Cr$ 53,6 milhões do Imposto Único sobre Energia Elétrica, Cr$ 44,1 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional/Salário Educação". Sob a ótica de aporte de recursos, o POLONORDESTE tem sido, de fato, importante para as ações do crescimento piauiense. O exame da alocação de recursos por Estado mostra, inclusive, que, de 1977 para 1978, o Piauí teve vantagem comparativamente aos demais Estados, conforme o quadro 2 discrimina.

Frente, porém, às necessidades do desenvolvimento social, frente ao desafio dos desequilíbrios inter-regionais e pessoais de renda, esses recursos pouco representam. A própria SUDENE assim analisa os recursos que financiam o desenvolvimento: "As ações diferenciadoras ou especiais, desenvolvidas através do POLONORDESTE, FINOR, Sertanejo, Agroindústria, Capitais e Cidades de Porte Médio e outros programas, não chegam a ter maior expressão se confrontadas com as necessidades regionais face ao desafio dos desequilíbrios inter-regionais de renda ou mesmo frente às ações executadas em outras áreas mais ricas. Dentro desse prisma, 10 a 12 bilhões de cruzeiros, aplicados anualmente por esses programas, representam cifra insignificante"[19] (ver considerações sobre a Problemática Regional do Nordeste, documento preliminar para discussão interna, 1ª versão, Recife, março-78).

Os recursos destinados pelo POLONORDESTE ao Piauí foram alocados por projetos, conforme o quadro 3 discrimina, e suas aplicações

[18] Nestes percentuais não foram incluídos ainda a área Norte do Vale do Gurguéia nem o município de São João do Piauí, no PDRI do Vale do Fidalgo.

[19] O Sr. Nílson Holanda, Presidente do BNB, em entrevista ao JB – 24.08.77, ressalta, por exemplo, que só o orçamento de Itaipu levou Cr$ 130 bilhões, enquanto Cr$ 10 bilhões foram perdidos no saneamento do mercado financeiro concentrado no Centro-Sul, o que mostra o caráter conflitante das prioridades do Planejamento Central.

QUADRO 2
UNIDADE TÉCNICA DO POLONORDESTE (PDRIs)
ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR ESTADOS (CR$ 1.000,00)
1976–78

ESTADO	1976	1977	77/76 (%)	1978	78/77 (%)
Piauí	100.000	120.000	20,0	201.000	67,5
Maranhão	40.000	65.000	62,5	68.000	4,6
Ceará	120.000	158.000	31,7	263.000	66,5
Rio Grande do Norte	80.000	144.000	80,0	189.000	31,3
Paraíba	85.000	149.000	75,3	241.000	61,7
Pernambuco	120.000	169.000	40,8	235.000	39,1
Alagoas	40.000	40.000	0,0	120.000	300,0
Sergipe	40.000	100.000	150,0	120.000	20,0
Bahia	160.000	190.000	18,7	275.000	44,6
TOTAL	**765.000**	**1.135.000**	**48,4**	**1.712.000**	**50,8**

FONTE: E.M. n.º 017/76, de 10.02.76, E.M. n.º 068/77, de 12.04.77, E.M. n.º 037/78, de 15.02.78, da SEPLAN-PR.

setoriais ou programáticas já são capazes de fornecer alguns pontos de discussão. As ações desenvolvidas com estes recursos, dentro de cada projeto, estão a levar muitos técnicos a questionamento sobre seu conteúdo, originalidade e eficácia, fortalecendo-se a idéia de que a prática do POLONORDESTE/PI não se ajusta ao modelo concebido em nível central. O que leva a esta conclusão, basicamente, são duas razões:

1ª) Mesmo sendo implantado no Piauí com defasagem de tempo, o Programa ainda chega sem diretrizes a respeito de seus beneficiários ou de sua população-meta[20]. Mais tarde, porém, quando foi apresentada uma definição sobre o público-meta, os projetos em marcha não sofreram mais reorientação, de modo que ainda hoje existe a carência de uma assimilação e de uma estratégia em termos destes beneficiários.

2ª) Outro indicador das distorções entre a concepção do Programa e a prática estadual é evidenciado na estrutura dos investimentos realizados. Ela mostra que a velha política de infra-estrutura (que nunca se bastará) absorveu os investimentos do POLONORDESTE/PI em detrimento das atividades diretamente produtivas.

[20] O decreto de criação do Programa não definiu claramente seu público-meta, o que só foi esclarecido depois de dois instrumentos de planejamento: Esboço das Diretrizes para o Planejamento e Diretrizes para Crédito Rural. Aliás, dada a pressa de lançamento do Programa, os instrumentos necessários à sua implementação estão sendo desenvolvidos ao longo da execução e isto tem acarretado problemas de inúmeras ordens.

QUADRO 3
ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE TÉCNICA DO POLONORDESTE
RECURSOS ALOCADOS PELO POLONORDESTE (PDRIs)
1976–78

PROJETOS	RECURSOS (EM Cr$ MILHÕES)			TOTAL
	76	77	78	
1. Delta do Parnaíba	16,0	40,0	60,0	116,0
2. Fazendas Estaduais	22,8	10,0	17,0	49,8
3. Vale do Fidalgo	24,2	20,0	22,0	66,2
4. Médio Gurguéia	–	20,0	27,0	47,0
5. Sul do Gurguéia	37,0	30,0	55,0	122,0
6. Norte do Gurguéia	–	–	20,0	20,0
TOTAL	**100,0**	**120,0**	**201,0**	**421,0**

FONTE: E.M. n.º 017/76, de 10.02.76, E.M. n.º 068/77, de 13.04.77, E.M. n.º 037/78, de 15.02.78, da SEPLAN-PR.

Levado por indefinições referenciais (ausência da caracterização de "pequeno produtor", "ação integrada", "pólo irrigador de efeitos"), por indefectíveis conveniências políticas, por falta de instrumentos de planejamento e de acompanhamento e por desorganizações administrativas iniciais, o Programa só pôde ter orientação oposta àquela expressa no documento "POLONORDESTE: o esforço de planejamento". Sob a alegação de que "a grande extensão territorial, com problemas diversos em cada uma das regiões do Estado, requer antes a organização do espaço, através da infra-estrutura viária, inclusive vicinais"[21], os vários programas setoriais açambarcaram o POLONORDESTE, em vez de buscar formas de entrosamento daquelas metas estaduais com a filosofia e execução do novo programa.

O quadro 4 (Percentuais de Aplicações por Subprogramas) mostra a estrutura dos investimentos do Programa e, conseqüentemente, os percentuais repassados aos vários órgãos setoriais. Em 1976 e 1977, o maior investimento foi em estradas (54,10% e 32,00% dos recursos totais), justificando, por exemplo, que quase todo o orçamento da Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Piauí (CODERPI) tenha o POLONORDESTE como fonte. Seguindo as inversões em estradas, vêm as compras de tratores realizadas pela CIDAPI (16,27% e 25,43%, respectivamente) e a assistência técnica e extensão rural. Em 1977, os investimentos em

[21] PIAUÍ. Secretaria de Planejamento. POLONORDESTE no Piauí: uma avaliação. Teresina, 1977. 16f.

educação rural conseguiram melhor destaque, enquanto que as ações de saúde pública tiveram baixa prioridade de inversões (3,27% e 3,38%). Hoje, portanto, pelo menos na região do Vale do Gurguéia, há uma corrida dos prefeitos municipais em direção às estradas do POLONORDESTE. Excluídas outras razões de ordem pessoal dos prefeitos, esta corrida baseia-se mais no desejo de distribuir igualmente as facilidades de transporte em relação à área ou população do que na demanda de estradas para escoamento da produção. Numa economia fundamentalmente de autoconsumo, o pouco excedente agrícola mal chega às feiras das sedes municipais, no caso, filhas das primeiras fazendas e currais. Comprova-se, por outro lado, que essas estradas e compras de tratores estão se constituindo em verdadeira sangria de recursos para fora do Estado, através das empresas construtoras e das revendedoras de equipamentos e implementos agrícolas. As pequenas firmas piauienses envolvidas no POLONORDESTE pouco concorrem para enfrentar este fenômeno, que, inclusive, já se espraia em grandes áreas da administração estadual.

QUADRO 4
ESTADO DO PIAUÍ
PERCENTUAIS DE APLICAÇÕES POR SUBPROGRAMAS DO POLONORDESTE
1976/1977

PROGRAMAS	VALOR (Cr$ 1,00)			
	1976		1977	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
01. Extensão Rural	6.470.000	6,47	12.853.067	10,71
02. Comercialização da Produção	500.000	0,50	2.081.700	1,73
03. Agropecuária	16.270.000	16,27	30.514.936	25,43
04. Pesquisa/Experimentação*	3.415.000	3,42	2.761.000	2,30
05. Crédito Rural**	–	–	–	–
06. Estradas	54.100.000	54,10	38.400.000	32,00
07. Eletrificação Rural	–	–	5.900.000	4,92
08. Educação	3.625.000	3,62	16.539.297	13,78
09. Saúde	3.270.000	3,27	4.050.000	3,38
10. Obras	6.350.000	6,35	–	–
11. Administração/Planejamento	2.800.000	2,80	4.200.000	3,50
12. Demarcação de Terras	3.200.000	3,20	2.700.000	2,25
TOTAL	**100.000.000**	**100,00**	**120.000.000**	**100,00**

FONTE: Unidade Técnica do POLONORDESTE.
* Inclusive a pesquisa agro-sócio-econômica realizada.
** Os recursos para crédito rural não foram incluídos por não serem administrados pela Unidade Técnica do POLONORDESTE.

O quadro 5, por sua vez, além de mostrar a distribuição de recursos por área-programa, mostra um outro fato. Os mesmos subprojetos e as mesmas atividades desenvolvidas estão em quase todos os PDRIs, sugerindo, assim, que as áreas tenham as mesmas necessidades e as mesmas potencialidades. As ações não estão sendo, pois, diferenciadas de área para área. Ou o diagnóstico de cada uma não captou toda a realidade local, ou as soluções apresentadas não se coadunam com os diagnósticos, o que é mais provável.

OUTRAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS FEDERAIS NO PIAUÍ – Pertencentes à área federal, além do Programa de Irrigação e do POLONORDESTE, podem ser arrolados ainda, como programas agrícolas, os seguintes[22]:

a) Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (criado em 1974);

b) Projeto Sertanejo (criado em 23.08.76, por inspiração da SUDENE);

c) Programa do Trópico Semi-Árido (criado em 19.11.74);

d) Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales.

A atuação desses programas, contudo, quase nada tem contribuído para o desenvolvimento do sistema produtivo piauiense, seja pela condição de recém-chegados, seja pela semi-exclusão do Piauí de suas metas de trabalho. O Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, por exemplo, com quatro anos de criado, beneficia um único projeto agroindustrial do Delta do Parnaíba, enquanto beneficia 5 projetos no Ceará, 4 no Rio Grande do Norte, 2 na Bahia, 3 em Minas, 8 em Pernambuco e outros mais, num total de 26 projetos. Criado para incentivar o aproveitamento das matérias-primas locais, a idéia que estimula e orienta hoje o desenvolvimento do Programa consiste em ampliar os benefícios advindos dos PDRIs do POLONORDESTE (onde se supõe haja aumento da produção agropecuária e da produção hortifrutigranjeira), integrando a agricultura dos PDRIs à indústria de transformação agrícola. Por isso é que as linhas de produção do Programa foram definidas como sendo a produção de sucos enlatados, concentrados de tomates e doces de frutas diversas, produtos lácteos, óleos especiais, rações e produtos derivados de carne.

[22] Neste ponto, também a política de preços mínimos e os empréstimos agrícolas deveriam ser analisados, mas, na ocasião solicitada, não foi possível obter informações do Banco do Brasil.

QUADRO 5
POLONORDESTE – PIAUÍ
PERCENTUAIS DE APLICAÇÕES* POR SUBPROJETOS DOS PLANOS OPERATIVOS ANUAIS 76/77 E 77/78

SITUAÇÃO ATÉ NOV./1978

SUBPROJETOS	DELTA DO PARNAÍBA		FAZENDAS ESTADUAIS		VALE DO FIDALGO		MÉDIO GURGUÉIA		SUL DO GURGUÉIA	
	76/77	77/78	76/77	77/78	76/77	77/78	76/77	77/78	76/77	77/78
01. Assistência Técnica e Extensão Rural	9,3	11,0	–	–	7,0	14,0	–	10,0	9,0	12,0
02. Abastecimento de Insumos	–	4,0	4,0	–	4,0	–	–	2,0	3,0	–
03. Mecanização Agrícola	–	16,0	–	–	19,0	25,0	–	6,0	10,0	15,0
04. Defesa Sanitária Animal	–	2,0	4,0	7,0	4,0	4,0	–	3,0	1,0	3,0
05. Serviço de Informação de Mercado	0,6	0,3	–	–	–	–	–	1,0	1,0	1,0
06. Assistência Técnica às Cooperativas	–	0,7	–	–	–	–	–	–	–	–
07. Armazenamento	9,4	–	–	–	2,0	6,0	–	–	–	–
08. Pesquisa e Exp. Agropecuária	6,7	6,0	–	–	–	–	–	19,0	3,0	–
09. Estradas Vicinais	72,0	29,0	34,0	31,0	53,0	37,0	–	30,0	61,0	37,0
10. Eletrificação Rural	–	6,0	–	–	–	–	–	9,0	–	6,0
11. Educação	2,0	8,0	16,0	17,0	4,0	13,0	–	19,0	4,0	11,0
12. Saúde	–	6,0	7,0	2,0	7,0	1,0	–	1,0	1,0	3,0
13. Centro de Desenvolvimento Agropecuário e Galpão para Máquinas	–	–	–	12,0	–	–	–	–	–	–
14. Poços Testes	–	–	9,0	–	–	–	–	–	–	–
15. Delimitação das Fazendas	–	–	14,0	31,0	–	–	–	–	–	–
16. Pesquisa Agro-Sócio-Econômica	–	–	3,0	–	–	–	–	–	–	–
17. Manutenção da Equipe para o Centro de Desenvolvimento Agropecuário	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
18. Avaliação, Acompanhamento e Exp. de Colonização	–	–	–	–	–	–	–	–	–	12,0
19. Administração de Projetos	–	11,0	9,0	–	–	–	–	–	–	–
TOTAL	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**–**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

FONTE: Unidade Técnica do POLONORDESTE – PI.
* Aplicações Efetivas.

A respeito do Projeto Sertanejo (Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste), não se pode ainda tentar qualquer avaliação de conteúdo, uma vez que suas atividades (formação de reservas d'água, intensificação da produção irrigada, fomento à agricultura seca, intensificação da produção pecuária, reorganização de estrutura fundiária) ainda estão sendo implantadas. Três núcleos do Sertanejo estavam com implantação prevista para 1977: Núcleo de Simplício Mendes, a cargo do DNOCS, Núcleo de Piripiri, também a cargo do DNOCS, e Núcleo de São Raimundo Nonato, tendo o governo do Estado como órgão executor. Destes, os dois primeiros foram instalados até outubro de 77, após os treinamentos das equipes. Com respeito ao Núcleo a cargo do governo do Estado, dada a questão inicial de redefinição da área de atuação, só mais tarde veio a ser implantado.

Quanto ao Programa do Trópico Semi-Árido, ele integra o II Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (segmento do II PND voltado para a Ciência e Tecnologia) e tem como objetivo realizar pesquisa sobre agricultura de sequeiro, pesquisa sobre pecuária, pesquisa sobre irrigação e drenagem e pesquisa sobre o meio ambiente. Sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(CNPq), órgão sem qualquer relação com o governo do Piauí, apesar dos esforços da Fundação CEPRO[23], o programa tem um segmento agrícola e outro não agrícola. Para as pesquisas agrícolas, conta com o apoio das Empresas Estaduais de Pesquisas Agropecuárias e com o Sistema Brasileiro de Pesquisas Agropecuárias (constituído pelo Centro Nacional de Pesquisa da Mandioca – BA, Centro Nacional de Pesquisa de Algodão – PB, Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos – CE e pelas Unidades Estaduais de Pesquisa da EMBRAPA). Para as pesquisas não agrícolas, conta, sobretudo, com as Universidades. Este programa marca uma única realização no Estado – a implantação do Centro deTecnologia da FUFPI, em que contribuiu com Cr$ 705.000,00[24], já que as pesquisas sobre algodão arbóreo,

[23] Inexistindo na estrutura organizacional do Estado uma Secretaria de Ciência e Tecnologia ou uma Empresa Estadual de Pesquisas Agropecuárias, a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) tentou convênios e aproximações com o CNPq, não tendo,porém, conseguido sucesso. Uma explicação estaria no fato de a Fundação CEPRO não se dedicar também à pesquisa tecnológica.

[24] Ao criar o Centro de Tecnologia da FUFPI, o Programa agiu em apoio à ação própria do MEC. Como o Centro foi localizado na estrutura acadêmica e, portanto, burocrática da Universidade, nasce daí a incerteza de que tão cedo possa o Centro oferecer respostas às necessidades de tecnologia própria para o Estado, como, por exemplo, desenvolver uma tecnologia do couro, levar ao aproveitamento integral do babaçu e tucum ou pesquisar por que a pescada do rio Parnaíba existe mais abundantemente dentro do Orós-CE, e não no Caldeirão-PI.

feijão e arroz, realizadas pela EMBRAPA/UEPAE, nos municípios de São Julião, Picos, Itainópolis e Eliseu Martins, são financiadas, entre outras fontes, pelo POLONORDESTE/PI. O POLONORDESTE repassou de seu orçamento para a EMBRAPA, em 1976 e 1988, 3,42% e 1,97%, respectivamente[25]. A propósito, a UEPAE da EMBRAPA é praticamente o único gerador de tecnologia agrícola no Estado, uma vez que não se despertou ainda para a necessidade de criação de um Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, no qual possa atuar, por exemplo, uma Empresa Estadual de Pesquisas Agropecuárias.

Antes de examinar a atuação do Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales, convém ressaltar uma importante questão. A economia agrícola do Estado tem, da parte do meio ambiente, dois estrangulamentos já bem conhecidos:

a) Os repiquetes do rio Longá;

b) Os repiquetes do rio Gurguéia.

Os repiquetes constituem um fenômeno que, às vezes, mais prejudicam a agricultura do que as estiagens ou as irregularidades das chuvas. Nas cheias, o rio Parnaíba penetra no leito dos afluentes (do rio Longá, sobretudo) e eleva consideravelmente o nível de todas as lagoas, especialmente as surgidas no caminho do Longá. Para conter as lagoas, os agricultores erguem frágeis barragens de barro, de certa forma eficientes nos menores repiquetes, mas incapazes de resistir ao deflúvio normal do rio, no inverno. O mesmo fenômeno se repete no Vale do Gurguéia, com uma diferença. Lá, os repiquetes têm uma contrapartida bastante positiva. Quando as águas baixam de nível, geralmente é realizada, na terra, verdadeira adubação natural através do húmus fertilizante que nela é deixado pelo Gurguéia. Acontece, assim como no rio Nilo, no Egito, antes da construção da barragem de Assuan.

Ao programa federal de controle de enchentes caberia solucionar, sem danos ecológicos, este problema agrícola, de tal modo a aumentar a produção de cereais do Estado. Evitando todas as inundações da Lagoa

[25] Entre as fontes federais que repassam recursos para a UEPAE-PI não se encontram nem o Programa de Pesquisa Agropecuária Básica nem o Programa do Trópico Semi-Árido. Foram arrolados o Programa de Pastagens (BNB), o POLONORDESTE/PIN/PROTERRA, o Fundo Federal Agropecuário (FFAP), a SGMAG e uma outra fonte chamada GERAL. Juntas transferiram para a UEPAE/PI, em 1976/77, a soma de Cr$ 22.311.628,00.

do Buriti, por exemplo, admite-se que seria triplicada a colheita anual de arroz em seu perímetro, passando de 4 milhões para 12 milhões de kg/ano, conforme cálculos empíricos realizados. O Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), no entanto, se não desconhecem esta realidade estadual pelo menos nada providenciaram até agora. O DNOS e sua reduzida equipe no Piauí assumiram a responsabilidade apenas do problema de inundações que envolve a Ilha Grande e as margens do rio Igaraçu, onde se localiza a cidade de Parnaíba. Em 1976, foram concluídos os trabalhos de elaboração dos estudos e do projeto de engenharia final, mas o projeto estagnou-se, conforme o documento que trata do balanço das ações federais no Nordeste (out./77).

Também o Programa, através do DNOS, está a implementar o projeto de saneamento ambiental na área urbana de Picos e tem realizado obras de pequeno porte no saneamento de Teresina. Sabe-se, no entanto, que estas vagarosas ações são irrelevantes frente ao grande campo de atuação do DNOS, no estado do Rio Grande do Sul. Lá, "os gastos efetuados pelo DNOS para regularização do rio Guaíba, por exemplo, foram equivalentes aos recursos aplicados pelo DNOCS em todo o Nordeste, em 43 anos de funcionamento"(In: Reunião Anual da SBPC, 28., 1976, Brasília. Simpósio. p. 17). No Rio Grande do Sul, ainda o DNOCS está realizando o projeto Camaquã, o qual beneficiará um total de 177.390 hectares, aplicando Cr$ 466 milhões, quantia esta equivalente a dois anos de todos os gastos da SUDENE (op. cit. p. 17).

Enquanto isto, a questão das inundações no rio Parnaíba (e afluentes) e no Vale do Gurguéia continua sem solução, embora os prejuízos estejam a se acumular. No Vale, na última safra, os prejuízos foram calculados em 70% da produção e, talvez por estar na área, o DNOCS já acenou com alguma iniciativa. Estudos encomendados por este organismo recomendam a construção de cinco obras de engenharia (barragens) para efeito de regularização do leito do rio.Como, porém, o DNOCS sofreu restrição de verbas, isto desacelerou o andamento de seu Plano Diretor para o Gurguéia. A questão básica que se coloca, no entanto, é se estas políticas previstas levarão em consideração os possíveis desequilíbrios ecológicos que estas ações possam desencadear. Para a agricultura tradicional, por exemplo, seria desastroso se as cinco barragens viessem a eliminar o húmus fertilizante das terras do Vale do Gurguéia. *Sobre as Intervenções dos Governos Estaduais*, no Piauí, uma das dificuldades cruciais para o exame da evolução das políticas agrícolas empreendidas

pelos governos estaduais tem sido a impressionante ausência de pesquisas históricas sobre agricultura. Excluídas certas descrições de tabelas de produção, de conjuntura agrícola, de prognósticos e dos serviços governamentais, inexistem mesmo estudos de economia agrícola que realmente analisem mercados, os mecanismos da agricultura de subsistência e a combinação dos fatores de produção. Em meio a este desconhecimento, e por causa dele, é que florescem, com certeza, conhecidos mitos, tais como o da "vocação agrícola" do Piauí, baseada na abundância exclusiva de águas subterrâneas, o mito da "civilização do couro" e da "tradição pecuária" ou aquele que justifica a ineficácia de políticas agrícolas a partir da deficiência de órgãos públicos.

O recente organismo de planejamento agrícola do Estado – a Fundação CEPA, integrante do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola – tem realizado alguns diagnósticos que ajudam a compreensão de elementos do processo agrícola, mas não enfrentou ainda a tarefa de levantamentos e interpretação histórica. Talvez por falta destas informações é que tenha lançado, em documentos, afirmações carentes de fundamentação. Ao analisar, por exemplo, os antecedentes dos atuais serviços agrícolas do Piauí (e estes serviços consubstanciam as políticas agrícolas), afirma a CEPA que "no quatriênio 1963/1969 a política agrícola do Estado era executada pela Secretaria de Obras, Indústria, Comércio e Agricultura, não atingindo os seus objetivos pela complexidade de outras execuções" (Serviços Agrícolas do Estado do Piauí, 1977, p. 17). Quais seriam, então, estas outras execuções? Sabe-se, de antemão, que as atividades de Indústria e Comércio até hoje são de pequena monta, não devendo, no passado, ter sobrecarregado as administrações. O Departamento de Obras Públicas da Secretaria, de fato, pesava no conjunto das atividades, mas daí a concluir-se que o não-atingimento dos objetivos se deveu à estrutura da Secretaria é incorrer numa simplificação bastante encontradiça em estudos oficiais e que oculta os reais obstáculos das políticas agrícolas. Tanto isto não é verdadeiro, que a análise do período anterior ao citado pelo referente documento (o período 1959–1962) mostra ter sido este um dos mais fecundos em termos de diretrizes para a agricultura, apesar da estrutura da "Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio".

Coincidindo com a criação da SUDENE e o advento do planejamento regional, o governo que vai de 1959 a 1962[26] implantou o plane-

[26] Em 31.01.59, inicia-se o governo de Francisco das Chagas Rodrigues, tendo na Assessoria Econômica da governadoria o Professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana.

jamento estadual, impulsionado que foi pelas idéias desenvolvimentistas de "recuperação" do Estado e pela conjuntura político-econômica do período. Assim, em termos de planejamento[27], criou a Assessoria Econômica da Governadoria do Estado (Lei 1840, de 17.05.59), reestruturou a Comissão de Desenvolvimento Econômico (CODESE), integrada por um Conselho de Desenvolvimento e uma Secretaria Executiva, e ainda disciplinou a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Econômico(Lei 1884, de 12.12.59). Pela mesma época, tem início, no Estado, a ação planejada na área da Agricultura e Pecuária, definida, então, como segunda meta do Governo (a primeira foi "indústria de infra-estrutura", a terceira meta foi indústria e a última foi a Barragem do rio Parnaíba[28]). Os esforços na Agricultura e Pecuária, dentro do contexto histórico do período, objetivavam:

a) "O aumento da produtividade das lavouras já existentes, através do aproveitamento de conquistas tecnológicas, com a introdução de métodos agrícolas simples e estabelecimento de um sistema de crédito funcional;

b) "Medidas de caráter técnico-agronômico, como obtenção de sementes, cuidados especiais quanto ao plantio, preparo racional do solo, capinas de acordo com a técnica, emprego de adubos orgânicos e químicos, combate sistemático às pragas, etc., introdução de novos tipos de cultura para os quais houvesse condições ecológicas, abertura de frentes de colonização, aproveitamento de solos e águas, racionalização das explorações pecuárias e, finalmente, medidas tendentes a corrigir as distorções existentes no setor da produção extrativa vegetal" ("Mensagem Governamental", abertura da sessão legislativa de 1960, p. 9).

De 1962 a 1977, após quinze anos de atuação mais intensa ou menos intensa dos governos estaduais, importante é estabelecer um paralelo entre este programa agrícola inicial e as diretrizes de hoje, que, direta ou indiretamente, nele tiveram origem. Uma de suas características principais foi sua capacidade de romper o círculo vicioso das intervenções governamentais antes voltadas para outros interesses que não a Agricultura e a Indústria (a máquina político-burocrática, por exemplo). O programa buscou a inovação acima da repetição de velhos esquemas que excluíam ou subvalorizavam as atividades produtivas. Restabeleceu

[27] Planejamento aqui sendo entendido, evidentemente, no sentido mais de alocação de recursos, como é próprio das economias de mercado.

[28] A institucionalização do planejamento agrícola só chegaria em 1971, com a criação da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA), recomendada pela SUDENE e transformada em Fundação a partir de 1978.

e reorganizou o Departamento de Agricultura do Estado, antes extinto (Lei 1941, de 30.11.1959); criou a AGRINPISA, hoje CIDAPI, e aumentou a participação do Estado nos acordos com o Ministério da Agricultura. Estes "serviços", de acordo com o Ministério, estavam todos atrasados, e o aumento das quotas no Orçamento do Estado, em cruzeiros da época, se deu nas seguintes bases, conforme a Mensagem Governamental já citada:

1. Fomento Agrícola passou de 800.000 para 1.600.000

2. Escola Agrotécnica de 600.000 para 1.550.000

3. Defesa Sanitária Vegetal de 300.000 para 900.000

4. Fomento Animal de 450.000 para 900.000

5. Defesa Sanitária Animal de 400.000 para 800.000

6. Acordo Florestal de 150.000 para 500.000

Vê-se que os aumentos foram significativos e, certamente, isto concedeu um destaque da agricultura no Orçamento do Estado, relevando a importância que lhe foi atribuída pelo setor público. Com o tempo, porém, esta importância foi diminuída, não só em relação ao aumento da participação federal nos programas agrícolas, como pelo baixo e declinante percentual de despesas orçamentárias no setor, de acordo com o quadro 6. No ano de 1977, por exemplo, se for tomada a "Função Agricultura", onde quer que ela apareça no Balanço Geral do Estado, tanto na Secretaria de Agricultura como na Secretaria de Obras Públicas, o percentual de aplicação chegou a seu ponto mais baixo, ou seja, 2,8% das despesas do Governo. Isto corresponde a Cr$ 43.603.063,00, embora inicialmente estivesse prevista uma aplicação de recursos da ordem de Cr$ 74.457.400,00, só pela Secretaria de Agricultura, conforme o quadro 7, elaborado pela CEPA-PI.

QUADRO 6
GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
DESPESAS REALIZADAS NO SETOR AGRICULTURA
1971–1977

Cr$ 1,00

ANOS	DESPESA TOTAL (A)	DESPESAS NO SETOR (B)	% B/A
1971	131.881.651	6.752.527	5,12
1972	137.620.353	9.181.202	5,29
1973	311.902.118	12.357.354	3,96
1974	486.373.856	16.770.366	3,44
1975	567.925.640	22.372.394	3,94
1976	1.044.024.267	50.327.281	4,82
1977	1.543.329.265	43.603.063	2,82

FONTE: Balanços Gerais do Estado.

O quadro 7, além de mostrar a extrema dependência da agricultura estadual de recursos federais, é revelador também de outras características das atuais políticas agrícolas. Ele diz da complexidade dos serviços agrícolas, não só em relação às instituições envolvidas como em relação aos projetos em desenvolvimento. Diferentemente de 1962, hoje existem no Estado 35 (trinta e cinco) organismos que direta ou indiretamente fazem uma agricultura representada por 16 (dezesseis) programas diferentes. Neste cenário, cada vez mais complexo, o papel do planejamento agrícola no Estado é bastante difícil. De um lado, a dificuldade nasce da própria característica do planejamento agrícola em economia de mercado. Sendo, por natureza, um planejamento simplesmente indicativo, ele não garante a concretização dos prognósticos, nem a execução dos planos anuais de produção e abastecimento. Isto pela razão óbvia de o planejamento não poder orientar fatores de produção, nem conduzir a iniciativa privada. Neste fato residiria, por exemplo, a principal causa da não-implantação do Projeto Cinturão Verde de Teresina, agora Cinturão de Pedro II, por exigir um microplanejamento agrícola eficiente e uma aproximação direta do governo com os agentes produtivos. Ademais, dado o caráter autocrático dos programas federais que lideram as aplicações de recursos, é praticamente impossível um planejamento e uma coordenação, em nível estadual, que integrem metas, organismos, ações e recursos destinados ao setor. Aqui estaria, também, a explicação para o não-funcionamento do Conselho Estadual de Agricultura, mesmo num período em que a agricultura foi tomada como plataforma governamental. Um conselho de agricultura que, de fato, tomasse decisões sobre as melhores alternativas dos investimentos agrícolas, sobre as prioridades do setor, sobre a condução dos organismos federais e estaduais envolvidos, certamente exigiria a ação

QUADRO 7
ESTADO DO PIAUÍ
CONSOLIDAÇÃO DOS RECURSOS POR PROGRAMAS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
1977

Cr$ 1.000

PROGRAMAS	INSTITUIÇÕES							TOTAL GERAL
	FEDERAL				ESTADUAL			
	MA	MI	OUTROS	TOTAL	SAPI	OUTROS	TOTAL	
Administração	–	–	–	–	21.618,1	7.500,0	29.118,1	29.118,1
Planejamento Governamental	1.615,0	500,0	–	2.155,0	955,5	–	955,5	3.078,5
Ciência e Tecnologia	8.241,0	–	4.043,0	12.284,0	1.000,0	–	1.000,0	13.284,0
Organização Agrária	645,0	–	–	645,0	–	–	–	645,0
Produção Vegetal	2.192,0	370,0	–	2.552,0	3.083,0	1.352,0	4.435,0	8.997,0
Produção Animal	6.700,2	–	–	6.700,2	4.255,3	226,2	4.452,5	10.152,7
Abastecimento	8.686,0	250,0	100,0	9.036,0	4.142,0	3.000,0	7.142,0	16.178,0
Preservação dos Recursos Nat. Renov.	4.265,7	–	3.572,0	7.837,7	–	–	–	7.837,7
Promoção e Extensão Rural	31.905,6	300,0	34.482,7	66.688,3	27.083,5	4.799,6	31.883,1	98.571,4
Programa de Integração Nacional	–	–	97.130,0	97.130,0	–	–	–	97.130,0
Programas Integrados	–	–	72.971,0	72.971,0	–	–	–	72.971,0
Energia Elétrica	6.000,0	2.082,0	11.000,0	19.082,0	–	2.160,0	2.160,0	21.242,0
Serviços Financeiros	–	61.120,0	352.980,0	414.100,0	–	6.000,0	6.000,0	420.100,0
Proteção ao Meio Ambiente	–	–	–	–	12,350,0	–	12.350,0	12.350,0
Relação do Trabalho	682,2	–	168,0	850,2	–	2.692,0	2.692,0	3.542,2
Transporte Rodoviário	–	–	34.500,0	34.500,0	–	4.180,0	4.180,0	38.680,0
TOTAL	**69.752,7**	**64.622,0**	**610.947,5**	**745.322,2**	**74.457,4**	**31.910,8**	**106.368,2**	**851.690,4**

FONTE: CEPA–PI – Levantamento realizado junto aos órgãos do setor público agrícola.
Obs.: MA – Ministério da Agricultura, MI = Ministério do Interior, SAPI = Secretaria de Agricultura do Piauí.

de lideranças seguras e flexibilidade das políticas federais. O momento histórico vivido pela Nação parece, no entanto, não favorecer este tipo de intervenção governamental.

Sobre a qualidade dos serviços agrícolas, ou sobre até que ponto estes serviços têm influenciado o crescimento da agropecuária piauiense, é muito difícil de ser estabelecida uma avaliação precisa. Em primeiro lugar, porque não existe estratégia global que conduza a um produto final bem definido e que possa ser, em dado momento, avaliado. O que existe, na verdade, é um somatório de políticas (serviços) específicas, cada uma definida e executada por cada órgão, sem preocupação de perseguir metas globais para a agropecuária. Por outro lado, os registros a respeito da execução dos projetos, além de não conduzirem a macroagregados, menosprezam os aspectos qualitativos das ações, sugerindo claramente que o importante para os mentores da política de intervenção é cultivar índices (n.º de tratores, n.º de centros regionais, volume de crédito, n.º de exposições agropecuárias, quantidades de sementes, etc.), sem ter de discutir qualidade. Quem se aventurasse, no entanto, a enfrentar uma avaliação qualitativa do setor teria de percorrer, penosamente, todos os instrumentos de política introduzidos em vários momentos (desenvolvimento tecnológico, infra-estrutura agrícola, comercialização e abastecimento, financiamento, controle e fiscalização, agroindústria), obtendo talvez como resultado, no máximo, uma configuração isolada de instrumento por instrumento, já que eles não foram programados para obtenção de resultados integrados e comuns.

Poder-se-ia argumentar, apesar disso, que a qualidade dessas políticas estaria num suposto aumento de produtividade na agricultura do Piauí, em decorrência do aumento do número de tratores, uso de sementes selecionadas, introdução de fertilizantes. Ora, o que vem garantir que tenha havido este aumento de produtividade para a economia como um todo se não houve qualquer pesquisa ou quantificação de produtividade? O que se sabe, de fato, é que a produção *per capita* dos principais cereais (arroz, feijão, milho), e mesmo a produção absoluta de algumas culturas, tem diminuído com o tempo. Aquelas culturas que apresentam hoje aumento de produção devem isto à crescente incorporação de novas áreas cultiváveis e à intensificação do emprego da mão-de-obra rural, e não a aumentos significativos de produtividade. O que reforça ainda mais este argumento é a pobreza do sistema estadual de extensão rural e a deficiência do mecanismo púbico de transferência de tecnologia. Ambos estão longe de atingir aqueles que realmente fazem agricultura no Estado.

A propósito, uma característica que distingue as primeiras medidas agrícolas daquelas hoje implantadas diz respeito à adequação e compromissos com a realidade do Estado e à clientela dos serviços. No começo, pelo menos em tese, e isto já representou um avanço, houve a preocupação de dirigir o programa agrícola para a grande maioria dos agricultores que não têm condições nem de fazer uma agricultora rudimentar, quanto pior de alugar tratores, de comprar matrizes e reprodutores, de enfrentar as dificuldades do crédito ou de fazer uma agricultura irrigada. Ao mesmo tempo em que advogava o aproveitamento de conquistas tecnológicas, o programa de 1959 ressaltava a necessidade de "introdução de métodos agrícolas simples e o estabelecimento de um sistema de crédito funcional", além de deixar abertura para projetos de colonização. Com o tempo, porém, houve redefinição de prioridades e os serviços, com certeza, têm-se orientado cada vez mais para aqueles que influenciam "poderosamente a política governamental de distribuição de favores e facilidades, e canalizam para si as subvenções e outros recursos que deveriam dirigir-se para os setores mais carentes da agricultura" (GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio).

CAPÍTULO 3

AS POLÍTICAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO

ASPECTOS GERAIS – Sobretudo na década de sessenta, raciocinava-se, com freqüência, supondo que a pobreza do Piauí decorria da falta de energia que pudesse levá-lo à implantação de fábricas, à geração de empregos, provocando, desta forma, a arrancada para o desenvolvimento. Tratava-se, evidentemente, de uma interpretação errônea e mecanicista do processo econômico piauiense, hoje felizmente desmistificada: já há quase dez anos da implantação da Usina de Boa Esperança, não foram operadas ainda, no Estado, aquelas esperadas transformações estruturais a ponto de alterar as condições econômicas gerais da população e de promover o desenvolvimento do parque industrial.

Tendo custado cerca de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros, a preços de 1973, cifra esta comparável ao Produto Interno do Piauí, dois anos depois da construção das obras[29], Boa Esperança se notabiliza hoje pela falta de complementaridade em nível de Estado. Parte-se do pressuposto de que a geração de energia, para influir sobre a estagnação da economia piauiense, haveria de ter sido acompanhada de um pacote de iniciativas governamentais e de uma política que fosse fruto da redefinição do papel do Piauí no contexto regional, de tal modo que através, sobretudo, de investimentos públicos autônomos, fosse tentado um processo de industrialização. No bojo deste processo estaria a diretriz de fazer multiplicar o investimento em capital social e orientar os investimentos públicos para a produção de bens e serviços de primeira necessidade, utilizando os recursos disponíveis fundamentalmente para alcançar excedentes desses produtos. Aconteceu, porém, que Boa Esperança, apesar de ser velha aspiração dos piauienses, não foi planejada com largueza de visão, não sendo posta a questão da proficiência e tampouco a da necessidade de "outros fatores complementares para que os benefícios polivalentes da energia gerada pudessem ser apropriados na totalidade". Em 1970, por exemplo, a produção de energia em Boa Esperança representava apenas 37% da capacidade instalada da usina, contra previsões da SUDENE, que indicavam para 1972 uma produção da ordem de 80% da capacidade

[29] IJNPS, Recife. Diagnósticos do Vale do Parnaíba. 1972. p. 19.

instalada.Isto se deveu à falta de investimentos complementares que tornassem possível um aumento da demanda por energia elétrica. Dados de 1972 indicam que o maior consumidor desta energia foi o poder público, com 33% do consumo de eletricidade (iluminando praças, avenidas e prédios públicos), enquanto o setor industrial consumiu 18%, contra 45% do Nordeste e 50% do Brasil. De 1976 para 1977,houve uma variação percentual no consumo industrial de energia elétrica da ordem de 40,9%, o que, de certa forma, indica um maior dinamismo na indústria de transformação. Este dinamismo, com certeza, expressa mais o uso de maior quantidade de energia nas indústrias já existentes do que a implantação de novas unidades produtoras significativas para a economia do Estado.

Aconteceu ainda que, ao chegar a energia abundante da Hidrelétrica, o Estado foi surpreendido numa situação em que a experiência dos incentivos fiscais da SUDENE pouco tinha agregado à economia em termos de recursos liberados, formação de capital produtivo, aumento da produção industrial, criação de um mercado interno ou em termos de formação de uma classe empresarial local. Tomando-se o ano de 1963 como o ano dos primeiros projetos incentivados e excluindo-se os projetos que caducaram e aqueles apresentados pela Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (COHEBE) à SUDENE, o total de investimentos por conta do 34/18, no período 1963–1971, chegou apenas a Cr$ 82,00 milhões (cálculo do IJNPS, a preços de 1965–1967) o que corresponde, por exemplo, a 35% do total dos investimentos da COHEBE no mesmo período.

Para melhor idéia sobre a situação destes incentivos no Piauí, foi montado o quadro 8, que acumula os valores liberados pela SUDENE até fevereiro de 1978, incluindo, assim, os incentivos do FINOR, tanto para a indústria como para a agropecuária. O quadro foi montado tomando-se como base os relatórios cumulativos fornecidos pelo Departamento de Industrialização/ Divisão de Controle de Incentivos Fiscais da SUDENE e nele só foi incluída uma das liberações feitas à Companhia Hidrelétrica do São Francisco, no valor de Cr$ 46.647.604,00.

QUADRO 8
PIAUÍ: VALOR DAS LIBERAÇÕES E NÚMERO DE EMPRESAS BENEFICIADAS COM INCENTIVOS DA SUDENE*

ATÉ FEV./1978

INCENTIVOS	NÚMERO DE EMPRESAS	VALOR LIBERADO (Cr$ CORRENTE)
Empresas incentivadas com 34/18	44	173.270.013
Empresas incentivadas com FINOR	33	320.881.552
Empresas com ambos os incentivos	24	322.088.666
TOTAL de aplicações	**–**	494.151.565
TOTAL de empresas beneficiadas	**53**	–

FONTE: Relatório do Departamento de Industrialização da SUDENE.
* Liberações para projetos agropecuários e industriais.

Como se vê, todas as aplicações dos incentivos da SUDENE no Piauí, até hoje (Cr$ 494,15 milhões), se aproximam das aplicações do POLONORDESTE em apenas três anos de execução (Cr$ 421 milhões, inclusive 1978). Esta ordem de grandeza é, portanto, insignificante frente ao custo, por exemplo, da ponte Rio–Niterói e do Aeroporto Supersônico, que, juntos e num único Estado, somaram Cr$ 2,98 bilhões. Esta cifra ilustra até mesmo a penúria dos recursos da SUDENE. Sabendo-se que o orçamento da SUDENE, em 1973, correspondeu a Cr$ 186 milhões, a cifra de Cr$ 2,98 bilhões é equivalente a 16 anos do que a Autarquia Regional gastará em todo o Nordeste, inclusive as suas despesas de custeio[30].

Da parte das 53 empresas beneficiadas no Estado, pouco se sabe no momento, o que torna impossível determinar quantas prosperaram, quantas fecharam as portas ou se tornaram inadimplentes[31]. O Departamento de Industrialização da SUDENE só agora está procurando conhecer a real situação destas empresas, através de pesquisa que empreenderá em convênio com o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado do Piauí (CEAG/PI, antigo NAG). Para isto, no entanto, a grande dificuldade da pesquisa consistirá, certamente, em localizar os dirigentes de aproximadamente vinte empresas, cujas administrações estão estabelecidas fora do Piauí, sobretudo no Ceará e Pernambuco.

[30] REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 28. Simpósio. Brasília, 1976. p.18.
[31] Os incentivos fiscais reduzem os custos reais do capital, induzindo as empresas a investir sem muita preocupação com o risco e com a rentabilidade, além de propiciarem formas de negociatas as mais variadas.

Com o fim do sistema 34/18 e a criação do FINOR, dir-se-ia que houve ligeira recuperação no que respeita à linha ascendente dos recursos liberados tanto para o Nordeste quanto para o Piauí. De fato, num tempo de vigência muito menor e com um número de empresas beneficiadas também inferior (33 empresas do FINOR contra 44 do sistema 34/18), o FINOR já proporcionou um volume de recursos relativamente mais significativo. Os recursos desse fundo, no entanto, se fizeram acompanhar de uma estratégia federal de industrialização que mais uma vez conduz à preterição do estatuto do Piauí. A Exposição de Motivos n.º 017, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, em 06.11.1974, apresenta esta estratégia, determinando a implantação ou ativação dos seguintes pólos e complexos industriais:

a) Pólo Petroquímico, no eixo Aratu–Maceió;

b) Complexo Químico e de Fertilizantes, baseado na utilização de salgema, carnalita, silvinita, fosforita, gás natural e petróleo;

c) Complexo Eletro-Metal-Mecânico constituído pela Usina Siderúrgica de Itaqui (MA), USIBA, AÇO NORTE, ASA E COSINOR;

d) Complexo Têxtil e de Confecções, baseado na "dinamização apenas do parque industrial existente" (sobretudo no Ceará e Rio Grande do Norte);

e) Pólo Coureiro, sem área expressamente limitada e com um investimento programado da ordem de Cr$ 2 bilhões.

Do ponto de vista dos interesses do Nordeste, este Programa de Industrialização tem conseguido parciais resultados como o Pólo de Camaçari (BA), o complexo químico de Alagoas e os projetos têxteis do Nordeste Norte-Oriental, além dos projetos de Itaqui (MA), para exportação dominantemente, o do alumínio no Pará e o do cobre na Bahia. No caso do estado do Espírito Santo, cujo estágio econômico está bem mais avançado, apesar das semelhanças com o Piauí, os grandes projetos de impacto, frutos do Programa de Industrialização, provocarão "transformações rápidas e desconcertantes", de acordo com a previsão de sérios analistas da economia. De fato, a aplicação de quase 6 (seis) bilhões de dólares de investimentos, num estado em que o orçamento não cobre sequer as despesas de pessoal, só poderá ocasionar mudanças substantivas em sua estrutura econômica, se bem que às custas de crescente processo de desautonomia[32].

[32] MEDEIROS, Antônio Carlos de. Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa. Rev. da Fundação Jones dos Santos Neves, Vitória, n. 1, p. 2-19, jan./mar. 1978.

O outro lado do Programa de Industrialização, no entanto, convém ser analisado, sobretudo em dois aspectos que fazem ver como ele inviabiliza o estado do Piauí, assim como têm feito todas as políticas de industrialização do Nordeste:

1.º) Ele é um programa cujos interesses fundamentais são de ordem nacional, e não regional. A preterição da SUDENE na condução do programa é uma demonstração disto. O caso do subsídio equalizando custos de produtos de petróleo para fins industriais em todo o País é outro exemplo típico. A recente equiparação nacional das tarifas elétricas, prejudicando os usuários do sistema CHESF é mais um exemplo, como ainda a aprovação de projetos de soda-cloro e de produtos clorados no Centro-Sul, quando podia receber tais produtos do Nordeste, onde as vantagens de produção são patentes. "Os fatos indicam um propósito institucional de anular vantagens regionais de custos reais, através de esquemas artificiais, e de forçar indústrias no Sul em piores condições que o Nordeste"[33].

2.º) Dentro do próprio Nordeste, o programa de Industrialização funciona como elemento concentrador, estimulando as disparidades dentro da Região, na medida em que já foi criado de tal maneira a se orientar pela geografia dos recursos naturais de determinados estados, como a Bahia, Alagoas e Espírito Santo, onde as potencialidades minerais já eram sobejamente conhecidas e exploradas. É um programa de cartas marcadas, objetivando antes ativar um processo de industrialização já existente do que incorporar novas áreas.

De fato, a política de "pólos de desenvolvimento" (do estilo perrouviano), através de investimentos concentrados em grandes projetos, só poderia, evidentemente, tornar inviáveis áreas onde os programas de pesquisa de recursos minerais e agrícolas ainda são incipientes, como no estado do Piauí. Sem investimentos necessários para explorar aquela constelação de recursos naturais já conhecida e sem poder multiplicar as oportunidades espaciais do Estado, restaria ao Piauí continuar, quando não em sua postura pedinchona, sempre à espreita das transferências ou repasses federais a fundo perdido ou esperando por outras parcelas de recursos provenientes de programas comuns a todos os estados.

---

[33] ALMEIDA, Rômulo. Repensando o Nordeste. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 28., 1976. Brasília. Simpósios. Brasília, 1976. p. 24.

A INSUFICIÊNCIA DOS MECANISMOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO – A análise dos mecanismos internos de promoção da industrialização demonstra, inclusive, um comportamento típico no Estado em relação aos repasses federais. Sempre que existe possibilidade de entrada destes recursos, institucionaliza-se um fundo de desenvolvimento (ou para a indústria ou para a agricultura) que geralmente funciona enquanto duram estes recursos. Esta duração, evidentemente, costuma ser muito curta, sendo apenas suficiente para que se efetue internamente a partilha entre os poucos grupos que a estes fundos têm acesso. Configura-se, então, o seguinte quadro. De um lado, o Piauí sendo excluído dos grandes projetos de industrialização pela mão visível do mais forte, torna-se imprescindível premiá-lo através da remessa mais ou menos constante desses recursos; de outro lado, os grupos que geralmente deles se beneficiam (e que obviamente coincidem com os grupos de poder local) tudo fazem para que a farmacopéia dos fundos e programas especiais seja a única alternativa frente ao desafio do desenvolvimento social e, em particular, da industrialização. Neste sentido, já foram ou estão sendo criados os seguintes fundos e programas epeciais[34]:

1. Fundo de Desenvolvimento das Indústrias Têxteis e das Confecções (FUNDOTEX, de 06.07.73, hoje desativado);

2. Fundo Rotativo de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí (FUNDAPI, desativado);

3. Fundo de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Piauí (FURDEPI, com funcionamento descontínuo), que incorpora, pela resolução CDEP – 001/76, de 14/09/1976, os seguintes programas:

a) Apoio à Pequena e Média Empresa;

b) Assistência à Microempresa;

c) Assistência Financeira à Agropecuária;

d) Apoio Financeiro às Atividades Têxteis;

e) Assistência Financeira para Implantação de Infra-Estrutura Urbana em Sedes Municipais;

f) Apoio à Pesquisa e Prospecção Mineral.

[34] Estão aqui excluídos todos os fundos de inspiração federal.

4. Fundo de Apoio à Industrialização (Lei n.º 3573, de 24.04.78);

5. Fundo de Desenvolvimento da Agricultura (em gestação);

6. Plano Operativo Especial;

7. Programa de Ação Imediata (PAI).

E é para executar esta terapêutica que o Estado vem se aparelhando, através da institucionalização de instrumentos organizacionais, tais como:

1. Conselho de Desenvolvimento Econômico do Piauí;

2. Centro de Promoção de Investimentos do Piauí;

3. Carteira de Desenvolvimento do Banco do Estado do Piauí S/A;

4. Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI)[35];

5. Companhia de Distritos Industriais do Piauí (CODIPI);

6. Empresa de Turismo do Piauí S/A (PIEMTUR);

7. Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado do Piauí (CEAG/PI, ligado ao CEBRAE);

8. Secretaria da Indústria e Comércio;

9. Secretaria do Planejamento do Piauí.

No conjunto, no entanto, evitando-se a postura de profeta do apocalipse, mas também fugindo da posição de especulador da euforia, uma análise equilibrada faz ver a pobreza e insuficiência destes mecanismos de industrialização e de desenvolvimento existentes no Piauí. Por um lado, eles não chegam a ferir os reais obstáculos à industrialização. Por outro lado, se constituem nos mesmos mecanismos implantados em quaisquer outros estados da federação, com o agravante de funcionarem aqui mais precariamente, como no caso das linhas de crédito dos bancos oficiais.

[35] Se a racionalidade econômica e administrativa fosse, no Estado, um valor maior do que as conveniências políticas, não haveria razão para a COMDEPI, vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio, se imiscuir em assuntos de terra e estrutura fundiária. Como também não haveria lugar para superdimensionamento e superposição de funções, tais como a existente entre Carteira de Desenvolvimento, Companhia de Desenvolvimento e Centro de Promoção de Investimentos, se este funcionasse.

Sendo sintomaticamente numerosas, chegando a somar 61 linhas de crédito, elas têm, em relação ao Piauí, um funcionamento tão precário quanto à própria realidade do Estado.

QUADRO 9
ESTADO DO PIAUÍ
FINANCIAMENTOS ESPECIAIS
1978

AGENTES FINANCEIROS / SETOR BENEFICIÁRIO	BANCO DO BRASIL		BANCO DO NORDESTE		BANCO DO ESTADO DO PIAUÍ	
	NÚMERO DE LINHAS DE CRÉDITO	%	NÚMERO DE LINHAS DE CRÉDITO	%	NÚMERO DE LINHAS DE CRÉDITO	%
1. Setor Primário	12	48,0	5	29,4	4	21,1
2. Setor Secundário	5	20,0	4	23,5	5	26,2
3. Setor Terciário	1	4,0	2	11,8	2	10,5
4. Setores (1) e (2)	1	4,0	1	5,9	–	–
5. Setores (2) e (3)	–	–	3	17,6	4	21,1
6. Qualquer Atividade Econômica	6	24,0	2	11,8	4	21,1
TOTAL	**25**	**100,0**	**17**	**100,0**	**19**	**100,0**

FONTE: Manual do Investidor/SIC–PI.

O Banco do Brasil, com 20% de suas linhas de crédito dentro do setor secundário da economia, aplicou no Estado, em 1977, somente 3,36% de seus recursos destinados à 2.ª Região, onde o Piauí está inserido. Em Pernambuco e na Bahia foram aplicados 22% e 27%, respectivamente, conforme pronunciamento de José Aristófanes Pereira, Diretor Regional do Banco do Brasil. Dados relativos ao BNB (que inclusive administra, na Região, os recursos de um banco de vocação industrial, o BNDE), dão conta de que, em 1975 (ano disponível), o crédito industrial no Piauí também só alcançou 3,59%, contra 15,42% do Ceará, 20,12% da Bahia e 30,07% de Pernambuco[36]. Toda a problemática e financiamento do desenvolvimento decorrente das mazelas do 34/18, FINOR, outros fundos e do crédito bancário oficial, acarretando o atraso e a marginalização do Estado, não é fruto, no entanto, de ingênua disparidade regional, como reza a crença de alguns técnicos e políticos. A questão da marginalização do Piauí, em seu processo de industrialização, para efeito de análise e de estratégia de ação, tem de ser apreendida numa ótica diferente daquela posta em prática até agora.

[36] SILVA, Almir Bittencourt; BANDEIRA, William Jorge. Distribuição regional de créditos – BNB; participação do Piauí. Teresina: Fundação CEPRO, 1977. 19 f. (Ensaios Econômicos, 6)

Ou seja, o retardamento da industrialização piauiense, como ainda a problemática maior da viabilidade econômica do Estado, tem raízes mais profundas, que vão além das suas forças e de suas fronteiras. Fundamentalmente são preocupações que têm a ver com os rumos da economia e do desenvolvimento nacionais em seus movimentos atuais de concentração e acumulação de capital. De fato, historicamente, observa-se que os favores fiscais a grupos monopolistas de origem nacional e estrangeira têm imprimido um movimento de concentração e centralização do capital, com tendência a deslocar e/ou eliminar os pequenos empresários, enquanto que as grandes empresas consolidam suas posições em ramos industriais do Nordeste em que já são importantes em escala nacional. "Os poucos e contados grupos econômicos regionais que sobreviveram, fizeram-no porque conseguiram elevar-se ao mesmo nível dos grandes grupos monopolistas da economia nacional e, em certos termos, já vieram ou estavam caminhando para sê-lo à época da criação da SUDENE; os favores fiscais administrados por esta serviram-se igualmente como mecanismos de concentração e centralização do capital"[37].

A débil estrutura piauiense, constituída predominantemente de pequenas indústrias e algumas de porte médio[38] deverá sofrer ainda mais as contingências do movimento do capital monopolista, na medida em que os grandes grupos prevejam a necessidade de consolidação de suas posições nos ramos mais importantes da indústria local. E, neste caso, não existem ainda barreiras legais que impeçam as decisões privadas e nem mecanismo de mercado que obstaculize esse processo de desautomomia. Muito pelo contrário, as medidas legais de cunho fiscal, através dos incentivos, podem tornar-se instrumento factível para a efetivação deste processo, seja através de aplicação em projetos associados e/ou de aplicação em projetos próprios. No setor químico (beneficiamento de produtos de origem vegetal), por exemplo, a maior empresa do Estado, em termos de patrimônio líquido – a Vegetex Extratos Vegetais do Brasil S/A[39], implantada com recursos do 34/18, funciona sob controle do grupo internacional "E MERCK" da Alemanha, o mesmo que atua no estado do

[37] OLIVEIRA,Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 132 p.

[38] Estão instaladas no Estado somente cerca de cinco indústrias mais representativas: VEGETEX, GECOSA, GUADALAJARA S/A, INDÚSTRIAS COELHO, MORAIS S/A CELULOSE.

[39] De acordo com "Quem na Economia Brasileira", agosto/77, a posição desta empresa no setor, em termos de importância nacional, foi classificada em 136º lugar. Seu produto final destina-se estritamente à exportação; grande parte presumivelmente utilizada como insumos pela matriz localizada na Alemanha. A "pilocarpina", produto extraído do "jaborandi" (planta vegetal do Piauí) é utilizada na preparação de produtos farmacêuticos;

Maranhão sob a denominação de "Merck do Maranhão Produtos Vegetais S/A". Outro grupo (TOBASA), conforme noticiário da imprensa local, tem demonstrado interesse pela exploração e aproveitamento integral do coco babaçu, inclusive com perspectiva de desenvolver uma tecnologia original para processar a quebra do coco que hoje constitui prática bastante rudimentar, consistindo no emprego de instrumentos primitivo como o "machado", etc. A Sanbra Sociedade Algodoeira do Nordeste S/A, pertencente ao grupo multinacional argentino "Bunge y Born", tem feito igualmente insistentes tentativas para estender o seu domínio na exploração manufatureira do óleo de algodão da Paraíba (sua sede regional) ao Piauí. O mesmo pode ser dito com relação à exploração de certos recursos minerais como a "opala", por exemplo, reconhecidamente sabido sob controle monopolístico de grupo australiano. Todos esses exemplos põem em relevo os sintomas de um fenômeno que não deve ser desprezado mesmo em se tratando de Estado potencialmente pouco atraente para o estabelecimento do capital privado monopolista de origem, predominantemente, estrangeira.

Os incentivos fiscais, principalmente os de natureza federal, têm-se constituído, haja vista o caso nordestino, em instrumento importante de concessão de favores e privilégios aos referidos grupos. Por enquanto, no pequeno setor industrial local, o predomínio é quase exclusivamente de capitais de propriedade de grupos residentes no Estado ou na Região[40] o que, direta ou indiretamente, traduz o esforço realizado, durante décadas, por parte de toda a coletividade, para consolidar essa ainda incipiente acumulação. Urge que o sistema de incentivos fiscais seja revisto e que novas fórmulas de subsidiar o capital sejam cada vez mais voltadas para atender aos interesses da comunidade como um todo e não como instrumento de concessão de privilégios a grupos não muito identificados com os problemas mais urgentes do Estado. Só entendendo, pois, a complexidade deste processo que as reais lideranças poderão elaborar proposições diferenciadas e abrangentes para uma realidade também diferenciada como a do Piauí – "o maior bolsão de miséria do País". No estado do Espírito Santo, onde tem sido sustentado um processo reivindicatório contínuo frente ao governo federal, foi levantada a bandeira se-

---

naturalmente que deve retornar ao país, sob forma mais elaborada, incorporada em algum produto da Merck. A pilocarpina constitui atualmente o 2º maior produto de exportação do Piauí em termos de valor, de acordo com o documento denominado BRASIL. SUDENE, "Comércio exterior, exportação do Nordeste", Recife, 1977.

[40] Os grupos econômicos regionais que se "instalaram" no Estado com os estímulos dos incentivos fiscais se dirigiram predominantemente para o setor primário, geralmente sob a forma de grandes projetos agropecuários.

gundo a qual o Espírito Santo era o Nordeste sem SUDENE. Foram então logrados "resultados fundamentais pelo menos em duas frentes: a consolidação do acordo IBC/CERCA/Governo do Espírito Santo, que se encarregaria de atenuar os problemas advindos da erradicação dos cafezais, e a assinatura do Decreto-Lei nº 880, de setembro de 1969, que concede incentivos fiscais ao Espírito Santo"[41].

Quanto ao Piauí, no entanto, o nordeste do Nordeste, o nível de combatividade e de reivindicação econômica dos organizadores da produção continua muito baixo, sendo um reflexo, certamente, da inconsciência a respeito do processo de marginalização dos poderes públicos e privados piauienses. Afora aquelas vozes em torno da melhor alocação do ICM, da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Vale do Parnaíba e da exploração econômica dos babaçuais, pouco se tem feito até mesmo em favor daquelas necessidades mais imediatas, como a liberação dos recursos do Programa Nacional do Álcool (paralelo ao Programa de Industrialização), a implantação da Fábrica de Cimento do Piauí, ou a Usina de Refinação de Cera de Carnaúba. Por conseguinte, muitos exercícios reivindicatórios ainda haverão de ser realizados antes que o Piauí consiga assegurar sua subsistência em níveis compatíveis com as tendências unitaristas do Estado Nacional e com as tendências oligopolistas e expansionistas do sistema capitalista contemporâneo.

---

[41] MEDEIROS, Antônio Carlos de. Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa. Rev. da Fundação Jones dos Santos Neves, Vitória, n. 1, p. 2-19, jan./mar. 1978.

CAPÍTULO 4

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA

Algumas interpretações sobre o conceito de desenvolvimento trazem a idéia implícita de que este é um processo de natureza sócio-econômica e cultural que deve assegurar à comunidade como um todo a elevação de sua qualidade de vida. Num país como o Brasil, de dimensões continentais, o nível de vida da maioria da população indica uma situação em que as características do subdesenvolvimento estão mais evidentes do que aquelas que se identificam com os objetivos do desenvolvimento. As diferenças de qualidade de vida entre as classes sociais, entre as diversas comunidades regionais e setoriais (urbanas e rurais), revelam o caráter até mesmo perverso do processo de desenvolvimento brasileiro o que, em outras palavras, significa dizer que os frutos do desenvolvimento não têm sido distribuídos de forma equânime entre os elementos que produzem a riqueza nacional. Esta distribuição se processa de maneira profundamente desigual e concetrada[1], quer seja em termos pessoais, setoriais ou regionais.

Situando a comunidade piauiense nesse contexto, o fenômeno se confirma de forma alarmante, devido à posição em que se encontra o Estado, na macrorregião brasileira que concentra os mais baixos padrões de vida do País. Ademais, as diferenças de qualidade de vida entre os segmentos que compõem a organização social são flagrantes, até mesmo dentro do Estado. E, como foi analisado anteriormente, os programas governamentais, antes de corrigir estes problemas, os têm agravado.

As evidências mais recentes sobre os níveis de renda do Piauí e o problema relacionado com o processo distributivo dão conta de que o objetivo do desenvolvimento está longe de ser alcançado se o mesmo processo global tiver continuidade. Em 1970, as estimativas da renda interna indicavam que a participação do estado do Piauí na formação da renda regional foi de 3,3% e, na renda nacional, esta participação foi de

[1] Os dados mais recentes, relativos a 1976, são ilustrativos: os 5% mais ricos da população abocanham cerca de 39% da renda pessoal gerada anualmente no país, enquanto a metade mais pobre (50%) da população não chega a receber 12% dessa renda (SERRA, José. Distribuição de renda no Brasil. VEJA, n. 525, 27 set. 1978).

apenas 0,35%. Em termos *per capita*, a renda do Piauí representou um pouco mais da metade da renda nordestina (respectivamente Cr$ 344,18 e Cr$ 634,50). A situação é mais precária se comparada com os estados que concentram os índices mais elevados de renda: São Paulo e o antigo estado da Guanabara, por exemplo. As cifras demonstram que a renda por pessoa, no Piauí, não chegou a representar sequer um décimo daquela encontrada para o estado da Guanabara e, com relação ao valor paulista, representou somente 10,2%.

QUADRO 1
NÍVEIS DE RENDA *PER CAPITA*
1970

ESTADO	VALOR (Cr$ 1,00)
Piauí	344,2
São Paulo	3.385,3
Guanabara	4.228,8

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Renda – Centro de Contas Nacionais, FIBGE/FGV.
População – Censo Demográfico 1970, FIBGE.

O problema da qualidade de vida de contingente considerável da população piauiense é melhor evidenciado através de cálculos que se fazem utilizando os dados disponíveis sobre os rendimentos mensais da população de dez anos e mais de idade, estratificada por faixa de renda, dando assim uma primeira indicação do caráter regressivo das distribuições de renda que se processam no Estado, ou espelhando, com maior rigor, o fenômeno social da marginalização e da pobreza existentes.

Ainda utilizando como referência o ano de 1970, verifica-se, segundo informações do Censo Demográfico, que mais de 60% dos indivíduos de dez anos e mais nada ganhavam por mês; 27,43% auferiam rendimento médio mensal inferior ao salário mínimo da época (Cr$ 124,8), e somente 8,45% conseguiram rendimento médio mensal no valor de até 500 cruzeiros. No ápice desta pirâmide, apenas 0,76% das pessoas desfrutavam de renda superior a 500 cruzeiros.

QUADRO 2
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE DEZ ANOS E MAIS POR INTERVALOS DE RENDA
1970

INTERVALOS DE RENDA Cr$	FREQÜÊNCIA DO NÚMERO DE PESSOAS (ABSOLUTA)		FREQÜÊNCIA DO NÚMERO DE PESSOAS (%)	
	SIMPLES	ACUMULADA	SIMPLES	ACUMULADA
Sem Rendimento	700.069	700.069	63,36	63,36
Menos de 50 a 100	303.096	1.003.165	27,43	90,79
101 a 500	93.334	1.096.499	8,45	99,24
501 a 1.000	5.512	1.102.011	0,50	99,74
1.001 e mais	2.880	1.104.891	0,26	100,00

FONTE: FIBGE. Censo Demográfico do Piauí – 1970.

Esses dados, embora devam ser interpretados com certas ressalvas, realmente sugerem que, não bastassem os baixos níveis de renda global e *per capita*, a sua distribuição entre as camadas sociais se processa de maneira extremamente desigual. O outro aspecto que chama bastante a atenção é a percentagem altíssima da população que se encontra num nível abaixo do padrão normal de sobrevivência. Quando se analisam os dados referentes à população economicamente ativa, são encontradas situações semelhantes de concentração desproporcional de indivíduos nas faixas de mais baixas rendas, principalmente no setor agrícola, relativizando um pouco o problema nos setores urbanos (indústria e serviços).

QUADRO 3
DISTRIBUIÇÃO DA PEA POR INTERVALOS DE RENDA E SETORES DE ATIVIDADE
1970

INTERVALOS DE RENDA Cr$	AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS E OUTRAS ATIVIDADES	
	SIMPLES	ACUML.	SIMPLES	ACUML.	SIMPLES	ACUML.
Sem Rendimento	29,97	24,97	1,82	1,82	3,50	3,50
Menos de 50 a 100	65,78	90,75	46,08	47,90	51,57	55,07
101 a 500	9,11	99,86	49,60	97,50	38,78	93,85
501 a 1.000	0,12	99,98	1,63	99,13	3,92	97,77
1.001 e mais	0,02	100,00	0,87	100,00	2,33	100,00

FONTE: FIBGE. Censo Demográfico do Piauí – 1970.

As diferenças nas estimativas sobre a regressividade da distribuição da renda não chegam a afetar substancialmente os traços característicos da extrema concentração de renda no Estado e a situação de pobreza existente. A este respeito, alguns autores também já se referiram ao problema, indicando situações semelhantes e alertando, inclusive, para a gravidade com que ele se manifesta. Clóvis Cavalcanti, por exemplo, analisa o nível de renda *per capita* e familiar do Estado[2] e conclui que "a situação piauiense é de tão evidente precariedade que se pode, sem nenhum receio de equívoco, afirmar que o parâmetro a ela respeitante atesta um baixíssimo nível do atual padrão de vida da população do Piauí, análogo às circunstâncias mais extremas de miséria que se acusam em diversas esquinas do globo terrestre". Sobre a desigualdade de distribuição da renda, estima que "apenas meio por cento das famílias piauienses possuíam rendimentos mensais médios acima de 800 dólares (preços de 1970) enquanto 85% dessas mesmas famílias teriam, no máximo, 50 dólares", afirmando a seguir que "o desnível entre esses dois valores, discutível como possa ser, é bastante significativo por suas proporções, demonstrando também a existência de uma distribuição da renda que gira em torno de nível tremendamente baixo."

Um outro estudo sobre distribuição de renda, no Nordeste, em 1970, revela que "a menor percentagem apropriada pelos 40% mais pobres acontece no Piauí, onde 1% dos mais ricos detinham 51,19% da renda total. Foi este Estado que apresentou as maiores desigualdades, pois os 90% mais pobres apropriam-se somente de 32,66% da renda total"[3]. Os resultados a que chegou o estudo sobre distribuição de renda no Estado estão reproduzidos na tabela seguinte, em confronto com os dados de que se dispõe sobre o Nordeste.

[2] O autor, em "Piauí: Bolsão de Miséria do Nordeste do Brasil", publicado na coletânea Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro, Campus, 1978, ressalta que "a renda de uma família típica do Piauí só passava de 21% acima do salário mínimo vigente à época do Censo", estimando a renda domiciliar rural no valor de Cr$ 96,00, a urbana em Cr$ 262,00 e a total em Cr$ 151,00.

[3] DANTAS, Antônio Luiz A. Concentração de rendas e diferenças estaduais no Nordeste em 1970. Rev. Econ. do Nordeste, Fortaleza, BNB, v. 6, n. 21, p. 21-34, jul./set. 1974.

QUADRO 4
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
PIAUÍ E NORDESTE
1970

CAMADAS DA POPULAÇÃO	% DA RENDA	
	PIAUÍ	NORDESTE
80% mais pobres	25,04	44,00
20% mais ricos	74,96	56,00
5% mais ricos	60,41	35,00
1% mais ricos	51,19	18,00

FONTE: Rev. Econ. do Nordeste v. 6, n. 21, 1974.

Por outro lado, esse grau de extrema concentração pode ser melhor entendido se se compara o coeficiente de Gini, calculado para o Piauí com o do Brasil: 0,7155[4] e 0,57[5], respectivamente, valores que permitem, concluir que quanto mais pobre a região mais concentrada é a renda.

Sem dúvida que este estado de extrema pobreza e o grau de regressividade da distribuição da renda devem causar perplexidade a qualquer observador. No entanto, a magnitude das distâncias sociais se materializa de forma tão evidente que até mesmo prescindiria de cálculos empíricos para ser testada. Com relação a níveis tão baixos de renda da maioria da população, não se admite que esta consiga sobreviver sem que existam fatores que balanceiem ou acrescentem algo à renda monetária. De fato, como se trata de Estado onde a população é predominantemente rural, grande parte deve dedicar parcela do tempo disponível (ou quase total) à produção para autoconsumo[6] ou completam sua subsistência com produtos da natureza (caça, pesca e outros), criações caseiras, etc., coisas que naturalmente deixam de ser computadas nos cálculos da renda social, constituindo, pois, fatores que podem explicar como conseguem sobreviver com níveis de rendimentos tão baixos, o que por sua vez sugere um caráter de alheamento de parcela considerável da população piauiense à economia de mercado.

[4] DANTAS, op. cit.
[5] SERRA, op. cit.
[6] Pesquisa, já citada, do INJPS, sobre o Vale do Parnaíba, em 1973, estimou que a produção da renda em espécie, em todos os intervalos de renda, se aproximava de um quarto da renda total.

QUADRO 5
POPULAÇÃO DE DEZ ANOS E MAIS DE IDADE, POR NÍVEL EDUCACIONAL E INTERVALOS DE RENDA
1970

NÍVEL EDUCACIONAL	INTERVALOS DE RENDA (Cr$ 1,00)											
	S/RENDIMENTO		MENOS 50 A 100		101 A 500		501 A 1.000		1.001 E MAIS		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sem Instrução	467.507	66,78	228.222	75,30	42.220	43,9	565	10,25	146	5,07	736.660	66,67
Elementar	104.666	27,81	69.016	27,77	38.496	41,25	1.948	35,34	565	19,62	304.691	27,51
Médio	37.153	5,31	5.760	1,90	13.830	14,82	2.455	44,54	1.125	39,06	60.323	5,46
Superior	743	0,11	98	0,03	788	0,84	544	9,87	1.044	36,25	3.217	0,29
TOTAL	**700.069**	**100,0**	**303.096**	**100,0**	**93.334**	**100,0**	**5.512**	**100,0**	**2.880**	**100,0**	**1.104.891**	**100,0**

FONTE: FIBGE. Censo Demográfico do Piauí – 1970.

Poder-se-ia pensar também que alguns serviços governamentais, como educação, saúde, obras públicas, etc., tivessem atuado como efeito renda real no sentido de corrigir a regressividade da distribuição. Com relação à variação educação, os efeitos corretores não se materializam de forma convincente, pois o problema do analfabetismo é tão generalizado no Estado que, em 1970, até mesmo nas faixas de mais altas rendas, se encontrava um percentual significativo de indivíduos analfabetos ou com nível de instrução apenas elementar; mais exatamente, 24,69% das pessoas que se encontravam na faixa de renda superior a 1.000 cruzeiros mensais tinham nenhum ou até 5 anos de estudos somente. Mas o problema crucial, que em boa parte refuta a idéia de transferência de renda real através da educação gratuita se verifica através do fato de que o fenômeno do analfabetismo atinge mais contundentemente as populações de baixa renda. Como era de se esperar, de uma população de 1.104.891 indivíduos com mais de dez anos de idade, mais de 90% desta eram constituídos de analfabetos e de elementos com nível de educação apenas elementar; e somente 5,75% possuíam nível médio e superior (quadro 5).

Esses dados demonstram também o caráter regressivo da educação, pois quanto mais baixa a renda, maior é o percentual das pessoas sem instrução ou com nível de educação apenas elementar. De fato, no caso do Piauí, o processo de transferência de renda, via serviços gratuitos de educação, deve acrescentar muito pouco ao orçamento das famílias mais pobres e é de efeito extremamente passageiro, pois fatores, como os altos coeficientes de deserção e baixos índices de aproveitamento escolar[7], verificados sobretudo no primário, juntamente com a oferta limitada de vagas[8], revelam que os alunos mais pobres recebem, quando muito, apenas formação elementar.

---

[7] De 100 alunos matriculados na primeira série, em 1960, 9,8 chegavam à quarta série, 9,3, à primeira série ginasial; 6,1 à quarta série ginasial; 3,9, à terceira colegial e 0,6, ao curso superior, enquanto 90% dos alunos matriculados na 1ª série desertavam, devido à evasão ou repetência (cálculos Fundação CEPRO).

[8] O Plano Estadual de Educação – 1977–80 mostra que "para uma população escolarizável de 396.397 indivíduos na faixa etária de 7–14 anos apenas 221.985 estavam freqüentando escola, em 1971, sendo 215.782 matriculados na antiga escola primária e 6.203, no antigo ginásio, o que representa um déficit real de 44,0%. Observe-se que o déficit geral do País era naquela época de 30%". O déficit de escolarização no ensino do segundo grau era bem superior, pois "dos 193.006 indivíduos na faixa etária de 15–19 anos apenas 3.893 estavam matriculados em 1971 em escolas de nível médio de segundo ciclo, sendo que desse número apenas 20% em escolas profissionalizantes". (Piauí. Secretaria de Educação – 1977–80. Teresina, 1977. 215 p.).

A estrutura educacional do Estado, como se tem caracterizado nos últimos anos, tende a agravar o problema de transferência de renda via serviços gratuitos de educação e beneficiar aqueles alunos procedentes de famílias de nível de renda mais elevado, dado o fato concreto de disparidades de custos existentes entre os mais baixos e mais altos níveis de ensino (primeiro grau, segundo grau e superior).

QUADRO 6
ESTIMATIVAS DOS CUSTOS DIRETOS DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ POR ALUNO/ANO, Cr$ 1,00 CORRENTE
1970–76

ANOS	REDE PÚBLICA ESTADUAL[1]		ENSINO SUPERIOR[2]
	1º GRAU	2º GRAU	
1970	92	893	–
1971	98	1.624	4.674
1972	135	1.729	8.462
1973	234	1.345	11.423
1974	331	1.172	15.748
1975	390	2.196	15.426
1976	751	1.703	21.300

FONTE: 1) Plano Estadual de Educação e Anuário Estatístico do Brasil (foram excluídos os gastos com Ensino Supletivo, Educação Física e Desportos, Assistência ao Educando e com a Administração do Sistema, cujos valores variam entre 15 a 16% do total das despesas).
2) Pesquisa direta e Plano Estadual de Educação.

Mesmo havendo algumas incorreções, estas estimativas, entretanto, revelam que, apesar da expansão considerável da educação em todos os níveis, os gastos por aluno são visivelmente mais elevados nos níveis médio e superior, que atendem principalmente a uma pequena parte da população em melhor situação de renda. Proporcionalmente, em média desses sete anos, o gasto por aluno matriculado no ensino universitário correspondeu a 45,9 vezes mais que o custo por aluno matriculado no primeiro grau e 7,8 vezes ao valor relativo ao segundo grau. Este, por sua vez, foi 5,9 vezes superior ao do primeiro grau.

Esses dados realmente atestam que uma transferência de renda mediante educação gratuita beneficia mais que proporcionalmente à população que aufere renda relativamente mais alta, fato este que tende a agravar o problema da concentração. Deve-se acrescentar também que a participação do Estado no atendimento à demanda total do ensino de segundo grau vem decrescendo, passando de 82, 01%, em 1970, para

67,75%, em 1976. “Este fato é principalmente motivado pela expansão da rede particular, que ampliou sua oferta de vagas. A participação desse setor, que era de apenas 12, 98%, em 1972, aumentou para 19,41% em 1976”[9].

Haveria ainda outros fatores que contribuíam para tal estado de coisas, como a deficiência mais acentuada no ensino primário (1º grau) do que nos demais e a “pobreza de recursos humanos qualificados para o desempenho das funções docentes, técnicas e administrativas do sistema, nos níveis de primeiro e segundo graus”[10]. Assim, não só a desigualdade na distribuição da renda pessoal é um fato evidente, constata-se ainda que os serviços governamentais via educação, longe de amenizar os efeitos regressivos da concentração, tendem a agravar o problema, já que transferem recursos, mediante custos mais elevados, à população já privilegiada na escala social. Não há dúvida de que o acesso à educação depende de uma série de outras variáveis, mas, dentre elas, a renda fundamentalmente é a mais importante e nas condições piauienses, de níveis tão baixos, é praticamente impossível que uma família que viva de rendimento próximo ao do salário mínimo de subsistência consiga garantir a seus membros nível educacional acima do elementar, não obstante a existência do ensino gratuito.

Para se ter idéia mais realista do problema, uma pesquisa recente da Fundação CEPRO estimou que mais de 80% das famílias residentes na zona urbana de Teresina – maior centro administrativo e de serviços do Estado – ganhavam até seis salários mínimos[11] de 1977, sendo o tamanho médio dessas famílias de cinco membros aproximadamente. Construiu-se, então, um quadro com base na Lei do Salário Mínimo[12], que define a quantidade mínima mensal de alimentos que um trabalhador adulto necessita consumir para sobreviver e poder trabalhar. Feitas algumas adaptações, a estimativa de custos de ração essencial para uma pessoa adulta na cidade de Teresina ficou assim estabelecida:

---

[9] E, “em 1970, 48,15 das unidades escolares do ensino de segundo grau pertenciam à rede privada; em 1976 este percentual eleva-se a 50%” (Piauí. Secretaria de Educação, op. cit.).

[10] PIAUÍ. Secretaria de Educação, op. cit.

[11] Observa-se que, em 1970, a renda domiciliar mensal de uma família típica (urbana e rural) do Piauí só passava de 21% acima do salário mínimo da época e que a renda familiar rural não chegava a representar três quartos desse salário.

[12] Decreto n.º 399, de 30/04/38.

QUADRO 7
CUSTO DA RAÇÃO ESSENCIAL MÍNIMA
TERESINA
DEZ/1978

PRODUTOS	QUANT.	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE X PREÇO MÉDIO (Cr$)
Carne	6,00 kg	60,00	360,00
Leite	7,50 l	6,00	45,00
Feijão	4,50 kg	16,50	74,25
Arroz	3,00 kg	9,00	27,00
Farinha de Mandioca	1,50 kg	3,50	5,25
Batata	6,00 kg	8,00	48,00
Tomate	9,00 kg	12,00	108,00
Pão	6,00 kg	1,50	9,00
Café (pó)	6,00 kg	70,00	420,00
Banana	7,50 dz	12,00	90,00
Açúcar	3,00 kg	9,00	27,00
Óleo	1,00 l	21,00	21,00
Manteiga	0,75 kg	62,00	46,50
TOTAL			**1.281,00**

FONTE: Departamento de Estatística da Fundação CEPRO.

QUADRO 8
DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS URBANAS DE TERESINA POR INTERVALO DE RENDA
1977

SALÁRIOS MÍNIMOS	FREQÜÊNCIA ACUMULADA	
	ABSOLUTA	%
0 a 1	7.634	17,0
1 a 2	24.738	55,2
2 a 3	30.707	68,5
3 a 4	34.422	76,7
4 a 5	35.678	80,0
5 a 6	37.259	84,4
6 e mais	44.152	100,0

FONTE: Departamento de Estatística da Fundação CEPRO.

O custo de alimentação mínima de um adulto seria de Cr$ 1.281,00, como demonstra o quadro anterior. Tomando este valor e transformando-o para uma família composta de cinco pessoas (um casal e três filhos), verifica-se que o custo para o consumo alimentar de uma família inteira é

de Cr$6.405,00, ou seja, aproximadamente seis vezes superior ao salário mínimo existente[13]. Deve ser salientado que este valor, referente à alimentação estritamente necessária, não considerando os demais gastos para habitação, vestuário, transporte, higiene, etc., supera o orçamento de mais de 80% das famílias que ganhavam até cinco salários mínimos, demonstrando, pois, a condição extremamente precária em que vive parte substancial da população residente na zona urbana de Teresina. Sem dúvida que, não tendo estas famílias condições normais sequer de alimentar-se, muito menos sobraria algo para realização de outros gastos quaisquer, como, por exemplo, manter os filhos estudando além do que lhes é oferecido pelo ensino gratuito, e este é, no máximo, até o primeiro grau.

Uma observação a mais que deve ser acrescentada na análise da situação dessas famílias de baixa renda se refere ao fato de que o processo de elevação do custo de vida as atinge de forma mais incisiva, o que significa, em outras palavras: há tendência à diminuição dos salários reais. A este respeito, os cálculos efetuados pelo DIEESE[14] para o Nordeste são ilustrativos.

QUADRO 8A
SALÁRIO MÍNIMO – NOMINAL E REAL
NORDESTE
1970–77

ANO	SALÁRIO		ÍNDICE* (1977 = 100)
	NOMINAL	REAL	
Dez./1970	124,80	761,12	107,14
1971	151,20	726,54	102,53
1972	182,40	713,99	100,46
1973	213,60	661,63	93,37
1974	295,20	664,18	93,73
1975	376,80	667,88	94,25
1976	544,80	664,65	93,82
1977	787,20	708,63	100,00

FONTE: DIEESE – Informe Estatístico – v. 3, n. 12.
* Deflator: Índice de Custo de Vida da Família Assalariada. Estrato inferior. Base: Maio/77 = 100.

Os dados mostram a deterioração do poder de compra das famílias assalariadas. Desta forma, o que deve estar ocorrendo na década de

[13] O salário mínimo em dezembro de 1978, no Estado, era de Cr$ 1.111,20.
[14] DIEESE. Informe Estatístico – v. 3, n. 12.

setenta é um processo de reconcentração da renda, dado o fato, sabido em economia, de que, num processo inflacionário, dá-se uma transferência de renda do grupo que possui rendas fixas para o grupo com rendas variáveis. Soma-se a isto o fato, já mencionado, de transferência de renda mediante educação gratuita, que tende a beneficiar mais que proporcionalmente os grupos de renda mais elevada e que já freqüentam os níveis mais altos de ensino. Acrescente-se, também, a relevância que assume a educação no processo de diferenciação das rendas.

Sobre a transferência de renda via serviços de saúde pública, seus efeitos sobre a correção da regressividade são também discutíveis. Para se ter uma idéia, além da precariedade dos serviços, o montante de gastos reais por habitante incorridos pelo governo estadual, no período 1970–76, não representaram, em média, 3% da renda *per capita* que tinha o Estado em 1970. Por outro lado, apenas para efeito de comparação, a receita tributária/hab., cujo valor é altamente insignificante, vem representando, em média, mais que o triplo da relação gastos em saúde púbica por habitante.

QUADRO 9
GASTOS ESTADUAIS EM SAÚDE PÚBLICA* E RECEITA TRIBUTÁRIA POR HABITANTE
1970–76

ANO	GASTOS REAIS/ HAB.**	RECEITA TRIBUTÁRIA/ HAB.**
1970	4,1	14,3
1971	5,7	15,5
1972	8,1	18,2
1973	8,7	27,7
1974	8,9	30,3
1975	9,0	29,8
1976	9,4	32,4
a) Média 1970–76	7,7	24,0
b) Renda *per capita* (1970)	344,2	344,2
c) a/b	2,23%	6,97%

FONTE: Balanço Geral do Estado e Anuários Estatísticos do Brasil.
* Despesas correntes e de capital (em Cr$ 1,00 de 1970).
** A população de 1971 em diante foi estimada pela FIBGE.

Naturalmente que o problema principal a ser examinado não se resumiria apenas na observação dessa transferência parcimoniosa de recursos às classes de renda mais baixa com os serviços de saúde pública.

O aspecto mais importante a ressaltar diz respeito ao fenômeno que resulta da relação entre estado de saúde da população e a condição sócio-econômica em que vive. A este respeito basta citar as taxas de mortalidade infantil, que, na Capital, segundo estimativas, variam entre 120 e 140 por mil crianças nascidas vivas. Em relação ao total do Estado, estas taxas se elevariam para 160 a 200 mortes por mil[15]. Estima-se também que a desnutrição infantil estaria atuando como uma das principais causas dos índices tão elevados de mortalidade e, sem dúvida alguma, esses baixos níveis de nutrição estão estreitamente associados à situação econômica e social da grande maioria da população, principalmente a rural e a que vive na periferia de Teresina.

É extremamente contraditória esta situação de desnutrição num Estado de base econômica cuja função principal é justamente a de produzir alimentos. Ademais, o Estado dispõe de recursos naturais para tal, e a estrutura ocupacional demonstra que quase 70% da força de trabalho está voltada para exercer atividades agrárias.

Certamente que existe uma série de fatores determinantes e que alguns já foram tratados nas outras partes deste trabalho. No entanto, para o aprofundamento e compreensão da questão relacionada com o estado sócio-econômico da população e o tipo de desenvolvimento que se processa no Piauí, convém aqui ressaltar aqueles que estão mais diretamente ligados ao problema da distribuição da renda e com a debilidade do funcionamento do sistema econômico como um todo.

Um dado importante para explicação do problema da desigualdade e concentração da renda no Estado ainda não foi analisado. Trata-se, fundamentalmente, da própria estrutura agrária e seu comportamento ao longo do tempo.

A análise histórica demonstra que o problema da concentração da renda no Estado é um fenômeno que evolui associadamente com a estrutura da propriedade da terra e com as transformações que ocorrem no sistema sócio-econômico como um todo. Como essas transformações se processam com extrema lentidão, a distribuição da posse da terra se manifesta entre os principais fatores responsáveis pela regressividade da renda

[15] Os dados oficiais publicados pelo FIBGE estão subestimados. A Fundação CEPRO, juntamente com técnicos ligados à saúde pública do Estado, estimam estes coeficientes mais representativos.

e, por conseguinte, responde em grande parte pelo atual estado de pobreza e pela situação econômica prevalecente. De fato, a incapacidade do setor agrário de se modernizar ou mesmo adaptar-se mais rapidamente ao esquema de mercado deve-se, sobretudo, à organização da estrutura agrária e ao monopólio exercido sobre a terra. Esta estrutura agrária, que se consolidou ao longo do desenvolvimento histórico do Estado, não sofreu mudanças significativas, nem mesmo com o advento das atividades de exportação. O extrativismo, por exemplo, significando uma atividade acoplada à economia de criação extensiva, não conseguiu imprimir ritmo novo de acumulação no campo, nem criar as precondições para a formação de um mercado de trabalho, não obstante destacar-se como atividade relativamente mais lucrativa, pelo menos até à década de cinqüenta. Enfim, o quadro estrutural agrário do Piauí se definiu historicamente sob o comando do latifúndio, mantendo as relações arcaicas de trabalho[16] e consolidando o regime de propriedade da terra que herdou da época colonial.

O principal resultado do desenvolvimento histórico piauiense no campo é fundamentalmente o elevado grau de concentração da posse da terra, dando origem à coexistência latifúndio/minifúndio como formas dominantes de exploração da terra. Segundo o INCRA, em 1972, 79,03% dos imóveis rurais foram classificados na categoria de minifúndio, 20,27% na de latifúndio e apenas 0,7% na de empresa rural. Por outro lado, os latifúndios controlavam 75,56% das terras, enquanto os minifúndios e empresas rurais somente 21,68% e 2,76%, respectivamente. Um outro dado significativo ainda fornecido pelas estatísticas do INCRA se refere à maneira como se distribuem as terras no Estado, o que confirma a alta concentração. Pode-se verificar que apenas 4,4% dos imóveis de maiores áreas detinham a posse de 52,74% das terras, enquanto mais de 60% dos imóveis de me-

[16] A unidade de produção típica do Estado evolui sem especialização definida e, dentro das grandes fazendas, desenvolvem-se as atividades mistas de criação de gado e outros animais, a agricultura de subsistência, o extrativismo e a agricultura mercantil. A apropriação do excedente em espécie é a maneira pela qual o proprietário efetua a cobrança pelo uso da terra aos moradores ou agregados que praticam a agricultura de subsistência. O mesmo sistema de cobrança é também exercido sobre a produção de produtos extrativos. Desta forma, dada a existência de controle sobre a comercialização, a parte do excedente não apropriada diretamente pelo proprietário, seja de produtos agrícolas ou extrativos, dificilmente extrapola os limites das fazendas, ou seja, a comercialização primeira passa obrigatoriamente pela "venda" do dono da terra, a mesma que fornece ao produtor os demais gêneros de sobrevivência. Quem trabalha na pecuária ainda está submetido ao sistema de pagamento da "sorte", ou seja, entre quatro bezerros nascidos, ele tem direito a um. Isto se resume, em essência, ao que se praticava na época colonial.

nores áreas (até 50 ha) possuíam apenas 7,96% das terras. A distribuição da terra é tão imperfeita que a relação entre a área média dos imóveis de maior tamanho (1.000 ha e mais) e a dos menores era de 1:1.079, ou seja, mais de mil propriedades juntas de até dois hectares eram equivalentes à dimensão de uma propriedade média do extrato superior da distribuição. Ainda mais, apenas uma propriedade enquadrada na categoria de "latifúndio por dimensão" possuía uma área mais de duas vezes superior à dimensão das áreas que 13.434 imóveis juntos representavam.

QUADRO 10
DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA NO PIAUÍ
1972

CLASSE DE ÁREA (ha)	% DOS IMÓVEIS		% DA ÁREA TOTAL		ÁREA MÉDIA (ha)	RELAÇÃO ENTRE ÁREAS MÉDIAS
	SIMPLES	ACUML.	SIMPLES	ACUML.		
Menos de 1	1,16	1,16	0,01	0,01	0,67	4.042
1 ⊢— 5	12,66	13,82	0,26	0,27	2,68	1.011
5 ⊢— 10	10,60	24,42	0,59	0,86	7,04	385
10 ⊢— 50	36,32	60,74	7,10	7,96	20,80	109
50 ⊢— 100	15,72	76,46	8,53	16,49	68,92	39
100 ⊢— 500	19,15	95,60	30,77	47,26	203,96	13
500 ⊢— 1.000	2,57	98,17	13,70	60,96	677,37	4
1.000 ⊢— mais	1,83	100,00	39,04	100,00	2.708,15	1

FONTE: Estatísticas Cadastrais – INCRA – 1972.

As implicações que daí decorrem são claras. Em primeiro lugar, a crise de produção, devido à má exploração da terra, principalmente das grandes propriedades[17], obriga o Estado a importar alimentos de outras

[17] Os imóveis com mais de 1.000 ha participam com 15% da quantidade colhida de arroz; 10,3% de milho em grão; 5,9% de feijão e 5,8% da quantidade colhida de algodão. Em contraposição a participação das pequenas propriedades de área inferior a 50 ha na produção dessas quatro culturas era, respectivamente, de 27,8%, 39,4%, 48,2% e 46,7% (Fundação CEPRO. Disponibilidade de terras no Piauí: alguns aspectos de sua rigidez estrutural. 1979). A grande propriedade, além de apresentar baixa produtividade, tem, no fenômeno do absenteísmo, um problema agravante. Portanto, o suposto de utilização das terras da grande propriedade para a criação de gado é, no fundo, muito relativo e os baixos níveis de produção da pecuária bovina atestam a falta de racionalização no uso ou insuficiente utilização das terras disponíveis. A ANCAR-PI (Plano Anual de Trabalho, 173 – Teresina, 1972. s.p.) estimou que, em 1964-69, o peso médio da carcaça bovina no Piauí era de 133 kg, contra 162 kg no Nordeste e mais de 190 kg no Brasil; a taxa de desfrute no Estado foi calculada em 4,9% e a do Brasil no nível de 8%, em 1972.

regiões, resultando na elevação do custo de vida nos centros urbanos, que afeta, mais de perto, as classes de baixa renda. Mais absurdo ainda é o fato de que somente um percentual mínimo das terras ocupadas se destina à exploração de lavoura (cerca de 6,36%, em 1975) e mais de três quartos dos estabelecimentos[18] voltados para a lavoura constituem minifúndios de dimensão inferior a 10 ha – justamente os estabelecimentos mais sujeitos à crise e os menos assistidos técnica e financeiramente. Como os produtos básicos de alimentação provêm majoritariamente destes estabelecimentos, o quadro estrutural da oferta obrigatoriamente se completa com a crescente importação de alimentos, que hoje se verifica, e com ela os componentes de custos, principalmente de transporte, fatores que se incorporam ao preço final, contribuindo para a elevação do custo de vida do Estado[19]. Provavelmente, não fosse a persistência do pequeno produtor, que é ainda quem dá à terra uma utilidade econômica e nela produz, o Estado estaria enfrentando problemas mais graves de abastecimento.

A segunda observação que decorre dessa estrutura latifundiária é a crescente proliferação dos minifúndios e as formas de exploração nas quais os produtores não constituem proprietários efetivos das terras, ou seja, são arrendatários, parceiros e ocupantes que utilizam as terras não exploradas diretamente pelos proprietários[20]. Essas formas de exploração, coexistindo com o latifúndio, permitem que o grande proprietário se aproprie do excedente econômico gerado pelos que trabalham a terra através do arrendamento e da parceria (meia, terça parte, quarta parte, etc.). Tal mecanismo de apropriação constitui grande fator de concentração da renda pessoal, além de possibilitar aos proprietários a compra de novas terras, o que, por sua vez, agrava o problema do monopólio da terra, que novamente reproduz as relações de trabalho anteriores e assim sucessivamente. O outro aspecto importante se refere ao fato de que, em decorrência da extrema concentração da posse da terra, os pequenos produtores não se sentem em condição e nem estimulados a investir em terras que não são suas. Mas o problema se

[18] FUNDAÇÃO IBGE. Censo agropecuário Piauí 1970. Rio de Janeiro, 1975. 331 p.

[19] É claro que outros fatores estruturais, como a cadeia de intermediação pela qual se sujeita o produto até chegar ao consumidor final, têm peso expressivo na elevação do preço final dos alimentos, mas este é também um problema inerente à estrutura agrária que não permite uma organização dos pequenos produtores na comercialização direta da sua produção, pois os próprios proprietários exercem também a função de comerciante e a baixa condição econômica dos pequenos produtores submete-os ao esquema já dominante de exploração e comercialização.

[20] Segundo a Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1975, mais de 60% dos estabelecimentos eram explorados por produtores classificados nestas categorias de trabalhadores sem terra.

torna mais sério quando se verifica também que o latifundiário, via de regra despido de espírito empresarial, também realiza pouco ou nenhum investimento na terra, a não ser na compra de novas terras ou de imóveis urbanos. Desse comportamento, resulta o estado praticamente estacionário do padrão tecnológico que se verifica no campo, impossibilitando o aumento da produção[21] e a melhoria de vida no campo.

O grande traço desta estrutura agrária é o forte obstáculo que cria o latifúndio ao pleno desenvolvimento das iniciativas dos pequenos produtores, inclusive impedindo o acesso à terra e aos instrumentos criados pelo governo para incentivar as atividades agrícolas. As várias modalidades que se destinam à capitalização, como o crédito rural a juros subsidiados e os incentivos fiscais[22], favorecem, sobretudo, os grandes proprietários e uma minoria de médios produtores. Os próprios investimentos em obras de infra-estrutura beneficiam os donos das terras, e não a massa rural de trabalhadores e pequenos proprietários. Desta forma, a teia de relações que se tece é no sentido de aumentar a concentração da renda e da propriedade, fatores que possibilitam a reprodução das antigas relações de trabalho e que impedem uma utilização mais racional das terras por parte de quem a realmente trabalha. Portanto, as condições miseráveis de vida da grande massa rural têm como uma das principais explicações o elevado grau de concentração da posse de terra, resultante de um pro-

[21] O estágio tecnológico do setor primário da economia do Piauí pode ser visualizado mediante os seguintes indicadores constatados pelo Censo Agropecuário de 1970: a) o número de estabelecimentos que utilizam arados de tração animal representa apenas 4,02% dos estabelecimentos; 0,07% dos estabelecimentos trabalha com arados de tração mecânica; c) a maioria esmagadora, 95,91%, não utiliza arados de espécie alguma; e d) o setor dispunha de 244 tratores, 87 colhedeiras, para uma área de exploração estimada em 9.606.731 ha, o que dá uma relação média de equipamentos/ha tão pequena que seu cálculo não tem importância nenhuma. Sobre situação tecnológica da agricultura piauiense, ver parte II, cap. 1.

[22] A aprovação para o desenvolvimento de projetos agropecuários no Piauí foi iniciada em 1968. No final de 1975, tinha sido aprovado um total de 36 projetos, dos quais 4 nunca chegaram a iniciar suas atividades, e 9 encontram-se paralisados. A análise dos dados disponíveis indica que o total de recursos liberados pelo 34/18 e pelo FINOR, nestes 9 projetos, foi de Cr$ 91.788.814,00. O total de recursos liberados perfaz um custo médio de capitalização por hectare de Cr$ 690,00, considerando a área total envolvida nos projetos (132.817). As características gerais dos outros 23 projetos agropecuários em implantação até 1975 indicam que todos eles eram superiores a 1.000 ha e três possuíam mais de 10.000 hectares. A área total desses 23 projetos era de 137.152 ha, correspondendo, em média, a 5.963 ha por projeto. O total de recursos liberados pelo 34/18 e pelo FINOR até 1975 foi de Cr$ 333.445 mil, proporcionando, em média, Cr$ 14.998 mil por projeto (Governo do Estado do Piauí – SUDENE – Plano Operativo Especial. Recife, sd. sp).

cesso histórico que experimenta lentas transformações. Por outro lado, as ações governamentais que visam incentivar a produção agrícola, na verdade, consolidam a estrutura da distribuição desigual da terra e agravam o problema da concentração da renda com as transferências que beneficiam os grandes proprietários, seja via incentivos fiscais, obras governamentais, seja através do crédito subsidiado com taxas de juros reais negativas. A magnitude dessas transferências certamente é superior à daquelas destinadas a atender às classes menos favorecidas. Os serviços governamentais de educação e saúde, já analisados, por exemplo, atuam como fatores de reconcentração da renda, ao invés de corrigirem os efeitos regressivos da distribuição.

Portanto, como pode ser constatado através das análises anteriores, o modelo concentrador brasileiro se reflete de maneira bastante clara sobre a economia piauiense, de modo que os novos mecanismos criados pelo governo para incentivar o crescimento econômico e a integração das áreas periféricas, antes de corrigir os problemas mais urgentes da população, os têm agravado. No estado do Piauí, de base econômica fundamentalmente primária, as fórmulas de encaminhamento de resoluções da problemática agrária, baseadas nas recomendações tradicionais, têm favorecido, em larga escala, a consolidação do latifúndio, mantendo as terras improdutivas como antes. A série de obras e melhoramentos estimula as especulações de terras, não só na zona rural mas também, e principalmente, na zona urbana das cidades mais importantes, fato que repercute negativamente no processo de distribuição de renda, tornando cada vez mais problemático o acesso à moradia por parte das classes populares, com o encarecimento dos imóveis urbanos.

Enfim, a lógica do desenvolvimento brasileiro, que define uma estrutura de distribuição de renda altamente concentrada, até mesmo nas regiões periféricas, é no sentido de fortalecer a sociedade de consumo que tem curso no País. Num estado pobre como o Piauí, que não está aparelhado para produzir os bens que a sociedade de consumo exige; que, por outro lado, não gera o excedente suficiente para financiar as importações de bens duráveis e bens de consumo mais sofisticados que as classes de mais alta renda demandam; de fato, só se pode encontrar uma explicação: o Governo atuando como fonte fortemente estimuladora da importação para consumo, seja através do crescente número de funcionários, com a proliferação de entidades públicas, seja via política assistencialista e mecanismos incentivados pelo governo federal, indo tudo isto implicar a repartição perversa da renda, como se acabou de

analisar. Assim, a reprodução num Estado periférico de uma estrutura de consumo semelhante àquelas que se desenvolvem nos centros mais adiantados, significa, em essência, deixar à margem do tipo de desenvolvimento que se processa no País, a maioria da população piauiense[23], cuja situação, em regra, é caracterizada pelo baixo nível de renda, o subemprego, o analfabetismo, a falta de habitação e a falta de terras para quem realmente produz.

[23] Mesmo nas regiões mais ricas do País, as conseqüências do modelo brasileiro não foram animadoras para o grosso da população, pois o grau de desigualdade da distribuição da renda é muito alto. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD–76, FIBGE, mostra que, nesse ano, 59% dos que trabalhavam no Rio de Janeiro ganhavam até dois salários mínimos. Em São Paulo, o percentual era de 51%. É claro que esta situação nem se comparava com a do Nordeste, onde apenas 12,6% dos que trabalhavam atingiam mais do que dois salários mínimos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ABREU, J. Capistrano de. Caminhos antigos e povoamentos do Brasil. Rio de Janeiro: Briguet, 1930. 195 p.

02. ALMEIDA, Rômulo. Repensando o Nordeste. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 28., 1976, Brasília. Simpósio. Brasília: [s. n.], 1976. 24 p.

03. AMARRAÇÃO OU TUTÓIA. Parnaíba: Associação Comercial de Parnaíba, 1920. 202 p.

04. ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. Paris: IHEAL, 1968. s.p. (Texto da edição de 1711, comentada por André Mansuy)

05. BANDEIRA, William Jorge. Disponibilidade de terras no Piauí: aspectos de sua rigidez estrutural. Teresina: Fundação CEPRO, 1979. 76f. (Estudos diversos, 11. Terra e alimentos, 4).

06. BARRETO, Paulo I. O Piauí e sua arquitetura. In: ———. Arquitetura civil. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura/USP, 1975.

07. BATISTA, João Gabriel. Geografia física do Piauí. Teresina: COMEPI, 1978. 250 p.

08. BRANDÃO, Wilson de Andrade. História da independência no Piauí. Teresina: COMEPI, 1974. 319 p.

09. BRASIL. DNOCS. Água, terra e tecnologia. Brasília, DF, 1975. s.p.

10. ———. Relatório do DNOCS – 1976. Fortaleza, 1976. s.p.

11. BRASIL. Ministério do Interior. Balanço das ações governamentais em curso no Nordeste, com ênfase no período 1974–1977. Brasília, DF, 1977. 76 p.

12. BRASIL. SUDENE. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Recife, [19 – –]. 62 f.

13. ———. Programa operativo especial. Recife, [19 – –], s.p.

14. CALADO, Antônio. Os industriais da seca e os Galileus de Pernambuco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

15. CAPES. Estudos de desenvolvimento regional – Piauí. Rio de Janeiro, 1959. 185 p.

16. CARDOSO, Fernando Henrique. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

17. CASTELO BRANCO, Renato. O Piauí, a terra, o homem, o meio. São Paulo: Quatro Artes, 1970. 186 p.

18. CASTRO, A.; LESSA, Carlos. Introdução à economia. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1978. 163 p.

19. CASTRO, Antônio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1977. 2 v.

20. CASTRO, F. Pires de. Os rebeldes no Piauhy. Teresina: [s. n.], 1926. 44 p.

21. CAVALCANTE, Clóvis. Piauí: bolsão de miséria do Nordeste do Brasil. In: BEER, Werner et al. Dimensões do desenvolvimento brasileiro. [S. l.]: Campus, 1978.

22. CEPA–PI. Diagnóstico agropecuário do estado do Piauí. Teresina, 1973. 7 v.

23. CHAVES, Joaquim. Como nasceu Teresina. [S.l.: s.n.], 1971. 32 p. (Cadernos históricos, 2).

24. ———. A escravidão no Piauí. Teresina: [s. n.], [19 – –]. 32 p. (Cadernos históricos, 3).

25. ———. O Piauí na guerra do Paraguai. [S.l.: s.n.], [19 – –]. 55 p.

26. ———. O Piauí nas lutas da independência do Brasil. Teresina: COMEPI, [19 – –], 179 p.

27. ———. Teresina, subsídios para a história do Piauí. Teresina: Piauiense, 1952. 184 p.

28. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, v. 26, nov. 1972.

29. COSTA, F. A. Pereira da. Cronologia histórica do estado do Piauí: desde seus tempos primitivos até a proclamação da república. 2.ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. 2 v.

30. COSTA, Olímpio. Como se desmascaram patifes. Teresina: Piauiense, 1929. 112 p.

31. COUTINHO, Ronaldo. Operário em construção. Niterói: UFF, 1975. (Tese de livre docência).

32. DANTAS, Luís Antônio Abreu. Concentração de rendas e diferenças estaduais em 1970. Rev. Econ. do Nordeste, Fortaleza, v. 6, n. 21, p. 21-34, jul./set. 1974.

33. DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 09 out. 1977.

34. ENNES, Ernesto. As guerras nos palmares. São Paulo: Nacional, 1938. 480 p. (Brasiliana, 127).

35. FEITOSA, Maria Florice Raposo Pereira. Piauí: visão sumária. Teresina: Fundação CEPRO, 1977. 32 p.

36. FORTES, Antonio Cezar Cruz. ICM e a capacidade de investir dos estados. Carta CEPRO, Teresina, v. 4,n. 2, p. 9-15, maio/ago. 1977.

37. FUNDAÇÃO CEPRO. Diretrizes para o desenvolvimento 1974–1975. Teresina, 1974. 213 f.

38. FUNDAÇÃO IBGE. Censo agropecuário: Piauí –1970. Rio de Janeiro, 1975. 331 p.

39. ———. Pesquisa nacional por amostra de domicílio – 1976; região V; Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia. Rio de Janeiro, 1978. 94 p.

40. FURTADO, Celso. Análise do modelo brasileiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

41. ———. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1977. 248 p. (Biblioteca universitária. Ciência sociais, 23)

42. GARDNER, George. Viagens no Brasil; principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e dos diamantes durante os anos de 1936–1841. Rio de Janeiro: Nacional, 1942. 467 p.

43. GAYOSO E ALMENDRA, Jacob Manoel. O feudo da casa da torre no Piauí; povoamento, luta pela prosperidade. Teresina: [s. n.], 1953. 10 p.

44. ———. Pecuária. Teresina: Imprensa Oficial, 1931. 30 p.

45. ———. O Vale do Parnaíba. Teresina: Ribeiro, 1948. 41 p.

46. GONÇALVES, Alpheu Diniz. O babaçu: considerações científicas, técnicas e econômicas. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/S.I.A., 1955. s.p. (Estudos e ensaios, 8).

47. GONÇALVES, L.M. Ribeiro. Aspectos do problema econômico piauhyense. Teresina: Imprensa Oficial, [19 – –]. 85 p.

48. IANNI, Octávio. Estado e capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

49. IGLÊSIAS, Francisco de Assis. Caatingas e chapadões. São Paulo: Nacional, [19 – –]. 638 f. (Brasiliana, 271).

50. IBGE. Óleos e gorduras vegetais e subprodutos. Rio de Janeiro, 1955.

51. INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS, Recife. Diagnóstico do Vale do Parnaíba. Recife, 1973. 2 v.

52. JANCSO, Istvan. O Nordeste e os programas de intervenção social. Cadernos CEAS, Salvador, n. 44,p. 19, jul./ago. 1976.

53. JATOBÁ, Jorge et al. Expansão capitalista; o papel do estado e o desenvolvimento regional. Porto Alegre: CME/PIMES, 1978.79 p.

54. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 27. set. 1978.

55. KNOX, Miridan Brito. A questão servil na fala dos Presidentes das províncias do Brasil. São Paulo: [s. n.], 1973. 16 p.

56. KOWARRICH, Lúcio. Estratégia e planejamento social. São Paulo: Paz e Terra, 1977. (Caderno CEBRAP).

57. ———. Subdesenvolvimento e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

58. LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973. 119 p.

59. LIMA SOBRINHO, Barbosa. Devassamento do Piauí. São Paulo: Nacional, 1946. 186p.

60. MEDEIROS, Antônio Carlos de. Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa. Rev. da Fundação Jones dos Santos Neves, Vitória, n. 1, p. 2-19, jan./mar. 1978.

61. MENDES, Simplício. Propriedade territorial no Piauhy. Teresina: [s. n.], 1928. 137 p.

62. MENEZES, Djacir. O outro Nordeste. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1937.

63. MIRANDA, Agenor Augusto de. Estudos piauienses. São Paulo: Nacional, 1938. 215 p. (Brasiliana, 116).

64. NEVES, Abdias. Aspectos do Piauí; formação territorial, composição étnica; valores econômicos, organização política. Teresina: [s. n.], 1926.

65. ———. A guerra de Fidié. Rio de Janeiro: Artenova, 1973. s.p.

66. NUNES, Odilon. Devassamento e conquista do Piauí. Teresina: COMEPI, 1972. 32 p.

67. ———. Pesquisas para a história do Piauí. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1972. 4 v.

68. ———. Os primeiros currais. Teresina: COMEPI, 1974. 25 p.

69. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 132 p. (Estudos sobre o Nordeste, 1).

70. PAIVA, Rui Miller. Os baixos níveis de renda e de salários na agricultura brasileira. Rev. Econ. do Nordeste. Fortaleza, v. 6, n. 4, p. 579-580, out./dez. 1975.

71. PARNAGUÁ, Nogueira. Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo interior do país, impressões de viagem. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1905.

72. PASSOS, Artur. Folclore piauiense. Teresina: Cultura, 1965. s.p.

73. PIAUHY. Governador (1850–1853: José Antônio Saraiva). Falla que o presidente da Província dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial em 3 de julho de 1851. Oeiras: Saquarema, 1851. 50 p.

74. PIAUHY. Presidente (1853: Luiz Carlos de Paiva Texeira). Relatório do vice-presidente da Província do Piauhy; 5 de dezembro de 1853. Oeiras: [s. n.], 1853. 21 p.

75. PIAUHY. Presidente (1853: Balduino José Coelho). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauhy 1855. [S.l.: s.n.],1855. s.p.

76. PIAUHY. Presidente (1855–57: Frederico Almeida de Albuquerque). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauhy 1856. [S.l., s.n.], 1856. s.p.

77. PIAUHY. Presidente (1957–58: João José Oliveira Junqueira). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauhy 1857. [S.l.: s.n.], 1857. s.p.

78. ———. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauhy 1858. [S.l.: s.n.], 1858. s. p.

79. PIAUHY. Presidente (1859: Antônio Correa do Couto). Relatório com que Antônio Correa do Couto passou a administração da Província ao Vice-Presidente Ernesto José Baptista no dia 27 de julho de 1859.Theresina: Constitucional, 1960. 26 p.

80. PIAUHY. Presidente (1860–61: Manoel Antônio Duarte de Azevedo). Relatório com que Manoel Antônio Duarte de Azevedo passou a administração a José Mariano Lustoza do Amaral, no dia 15 de abril de 1861.Theresina: Conservadora, 1861. 21 p.

81. PIAUHY. Presidente (1861–62: Antônio de Britto Souza Gayoso). Relatório com que Antônio de Britto Souza Gayoso passou a administração da Província do Piauhy a José Fernandes, no dia 13 de julho de 1862.Theresina: Conservadora, 1862. 13 p.

82. PIAUHY. Presidente (1863–64: Antônio de Sampaio Almendra). Relatório com que Antônio de Sampaio Almendra passou a administração da Província a Franklin Américo de Meneses Dória, no dia 28 de maio de 1864. Teresina: Progressista, 1865. 15 p.

83. PIAUHY. Presidente (1864–66: Franklin Américo de Meneses Dória). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauhy no dia 1º de julho de 1864. San Luiz: B. de Mattos, 1864. 30 p.

84. PIAUHY. Presidente (1864–66: Franklin Américo de Meneses Dória). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí no dia 12 de julho de 1865. San Luiz: B. de Mattos, 1865. 47 p.

85. PIAUHY. Presidente (1866–67: Adelino Gonçalves de Luna Freire). Relatório com que Adelino Gonçalves de Luna Freire passou a administração da Província do Piauhy ao Vice-Presidente José Manoel de Freitas, no dia 5 de novembro de 1867, que entregou a administração da mesma Província a Polydoro Cezar

Burlamaque, no dia 9 de novembro de 1867. San Luiz: B. de Mattos, 1968, 11 p.

86. PIAUHY. Presidente (1868: José Manoel de Freitas). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauhy, 21 de julho de 1868. San Luiz: B. de Mattos, 1968, 17 p.

87. PIAUHY. Presidente (1868–69: Augusto Olímpio Gomes de Castro). Relatório com que Augusto Olímpio Gomes de Castro passou a administração da Província do Piauhy ao 1º Vice-Presidente, Simplício de Sousa Mendes. 3 de abril de 1869. San Luiz: José Matias, 1869, 23 p.

88. PIAUHY. Presidente (1873–74: Adolpho Lamenha Lins). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauhy , 1º de julho de 1874. San Luiz: Paz, 1874. 60 p.

89. PIAUHY. Presidente (1877: Graciliano de Paula Baptista). Relatório com que Graciliano de Paula Baptista passou a administração da Província do Piauhy a Francisco Bernardino Rodrigues Silva; 13 de agosto de 1877. Theresina, Rua Bella, 1878. 23 p.

90. PIAUHY. Presidente (1878: Sancho de Barros Pimentel). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauhy; 1º de julho de 1878. San Luiz: Paz, 1878. 38 p.

91. PIAUHY. Presidente (1879: João Pedro Belfort Vieira). Relatório com que João Pedro Belfort Vieira passou a administração da Província do Piauhy a Manoel Ildefonso de Souza Lima, 4º Vice-Presidente; 11 de dezembro de 1879. Theresina: Semanário, 1880. 71 p.

92. PIAUHY. Presidente (1880: Manoel Ildefonso de Souza Lima). Relatório com que o 4º Vice-Presidente Manoel Ildefonso de Souza Lima passou a administração da Província do Piauhy a Sinval Odorico de Moura; 4 de março de 1880.Theresina: Época, 1880. 13 p.

93. PIAUHY. Presidente (1880: Sinval Odorico de Moura). Relatório com que Sinval Odorico de Moura passou a administração da Província do Piauhy ao 4º Vice-Presidente Manoel Ildefonso de Souza Lima; 15 de abril de 1880. Theresina: Época, 1880. 9 p.

94. PIAUHY. Presidente (1880: Manoel Ildefonso de Souza Lima). Relatório com que Manoel Ildefonso de Souza Lima passou a administração da Província do Piauhy ao 3º Vice-Presidente, Firmino de Souza Martins; 1º de maio de 1880. Theresina: Época, 1880. 9 p.

95. PIAUHY. Presidente (1881: Firmino de Souza Martins). Relatório com que Firmino de Souza Martins passou a administração da Província do Piauhy a Sinval Odorico de Moura; 7 de fevereiro de 1881. Theresina: Impresa Ofical, 1881. 60 p.

96. PIAUHY. Presidente (1880-83: Firmino de Souza Martins). Relatório com que Firmino de Souza Martins passou a administração da Província do Piauhy a Torquato Mendes Vianna; 6 de setembro de 1883. Theresina: Imprensa, 1884. 39 p.

97. PIAUHY. Vice-Presidente (1883: Firmino de Souza Martins). Relatório com que o 3º Vice-Presidente, Firmino de Souza Martins, passou a administração a Theóphilo Fernandes dos Santos 1884. [S.l.: s.n.], 1884. s.p.

98. PIAUHY. Governador (1904–1907: Álvaro de Assis Osório Mendes). Mensagem apresentada à Câmara Legislativa no dia 1º de junho de 1905. Theresina: O Piauhy, 1905. 30 p.

99. PIAUHY. Governador (1904–1907: Álvaro de Assis Osório Mendes). Mensagem apresentada à Câmara Legislativa no dia 1º de junho de 1907. Theresina: O Piauhy, 1907. 30 p.

100. PIAUHY. Governador (1910–1912: Antonino Freire). Mensagem apresentada à câmara Legislativa no dia 1º de junho de 1910. Theresina: Piauhy, 1910. 44 p.

101. PIAUHY. Governador (1910–1912: Antonino Freire). Mensagem apresentada à Câmara Legislativa no dia 1º de junho de 1911. Theresina: Imprensa Official, 1911. 71 p.

102. PIAUHY. Governador 1910–1912 (Antonino Freire). Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí no dia 1º de junho de 1912. Theresina: Imprensa Official, 1914. 26 p.

103. PIAUHY. Governador (1912–1916: Miguel de Paiva Rosa). Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí no dia 1º de junho de 1914. Rio de Janeiro, 1914. 10 p.

104. PIAUHY. Governador (1935–1945: Leônidas Castro Mello). Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauhy, a 1º de junho de 1938. Theresina: Imprensa Oficial, 1938. 155 p.

105. ———. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República. Teresina: Imprensa Oficial, 1940. 171 p.

106. PIAUÍ. CODESE. Industrialização do Piauí, condições atuais e medidas para um plano de expansão. Teresina, 1960.

107. PIAUÍ. Governador (1959–62: Chagas Rodrigues). Mensagem 1960. Teresina, 1961. 124 p.

108. PIAUÍ. Secretaria da Educação. Plano estadual 1977/1980. Teresina, 1977. 215 p.

109. PIAUÍ. Secretaria da Fazenda. Balanço geral do Estado – 1974. Teresina, 1974. s.p.

110. PIAUÍ. Secretaria do Planejamento. POLONORDESTE no Piauí: uma avaliação. Teresina, 1977. 16 f.

111. PINHEIRO FILHO, Celso. História da imprensa no Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1973. 107 p.

112. ———. PINHEIRO, Lina Celso. Os soldados de Tiradentes. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. 145 p.

113. PÔRTO, Carlos Eugênio. Roteiro do Piauí. 2.ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. 129p.

114. REBELLO, Lima. Amarração e o comércio do rio Parnaíba; propaganda do Porto de Amarração. Parnaíba, PI: Associação Comercial de Parnaíba, 1920. 62 p.

115. REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 28., 1976, Brasília. Simpósio. Brasília, 1976.

116. RODRIGUES, Albertino. Movimento sindical e a situação da classe operária. Debate e Crítica, [S.l.], p. 168, jan./jun. 1974.

117. SAMPAIO, Antônio José. Descrição geral do estado do Piauí. Teresina: Imprensa Oficial, 1963. 285 p.

118. SANTANA, Raimundo Nonato. Evolução histórica da economia piauiense. Teresina: Cultura, 1964. 123 p. (Movimento de Renovação Cultural).

119. ———. Pecuária no Piauí, estradas e caminhos, notas e comentários. Economia Piauiense, Teresina, 1924. 127 p.

120. SILVA, Almir Bitencourt da. Perspectivas de crescimento na renda do estado do Piauí pela modernização da agricultura. Carta CEPRO, Teresina, v. 4, n. 1, p.1-3, jan./abr. 1977.

121. ———; BANDEIRA, William Jorge. Distribuição regional de créditos – BNB: participação do Piauí. Teresina: Fundação CEPRO, 1977. 19 f. (Ensaios econômicos, 8).

122. SILVA, R. Fernandes e. A indústria pecuária piauiense. Teresina: [s.n.], 1924. 127 p.

123. SINGER, Paul. Desenvolvimento e crise. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 162 p.

124. ———. Dinâmica populacional de desenvolvimento econômico; o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1976. 250 p.

125. TITO FILHO, Arimatéia. Homens e episódios. Rio de Janeiro: Artenova, 1973. 69 p.

126. ———. Praça Aquidabã, sem número. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. 148 p.